

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

Rafael Augusto Vecchio

**Universidades e Desenvolvimento:  
Um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

Rafael Augusto Vecchio

**Universidades e Desenvolvimento:  
Um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Roque Klering

Porto Alegre, 2010

À Alessandra Furlan

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Roque Klering, pela acolhida em um momento difícil.

À Profa. Dra. Maria Ceci Araújo Misoczky, orientadora em parte do percurso.

Aos colegas professores da UERGS, Marie Anne Macadar Moron, Aragon Érico Dasso Junior, Celmar Corrêa de Oliveira, Ricardo Letizia Garcia e Carlos Honorato Schuch Santos, que me apoiaram durante a construção deste trabalho.

À Profa. Dra. Silvia Generali da Costa, ao Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis e ao Prof. Dr. Dieter Rugar Siedenberg, pelas contribuições ao aperfeiçoamento do projeto e da tese.

À Profa. Dra. Aida Maria Lovison, à Profa. Dra. Cristina Amélia Pereira de Carvalho e ao Prof. Dr. Marcelo Milano Falcão Vieira, que me auxiliaram em etapas anteriores.

Agradeço aos colegas de mestrado e doutorado, Alexandra Jochims Krueel, Christine da Silva Schröder, Guilherme Dornelas Câmara, Rafael Kruter Flores e Sandro Trescastro Bergue, companheiros nesta trajetória.

Agradeço também à Profa. Dra. Sueli Maria Goulart Silva e à Profa. Dra. Jackeline Amantino de Andrade, que também me ajudaram ao longo do doutorado.

*Das utopias*

*Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!*

*Mario Quintana*

## **Resumo**

As universidades têm ocupado posição destacada ao longo da história, participando ativamente da estruturação social, política e econômica do mundo desde sua criação na Europa do século XI. Uma das formas em que se percebe esta relevância das universidades para a fundamentação de uma sociedade diz respeito ao papel que as mesmas cumprem no desenvolvimento de um país ou região. No Brasil, ainda que as universidades cumpram uma trajetória breve se comparadas com as instituições dos países centrais, a prática acadêmica tem tomado parte nos esforços de superação das dificuldades referentes a uma nação subdesenvolvida, auxiliando, na medida do possível, na construção dos caminhos para que o país possa, efetivamente, desenvolver-se. Nesta tese a intenção foi estudar uma destas situações em que é reconhecida a importância da estrutura universitária, e o Estado, confiando no poder de resposta do trabalho acadêmico, projeta estrategicamente a criação de uma Universidade como elemento catalisador de seu desenvolvimento. A experiência investigada se refere à atuação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que, fundada em 2001, propõe um olhar mais abrangente acerca do conceito de desenvolvimento, que leve em conta, além das questões concernentes ao crescimento econômico, os aspectos relacionados à inclusão social, à distribuição da riqueza gerada, e à preservação dos saberes locais, buscando articular os fatores de ordem econômica com os elementos advindos da política, da cultura e do exercício da cidadania. Como resultado da pesquisa, inferiu-se que o potencial de contribuição da Universidade advém de seu fomento à vocação agrícola, através do estímulo às potencialidades locais; da ênfase na sustentabilidade como orientadora das ações voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva; do foco das atividades acadêmicas no fortalecimento da economia interna e sua autonomia; do objetivo de auxiliar na inserção do Rio Grande do Sul no contexto internacional; da formação de sujeitos e do protagonismo como referências ao preparo dos futuros profissionais; da premissa da responsabilidade e das implicações sociais subjacentes ao conhecimento; da disposição em vincular-se com as comunidades, direcionando as ações à inclusão social e ao atendimento das demandas da população; e da constituição de redes de articulação inter-regionais, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre indivíduos e organizações atuantes nas diferentes localidades do Estado.

## **Abstract**

The universities have been occupying an outstanding position along the history. They have been participating actively of the social, political and economical structuring of the world since their creation in Europe in the XI century. One of the ways to perceive the relevance of Universities to the foundation of a society regards to the role they play in the development of a country or an area. In Brazil, even though their trajectory is short if compared to institutions of Central countries, the academic practice has been part of the efforts to overcome the difficulties found in an underdeveloped nation, helping whenever it is possible, in the construction of ways for the country to develop. This work aims at studying one of these situations in which it is recognized the importance of the academic structure. And the State, trusting the power of responses of academic work, projects strategically the creation of an University as a catalytic element of its development. The experience investigated refers to the performance of State of Rio Grande do Sul State University (UERGS), which founded in 2001, proposes a comprehensive look into the concept of development that takes into account, besides matters, concerning the economic growth, the aspects related to the social inclusion, distribution of wealth, and preserving of the local knowledge, searching to articulate the economical factors with those coming from politics, culture and citizenship. The result of this research, it was inferred that the potential of the contribution of the University, comes from the incentive to agricultural vocation through the stimulation of the local potentialities, from the emphasis to sustainability as a guide to actions focused to the perfection of productive activities, from the focus on academic activities in the strenghtening of the internal economy and its autonomy, from the purpose to help inserting Rio Grande do Sul into the international context; from the formation of people and the protagonism as reference to the preparation of future professionals; from the premises of responsibility and social implications underlying knowledge; from the disposition linking to communities, addressing actions to social inclusion and the attending the demands of the population; and from the constitution of inter-regional articulated networks, promoting dialogue and exchange of experiences between individuals and organizations that act in the different places of the State.

## **Lista de figuras e quadros**

Figura 1: as unidades da UERGS e as sete regiões contempladas .....	149
Figura 2: total de alunos em cada um dos Centros Regionais.....	152
Quadro 1: cursos, áreas do conhecimento e unidades .....	151
Quadro 2: categoria formação de sujeitos (A) e respectivas subcategorias de análise.....	199
Quadro 3: categoria mediação global-local (B) e respectivas subcategorias de análise .....	200
Quadro 4: categoria inserção social (C) e respectivas subcategorias de análise .....	201
Quadro 5: sistematização dos temas contemplados na categoria A .....	222
Quadro 6: sistematização dos temas contemplados na categoria B .....	235
Quadro 7: sistematização dos temas contemplados na categoria C .....	245
Quadro 8: síntese das possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado.....	259



## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ADUERGS – Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
APG - Administração Pública Gerencial  
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior  
CECDCT - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia  
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural  
CEED - Conselho Estadual de Educação  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe  
CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia  
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa  
COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas  
CPERS-SINDICATO - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul -  
Sindicato dos Trabalhadores em Educação  
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CTA - Centro Tecnológico da Aeronáutica  
EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades  
EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica  
e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAFI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí  
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul  
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania  
FEEVALE - Centro Universitário Feevale  
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária  
FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FUNDARTE - Fundação Municipal de Artes de Montenegro  
IME - Instituto Militar de Engenharia  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
METROPLAN - Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional  
MOVA - Movimento de Alfabetização da Prefeitura de Porto Alegre  
NAP - Nova Administração Pública  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PES - Planejamento Estratégico Situacional  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul  
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
SINPRO/RS - Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul  
SUS - Sistema Único de Saúde

TGA - Teoria Geral da Administração  
UCPel - Universidade Católica de Pelotas  
UCS - Universidade de Caxias do Sul  
UEL - Universidade Estadual de Londrina  
UEM - Universidade Estadual de Maringá  
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria  
UnB - Universidade de Brasília  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
UNICAMP - Universidade de Campinas  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta  
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa  
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul  
UPF - Universidade de Passo Fundo  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	22
1.1.1 <i>Objetivos Específicos</i> .....	22
1.2 JUSTIFICATIVAS DA INVESTIGAÇÃO .....	24
1.3 ESTRUTURA DA TESE .....	26
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>28</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE FUNDAMENTAM A METODOLOGIA DA TESE .....	28
2.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO .....	32
2.2.1 <i>Fontes e coleta de dados</i> .....	35
2.2.2.1 <i>Análise de documentos</i> .....	38
2.2.2.2 <i>Observação direta</i> .....	38
2.2.2.3 <i>Observação participante</i> .....	39
2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	40
2.4 DESENHO GERAL DA PESQUISA .....	42
2.4.1 <i>A construção do referencial teórico</i> .....	42
2.4.2 <i>A caracterização da organização pesquisada e a coleta de dados</i> .....	44
2.4.3 <i>Reflexões e análise</i> .....	46
2.4.4 <i>A finalização do texto</i> .....	47
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>48</b>
3.1 FORMAÇÃO DE SUJEITOS, MEDIAÇÃO GLOBAL-LOCAL, INSERÇÃO NA SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO .....	48
3.1.1 <i>A formação de sujeitos</i> .....	55
3.1.2 <i>A mediação entre as expectativas globais e as demandas locais</i> .....	61
3.1.3 <i>A inserção social</i> .....	66
3.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA: A LINHA LIBERAL E A CORRENTE HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA .....	69
3.2.1 <i>Livre mercado e crescimento econômico: a linha liberal de desenvolvimento</i> .....	71
3.2.2 <i>Implicações da hegemonia da corrente liberal para as idéias contemporâneas sobre desenvolvimento</i> .....	79
3.2.3 <i>A corrente histórico-estruturalista de desenvolvimento: a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe</i> .....	86
3.2.4 <i>Análise histórica, cultura e potencialidades locais: o projeto de desenvolvimento de Celso Furtado</i> .....	93
3.2.5 <i>O terceiro eixo da proposta histórico-estruturalista: o desenvolvimento regional</i> .....	99
3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO: A AÇÃO DO ESTADO COMO PRÁTICA ESTRATÉGICA .....	103
3.4 UNIVERSIDADES, DESENVOLVIMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA DO ESTADO: UMA DISCUSSÃO ENFOCANDO O CONTEXTO ATUAL DO ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL .....	110
3.4.1 <i>Universidades estaduais: o desenvolvimento regional como estratégia</i> .....	118
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS: ANTECEDENTES, MAPEAMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. 128</b>	
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	128
4.2 A UERGS NO CONTEXTO ATUAL: DIFICULDADES E MOBILIZAÇÃO .....	141
4.2.1 <i>A estrutura da Universidade</i> .....	147
4.2.2 <i>Ensino, pesquisa e extensão: uma síntese das atividades desenvolvidas na Universidade Estadual</i> .....	153
4.3 EXPERIÊNCIAS EMBLEMÁTICAS DA UERGS .....	163

4.3.1 Considerações acerca da trajetória dos deficientes físicos na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.....	163
4.3.2 O projeto Capacitação de jovens rurais para a promoção da soberania alimentar e desenvolvimento social na região do Vale do Rio Pardo .....	167
4.3.3 O projeto Cuidar de gente e do meio ambiente: a produção de vassouras na comunidade de Barro Preto como alternativa.....	175
4.3.4 A proposta de inovação nos cursos de graduação: o Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia.....	180
4.3.5 A formação de professores e a educação popular .....	184
4.4 PROJETANDO O FUTURO DA UNIVERSIDADE: O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL ....	189
4.4.1 Objetivos, metas e ações.....	191
4.4.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro aos discentes.....	194
<b>5 ANÁLISES E REFLEXÕES.....</b>	<b>197</b>
5.1 CATEGORIA A: FORMAÇÃO DE SUJEITOS .....	204
5.1.1 Subcategoria A1: consciência crítica .....	204
5.1.2 Subcategoria A2: articulação técnica-política .....	206
5.1.3 Subcategoria A3: protagonismo .....	209
5.1.4 Subcategoria A4: construção coletiva de conhecimento .....	217
5.1.5 Síntese das análises da categoria formação de sujeitos .....	219
5.2 CATEGORIA B: MEDIAÇÃO GLOBAL-LOCAL.....	222
5.2.1 Subcategoria B1: paradoxo global-local.....	222
5.2.2 Subcategoria B2: Lugares-globais e lugares locais .....	225
5.2.3 Subcategoria B3: internacionalização.....	228
5.2.4 Síntese das análises da categoria mediação global-local .....	232
5.3 CATEGORIA C: INSERÇÃO SOCIAL .....	235
5.3.1 Subcategoria C1: vínculo com a sociedade .....	235
5.3.2 Subcategoria C2: valorização dos saberes não-acadêmicos.....	238
5.3.3 Subcategoria C3: Interações em nível institucional .....	240
5.3.4 Síntese das análises da categoria inserção social .....	243
5.4 ENCAMINHAMENTO DAS ANÁLISES E REFLEXÕES: UMA DISCUSSÃO FINAL SITUANDO AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	245
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>269</b>

## 1 INTRODUÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Desde sua origem na Europa do século XI, as universidades têm ocupado posição destacada nas sociedades em que se inserem, uma condição que vai sendo intensificada ao longo do tempo. Estas instituições estão invariavelmente envolvidas nos principais momentos da história: o período renascentista e a recuperação dos saberes da Grécia antiga, o Iluminismo e suas aspirações humanistas e científicas, o avanço técnico no século XIX, as discussões acerca dos rumos da modernidade e o novo aporte tecnológico no século XX, a supervalorização adquirida pelo conhecimento nos dias atuais, são todos eventos direta ou indiretamente relacionados com as universidades, evidenciando não somente a importância destas na estruturação social, política e econômica do mundo, como sua participação nos próprios rumos da civilização (FÁVERO, 2000).

A atuação da universidade compreende um espaço amplo, abrangendo a produção e transmissão de conhecimento, a formação e qualificação da força de trabalho, e a reflexão crítica dos códigos morais e culturais que forjam a sociedade, dentre outros aspectos. Por esta sua capacidade de intervenção na realidade, a universidade tem, portanto, condições de repercutir e dar respostas às demandas de indivíduos, grupos e organizações de seu entorno, constituindo-se, como dito, em uma instituição com grande poder de contribuição para a constituição e aprimoramento das relações que compõem o tecido social (TRINDADE, 1999).

Uma das formas em que se percebe a relevância das universidades para o fortalecimento de uma sociedade diz respeito ao papel que as mesmas cumprem no desenvolvimento de um país ou região.

Essa relevância fica evidente ao se observar a amplitude do meio universitário nas nações primeiro-mundistas, as quais, valendo-se de sua produção científica, intelectual, artística e filosófica, se colocam como protagonistas nas interações que estruturam o mundo, não só afirmando seu conjunto de valores e conhecimentos como disseminando-o para as demais sociedades, em um processo histórico cuja dinâmica tem

sido acentuada pela aceleração, intensificação e maior abrangência das interações entre os países, no fenômeno conhecido como globalização (PANIZZI, 2004).

No Brasil, não obstante o fato de que as universidades cumpram uma trajetória breve se comparadas com as instituições dos países centrais, a prática acadêmica tem, em maior ou menor escala, tomado parte nos esforços de superação das dificuldades referentes a uma nação subdesenvolvida, auxiliando, na medida do possível, na construção dos caminhos para que o país possa, efetivamente, desenvolver-se (PANIZZI, 2004).

A ressalva acerca da oscilação do grau de envolvimento das universidades se deve ao fato de que, no Brasil, o reconhecimento de sua participação destacada nos rumos da sociedade ainda não está sacramentado, condição que vem demandando a mobilização de indivíduos, grupos e movimentos sociais, além de representações legais e de órgãos acadêmicos e governamentais, articulações enfim que, institucionais ou populares, se propõem a evidenciar o papel que as universidades vêm cumprindo na história do país (PANIZZI, 2004).

Nesta tese a intenção foi estudar uma destas situações em que é reconhecida a relevância da estrutura universitária, e o Estado, confiando no poder de resposta do trabalho acadêmico, projeta estrategicamente a criação de uma universidade como elemento catalisador de seu desenvolvimento.

A experiência pesquisada se refere à atuação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) que, fundada em 2001 com a proposta de auxiliar no desenvolvimento do Estado através da valorização das potencialidades locais e do estímulo à inclusão social, alcançou o oitavo ano de existência testemunhando um movimento conjunto de professores, funcionários e alunos em busca de seu fortalecimento institucional, ao mesmo tempo em que uma série de discussões ocorrem em diversas instâncias, a fim de refletir acerca de seu percurso.

A UERGS foi instituída pela Lei 11.646, de 10 de julho de 2001, na condição de Universidade Estadual, pública e gratuita, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento regional sustentável. A lei que rege sua criação determina que a UERGS tenha uma estrutura com condições de abranger as várias regiões do Rio

Grande do Sul, e seus cursos são adaptados às necessidades regionais e planejados a fim de atender as singularidades locais. Deste modo, pretende-se preparar profissionais aptos a contribuir de forma substantiva nas atividades específicas de cada região (OLIVEIRA; MATOS; SILVA, 2006).

A criação da UERGS é, portanto, decorrente de uma visão específica acerca do papel do Estado, o de agente com ampla participação no processo social, e espelha a conscientização a respeito da relevância da universidade como agente de desenvolvimento (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

De acordo com Albuquerque e Rossato (2002, p. 131) a implementação da UERGS concretiza o desejo de contar com uma universidade comprometida com a realidade regional, ao mesmo tempo em que se insere nos contextos brasileiro e internacional, podendo oferecer subsídios para novas possibilidades de relação do Estado tanto com suas vocações como com seu entorno em nível nacional e mundial: “na sua tarefa de produzir conhecimento, a Universidade deverá organizar a pesquisa, o ensino e a formação permanente a partir de problemas concretos pertinentes à vida e a cultura do nosso povo. Compreendendo que os problemas locais estão em relação com situações globais, a UERGS propõe, em todas as áreas, a relação com redes de pesquisa nacionais e internacionais”.

A análise da UERGS pode vir a ser relevante porque sua trajetória representa a tentativa de colocar em prática a premissa já mencionada de entender a produção de conhecimento em nível superior como algo essencial para a sociedade, de modo que o Estado, a partir disso, atua estrategicamente para viabilizar este processo.

Além disso, ao se trazer à luz os objetivos que pautaram sua criação, e que pretendem igualmente orientar as ações da Universidade em suas diversas atividades, é possível perceber que um estudo sobre a UERGS suscita a reflexão acerca das contribuições que as instituições de ensino superior oferecem na perspectiva contemporânea, as quais compreendem tanto a mediação entre as demandas em nível global, de ordem externa, e as demandas surgidas em nível local, de ordem interna.

Um terceiro ponto a ser destacado, também vinculado aos propósitos que fundamentaram a constituição da UERGS, e que da mesma forma se mostra como um

tema importante a ser debatido, diz respeito a um olhar mais abrangente acerca do conceito de desenvolvimento, que leve em conta, além das questões concernentes ao crescimento econômico, os aspectos relacionados à inclusão social e à distribuição da riqueza gerada, à preservação dos saberes locais e ao aprimoramento dos mecanismos institucionais de participação, enfim, à melhoria da qualidade de vida de toda a população a partir de uma abordagem de desenvolvimento que articule os desafios de ordem econômica com os advindos da política, da cultura e do exercício da cidadania<sup>1</sup>.

Sobre a ação do Estado como prática estratégica, tal pressuposto é baseado na obra do economista chileno Carlos Matus, que, ao formular seu Planejamento Estratégico Situacional (PES), enfatiza o fortalecimento da capacidade de governo da esfera estatal para que o poder público exerça seu papel estrategicamente, o que significa, na concepção de Matus (1996a), uma abordagem na qual, de início, sejam contempladas questões como a escassez de poder, a dificuldade de acesso ao conhecimento e à informação, e os problemas de liderança e de capacidade de organização, de modo a identificar elementos de grande influência na execução de projetos de governo, adaptando-os, assim, para a complexidade característica do que o autor intitula “jogo social”.

Nesse sentido, Matus (1996a) enfatiza que a postura estratégica dos dirigentes que respondem pelo Estado consiste em buscar um posicionamento adequado em uma realidade moldada por dinâmicas sociais diversas – que constituem o jogo a que se refere o autor - levadas a termo por sujeitos com diferentes interesses e objetivos, sendo que alguns destes objetivos são complementares entre si, o que faz com que os agentes estabeleçam, a partir disso, relações de cooperação, enquanto que, em outras situações, fica evidente o antagonismo entre as idéias, gerando, assim, o conflito.

---

<sup>1</sup> Os três pontos que demarcam a pertinência do estudo sobre a UERGS – ação estratégica do Estado, relevância das universidades na contemporaneidade, percepção ampliada de desenvolvimento - e que compõem o problema de pesquisa a ser trabalhado na tese, são assim sintetizados por Albuquerque e Rossato (2002, p. 130-131), quando os autores enfatizam os objetivos da Universidade Estadual: “a sua responsabilidade social é, a partir dos saberes e das experiências populares com os diferentes contextos culturais do povo gaúcho, produzir conhecimento que possa ser desdobrado em soluções concretas para problemas que desafiam nossas comunidades visando ao desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, contribuindo para a superação das disparidades regionais”.



A complexidade típica do jogo social se mostra justamente nestas alianças e disputas entre os sujeitos em busca da afirmação de seus projetos, de sua visão de mundo, o que conflagra, dessa forma, um movimento incessante de medição de poder, de articulações e rupturas, um movimento que diz respeito à própria constituição da sociedade, que, diante deste dissenso das forças sociais, acaba por estar sempre em constante estruturação.

A estratégia, nesta prerrogativa assinalada por Matus (1996a) requer, portanto, a compreensão da ação do Estado, através de seus agentes, como uma prática que, em colaboração ou em conflito com outros sujeitos sociais, constrói a realidade, mediando e negociando, afirmando seus projetos e opondo-se a outros, contribuindo decisivamente na criação das referências políticas, econômicas e culturais da sociedade.

Os diferentes pressupostos mediante os quais a gestão pública no Brasil, em seus diversos momentos, considerou o papel das universidades são um exemplo deste processo de embate entre ideais e projetos políticos distintos. Como já mencionado, a história do país indica períodos de maior e menor valorização do meio acadêmico, de diferentes direcionamentos para a produção científica, conforme as prioridades estabelecidas por cada governo em questão.

Nesta perspectiva, a constituição da UERGS representa um projeto no qual há o entendimento de que a produção de conhecimento em nível acadêmico se configura como um elemento essencial para o fortalecimento da sociedade, sobretudo face à conjuntura contemporânea de multiplicação das interações em nível mundial e o desafio de intermediá-las com as questões locais.

Eis uma das premissas das universidades atualmente, e que configura o segundo aspecto a que se fez menção acerca das expectativas quando da criação da Universidade Estadual e que pauta a condução deste estudo: contribuir para uma assimilação crítica dos estímulos externos, adequando-os às demandas e características locais e, ao mesmo tempo, auxiliar na disseminação da produção interna para além das fronteiras nacionais, de modo a estabelecer, com este fluxo de sentido duplo, um equilíbrio entre a aquisição e o envio dos diversos estímulos, sejam eles de natureza política, econômica, científica ou cultural (PANIZZI, 2004).

Assim, seria possível assumir uma posição protagonista na ordem macroeconômica e geopolítica mundial, evitando que, em meio à multiplicidade das trocas entre as nações, a autonomia de um país seja comprometida devido à apreensão desmedida de conhecimentos, produtos, valores, padrões de comportamento que muitas vezes não dizem respeito à sua história, às suas necessidades e expectativas.

Para que a mediação global-local venha de fato a ocorrer, é preciso uma atenção à preservação, ao aprimoramento e à intensificação dos atributos próprios, vinculados às singularidades de um dado país ou região, a fim de assegurar uma equivalência de forças entre o que é recorrentemente recebido de fora e o que se constitui no ordenamento interno (SAVIANI, 2007).

As universidades, através de sua inserção social, mediante o cuidado em promover a inclusão de todas as camadas da sociedade em suas ações, podem auxiliar nesse processo, ao ampliar o alcance de sua produção para toda a sociedade, ao mesmo tempo em que se colocam abertas ao conhecimento e aos saberes construídos nos outros domínios sociais, permitindo um mútuo fortalecimento entre o meio acadêmico e seu entorno, efetivando, com isso, a imprescindível articulação entre teoria e prática (SAVIANI, 2007).

Ao ser destacada essa preocupação com as questões locais que diz respeito às mediações e à inserção social das universidades, pode-se estabelecer a articulação com o terceiro eixo que organiza a proposta deste trabalho, o qual se refere à noção ampliada do conceito de desenvolvimento, um dos temas-chave que motivaram a concepção da UERGS.

De fato, ao se fazer menção à idéia de desenvolvimento, uma das abordagens possíveis deste conceito procura justamente vincular sua definição a atributos advindos da história e da cultura de uma dada região, salientando a necessária atenção a vocações e potencialidades, caracterizando, assim, uma perspectiva ampliada de desenvolvimento, que pretende integrar, junto com a questão do crescimento econômico, fatores sociais, históricos e culturais.

A construção teórica alinhada a essa perspectiva é a chamada corrente histórico-estruturalista de desenvolvimento<sup>2</sup>, constituída pelo pensamento de autores latino-americanos que, resgatando as peculiaridades concernentes à trajetória do continente, defendem um enfoque de desenvolvimento vinculado aos problemas, aos desafios e às necessidades dos países da América Latina, em uma abordagem que se coloca como contraponto ao pensamento liberal hegemônico que dissemina uma premissa desenvolvimentista atrelada às expectativas dos países centrais e voltada primordialmente para o crescimento econômico (SILVA, 2005).

A origem da corrente histórico-estruturalista remete à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, instituição cujo trabalho parte da compreensão de que o desenvolvimento é um processo diretamente relacionado com a história de cada país, e com a posição que cada nação assumiu na divisão internacional do trabalho, a estruturação política e econômica que vem organizando o mundo desde a consolidação do sistema capitalista de produção (MORAES, 1995).

Um dos conceitos-chave da CEPAL é o “centro-periferia”, que evidencia as diferenças de poder entre países centrais, que se colocam à frente dos demais devido à trajetória caracterizada pelo acúmulo de vantagens nas interações entre as nações ao longo do tempo, e países periféricos, que compõem o terceiro-mundo e que se encontram em uma condição desfavorável após as perdas recorrentes nas interações mencionadas (MORAES, 1995).

A partir disso, o objetivo dos teóricos da corrente histórico-estruturalista é reestruturar os países latino-americanos mediante a construção de caminhos próprios para seu desenvolvimento, evidenciando as conseqüências sociais da desvantagem historicamente construída na relação com o primeiro-mundo, buscando saídas autônomas para resolver seus problemas e superar seus limites.

Um dos autores que se propuseram a esta tarefa foi Celso Furtado, que concebeu, ao longo de sua vida profissional como teórico e dirigente público, um

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada pelos intelectuais que integram a corrente em questão, dentre eles Celso Furtado – um dos autores que sustentam teoricamente a tese – o qual inclusive publicou um livro cujo título enfatiza tal denominação: *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*.

projeto de desenvolvimento que parte das diretrizes da CEPAL e é aprimorado mediante a preocupação do autor em valorizar os atributos históricos e culturais do Brasil.

Furtado (1999) faz valer as prerrogativas da Comissão – a questão das desvantagens históricas, a posição desfavorável na divisão internacional do trabalho, a relação centro-periferia – para constituir um projeto que se volte para as potencialidades do país, de modo a consolidar uma estruturação política, econômica e institucional que assegure meios propícios à elevação da qualidade de vida de toda a população.

Para isso, Furtado (1999) alerta para os perigos da dependência econômica, tecnológica e cultural que caracteriza as nações subdesenvolvidas, enfatizando que uma condição de efetivo desenvolvimento só se concretiza mediante o estímulo às potencialidades do país, por isso sua preocupação em resgatar a dimensão cultural e as vocações históricas.

Furtado (1999) justifica sua atenção aos elementos culturais argumentando que o conhecimento e a valorização daquilo que é próprio de um país permite a identificação das reais necessidades e demandas da população, além de refletir, da mesma forma, suas vocações e potencialidades.

A partir daí seria possível, diz Furtado (1999), uma aproximação das políticas e projetos com a identidade do país, fortalecendo-a e abrindo, assim, os caminhos para a superação do subdesenvolvimento.

Sergio Boisier (1999) permite que seja expandida esta idéia, na medida em que chama a atenção aos atributos e forças influenciadoras do desenvolvimento sob o foco das regiões, aprofundando e especificando, com isso, o projeto original de Furtado.

Boisier (1999) contribui para a proposta de Furtado ao analisar a viabilidade de um projeto nacional desde a perspectiva do desenvolvimento regional, reiterando a relevância de aproximar os objetivos concebidos para a nação em geral com as expectativas das regiões, evitando disparidades entre o que se pretende para o país e o que as regiões podem e estão dispostas a oferecer.

Mais do que isso, Boisier (1999) trabalha no sentido de tornar factível e legítimo um projeto de desenvolvimento ao alertar sobre os perigos da centralização de decisões

em âmbito nacional, situação que pode incorrer em um distanciamento entre a formulação de políticas e as reais demandas de uma determinada região.

Boisier (1999) enaltece a importância de pensar o desenvolvimento também em escala regional, em um processo que promova, defende o autor, o debate sobre a autonomia e o poder de decisão das regiões, a preocupação com a retenção da riqueza gerada, e a intenção de estimular a participação efetiva da população na condução das ações.

Para isso, Boisier (1999) destaca a atuação de empreendedores locais que estejam dispostos a trabalhar em prol da região, beneficiando o entorno através de iniciativas alinhadas com as vocações e a identidade regional, além do empenho da classe política, uma vez que os agentes políticos estão invariavelmente envolvidos em negociações, em formulação de projetos, acessando fontes de recursos, tendo, assim, a seu alcance, várias possibilidades de contribuir na trajetória rumo ao desenvolvimento.

A formulação da idéia ampliada de desenvolvimento compreende, portanto, ao menos três níveis de análise, articulados e complementares entre si: primeiro, um enfoque macroestrutural, situando a América Latina como um todo no contexto político e econômico das relações internacionais; aprofundando o olhar e avançando na análise, há o enfoque em âmbito nacional, direcionado para a concepção de projetos de desenvolvimento para um país; em um terceiro plano, encontra-se a perspectiva do desenvolvimento regional, vinculada às prerrogativas dos níveis anteriores, mas com uma atuação mais específica, direcionada a questões particulares de uma dada região.

Embora a ação da UERGS possa ser entendida, em uma avaliação preliminar, como uma experiência mais próxima desta última construção, tanto o enfoque macroestrutural, como o de abrangência nacional, da mesma forma trazem contribuições importantes para estudá-la, uma vez que, ao serem contemplados em conjunto com a análise de regiões, evidenciam as múltiplas influências e interações que historicamente ocorrem entre os níveis regional, nacional e internacional, daí que a proposta para a tese seja articular, dentro da discussão sobre desenvolvimento, as três vertentes.

Identificadas, então, a ação estratégica do Estado, a relevância das universidades na contemporaneidade, e a percepção ampliada de desenvolvimento, fundamentos oriundos da proposta de ação da UERGS e de formulações teóricas afins, e que estruturaram o problema de pesquisa e orientaram a construção deste trabalho, o problema de pesquisa pode ser formalizado na seguinte questão:

*Ao propor-se a um alcance abrangente na sociedade gaúcha, incentivando vocações e potencialidades locais, ao mesmo tempo em que busca promover a inclusão social e a inserção em nível internacional, de que modo a Universidade Estadual, constituída através do esforço estratégico do Estado, pode contribuir para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, um desenvolvimento que integre aos aspectos econômicos elementos sociais, históricos e culturais?*

Da mesma forma, os três fundamentos pautam também o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados com a tese.

## **1.1 Objetivo Geral**

Identificar as possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado através da descrição e análise de sua trajetória, recuperando idéias que guiaram sua constituição, abordando seus projetos para o futuro, e contemplando algumas das ações em pesquisa, ensino e extensão conduzidas nas diferentes regiões em que a Universidade está inserida.

### **1.1.1 Objetivos Específicos**

a) descrever os antecedentes de criação da UERGS, evidenciando a mobilização das várias forças sociais e o amplo debate que caracterizaram aquele momento;

b) estabelecer um mapeamento da Universidade, apresentando sua estrutura atual e descrevendo as principais atividades que vem sendo promovidas em ensino, pesquisa e extensão;

c) identificar as perspectivas que se colocam para a Universidade a partir de projetos delineados para seu futuro;

d) analisar as ações da Instituição a partir da sustentação do referencial teórico e da experiência de pesquisa;

A procura pelos aspectos que evidenciaríamos as contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado, intenção que delineou a questão de pesquisa e os objetivos do trabalho, vincula-se à tese propriamente dita que conduziu o estudo, a qual diz respeito à percepção de que *a UERGS representa uma possibilidade de pensar novas perspectivas, não somente acerca das universidades e seu papel no desenvolvimento, mas, em uma observação mais ampla, no que concerne à organização social.*

Essa é uma posição inspirada no economista Celso Furtado, um dos autores que fundamentam teoricamente este estudo. Pensador com larga trajetória na vida pública e acadêmica no Brasil, autor influente na América Latina, Celso Furtado (1999, p. 14) convida a uma observação crítica da realidade contemporânea, uma vez que “se o consenso se manifesta por todos os lados, pouca dúvida pode haver de que se atravessa uma era pouco criativa”, diz o autor, ao vislumbrar os movimentos da sociedade.

O trabalho foi elaborado, portanto, a partir da idéia de que o meio acadêmico é um espaço ainda aberto à discussão, à especulação intelectual, à busca de experiências empíricas singulares, daí a opção por um tema, um objeto e um conjunto teórico que permitissem a reflexão sobre a própria estruturação e os rumos da sociedade.

A relevância dessa predisposição em divergir da ortodoxia dominante é evidenciada também por autores de outras áreas e de diferentes momentos históricos, que alertam para o perigo da uniformização do pensamento<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Detendo-se apenas nos filósofos: Nietzsche (2000), Deleuze (1994) e Marcuse (1982), dentre outros, expuseram a iminente diminuição do potencial humano e das perspectivas de vida face à “unidimensionalidade da existência”, nas palavras de Marcuse, desencadeada pela supremacia quase absoluta de uma forma específica de conceber a organização social.

Cabe ressaltar que não houve a pretensão de confirmar ou refutar a tese em questão, uma vez que esta se colocou na verdade como uma referência filosófica, orientadora do desenvolvimento do trabalho e das discussões suscitadas a partir da questão de pesquisa e dos objetivos propostos.

Mais do que isso, trata-se de uma referência que permite ampliar as análises e reflexões ao longo do texto, de maneira a dimensionar as discussões presentes no estudo em uma perspectiva mais abrangente, contemplando, na medida do possível, a articulação entre a organização estudada e as questões políticas, econômicas e sociais do Estado e do país.

## **1.2 Justificativas da investigação**

O estudo pode vir a ser importante devido ao fato de que traz à tona a questão do papel estratégico que cabe ao Estado no ordenamento social, um tema que, em suas diferentes vertentes ao longo da história, sempre esteve presente nos debates sobre a condução da sociedade.

Embora a hegemonia do pensamento liberal nas últimas três décadas tenha tentado sobrepular as idéias que colocam a ação estatal como essencial para garantir o interesse da coletividade, os acontecimentos recentes em escala mundial, que evidenciam a fragilidade de um sistema orientado pelos ditames de mercado, têm demandado reflexões no sentido de reavaliar a estruturação política e econômica disposta no contexto contemporâneo.

Assim, situar o Estado como agente de participação efetiva, formulador de estratégias, e, recuperando a formulação de Matus (1996a), “jogador” de fundamental importância no jogo social, é alinhar-se às questões que vêm sendo discutidas na atualidade.

A proposta de problematizar a relevância das universidades da mesma forma responde a uma pauta da contemporaneidade, haja vista a proliferação de cursos de ensino superior nos anos recentes. Ampliado o acesso ao conhecimento, é preciso



também pensar em que tipo de formação se está oferecendo, em que medida estas instituições contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para a resolução dos problemas sociais, de que maneira auxiliam na superação das dificuldades, sobretudo em países subdesenvolvidos como o Brasil.

A experiência da UERGS oferece subsídios interessantes devido ao fato de que a Universidade Estadual, na forma em que foi concebida, descentralizada, voltada às vocações, com o objetivo expresso de promover a inclusão social, pode vir a se tornar um exemplo de Instituição que consolida esta aproximação entre meio acadêmico e sociedade.

Este trabalho se justifica também pela abordagem do conceito *cepalista* de desenvolvimento, um enfoque que, acredita-se, precisa tomar parte nas produções referentes à Gestão Pública – área a qual a tese se vincula - na medida em que a construção da CEPAL, bem como de seus integrantes e seguidores, evidencia uma preocupação com a trajetória do Brasil e demais países latino-americanos.

Nesse sentido, a recuperação dos pressupostos da Comissão, da obra de Celso Furtado e de Sérgio Boisier surge como uma possibilidade de somar-se a outras concepções teóricas que vêm permitindo a ampliação do olhar a respeito das questões subjacentes à Gestão Pública, a fim de que se produza teoria comprometida com a realidade brasileira, de modo a orientar as ações que levem à melhoria das condições do país.

Voltando a atenção à UERGS em especial, esta tese pode auxiliar no processo de fortalecimento institucional que professores, funcionários e alunos vêm tentando promover através da reavaliação, do planejamento e da projeção dos caminhos a serem percorridos pela Universidade.

O mapeamento e a análise das atividades da Universidade, a reflexão acerca de suas perspectivas futuras, dentre outros elementos que compõem este escrito, têm condições de eventualmente tornarem-se informações relevantes para as decisões acerca dos rumos da UERGS, o que se coloca como mais uma justificativa para a condução da pesquisa.

### 1.3 Estrutura da tese

A fim de dar conta dos objetivos delineados, o desenvolvimento da tese está assim organizado:

- a) neste primeiro capítulo, houve a introdução ao tema a ser trabalhado e a formulação do problema de pesquisa, contextualizando, assim, a proposta da tese; esta primeira parte contém ainda o objetivo geral, os objetivos específicos e os argumentos que justificam a relevância da investigação;
- b) o capítulo 2 aborda os procedimentos metodológicos que conduziram o estudo, destacando os atributos da pesquisa qualitativa, as características da estratégia adotada – o estudo de caso - e da técnica de análise escolhida, a análise de conteúdo;
- c) em seguida, no capítulo 3, a fundamentação que guiou o processo de construção da tese, marcos teóricos e conceituais que foram subdivididos em três partes, inicialmente uma discussão acerca das contribuições das universidades para o desenvolvimento; depois, a apresentação das correntes que disputam a hegemonia do termo “desenvolvimento”, analisando suas implicações para o contexto em que está inserida a UERGS; por fim, uma reflexão acerca das relações entre políticas públicas e desenvolvimento, situando a Universidade Estadual como expressão estratégica da ação estatal; ainda neste capítulo, há um tópico no qual são recuperadas as discussões contemporâneas a respeito do papel das universidades no país, e são abordadas experiências específicas das universidades estaduais;
- d) no quarto capítulo, há a caracterização da Instituição pesquisada e a apresentação das informações colhidas, desde os antecedentes relacionados à criação da Universidade, passando pelo mapeamento de sua situação atual e de suas principais atividades, até a projeção das ações da UERGS para os próximos anos;
- e) no quinto capítulo se encontra a análise das informações coletadas, análise esta efetuada a partir de reflexões balizadas pelo referencial teórico e pela própria

experiência ao longo da investigação; neste capítulo há ainda uma discussão encaminhando formalmente quais seriam as possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado;

- f) nas considerações finais, há a retomada dos principais pontos discutidos no texto, apresentando os limites do mesmo, bem como sugestões para possíveis estudos acerca da UERGS e das universidades em geral.

## 2 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentadas as orientações metodológicas que nortearam a construção da tese. De início, cabe frisar que a opção por um método de pesquisa espelha as reflexões do autor acerca do seu trabalho, indica o cuidado em alinhar de forma coerente os objetivos propostos, o problema de pesquisa e as características do objeto a ser analisado (GUBA; LINCOLN, 2005).

Além disso, a escolha do método evidencia a posição do pesquisador na investigação, a maneira com que se relaciona com a teoria que dá sustentação ao trabalho, com os sujeitos vinculados ao fenômeno em questão, e que encaminhamentos pretende dar aos achados da pesquisa (BARNAT, 2004; HEPBURN; POTTER, 2004; ANGROSINO; MAYS DE PÉREZ, 2003).

Sendo assim, precedendo as abordagens de natureza técnica que delimitam a metodologia utilizada, são feitas a seguir considerações de ordem epistemológica, a fim de identificar os pressupostos aos quais o autor se vincula como pesquisador.

### **2.1 Considerações a respeito das bases epistemológicas que fundamentam a metodologia da tese**

O ponto de partida para situar este trabalho diz respeito à percepção de que a produção científica, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais aplicadas reflete, em seu conteúdo, os valores e as crenças daqueles que estão envolvidos em seus desdobramentos<sup>4</sup> (SANTOS, 2003).

Não houve, portanto, a pretensão de adotar uma neutralidade ou uma objetividade distanciada para a elaboração da tese. Ao contrário, trata-se de um escrito posicionado, constituído a partir de escolhas influenciadas por uma visão de mundo específica.

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2003, p. 21) “as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista”.

Ao ser assumida essa premissa, buscou-se a aproximação com a “vida real”, no sentido de que o mundo, em um processo inacabado e ainda em andamento, está em constante construção, adquirindo feições sempre provisórias a partir do tensionamento de forças, de embates entre agentes sociais ao longo da história, em uma luta pela supremacia econômica, política e cultural, conforme já mencionado na definição do problema de pesquisa (FOLEY; VALENZUELA, 2005).

Na academia, posicionar-se se mostra necessário devido ao fato de que um dos principais campos em que ocorrem essas disputas é o discursivo, o qual compreende a formulação e a disseminação das idéias que avalizam uma ou outra forma de conceber a estruturação da sociedade, um espaço em que a ciência, ao longo do tempo, ocupou e vem ocupando de forma destacada, a despeito de sua alegada neutralidade (FAIRCLOUGH, 2001).

Tal assertiva expõe a importância de preservar a consciência crítica acerca dos encaminhamentos levados a termo no campo científico, suscitando a reflexão quanto às suas implicações.

Nesse sentido, a opção em escrever uma tese a partir dos fundamentos aqui discutidos, expressa a preocupação com as implicações dos discursos legitimados pela ciência, os quais respaldam conjuntos específicos de valores, de visões de mundo, de expectativas quanto ao andamento da vida cotidiana e no que se refere à organização social<sup>5</sup> (SANTOS, 2003).

A observação crítica das repercussões da produção científica se articula à própria temática da tese, na medida em que o conceito de desenvolvimento traz, como será visto ao longo do texto, disputas discursivas subjacentes à sua concepção, envolvendo olhares distintos acerca de qual seria a estruturação social mais adequada, qual o efetivo papel das universidades, quais os objetivos, metas e estratégias a serem executadas por países e regiões para assegurá-lo, e, fundamentalmente, o que deve ser considerado, afinal, um efetivo processo de desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> De acordo com Santos (2003, p. 34) “as idéias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência”. Santos (2003, p. 34) prossegue: “a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e políticos, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas”.

Ainda nessa perspectiva, ao se recuperar a genealogia das linhas que disputam a hegemonia acerca do conceito de desenvolvimento, suas raízes e trajetórias permitem perceber que as mesmas espelham também as relações entre nações centrais e periféricas – mais um fundamento do arcabouço teórico deste trabalho.

Assim, as discussões presentes na tese retomam um dos exemplos históricos da afirmação econômica, política e cultural avalizada por formulações científicas “desinteressadas e impessoais”<sup>6</sup> (SANTOS, 2003).

A partir disso, cabe ressaltar um terceiro aspecto que, aliado à posição expressa do autor e à reflexão crítica sobre o fazer científico, pautou a construção da tese: a responsabilidade do pesquisador com relação aos conteúdos que compõem o texto, desde seus princípios teóricos e conceituais até os encaminhamentos formalizados mediante a interpretação e análise das informações colhidas durante a investigação.

A atenção aos referenciais que dão suporte ao trabalho e às propostas alinhadas nas conclusões se coloca devido ao fato de que há, por parte do pesquisador, o comprometimento e a responsabilidade para com a organização estudada<sup>7</sup>.

O comprometimento e a responsabilidade dizem respeito ao desejo de contribuir para o fortalecimento da Universidade Estadual, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que possam auxiliar nas deliberações concernentes aos caminhos a serem trilhados pela Instituição.

Isso porque se acredita na relevância das universidades, em seu potencial transformador, e, em particular, se percebe na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, dados os princípios que balizaram sua fundação e as ações que têm sido conduzidas ao longo de sua trajetória, uma Instituição que pode vir a conceber contribuições significativas, por isso a premissa que motivou a formulação da tese e que ilustra o comprometimento e responsabilidade em questão é afirmar o papel das universidades e situar a UERGS como um projeto essencial para o Estado.

---

<sup>6</sup> Santos (2003, p. 35), discorrendo a respeito dos caminhos percorridos pela ciência em seu processo de industrialização no século XX, afirma: “a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso ao equipamento, o que contribuiu para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e periféricos”.

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que o autor é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Em síntese, são estas, então, as bases epistemológicas que orientam a prática acadêmica do autor, e que, em decorrência, pautaram a construção da pesquisa:

a) a percepção da influência dos valores individuais na produção científica, o que evidencia que todo pesquisador necessariamente assume, consciente ou inconscientemente, uma posição;

b) nessa perspectiva, a importância de exercer a reflexão crítica acerca das implicações do trabalho científico;

c) além disso, a responsabilidade dos pesquisadores que daí se deriva;

d) por fim, o comprometimento com a organização e os sujeitos estudados, que motivou o desenvolvimento da tese.

Não por acaso, esses são quatro dos princípios que sustentam arranjos de pesquisa cuja característica principal é o engajamento do autor, elementos que permitem que a autenticidade e a honestidade intelectual do pesquisador para com seus leitores seja preservada (DENZIN; LINCOLN, 2005; GUBA; LINCOLN, 2005; BOCHNER; ELLIS, 2003).

A fim de adotar uma abordagem coerente com tais atributos, a decisão foi por efetuar uma pesquisa de caráter qualitativo.

A ênfase nas pesquisas qualitativas é a interpretação, suscitada pelo encontro entre pesquisador e sujeitos, que compartilham seus sentidos e estabelecem novos significados a partir desta relação (ANGROSINO; MAYS DE PÉREZ, 2003).

Desse modo, a posição do pesquisador é um aspecto de grande relevância na pesquisa qualitativa. Barbara Tedlock (2005, p. 180) ressalta o que foi recém assinalado: “nós não podemos estudar o mundo social sem fazer parte dele”.

Daí se origina a atenção às escolhas: o que pesquisar, por que, de que forma conduzir a investigação, quais pressupostos teóricos utilizar. São essas preocupações características de uma pesquisa qualitativa, preocupações relacionadas a outro atributo de intervenções desta natureza, a atenção com as possíveis contribuições a indivíduos, grupos ou organizações abordadas no estudo (STAKE, 2005).

Aprofundando essa perspectiva, Foley e Valenzuela (2005) vêem a necessidade de combinar trabalho acadêmico e social. Os autores escrevem sobre o “acadêmico-cidadão”, o qual, inserido no contexto político-econômico em que desenvolve sua pesquisa, produz conhecimento para aquela determinada realidade, a fim de auxiliar nas demandas daquele local.

Norma Denzin e Yvonna Lincoln (2005, p. 23) assim resumem os atributos da pesquisa qualitativa:

A palavra qualitativo implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma) em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação.

Esta tese, enfim, se constitui em um dos possíveis olhares acerca das universidades e especificamente a respeito da UERGS, um escrito que não se propôs a buscar e estabelecer verdades. Trata-se de um trabalho construído desde a experiência singular do autor na relação com a organização pesquisada, e que reflete sua posição como sujeito no mundo, evidenciada nas escolhas teóricas, no tema e objeto a ser estudado, e na forma de conduzir a investigação.

Alinhado à prerrogativa de que a sociedade está em permanente estruturação a partir de embates discursivos de diferentes origens, se espera que esta tese, dentro de suas limitações, possa somar-se a outras idéias afins, fortalecendo, desse modo, um conjunto de formulações que afirma o conceito de desenvolvimento como uma dinâmica que deve necessariamente contemplar, de forma articulada, trajetórias históricas e particularidades culturais, soberania política e potencialidades locais, crescimento econômico e justiça social, e que da mesma maneira situa as universidades como espaços aglutinadores de sujeitos que se propõem a construir esse processo.

## **2.2 Estratégia de pesquisa: estudo de caso**



Voltando a atenção às técnicas para a elaboração da pesquisa, a estratégia utilizada para a construção da tese foi o estudo de caso.

O estudo de caso pode ser definido como uma intervenção que abrange um fenômeno contemporâneo, levando em conta seu próprio contexto. Podem ser considerados casos desde um indivíduo, um grupo, um processo ou uma organização, até uma região, cidade ou mesmo um país, sendo que esta amplitude vai depender do que se pretende pesquisar, que tipo de questão ou questões se pretende responder, qual o foco que o estudo vai receber (YIN, 2005).

Robert Yin (2005, p. 33) assinala também que o estudo de caso deve ser desenvolvido amparado pela teoria, que auxilia na condução da pesquisa como um todo, desde a formulação das perguntas até a coleta de dados e análise, além de orientar as reflexões advindas da experiência com a investigação.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

Dentre suas principais características, destaca-se a contribuição dos estudos de caso para pesquisas em que os limites entre o dado fenômeno e seu contexto não se colocam de maneira clara (YIN, 2005).

Além disso, o estudo de caso permite a compreensão das influências sociais e políticas, bem como de outros fatores contextuais que moldam o objeto (STAKE, 2005).

A opção pelo estudo de caso deve-se inicialmente a esse vínculo do objeto com seu contexto, um dos principais atributos do fenômeno a ser investigado, dada a relação da UERGS com as questões econômicas, políticas e sociais do Estado. A própria criação da Universidade está relacionada a esses aspectos, e seu funcionamento sempre esteve articulado com tais fatores.

Além de oferecer um ferramental adequado para trabalhar fenômenos contemporâneos em seu contexto, o estudo de caso permite também analisar em profundidade uma unidade de estudo específica (TRIVINOS, 1987).

Nesta mesma linha, Arilda Godoy (1995, p. 25) reitera que tal estratégia de pesquisa dá condições para uma apreciação minuciosa de um determinado objeto, permitindo um enfoque detalhado das forças que o compõem: “o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”.

O argumento de Godoy (1995) acerca da minúcia do estudo de caso ilustra o segundo motivo pelo qual optou-se por esta estratégia de pesquisa. Isso porque a UERGS vem sendo pauta de diversas discussões com relação ao seu papel, a sua estruturação, aos rumos que a Universidade deve tomar.

Assim, um trabalho que se disponha a descrever em detalhes os acontecimentos, identificar os atores envolvidos, as propostas apresentadas, bem como as interfaces sociais, políticas e econômicas presentes no seu cotidiano, pode vir a ser um documento relevante para as tomadas de decisão concernentes ao seu andamento.

Robert Stake (2005), ao apresentar as situações que justificam a utilização do estudo de caso, destaca o interesse do pesquisador pelo objeto em questão, sua disposição em dedicar-se ao estudo deste fenômeno, o quanto se quer aprender com ele. Com isso, o autor traz mais um elemento que respalda a escolha pelo estudo de caso, uma vez que esta estratégia de pesquisa, sobretudo em se tratando de pesquisa qualitativa, sugere uma aproximação pesquisador-objeto (STAKE, 2005).

A opção por esta estratégia de pesquisa se justifica ainda pelo fato de as ciências sociais aplicadas se caracterizarem por desenvolver uma produção acadêmica a partir da realidade empírica, daí que as pesquisas, nesta área do conhecimento, sejam normalmente conduzidas utilizando-se estudos de caso (LIMA, 1999).

O estudo de caso conduzido na pesquisa foi de caráter exploratório-descritivo, com um recorte seccional de perspectiva longitudinal, o que significa que a coleta de dados, embora efetuada em um período específico, focada no contexto presente, recuperou também informações passadas (YIN, 2005).

Os estudos exploratórios são utilizados quando a pesquisa se direciona a uma temática pouco abordada, a fim de elucidar ou desenvolver determinadas idéias e

conceitos acerca do assunto em questão (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 1994). Não obstante o fato de que existam diversos trabalhos que se propuseram a articular universidade e desenvolvimento, a UERGS é em si um fenômeno recente e ainda pouco estudado, podendo, por isso, apresentar novos elementos no debate acerca deste tema.

Ainda sobre seu delineamento, a investigação, seguindo a conceituação de Yin (2005), ocorreu mediante um estudo de caso do tipo incorporado, com múltiplas unidades de análise, quais sejam, unidade institucional, o estudo da organização em si; unidade política e legal, correspondendo à apreciação dos trâmites jurídicos que tratam do andamento da UERGS; e a unidade social, que diz respeito à análise das relações da Universidade com seu entorno.

### **2.2.1 Fontes e coleta de dados**

O trabalho de coleta de dados em um estudo de caso deve seguir alguns princípios. O primeiro deles é a preocupação com a diversidade das fontes de evidência, o que possibilita ao pesquisador trabalhar ao mesmo tempo com questões históricas, contemporâneas e atreladas a fatores de diferentes origens, e que acarretam influências específicas no objeto em questão (YIN, 2005).

Além disso, Yin (2005) enfatiza a importância no uso de múltiplas fontes de evidência porque permite o desenvolvimento do que o autor intitula “linhas convergentes de investigação”, um processo que o autor conceitua como “triangulação”. Para Yin (2005), a triangulação consiste na articulação de dados advindos de origens distintas a fim de aprofundar a análise das informações levantadas durante a pesquisa. A triangulação proporciona, a partir dessa articulação, conclusões mais convincentes e acuradas, uma vez que estarão fundamentadas em diferentes fontes de informação (YIN, 2005).

Outro princípio a ser seguido na coleta de dados para um estudo de caso consiste em manter um “encadeamento de evidências” (YIN, 2005). Ao se organizar o trabalho de pesquisa respeitando este princípio, o leitor tem condições de identificar a relação

entre resultados, análises e fontes de evidência, o que aumenta o nível de confiabilidade do estudo (YIN, 2005).

Levando a termo o encadeamento de evidências dá-se a oportunidade para que qualquer interessado siga as etapas da pesquisa – das conclusões para as questões iniciais ou das questões até as conclusões, permitindo que haja clareza quanto à articulação fontes-análise-conclusões (YIN, 2005).

É importante também que o pesquisador seja um bom observador, o que significa ser capaz de perceber nuances, de observar detalhes, por exemplo, no manuseio de documentos, situação em que é preciso identificar aspectos relevantes naquilo que Yin (2005) chama de “entrelinhas”: mensagens, informações, as quais, apesar de não explícitas, ao serem articuladas com outros conhecimentos, podem evidenciar aspectos importantes que auxiliem na análise e discussão referentes ao fenômeno.

Seguindo nos atributos considerados essenciais para a coleta de dados, destaca-se também a capacidade de reflexão. Conforme Yin (2005, p. 84), o pesquisador deve criar um “rico diálogo com as evidências”, uma vez que, diz o autor, a coleta de dados nos estudos de caso muitas vezes traz à tona informações que incitam sucessivas reflexões, as quais, por sua vez, podem sugerir a construção de novas perguntas, novas questões, ou mesmo suscitar redirecionamentos nos rumos da investigação: “os estudos de caso exigem uma mente indagadora durante a coleta de dados, não apenas antes ou após a atividade”.

Nesse sentido, é preciso atenção para outro fator diretamente relacionado ao que está colocado no parágrafo anterior: o pesquisador precisa estar aberto aos depoimentos, registros documentais e situações que eventualmente possam se mostrar contrários às suas convicções. O que quer que surja a partir da experiência deve sempre ser tomado como uma oportunidade – de confirmar posições, de rever idéias, de refletir acerca de determinada questão (YIN, 2005).

Ilustrando o quão comum é o fato de que as vivências que vão se acumulando ao longo da investigação acabam invariavelmente demandando o que o autor chama de

“adaptabilidade e flexibilidade do pesquisador”, Yin (2005, p. 85) afirma, categórico: “pouquíssimos estudos de caso terminarão exatamente como foram planejados”.

Sobre as possíveis fontes de evidência, Yin (2005) faz menção a seis, os artefatos físicos, a observação direta, a observação participante, os documentos, os registros em arquivo e as entrevistas. A utilização de cada uma destas fontes depende, dentre outros aspectos, do tipo de pesquisa que está sendo conduzida e da disponibilidade dos dados quando da intervenção (YIN, 2005).

Neste trabalho, as fontes para a coleta de informações partem da análise de documentos, da observação direta e da observação participante, e foram as seguintes:

- a) o convívio com professores, funcionários e alunos nas atividades cotidianas referentes ao trabalho docente do pesquisador;
- b) pessoas da sociedade em geral, que estabelecem alguma relação com a UERGS ou que já estiveram envolvidas nos trâmites da Universidade;
- c) documentos e registros da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que versam sobre a UERGS, bem como atos do Poder Executivo de mesma natureza;
- d) documentos e registros de prefeituras municipais relacionados à UERGS;
- e) consulta a trabalhos acadêmicos, livros, e *sites* que têm a Universidade Estadual como tema;
- f) planos, relatórios, projetos pedagógicos e expedientes em geral produzidos internamente na Universidade;
- g) matérias veiculadas pelos meios de comunicação que abordam questões ligadas à UERGS;
- h) a participação em reuniões da Associação dos Docentes da UERGS e do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, em audiências públicas promovidas pela Assembléia Legislativa, bem como em seminários e fóruns de discussão sobre a Universidade Estadual.

### **2.2.2.1 Análise de documentos**

No que se refere aos documentos, a relevância deste tipo de fonte reside no fato de que a análise documental permite que o pesquisador se familiarize com os antecedentes históricos de um dado fenômeno, dando, com isso, condições para que se conheça não somente o passado do objeto, mas também as forças que o constituíram e que ainda exercem influência em seu cotidiano (GIL, 1999).

Esse mapeamento de forças que vem atuando no fenômeno dá a oportunidade de identificar seus marcos importantes, como por exemplo, processos de mudança, desenvolvimento de determinadas estratégias, dificuldades enfrentadas, projetos em andamento, auxiliando, assim, na caracterização do momento presente e apontando perspectivas futuras (GIL, 1999).

Dessa forma, a apreciação de documentos serve de guia para o entendimento da trajetória como um todo do fenômeno, oferecendo subsídios que, somados a outras informações advindas de fontes diversas, constituem-se em material imprescindível para a condução da pesquisa (GIL, 1999).

Voltando-se ao estudo de caso em particular, as informações provenientes de documentos se constituem em importantes referências para a condução deste tipo de pesquisa, uma vez que os documentos asseguram a consolidação das evidências advindas de outras fontes, permitindo a confirmação de dados institucionais e o detalhamento de dados coletados em outros momentos (YIN, 2005).

Os documentos oferecem ainda a oportunidade de formular novas questões, de identificar novas fontes que podem vir a ser utilizadas no andamento da pesquisa (YIN, 2005).

### **2.2.2.2 Observação direta**

O convívio com o fenômeno investigado permite que se faça a chamada observação direta, a apreciação de comportamentos e condições ambientais que podem se tornar evidências importantes para a pesquisa (YIN, 2005).

A observação direta compreende atividades formais e também informais. No primeiro caso, há uma preocupação em sistematizar as apreciações a partir do que Yin (2005) descreve como “protocolos de observação”: busca-se avaliar a incidência de certos comportamentos em um dado período de tempo. Em abordagens menos estruturadas, a observação direta diz respeito à atenção ao ambiente e contexto durante a própria coleta de dados, independentemente de qual o meio de coleta que está sendo utilizado.

Desse modo, as condições físicas de um prédio ou de determinados espaços de trabalho podem trazer à tona indícios acerca da situação de uma determinada organização (YIN, 2005).

### **2.2.2.3 Observação participante**

A observação participante aprofunda os mecanismos de apreensão de dados referentes à observação direta, isso porque, como sua designação indica, o pesquisador não é somente um espectador, mas um agente efetivo, que, salienta Yin (2005, p. 121) “participa dos eventos que estão sendo estudados”.

Essa técnica de coleta oferece uma apreensão acurada do fenômeno investigado, na medida em que pressupõe o ingresso em reuniões, audiências, encontros muitas vezes inacessíveis àqueles que não fazem parte da instituição, oportunizando o convívio com pessoas-chave em situações nas quais ocorrem as decisões, a formulação de planos e estratégias, as avaliações de resultados, permitindo, assim, o contato com informações importantes para subsidiar as análises (YIN, 2005).

Além disso, a observação participante, ainda nessa prerrogativa de livre trânsito nas instâncias da organização estudada, diz respeito também à perspectiva de manusear

documentos e arquivos da mesma forma restritos, e que igualmente podem guardar dados importantes para as reflexões posteriores (YIN, 2005).

### **2.3 Técnica de análise dos dados: Análise de conteúdo**

A análise do conjunto de dados coletados ao longo da pesquisa ocorreu através da técnica intitulada análise de conteúdo, “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 33).

A análise de conteúdo é um processo adequado para sistematizar informações cujas origens sejam diversificadas. Trata-se, conforme Laurence Bardin (1977, p. 7), de um método de análise que, reunindo aspectos objetivos (uma estruturação definida) e subjetivos (espaço para as interpretações do pesquisador), busca aprofundar a avaliação de determinada informação, discurso, texto, apreendendo aspectos que passam despercebidos em uma leitura comum:

O que é a análise de conteúdo? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados. [...] Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absorve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. [...] Analisar mensagens por esta dupla leitura, onde uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo [...].

Fixando-se nessa prerrogativa de trabalhar para além da leitura comum, a preocupação da análise de conteúdo é superar a mera descrição dos conteúdos, avançando, mediante o devido tratamento que a técnica sugere, em direção aos ensinamentos que os mesmos guardam. Tais ensinamentos podem ter origem e implicações relacionadas à psicologia e à sociologia, à história e à economia, cabendo ao investigador estabelecer estas articulações e, desse modo, conduzir o estudo de forma mais aprofundada (BARDIN, 1977).

Esse é, de fato, um dos atributos mais relevantes da análise de conteúdo, segundo a concepção de Bardin (1977). Ao evidenciar premissas psicológicas e sociais,



ao trazer à tona as forças históricas e econômicas que delinham o objeto pesquisado, a análise de conteúdo ajuda a responder, de acordo com a autora, duas questões:

a) o que conduziu a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem;

b) quais as conseqüências que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto se refere aos possíveis efeitos das mensagens.

Bardin (1977) propõe a estruturação da análise de conteúdo em três fases, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise é o momento de efetuar, dentre outros procedimentos preparatórios para o desenvolvimento da técnica em questão, um contato ainda preliminar com o material a ser avaliado. Trata-se, nas palavras da autora, de uma “leitura flutuante”, na qual as primeiras impressões e orientações acerca do conjunto de dados apreendidos começam a surgir.

Na segunda fase, a exploração do material, efetua-se a análise propriamente dita, através da sistematização de dados conhecida como categorização. A construção de categorias é um dos procedimentos fundamentais da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p. 32), a categorização consiste na reunião de elementos a partir de características afins, no intuito de facilitar o processo de análise das informações adquiridas: “a técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar”.

No tratamento dos resultados, a terceira fase da análise de conteúdo, o pesquisador deve ter a preocupação de apresentar os encaminhamentos de sua investigação (BARDIN, 1977). É o momento de condensar as informações já trabalhadas nas etapas anteriores, discutir o alcance dos objetivos, refletir sobre as inferências, comentar sobre eventuais descobertas inesperadas, tratar dos limites do estudo e apresentar as contribuições que a intervenção traz.

Bardin (1977) destaca a utilização de quadros, diagramas, figuras e modelos para auxiliar na ilustração das informações previstas para esta fase. A autora enfatiza ainda que, no tratamento dos resultados, cabe espaço para sugestões a futuras pesquisas,

inclusive àquelas que utilizam outras técnicas e métodos de análise, sendo que os resultados obtidos, o conjunto de dados coletados, sua sistematização e as diversas inferências levadas a termo podem servir de base para estas eventuais novas investigações.

## **2.4 Desenho geral da pesquisa**

Estabelecidas as prerrogativas epistemológicas e delineadas as orientações técnicas que balizaram a condução da pesquisa, neste item são apresentados os aspectos concernentes à construção da tese, descrevendo como se deu sua formulação, desde os passos preliminares à conclusão do estudo.

### **2.4.1 A construção do referencial teórico**

De início, houve a busca por referenciais que dessem suporte às premissas do trabalho, assim, a fundamentação teórica contemplou, em um primeiro momento, a recuperação da história a respeito da origem e do papel cumprido pelas universidades, em especial no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul.

A seguir, o enfoque foi em autores cuja elaboração caracteriza a articulação universidades-desenvolvimento, sempre a partir de uma perspectiva que sustentasse a intenção de abordar o conceito de desenvolvimento de forma ampliada.

Ainda estruturando conceitualmente os fundamentos acerca das universidades, a atenção foi voltada a experiências de outras universidades estaduais do país que pudessem se colocar como parâmetro para analisar a trajetória da UERGS.

Avançando na composição do referencial, fez-se uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento, apresentando duas das principais correntes teóricas que versam sobre o tema, a linha liberal e a histórico-estruturalista.

As idéias defendidas pela linha liberal deram início a esta segunda parte da estruturação teórica da tese, a qual foi baseada em uma revisão dos principais argumentos da corrente em questão, delimitando também seus antecedentes e trajetória a partir do final do século XIX.

Em seguida, houve a reflexão a respeito das implicações do pensamento liberal para as questões subjacentes à idéia de desenvolvimento no contexto contemporâneo, abarcando também sua repercussão no que se refere à composição das universidades brasileiras na atualidade.

Essa reflexão sedimentou a proposta da tese, abrindo caminho para que fossem trazidos à tona alguns dos autores que se propuseram a constituir um arcabouço teórico que enfatiza a importância de entender o conceito de desenvolvimento em uma perspectiva mais abrangente.

A partir disso, se fez o estudo da corrente histórico-estruturalista, desde a CEPAL e o esforço de seus protagonistas em criar as condições para o efetivo desenvolvimento da América Latina, passando pelas contribuições de Celso Furtado e seu projeto para o Brasil, até o enfoque em nível regional de Sérgio Boisier.

Assim, foi possível situar a UERGS e a proposta da tese em um plano mais aprofundado, vinculando o projeto que originou a Universidade Estadual - bem como as intenções deste trabalho - com as construções teóricas e as experiências práticas que buscam a afirmação cultural, política e econômica do continente latino-americano.

O último item que compõe o delineamento teórico do trabalho foi constituído em função da percepção de que, dados os embates e a complexidade intrínsecos ao processo de configuração da sociedade, seria necessário destacar a relevância da participação estatal como agente mediador e principalmente protagonista nos trâmites políticos, econômicos e culturais que forjam o mundo.

A ênfase nessa participação efetiva do Estado se deveu também ao fato de que a UERGS não só é uma instituição pública, como sua criação é decorrência direta de tal pressuposto.

Buscou-se, a partir disso, um apanhado conceitual que abordasse a questão da ação estatal como prática estratégica imersa em lutas de diferentes matizes entre grupos

diversos, sempre almejando a afirmação de um conjunto específico de idéias. A obra do economista chileno Carlos Matus ofereceu os subsídios pretendidos, tendo sido este o orientador do trecho que encerra o capítulo 3.

#### **2.4.2 A caracterização da organização pesquisada e a coleta de dados**

A coleta das informações concernentes à ação da UERGS se deu através da recuperação de dados das diversas fontes citadas no item 2.2.1, as quais permitiriam entender os desdobramentos que antecederam a criação da Universidade, bem como analisar os projetos que tratam do futuro da instituição, além de, evidentemente, dar condições para um mapeamento das atividades que vem sendo desenvolvidas atualmente.

Com isso, procurou-se estabelecer, dentro dos limites da investigação, a máxima abrangência de dados, o que auxiliaria na caracterização consistente da organização foco do estudo, e, fundamentalmente, daria condições para a identificação das suas possíveis contribuições ao Estado em uma maior dimensão.

Isso porque a história da constituição da Universidade Estadual já traz elementos importantes para pensar sua relevância, na medida em que demonstra o poder de articulação, as várias discussões, os diversos sujeitos envolvidos nos trâmites referentes à sua implementação.

Do mesmo modo, os debates de professores, alunos e funcionários acerca dos caminhos a serem percorridos pela instituição igualmente evidenciam, em seu conteúdo, as potencialidades que podem vir a se manifestar nas próximas iniciativas da UERGS.

Apostou-se, assim, não somente nas práticas, mas também nas idéias subjacentes à trajetória da Universidade, uma vez que, cabe ressaltar, trata-se de uma Instituição nova, ainda em processo de afirmação, de modo que as concepções, a reflexão, as propostas formuladas e discutidas ainda no plano conceitual e teórico são parte essencial nesta construção em andamento.

No que se refere à prática propriamente dita, as atividades conduzidas pela UERGS foram contempladas inicialmente em uma apresentação geral das ações em ensino, pesquisa e extensão ocorridas em 2008 e 2009, em um item precedido por uma contextualização sobre o momento atual da Universidade, no qual foram salientadas as dificuldades enfrentadas pela Instituição, e as discussões que evidenciam a mobilização na busca pela resolução dos problemas.

A seguir, o objetivo foi aprofundar a observação da atuação da Universidade através da identificação de experiências pontuais que pudessem ilustrar a diversidade e o alcance dos trabalhos desenvolvidos pela UERGS.

Essa foi a preocupação que guiou a escolha das iniciativas a serem relatadas, o cuidado em evidenciar a pluralidade das ações, ainda que, evidentemente, sem a pretensão de abranger a totalidade dos projetos vinculados à Universidade Estadual.

A atenção à representatividade das experiências descritas foi pautada nos seguintes termos, em um delineamento sempre limitado à disponibilidade dos dados e ao tempo hábil para a conclusão da pesquisa dentro do prazo estipulado:

a) se procurou representar as três grandes áreas que abrigam as atividades promovidas pela Universidade, a das Ciências Humanas, Ciências da Vida e do Meio Ambiente, e Ciências Exatas e Engenharias;

b) buscou-se também abranger cada um dos níveis característicos de uma instituição de ensino superior, a graduação, a pesquisa e a extensão;

c) da mesma forma, foi levada em consideração, dentro da idéia de representar as ações da Universidade através de experiências pontuais, a inovação proposta na formação dos cursos de graduação;

d) observou-se, ainda, a representatividade no que se refere aos pressupostos de criação da UERGS, de modo que foram enfocadas experiências relacionadas à inclusão social e à valorização das potencialidades locais;

e) outro critério foi enfatizar o vínculo da Universidade com as comunidades em que a Instituição se insere;

### 2.4.3 Reflexões e análise

A parte da tese que contém a análise se constituiu mediante reflexões críticas acerca das informações coletadas que estruturaram o capítulo anterior, reflexões as quais foram orientadas, em um primeiro momento, pelo referencial teórico.

Essa condução partindo da teoria foi delimitada por categorias, construídas com base nos critérios assinalados por Bardin (1977), reunindo as idéias-chave e os elementos conceituais e teóricos que dariam o suporte necessário às análises.

Nesse capítulo foram agregadas novas informações, uma vez que, à avaliação de documentos, somaram-se a observação direta e a observação participante como meios de coleta de dados.

Os dois tipos de observação, efetuados através da participação do pesquisador em eventos diversos dentro do andamento cotidiano da UERGS, permitiram o acesso a outras fontes importantes para pautar as reflexões, principalmente depoimentos de sujeitos que atuam direta ou indiretamente no âmbito da Universidade, desde professores, alunos e funcionários, passando por vereadores, deputados e prefeitos, além de lideranças sindicais e comunitárias.

Com isso, a análise desenvolvida fundamentou-se não somente no aporte teórico elaborado na tese, mas também a partir das experiências ao longo do processo de pesquisa, mediante o convívio com colegas, o contato com autoridades políticas e representantes de movimentos, e a participação em reuniões e seminários.

Cabe frisar que os momentos de leitura dos registros da trajetória da UERGS, a apreciação de relatórios, planos, projetos e documentos em geral igualmente se constituíram em “experiências”, na medida em que se tomava conhecimento de uma série de dados e situações que estimulavam o pensamento acerca dos objetivos e pretensões alinhadas no estudo.

Mais do que auxiliar nas análises e reflexões, as idéias, *insights* e percepções surgidas das experiências vivenciadas na investigação, da mesma forma se fizeram presentes nos demais momentos relevantes na condução da tese: na escolha das narrativas que aprofundaram a caracterização do objeto e a coleta de dados, na formulação das categorias, no aprimoramento do referencial teórico, o que permitiu que

fossem feitos ajustes e refinamentos ao longo de todo o processo de pesquisa, a fim de alcançar uma articulação e uma coerência consistentes entre teoria, objeto, objetivos e análise.

Depois de efetuadas as análises e reflexões, foi elaborada uma sistematização que pudesse oferecer respaldo para uma resposta categórica ao problema de pesquisa, a fim de apontar, formalmente, quais seriam as possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado.

#### **2.4.4 A finalização do texto**

Nas considerações finais, foi feita a recuperação dos fatores que evidenciam a relevância da Universidade, bem como o alinhamento das eventuais contribuições do estudo para a organização investigada.

Para este último capítulo fez-se também apontamentos a respeito das limitações da tese, identificadas após as leituras que encaminharam a conclusão do trabalho. Ao término do texto, foram apresentadas sugestões para possíveis estudos acerca da UERGS, temas que surgiram no decorrer da investigação e que podem vir a ser explorados em outras abordagens.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Formação de sujeitos, mediação global-local, inserção na sociedade: a contribuição das universidades para o desenvolvimento

As primeiras universidades do Ocidente tiveram sua origem na Europa do século XII. Organizadas em corporações, seu objetivo era defender os interesses de uma categoria ou de uma profissão. Foi desse modo que surgiu, em torno de 1100, em Bolonha, a *Universitas Scholarium*, com o ensino do Direito (FAGUNDES, 1986).

Por volta de 1150 foi criada, em Paris, a *Universitas Magistrorum*, na qual se desenvolveu especialmente os estudos de Filosofia e Teologia, tendo adquirido grande importância entre as autoridades civis e religiosas. Pouco depois, houve a fundação, em Oxford, de mais uma universidade, desta vez com a atenção voltada às ciências naturais (FAGUNDES, 1986).

Tais universidades, juntamente com as demais instituições de ensino superior do período medieval, centravam-se em torno do episcopado, estruturando-se sob forte influência do poder eclesiástico, atuando como disseminadoras de conhecimentos pré-estabelecidos. Tal condição sofreria modificações a partir da ascensão de movimentos como o humanismo renascentista, a reforma protestante e o desenvolvimento da ciência experimental, além de outros eventos como a ascensão dos estados nacionais, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Foi, porém, com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, que as universidades foram obrigadas a se reformular, uma vez que novos pressupostos surgiam, colocados pelo modo de produção capitalista (FAGUNDES, 1986).

Contudo, o marco histórico da ascensão da universidade moderna deu-se na Alemanha, país de industrialização tardia que, ao menos em um primeiro momento, não seguiu, no que diz respeito ao ensino, as novas expectativas da sociedade voltada ao capital que se consolidava em outros países europeus (TRINDADE, 1999).



A criação da Universidade de Berlim, em 1810, tinha por objetivo superar a mera reprodução de conhecimento que dominava o contexto medieval, propondo-se a atuar como núcleo gerador de saberes através da investigação e da pesquisa. Do mesmo modo com que procurou superar a idéia medieval de ensino, a Universidade de Berlim também não se restringiu à produção de conhecimentos voltados ao paradigma capitalista, buscando sempre estimular a amplitude cultural (TRINDADE, 1999).

No Reino Unido é que se manifestaram os exemplos emblemáticos da transição das universidades em direção aos anseios capitalistas. No século XIX, Oxford e Cambridge, duas das mais tradicionais instituições britânicas, adentraram a era contemporânea mediante reformas e redirecionamento de suas atividades. Na mesma época, surgiram as assim chamadas “universidades utilitárias”, como a Universidade de Londres, cuja preocupação exclusiva era fomentar o preparo técnico (FAGUNDES, 1986).

Além disso, ainda no contexto da Grã-Bretanha, houve uma ampliação do escopo de atuação das universidades, um fato novo na história do ensino superior: diferentemente do período medieval, a Inglaterra moderna testemunhou o surgimento da concepção de ensino continuado, que visava, dentre outras prerrogativas, atender (ainda que minimamente) as reivindicações das camadas populares, promovendo a educação universitária também dentre as classes sociais de menor poder econômico (FAGUNDES, 1986).

Na França, por sua vez, as universidades modernas se caracterizaram por seu alinhamento com o novo ideário político e econômico voltado ao progresso e à formação dos quadros profissionais dos estados recém formados. O ensino, dessa forma, privilegiava a formação de professores, engenheiros e médicos, de maneira especializada, formando um conglomerado de escolas superiores isoladas entre si, um modelo que, posteriormente, serviria de referência para as universidades brasileiras (FAGUNDES, 1986).

No que concerne ao Brasil, ao se buscar os antecedentes históricos da criação de universidades no país percebe-se, de início, a notável resistência tanto de Portugal, coerente com seu olhar de metrópole desinteressada no desenvolvimento cultural de

uma colônia, como por parte dos brasileiros, que consideravam mais adequado que as elites enviassem à Europa seus representantes interessados em fazer estudos superiores (FÁVERO, 2000).

Apesar de algumas tentativas, dentre elas a recorrente atuação dos jesuítas, que desde o século XVI pleiteavam a constituição de universidades, a fim de dar prosseguimento à formação que ofereciam em cursos de nível médio em Letras e Artes, além de uma iniciativa pontual notada nos planos da Inconfidência Mineira, o fato é que todos os esforços para a criação de universidades no país durante o período colonial e monárquico foram contidos pela intervenção portuguesa (FÁVERO, 2000).

As primeiras experiências em nível superior só se dariam no início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Na ocasião, foram criados cursos de caráter prático e profissionalizante, destinados a formar profissionais para o Estado. São daquele período o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia (fevereiro de 1808), e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, inaugurada em novembro do mesmo ano no Hospital Militar do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2000).

A proclamação da Independência e o período imperial trouxeram poucas alterações na situação do ensino superior no país: há a criação de apenas quatro faculdades, em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Ouro Preto. A ausência de universidades, bem como a indisposição para a pesquisa e a produção de conhecimento, evidenciam o tom utilitário e pragmático com que vinha sendo enfocada a questão da educação superior no país, voltada exclusivamente para aspectos técnicos (FÁVERO, 2000).

Foi somente nos primeiros anos do século XX que se constituíram as primeiras universidades brasileiras, a Universidade de Manaus, em 1909, a do Paraná, em 1912, e a do Rio de Janeiro, em 1920. O foco, contudo, permanecia direcionado para a formação profissionalizante, perfil que seria alterado somente a partir da década de 1930 (SCHWARTZMAN, 2001).

A fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, pode ser considerada o marco inicial do pensamento efetivamente universitário no Brasil, uma vez que a USP trazia as premissas de dedicação integral à pesquisa, autonomia para sua

administração e para a atuação dos professores, além da presença de docentes estrangeiros. Seu modelo de organização serviria de base para várias outras instituições que foram surgindo nos demais estados (SCHWARTZMAN, 2001).

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra, o campo científico adquire *status* estratégico, situação que levou as universidades a se aproximarem de questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de cunho militar, com a criação do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e do Instituto Militar de Engenharia (IME).

A percepção estratégica do meio acadêmico levou também à constituição de órgãos de administração e fomento: em 1951, surgem o Conselho Nacional de Pesquisa, atual CNPQ, e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Ensino Superior, hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) (SCHWARTZMAN, 2001).

No início da década de 1960, outro momento significativo na trajetória universitária brasileira: a Universidade de Brasília (UnB) é criada a partir do esforço de intelectuais como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com o objetivo de afirmar a democratização do ensino superior, a produção de pesquisa em alto nível, e a autonomia do país, um projeto que seria enfraquecido logo em seguida, com o golpe de 1964, e a intervenção militar na instituição<sup>8</sup>.

Os temas que vão conduzir as discussões acerca das universidades no contexto pós-ditadura, nos anos 1980, e que vão adentrar também a década de 1990, dizem respeito às mudanças ocorridas na administração pública e sua repercussão nas instituições de ensino, por exemplo, a questão da democratização da educação, a autonomia na gestão universitária, e a participação mais intensificada da universidade nas demandas enfrentadas pela sociedade<sup>9</sup> (HARDY, FACHIN, 1996).

Focando a retrospectiva no Rio Grande do Sul, as idéias acerca da criação de uma Universidade Estadual datam da década de 1920, influenciadas pelas discussões e

---

<sup>8</sup> Darcy Ribeiro (1979, p. 154) se referia à UnB como “a Universidade necessária para que o Brasil realizasse suas potencialidades. Universidade que daria à cidade-capital a categoria intelectual indispensável para liderar culturalmente o país e que a tornaria capaz de conviver com os centros culturais do mundo”.

<sup>9</sup> Pontos discutidos no item 3.4.

movimentos que ocorriam em São Paulo e que fundamentaram as bases de construção da USP (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Em novembro de 1934 constituiu-se a Universidade de Porto Alegre, que, em 1947, por resolução da Constituição Estadual, teve seu nome alterado para Universidade do Rio Grande do Sul. Pouco depois, em 1950, a Instituição foi federalizada, tornando-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Até então quase que restritas à capital<sup>10</sup>, as instituições de ensino superior, a partir dos anos 1950, começaram a adentrar o interior do Estado. Na década seguinte houve a criação da Universidade Federal de Santa Maria, em 1960, da Universidade Federal de Pelotas (1969), e da Fundação Universidade de Rio Grande, no mesmo ano.

Neste contexto, cabe salientar a participação das universidades comunitárias, as quais, surgidas no Estado ao final da década de 1950<sup>11</sup>, tinham por objetivo a integração e o desenvolvimento regional, através de uma educação que atendesse às necessidades das localidades em que se inseriam (MARQUES, 1984).

As universidades comunitárias se colocavam como centros de irradiação de cultura, cumprindo papel essencial ante o acelerado progresso comercial e industrial que ameaçava descaracterizar as regiões e suas particularidades distintas dos grandes centros (MARQUES, 1984).

As organizações de ensino superior voltadas às comunidades locais se propunham à difusão de uma educação humanista, que estimulasse o convívio harmonioso entre os indivíduos, entre o ser humano e a natureza, e entre localidades e regiões, sempre balizando-se nos ideais religiosos que a origem cristã destas instituições sustentavam (MARQUES, 1984).

---

<sup>10</sup> As exceções eram Pelotas, que contava com uma faculdade desde 1874, e Taquari, com a Escola Prática de Agricultura e Viticultura, fundada em 1891, e que transformou-se depois em Curso Superior de Agronomia, vindo a desaparecer posteriormente (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

<sup>11</sup> Conforme Mario Osório Marques (1984), a primeira instituição nestes moldes foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), instalada em 1957 nesse município. Em 1985, a FAFI se tornaria uma universidade, a hoje intitulada Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Atualmente, são várias as universidades de caráter comunitário que atuam no Estado. Preservando os pressupostos de promover a interação e o desenvolvimento das regiões, a cultura e a educação humanista, valores que pautam suas ações desde sua origem há mais de meio século, estas instituições compõem hoje mais de um terço das vagas em nível superior no Rio Grande do Sul<sup>12</sup> (BITTAR, 2006).

A partir da década de 1970, a ampliação do ensino superior no Estado ocorre exclusivamente através das instituições particulares, um fenômeno percebido em todo o país. A criação da UERGS, em 2002, foi a primeira iniciativa em trinta anos em termos de ensino universitário público no Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002). Em 2006, uma nova instituição pública de ensino superior foi criada no Estado, desta vez através de iniciativa do governo federal: a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Ao se observar a trajetória das instituições de ensino superior no Brasil é possível afirmar que estas têm dado contribuições de grande importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, apesar de seu pouco tempo de existência se comparadas ao contexto europeu e aos países latino-americanos<sup>13</sup> (PANIZZI, 2004).

Mais do que isso, as universidades brasileiras vêm adquirindo reconhecimento internacional pela qualidade de seu trabalho acadêmico: não obstante o fato de que até quarenta anos atrás a presença nacional no cenário científico mundial fosse pouco significativa, hoje o país integra o grupo das vinte nações mais importantes do meio universitário, exercendo forte liderança no continente latino-americano (PANIZZI, 2004).

Panizzi (2004) afirma que a universidade tem como missão garantir a produção de conhecimento inovador, e deve buscar a preservação da multiplicidade de saberes,

---

<sup>12</sup> As universidades comunitárias do Estado formam o chamado Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), que integra as seguintes instituições: Centro Universitário Feevale (FEEVALE); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Universidade de Caxias do Sul (UCS); Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

<sup>13</sup> A criação das instituições de ensino superior no Brasil, que só ocorreu, como visto, em 1808, foi precedida pelas iniciativas nos países de colonização espanhola, como o Peru (1551), a Argentina (1613), a Colômbia (1622) e o Chile (1783) (SILVA, 2005).

configurando-se em uma instituição que não se limita a reproduzir estruturas e valores, acolhendo questionamentos e críticas.

Conforme a autora (PANIZZI, 2004, p. 37), é responsabilidade do meio acadêmico desenvolver uma produção científica e tecnológica “correspondente àquilo que a sociedade espera, precisa, deseja e tem o direito de receber”. Além disso, Panizzi (2004) reitera o esforço necessário por parte das universidades de alcançar a excelência de suas atividades, situando-se sempre na fronteira do conhecimento, estendendo o conhecimento gerado a todos os setores da sociedade, ampliando, inclusive, o acesso da população ao ensino superior.

Ao enfatizar o papel central das universidades, Panizzi (2004) salienta também a relevância de pensar o ensino superior como um projeto para o país, de modo que seja possível, através da produção acadêmica, responder às demandas sociais e, ao mesmo tempo, contribuir para uma inserção fortalecida no contexto mundial: “o financiamento da educação superior no Brasil é, em primeiro lugar, um problema político”, diz a autora (PANIZZI, 2004, p. 123).

Trindade (1997, p. 49-50) corrobora esta afirmação ao ressaltar que, dada a importância da produção das universidades para o andamento da sociedade, a organização, o financiamento e o controle do ensino e da pesquisa devem ser tratados como temas fundamentais para o desenvolvimento, na medida em que o sistema científico tem grande poder de influenciar na economia, na cultura, na política:

Na sociedade moderna, seria ingênuo imaginar que o sistema científico, apoiado no desenvolvimento de pesquisa fundamental e aplicada, organiza-se e complexifica-se por seus próprios recursos e de forma autônoma pela comunidade científica no interior das universidades. Embora as atividades de pesquisa se realizem geralmente nas universidades, precisamos estar conscientes de que, tanto nas sociedades industriais avançadas quanto nas dependentes e periféricas, a ciência e sua organização tornaram-se um problema eminentemente político.

Panizzi (2004) da mesma forma chama a atenção aos atributos acadêmicos e sua participação na construção e prosperidade dos países, lembrando que as nações que compõem o primeiro mundo, não por acaso, apresentam uma estrutura universitária de enorme amplitude, valendo-se, com isso, dos resultados do trabalho científico para sustentar sua posição protagonista nas relações internacionais.

A partir disso, direcionando uma vez mais o olhar ao contexto brasileiro, apontando novamente a função estratégica da atividade científica na sociedade - o que demanda, portanto, um tratamento político à questão, Panizzi (2004, p. 123) destaca a necessidade de perceber as universidades como instituições essenciais para o desenvolvimento: “cabe à sociedade brasileira decidir se, como acontece nas nações mais desenvolvidas, ela quer se prover de um sistema universitário republicano de alto nível, capaz de formar profissionais e cidadãos e, principalmente, capaz de contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento do país”.

Nessa perspectiva de relacionar as universidades com o desenvolvimento, há uma série de elementos que são considerados pressupostos para que de fato o trabalho acadêmico possa dar este tipo de contribuição, dentre eles a capacidade de formar indivíduos preparados para atuar como protagonistas no mundo contemporâneo, a mediação entre questões internacionais e locais, e o grau de inserção nas comunidades às quais as instituições estão integradas, fatores a serem abordados nos próximos itens<sup>14</sup> (PANIZZI, 2004; SAVIANI, 2007; FREIRE, 2000).

### **3.1.1 A formação de sujeitos**

A abordagem acerca da relação universidades-desenvolvimento pode ser discutida sob um aspecto que se refere à atenção com a formação dos sujeitos, com o preparo de homens e mulheres de maneira que estes possam não somente desempenhar funções profissionais, como também afirmar-se como indivíduos, como seres no mundo.

Trata-se de um enfoque recorrentemente trabalhado por Paulo Freire, um dos intelectuais mais importantes do país. Ao elaborar suas concepções a respeito do papel da educação e da produção de conhecimento, Paulo Freire legou às instituições de

---

<sup>14</sup> A opção em focar estes três aspectos é baseada na afirmação de Panizzi (2004, p. 77) de que um dos principais desafios das universidades atualmente é assegurar sua “pertinência social”: “o primeiro grande desafio diz respeito à ‘pertinência social’. A formação oferecida pela Universidades, tanto quanto sua produção científica e tecnológica, deve ser ‘pertinente’, isto é, deve estar de acordo com seu tempo, e deve refletir, ao mesmo tempo, nosso conhecimento do que acontece ‘do outro lado do planeta’ e daquilo que se apresenta no nosso dia-a-dia, na nossa realidade mais próxima e cotidiana”.

ensino e à sociedade brasileira uma obra que propõe reflexões e práticas que, antes de tudo, priorizam a vida, defendendo de forma veemente a autonomia de pensamento, a ética e a justiça social.

A contribuição de Freire (2000) para o arcabouço teórico da tese se refere à sua ênfase na necessidade de, através do ensino, preparar os indivíduos para que estes venham a ser sujeitos, cuja ação se caracterize pelo protagonismo, pela capacidade criativa, pela busca incessante por melhores condições de vida.

O desenvolvimento de uma nação, a disposição para enfrentar e superar as dificuldades históricas de um país como o Brasil passam, salienta o autor, por políticas e estratégias que percebam a importância de um processo de formação que considere a ética, a valorização da cultura, a justiça social, a liberdade, o respeito à pluralidade, como aspectos tão necessários quanto aqueles de ordem mais pragmática, ligados ao preparo profissional e técnico (FREIRE, 2000).

Desse modo, Freire (2000) oferece uma contribuição essencial ao humanizar a discussão, ao colocar em perspectiva que a reflexão acerca das universidades e seu papel no desenvolvimento deve também ser situada no plano da coletividade, dos homens e mulheres que compõem a sociedade.

Freire (2000, p. 147) propõe um olhar em que o ser humano não seja sobrepujado pelo superdimensionamento da técnica, mas que esta se coloque como instrumento de libertação, de transformação social: “o progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres”.

Um enfoque possível para dar conta da amplitude do trabalho de Paulo Freire, e que auxilia no que se pretende neste subcapítulo, diz respeito às formulações do autor concernentes à definição do que seja, de fato, uma Formação.

Ao se referir ao seu conceito de formação, Freire (2000) inicialmente chama a atenção para o estado de apatia que se generalizou no mundo contemporâneo, uma condição colocada pela padronização de expectativas, pela massificação de



pensamentos e desejos, condição esta decorrente da supremacia de um conjunto específico de valores, propagados por uma sociedade primordialmente voltada ao mercado.

Há, diz Freire (2000, p. 128), uma “domesticação alienante que alcança a eficiência extraordinária no que venho chamando ‘burocratização da mente’. Um estado refinado de estranheza, de ‘autodemissão’ da mente, do corpo consciente, de conformismo do indivíduo, de acomodação [...]”. Tal situação, alerta o autor, compromete a liberdade, cerceia a criatividade e a imaginação, alicerçando um estado de fatalismo e um senso de imutabilidade entre as pessoas, que acabam por simplesmente seguir padrões de comportamento, se adaptando e aceitando uma realidade na qual são privadas da possibilidade de conceber a existência de modos diferentes (FREIRE, 2000).

A partir disso, Freire (2006) afirma o pressuposto que delineia sua idéia de formação: é preciso compreender o mundo como resultante da decisão humana, ou seja, entender o processo constante de construção da sociedade, mediante a ação dos seres humanos.

Em uma primeira análise, formar seria então, na concepção *freireana*, conscientizar homens e mulheres da sua capacidade protagonista, deixando para trás o determinismo paralisante, e evidenciando o potencial de construir a história que cada um possui. Para Freire (2006), há que se considerar o ser humano como “um ser no mundo”, um ser histórico que, a cada escolha, a cada movimento, a cada decisão, participa na estruturação quotidiana do tecido social.

Freire (2000) dá uma conotação utópica a esta premissa, que traz à tona a força transformadora latente em cada indivíduo, deixando clara a importância de se trabalhar na recuperação da capacidade de conceber caminhos distintos, sobretudo em uma época em que se testemunha a unidimensionalidade, a homogeneização. Por isso, um processo de formação deve também contemplar, sugere Freire (2000, p. 130), o sonho, a utopia, aspectos inerentes ao ser humano e que lhe dá a vitalidade necessária para colocar em ação seu potencial transformador: “a proclamada morte da História que significa, em última análise, a morte da utopia e do sonho, reforça, indiscutivelmente, os mecanismos

de asfixia da liberdade. Daí que a briga pelo resgate do sentido da utopia de que a prática humanizante não pode deixar de estar impregnada tenha de ser uma sua constante”.

Ainda fazendo menção aos entendimentos necessários para se conduzir adequadamente a formação de sujeitos, Freire (2001) afirma que é preciso assumir que não somente o mundo é constituído quotidianamente, como da mesma forma o ser humano é também um ser em construção, diariamente influenciando e sendo influenciado nas diversas articulações que caracterizam a sociedade, desde relações de ordem econômica e política, passando pelas influências de conotação histórica, ética e cultural.

Nesse sentido, Freire (2000, p. 61) atribui à produção de conhecimento o papel de desvelar esta condição de “inconclusão” do ser. Assim, seria possível contribuir para a superação de limites, a fim de permitir que o desenvolvimento de homens e mulheres não cesse, e, mais do que isso, seja permanentemente afirmado: “a inconclusão que se reconhece a si mesma, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca. Histórico-sócio-culturais, mulheres e homens nos tornamos seres em quem a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, se torna fundante da produção do conhecimento.”

Cabe ressaltar que, ao reiterar a inconclusão do ser humano e seu potencial transformador, ao dar ênfase à possibilidade de atuação protagonista em um mundo em constante elaboração, Freire (2001) não incorre na ingenuidade de visualizar a ação humana como um ato absolutamente liberto. O próprio ponto de partida para Freire (2001) conceber suas idéias acerca do processo de formação já indicam, como visto, a preocupação do autor em vincular sua teorização com as dificuldades inerentes à prática libertadora.

A formação, portanto, abarca também, e sobretudo, o trabalho de percepção das forças que incidem nos sujeitos, limitando-os, condicionando-os. Eis, para Freire (2000, p. 59), um dos aspectos fundamentais da tomada de consciência característica do ato de formar, o de conhecer as imposições sociais que são quotidianamente difundidas, saber que muitas delas têm enorme poder de influência e que vão de encontro à emancipação,

para, a partir disso, tentar não se deixar sucumbir por estas forças, fazendo do conhecimento, nos seus mais diferentes desdobramentos, um instrumento de superação destes condicionamentos: “gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.”

Aprofundando a análise acerca da contribuição de Paulo Freire, há uma outra premissa vinculada à sua conceituação de formação e ao que o autor considera como atributos do ensino e da produção de conhecimento: formar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que o saber seja constituído coletivamente (FREIRE, 2006).

Tal sentença reforça, uma vez mais, o cuidado de Freire (2006) em posicionar os envolvidos no processo educacional como sujeitos, tanto os pesquisadores e professores, como os alunos, os cidadãos das comunidades, e público em geral que interage com as instituições de ensino. A postura protagonista dos indivíduos defendida por Freire (2006) de novo exaltada, agora no próprio processo de aprendizado e de construção do conhecimento.

Para que esta produção coletiva do saber seja de fato efetivada, Freire (2006) afirma ser necessário aproximar os conhecimentos curriculares formais daqueles suscitados pela experiência cotidiana, de modo a fortalecer mutuamente cada uma das fontes, valorizando também os saberes que, embora não-sistematizados, encontram-se incorporados no dia-a-dia, na rotina de vida das pessoas. Esta aproximação permite, conforme o autor, consolidar a pluralidade de idéias, em que as diferenças entre os indivíduos são respeitadas e inclusive estimuladas, de forma a preservar a heterogeneidade característica do mundo social.

Além disso, Freire (2006) coloca que a aceitação, por parte do professor, de que há diversos saberes sendo quotidianamente construídos à margem das instituições de ensino, potencializa seu trabalho de pesquisador. Isso porque, na medida em que o professor se depara com os outros conhecimentos, vindos à tona durante seu convívio com os demais sujeitos com o qual se relaciona na sua atividade docente, suas certezas podem ser revistas, suas convicções podem ser questionadas, situações vitais, alerta

Freire (2000, p. 70), para o avanço da educação, para o aprimoramento constante dos processos de formação, e para a ciência de um modo geral: “não tenho dúvida do insucesso do cientista a quem falte a capacidade de adivinhar, o sentimento da desconfiança, a abertura à dúvida, a inquietação de quem não se acha demasiado certo das certezas. Tenho pena e, às vezes, medo, do cientista demasiado seguro da segurança, senhor da verdade e que não suspeita sequer da historicidade do próprio saber”.

Freire (2001) sugere também que, subjacente ao esforço em articular os saberes, é importante vincular o conhecimento acadêmico à realidade social, direcionando as práticas de ensino, as formulações conceituais, a atividade científica para o atendimento das demandas de toda a sociedade. Tal medida reforça a articulação entre as instituições de ensino e comunidades, e, no que se refere à formação dos sujeitos, o vínculo recomendado por Freire (2001) permite que os indivíduos construam, uma vez mais, relações entre o que está sendo estudado e discutido no campo teórico com o que ocorre na sua experiência cotidiana.

Com isso, é possível consolidar, a partir da percepção da mútua influência entre teoria e prática, as condições necessárias para que se tenha, conforme Freire (2000), “o preparo para o fazer, e para o pensar sobre o fazer”.

Ao levar a termo esta articulação entre as dimensões teórica e prática, é possível estabelecer as condições para o fortalecimento do espírito crítico dos sujeitos ao longo da sua formação, na medida em que se propõe uma abordagem em que é contemplado o acesso a instrumentos, ferramentas e conhecimentos técnicos, ao mesmo tempo em que é estimulada a reflexão a respeito das origens e implicações deste aparato, mediante perguntas como: “em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (FREIRE, 2000, p. 86).

Desse modo, são constituídos, segundo Freire (2000), os fundamentos para a atuação protagonista que o autor pretende com sua idéia de formação. Para Freire (2000, p. 64) é preciso justamente esse conhecimento crítico do mundo para suscitar o desejo de intervir em seu andamento, colocando-se como agente efetivamente participante da construção cotidiana da sociedade:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem 'tratar' sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.

### 3.1.2 A mediação entre as expectativas globais e as demandas locais

Ao se deter na análise do papel das universidades face aos desafios contemporâneos, Panizzi (2004, p. 41) cita as primeiras linhas da Declaração Final da Conferência Mundial sobre Educação Superior promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1998<sup>15</sup>, para enfatizar a necessidade de que o ensino superior estabeleça uma articulação da cultura e demandas locais com os valores e expectativas externas.

Panizzi (2004) argumenta que, nestes primeiros anos do século XXI, o mundo vem testemunhando o aprofundamento de problemas já conhecidos e o surgimento de novas questões, a partir da inexorável trajetória de incorporação dos aparatos tecnológicos, sucessivamente atualizados e com um poder de alcance cada vez mais ampliado.

Com isso, as relações entre os países se intensificam, estimuladas pela facilidade de comunicação advinda do avanço técnico mencionado. Assim, as articulações geopolíticas e macroeconômicas se multiplicam, exercendo enorme influência nas nações, sobretudo nos países de terceiro mundo, ainda fragilizados institucionalmente e com um poderio econômico menor. A preocupação com esta interação global se torna, desse modo, um imperativo para as nações que pretendem ocupar um espaço autônomo e promissor no contexto mundial, daí que as universidades sejam incitadas a criar as condições para tal pretensão (PANIZZI, 2004).

A mediação entre o local e o global auxilia o entendimento das raízes e tradições próprias, ao mesmo tempo em que projeta as ações políticas e econômicas em âmbito

---

<sup>15</sup> “Na véspera de um novo século, há uma demanda sem precedentes por educação superior, acompanhada de uma grande diversificação da mesma e de uma maior conscientização a respeito de sua importância fundamental para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico, assim como para a construção do futuro – futuro esse que exigirá das gerações mais jovens novos ideais, habilidades e conhecimentos”.

mundial. Tal movimento consiste em assimilar conhecimentos advindos de produções estrangeiras, contextualizá-las criticamente, e difundir-las de maneira a que possam acrescentar algo de positivo na conjuntura local, oferecendo subsídios para as formulações que são conduzidas nos domínios nacionais (PANIZZI, 2004).

Esse processo contém também um fluxo no outro sentido: a expressão cultural, as conquistas tecnológicas e os avanços científicos resultantes da dinâmica quotidiana do país, oriundos não somente das universidades, como da sociedade em geral, devem, na medida do possível, ultrapassar as fronteiras, alcançando as demais nações, não com o intuito de impor um determinado conjunto de valores ou doutrinas, mas para afirmar, no cenário mundial, uma posição autônoma, aberta às articulações com outros países, disposta a contribuir para as reflexões acerca das questões e dilemas do planeta, mas sempre atenta à preservação dos interesses nacionais (PANIZZI, 2004).

A consolidação deste posicionamento protagonista do país nas interações globais é o que configura sua efetiva internacionalização, estabelecendo e sustentando laços com as demais nações, efetuando um trabalho conjunto a partir do acompanhamento e participação nos debates acerca das práticas acadêmicas e suas implicações mundo afora (PANIZZI, 2004).

Essa discussão acerca do papel das universidades no processo de desenvolvimento desde a perspectiva da globalização e das relações entre as forças de origem local e global tem sua importância ressaltada ao se recuperar dados referentes à situação sócio-econômica dos países.

A desigualdade e a má distribuição de renda em nível mundial alcançaram, afirma Bava (2003, p. 18), índices preocupantes: “a soma dos bens das 300 pessoas mais ricas do mundo é igual ao total dos bens dos 2,7 bilhões de seres humanos mais pobres, algo como 45% da população mundial. Os indivíduos que tem condições de consumir produtos e serviços são cerca de 1,8 bilhões. Os 4 bilhões remanescentes não possuem capacidade de compra, estão fora do mercado”.

Conforme Bava (2003), os homens e mulheres que vivem nos países mais ricos, que correspondem a 20% da população mundial, consomem o equivalente a 86% dos bens produzidos pela humanidade. Em contrapartida, a faixa populacional que

representa os 20% mais pobres não consome mais do que 1,3% do total de bens. Tal disparidade entre nações centrais e periféricas vem sendo ampliada nas últimas décadas, afirma Bava (2003), ao enfatizar a aceleração da tendência à concentração de renda e o aumento da pobreza nos anos recentes. De acordo com o autor, em 1960 a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 30 para 1. Em 1995 essa diferença alcançou a proporção de 82 para 1.

Bava (2003) alerta para o fato de que os países do hemisfério sul vêm sofrendo uma regressão econômica nos últimos 30 anos. Diz o autor que mais de 100 países subdesenvolvidos apresentaram queda na sua renda *per capita* nas últimas três décadas. Com isso, cerca de 3 bilhões de pessoas, do total de 4,4 bilhões que habitam esta região, vivem com menos de U\$ 2,00 por dia, valor considerado pelas Nações Unidas como o mínimo necessário à sobrevivência.

Diante desse contexto, as universidades se defrontam com o chamado “paradoxo global-local”: na contemporaneidade, o esforço em prol do desenvolvimento deve necessariamente abarcar a orientação para a auto-suficiência e o atendimento às questões locais, estimulando os movimentos de articulação das forças internas de uma dada região ou país, ao mesmo tempo em que se leve em conta a cada vez maior permeabilidade do processo de globalização (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Vinculada a essa perspectiva global-local, um outro elemento - a sobrevalorização do conhecimento - coloca as universidades, em especial as mantidas pelo poder estatal, em posição destacada no que se refere ao fortalecimento da capacidade de desenvolvimento, sobretudo no contexto brasileiro. Isso porque grande parte da produção de saber do país se dá em instituições públicas de ensino superior: “em tempos de globalização e de sobrevalorização do conhecimento como capital mobilizador de inovação e transformações, a ciência e a tecnologia se tornaram elementos fundamentais nas estratégias e rumos do desenvolvimento. No Brasil, 90% da pesquisa em ciência e tecnologia é realizada no âmbito das instituições públicas de ensino superior” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p. 55).

Diante disso, as ações das universidades em função do desenvolvimento encontram alguns desafios que se colocam ao se buscar uma articulação consistente entre os atributos locais e os estímulos do mundo globalizado. Inicialmente, é importante estabelecer uma identificação adequada das forças presentes no espaço local, a fim de mapear os interesses e objetivos subjacentes aos diversos agentes que atuam neste dado contexto. É esta uma tarefa relevante, na medida em que se percebem diferentes propostas no que se refere a alinhamentos políticos e econômicos, e ao que se entende por desenvolvimento (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

A distinção trazida por Santos (2002) entre lógica exógena e lógica endógena caracteriza a divergência em questão. Conforme o autor, as dinâmicas envolvidas no cenário local podem cumprir duas trajetórias, uma de orientação externa, voltada às expectativas de grandes corporações e imersa na perspectiva econômica de desenvolvimento – a lógica exógena - e outra com um direcionamento às demandas específicas de um determinado lugar, preservando identidades e culturas próprias – a lógica endógena.

Assim, ainda que situadas em uma conjuntura pontual, geograficamente delimitada, algumas estratégias de desenvolvimento podem vir a ser implementadas mediante pressupostos desvinculados do espaço em que ocorrem, priorizando, na verdade, interesses alheios à realidade local (BAVA, 2003).

A repercussão destas relações entre o que é local e o que é global, entre o que atende expectativas endógenas e o que responde a demandas exógenas, interações típicas do mundo contemporâneo globalizado, pode ser compreendida a partir dos conceitos de “lugar-local” e “lugar-global” (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

A reestruturação mundial em nível econômico e político desencadeada pela aceleração da globalização nas últimas décadas acarreta, dentre outras implicações, em um reordenamento das práticas produtivas em todo o planeta. O incremento do poderio das grandes empresas, bem como a viabilização das operações em macroescala, articulados pelo aparato tecnológico informacional e de comunicação, acabaram por redefinir os limites dos territórios de países, regiões e mesmo de pequenas localidades: “o lugar e sua natureza física, a representatividade econômica, a inclusão nas estratégias



globais das grandes corporações multinacionais, a interconexão em redes mundiais e a condição macrorregional da operacionalização econômica representam uma nova dimensão espacial” (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 88).

Ainda que geograficamente os territórios mantenham sua posição, seus domínios agora passam a abrigar estruturas, processos e organizações de origens diversas, criando várias interfaces entre as dinâmicas próprias da localidade e o ritmo ditado externamente.

Desse modo, é possível identificar ao menos dois arranjos que surgem face a essa conjuntura: o “lugar-local”, que representa a herança histórica da localidade, em que são resguardadas os elementos econômicos, sociais, políticos e culturais que promoveram (e promovem) os esforços rumo ao desenvolvimento; e o chamado “lugar-global”, um espaço redefinido pelas forças do movimento de globalização, que coexiste no mesmo território do lugar-local, mas que é regido por outros pressupostos, como as estratégias das companhias estrangeiras, os preceitos dos organismos internacionais, a competitividade do mercado em nível mundial (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

A partir disso, as organizações que cumprem papel destacado no processo de desenvolvimento, caso das universidades, devem estar preparadas para atuar em um ambiente de forte pressão e complexidade, dadas as várias imbricações e os vários sujeitos envolvidos, além do evidente impacto advindo do choque entre as premissas local e global: “o território, no centro das ações econômicas, se envolve num jogo de interesses multinacionais, do qual emergem forças de pressão: tecnologia, conhecimento, políticas macroeconômicas, investimentos externos, padrões de eficiência e produtividade, e, no conjunto, o poder econômico imanente” (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 91).

Cabe, portanto, atentar ao fato de que não só há diferenças de enfoque e perspectivas, como pode haver uma disparidade de forças entre as iniciativas internas e estrangeiras, o que evidencia que a relação entre lugares-locais e lugares-globais, dentro de um mesmo território, não assegura a integração que estaria subjacente à globalização, mas, ao contrário, por vir a manter, e, em alguns casos, acentuar a distância entre nações pobres e nações ricas: “a integração global capaz de se identificar

com um real processo de desenvolvimento econômico e social é uma utopia ainda distante. A abertura econômica ampla e o desejo de inserção rápida no contexto da economia global deixaram os países periféricos vulneráveis à desnacionalização industrial e aos ataques especulativos do capital financeiro internacional” (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 91).

As universidades, nesse contexto, da mesma forma acompanham a dicotomia entre as lógicas endógena e exógena, entre os lugares-locais e os lugares-globais. Uma das discussões contemporâneas envolvendo o meio acadêmico diz respeito aos rumos das organizações universitárias, um debate que expõe a complexidade da atuação das instituições de ensino superior face à justaposição local-global, e que evidencia que esse debate está intimamente relacionado às diferentes propostas de desenvolvimento a serem analisadas nesta tese: o que está em disputa, no caso das universidades, é qual a estruturação, quais objetivos e pressupostos de trabalho devem guiar a prática acadêmica na sociedade atual.

### **3.1.3 A inserção social**

Fundamento que envolve os dois temas anteriores, a inserção social é um dos objetivos por excelência das universidades. Trata-se de buscar sempre a articulação com a sociedade, no sentido de que sua produção, o conhecimento gerado em seus domínios, seja difundido não apenas aos alunos integrados em determinados cursos, mas à comunidade em geral, de modo a proporcionar uma elevação do nível cultural em um aspecto mais abrangente (SAVIANI, 2007).

O autor enfatiza esta questão argumentando que um dos problemas vinculados às universidades é o fato de que, por vezes, estas podem vir a se afastar das demandas sociais, confinando-se em si mesmas e desperdiçando, com isso, seu poder de intervir positivamente no andamento da sociedade. A partir disso, faz-se menção às responsabilidades concernentes às instituições de ensino superior para com a sociedade em que estão inseridas, sobretudo no que diz respeito a atender às demandas de um país

como o Brasil, cuja organização social apresenta inúmeras dificuldades a serem superadas (SAVIANI, 2007).

Saviani (1986, p. 55) chama a atenção ao fato de que, subjacente a este senso de responsabilidade, é necessário que o meio acadêmico, a fim de estabelecer uma relação salutar e de contribuição efetiva para com seu entorno, se disponha a “ouvir” a sociedade, estabelecendo uma interação na qual permita que a população se coloque, apontando os problemas a serem enfrentados e os caminhos a serem percorridos:

Com efeito, é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade, que já está presente nas massas, de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para elevação geral do nível de vida desta sociedade.

Ainda se detendo na interação entre as universidades e a sociedade, Saviani (1986) ressalta que é preciso também que as instituições acadêmicas percebam e valorizem os saberes já existentes na sociedade. Conforme o autor, este é um ponto fundamental, uma vez que o saber é derivado da prática, é advindo das relações que os seres humanos estabelecem com seu meio e entre si. Assim, a universidade, ao abrir-se aos conhecimentos elaborados fora de seus domínios, fortalece, mais uma vez, sua vinculação com o meio que a cerca e do qual faz parte, na medida em que constrói uma aproximação estruturada no encontro entre saberes, o que permite uma atenção efetiva às reivindicações sociais. Nessa perspectiva, explica o autor, há mediação entre conhecimentos, há uma relação entre sujeitos produtores de saberes, e não uma imposição pretensiosa e distanciada da academia sobre seu entorno.

Panizzi (2004) dá respaldo ao argumento de Saviani, salientando a questão da legitimidade da ação das universidades, a qual é manifestada, dentre outros elementos, pelo relacionamento entre meio acadêmico e sociedade. A partir disso, Panizzi (2004) propõe que as instituições de ensino superior estabeleçam reflexões sistemáticas acerca de sua contribuição à ciência e à tecnologia, e também ao desenvolvimento econômico e social.

Panizzi (2004, p. 22) enfatiza a importância de se estabelecer uma interlocução consistente entre a academia e sociedade também em nível institucional, por exemplo,

estreitando os vínculos que as universidades mantêm com os órgãos governamentais e não-governamentais, os movimentos sociais e os setores empresariais:

Nesse sentido, ampliar os canais de comunicação e de interação com a sociedade apresenta-se como tarefa estratégica, não apenas para o funcionamento da universidade, como para a construção de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico para o país. Somente o diálogo intenso entre as partes sinceramente interessadas em um projeto dessa natureza poderá fazer surgir a mediação adequada à superação dos dilemas que hoje nos afligem.

A legitimidade da prática acadêmica diz respeito também, conforme Panizzi (2004), à preocupação em promover um acesso maciço à formação superior, de maneira a contemplar o máximo possível de pessoas nos cursos universitários. Trata-se, aqui, do outro sentido da trajetória de aproximação universidade-sociedade: simultaneamente ao movimento de deslocamento em direção às comunidades e demais instâncias sociais, em que a universidade toma parte nas questões relacionadas à sociedade como um todo - decisões estratégicas dos governos, aportes tecnológicos à atividade produtiva, estímulo à produção cultural e intelectual, atendimento das demandas das classes mais fragilizadas economicamente - seus esforços em consolidar este vínculo devem abranger também, diz Panizzi (2004, p. 76), a preocupação em ampliar cada vez mais as condições de acolhimento à população:

A universidade, por outro lado, como instituição que pertence à sociedade, afirma sua capacidade de representação cultural, intelectual e científica exatamente na proporção em que é capaz de refletir nossas desigualdades, nossa heterogeneidade, nossa capacidade de inovação, nossa dificuldade para avançar. Enquanto ela for capaz de revelar tudo isso, a universidade se constituirá em uma efetiva representação cultural, científica e intelectual da nacionalidade – uma instituição que tem por missão a formação de recursos humanos altamente qualificados, que deve ser competente do ponto de vista científico, do ponto de vista tecnológico, mas que deve ter também a capacidade do compromisso, do exercício da cidadania.

Eis, portanto, três das principais prerrogativas acerca do papel das universidades: formação de sujeitos, mediação global-local, e inserção na sociedade, alinhando premissas técnicas e relevância social, articulação entre excelência científica e cidadania. É dessa forma que o meio acadêmico legitima e torna pertinente seu trabalho, contribuindo para um desenvolvimento compreendido de maneira ampla, abrangendo não somente as questões econômicas, como também contemplando aspectos culturais e sociais, uma percepção coerente com uma linha específica de pensamento, a qual pretende oferecer uma construção teórica que se contrapõe à forma hegemônica de

entendimento do que seja, afinal, o ato de desenvolver-se. A discussão a esse respeito é efetuada nos itens a seguir.

### **3.2 O conceito de desenvolvimento em disputa: a linha liberal e a corrente histórico-estruturalista**

Na América Latina, o conceito de desenvolvimento como processo vinculado às mudanças em dada estrutura econômica, política e social vem sendo disputado por ao menos duas linhas de estudo, a corrente liberal, defensora do mercado como mecanismo de regulação e do individualismo como fundamento da ação humana, e a corrente histórico-estruturalista, formada por estudiosos que questionam essas premissas e que propõem uma análise política e de recuperação histórica para tratar questões econômicas, enfatizando a relação centro-periferia entre as nações, o conseqüente subdesenvolvimento de determinados países, e a necessidade de pensar o desenvolvimento como um processo intrínseco a esses aspectos (SILVA, 2005).

Reunindo conteúdos que refletem visões específicas de mundo e diferentes compreensões dos fundamentos históricos, culturais e geopolíticos, as correntes liberal e histórico-estruturalista se confrontaram ao longo do século XX com o objetivo de fazer vigorar suas concepções a respeito do que é desenvolvimento e de quais as estratégias adequadas para promovê-lo (SILVA, 2005).

Uma série de acontecimentos cujas repercussões se deram em todo o planeta – como as crises na década de 1970 e a recessão em vários países - levaram à intensificação da preocupação com a idéia de desenvolvimento, idéia esta que parecia, em dado momento - mais especificamente ao final da década de 1980 e início dos anos 1990 - estar sob domínio da perspectiva liberal, face o dismantelamento do regime comunista soviético e de seus países satélites (SILVA, 2005).

Contudo, as iniciativas conduzidas sob a égide liberalista – representada desde a década de 1980 pelo chamado neoliberalismo – se mostraram incapazes de solucionar as questões contemporâneas da sociedade capitalista, como a fome, a miséria, o analfabetismo, a violência, o esgotamento das fontes de energia e dos recursos naturais.

Não somente os problemas ficaram sem resolução, como, em alguns casos, houve um agravamento das condições sócio-econômicas, por exemplo, o aprofundamento das disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (SILVA, 2005).

Desse modo, apesar das garantias de crescimento asseguradas pelos defensores da corrente liberal, verificou-se uma crise em escala mundial cuja máxima representação se deu no aumento significativo no nível de desemprego (SILVA, 2005).

O processo de globalização intensifica essa preocupação em redirecionar o pensamento e a prática referentes à idéia de desenvolvimento, uma vez que tal fenômeno, impulsionado pelas inovações nas tecnologias de informação e comunicação, vem sendo fator determinante no andamento da sociedade como um todo. De fato, a globalização, um movimento que abarca política, economia e cultura, ao ser conduzido pela ideologia neoliberal, superdimensiona os ditames econômicos e financeiros, evidenciando, assim, a necessidade de contrapor uma conceituação de desenvolvimento que resgate aspectos sociais e humanos (SILVA, 2005).

Assim, à re-emergência da temática do desenvolvimento agrega-se a discussão acerca da capacidade endógena dos países, mas também a (des)territorialização dos espaços econômicos, movida pelas grandes corporações e por avanços tecnológicos que dissipam dimensões geográficas e temporais. Num cenário marcado pelas relações entre países centrais e periféricos, a discussão inclui ainda questões como autonomia e soberania nacionais, equidade, exclusão, cidadania, justiça, preservação ambiental e tantas outras, que confluem, fundamentalmente para dimensões sociais e humanas do desenvolvimento. (SILVA, 2005, p. 20)

A partir disso, discussões surgem no sentido de formular respostas para superar essa crise de âmbito mundial, e uma alternativa aparece como uma possibilidade: a ampliação da noção de desenvolvimento, uma proposta particularmente importante para as nações de terceiro-mundo como as latino-americanas, sempre mais expostas às oscilações econômicas em nível global.

É mediante esse contexto que se propõe recuperar as contribuições da CEPAL, de Celso Furtado e de Sérgio Boisier, que defendem a noção de desenvolvimento como um projeto político que contempla, além das prerrogativas econômicas, aspectos históricos, culturais e sociais.

Nos itens a seguir faz-se, então, uma retrospectiva abordando os marcos históricos e conceituais que ajudam a explicar as principais linhas de pensamento

concernentes à idéia de desenvolvimento. Inicialmente, disserta-se a respeito da corrente liberal e acerca das implicações de sua supremacia para as idéias contemporâneas sobre desenvolvimento; a seguir, a atenção é voltada ao seu contraponto, a corrente histórico-estruturalista e suas contribuições para a ampliação das possibilidades envolvidas nas concepções sobre desenvolvimento; posteriormente, há o enfoque no pensamento de Celso Furtado e de Sergio Boisier, a fim de pontuar as contribuições específicas de cada autor.

### **3.2.1 Livre mercado e crescimento econômico: a linha liberal de desenvolvimento**

A corrente desenvolvimentista conduzida pelos pressupostos liberais argumenta que o crescimento econômico é o fator que assegura por si só o desenvolvimento de um determinado país ou região. Assim, na concepção liberal, o grande esforço de uma dada nação deve consistir na busca pelo aprimoramento de seus elementos produtivos, como capacidade de investimento, mão-de-obra, recursos naturais e tecnológicos. Tal pressuposto desloca a técnica e a instrumentalização para uma posição de primazia, sendo os critérios quantitativos os parâmetros de avaliação do grau de desenvolvimento de qualquer povo (HUNT; SHERMAN, 1997).

A gênese do pensamento liberal remete a Adam Smith, pensador escocês que, em 1776, ao publicar seu livro *A riqueza das nações*, estabelece um conjunto de idéias que se consolidariam dali para frente. Dentre as prerrogativas contidas na obra, uma de suas mais importantes advoga que um mercado livre é o que garantiria a utilização eficiente dos recursos de produção e a orientação correta da atividade produtiva, sendo o desenvolvimento entendido como o crescimento econômico contínuo (SMITH, 1996).

Conforme Smith (1996), os homens devem dispor de liberdade para conduzir seus negócios da forma que lhes convir, o que implica em eliminação dos impedimentos colocados pelo Estado. Dentro de uma perspectiva liberal seriam toleradas somente as intervenções que garantam a segurança nas trocas comerciais. Smith (1996) restringe em três as funções a serem desempenhadas pelos governos: proteger fronteiras e

garantir a soberania nacional; legislar de forma a reger as relações entre os indivíduos de uma dada sociedade; sustentar as instituições e obras de caráter público.

Hunt e Sherman (1997, p. 68) chamam atenção ao fato de que os defensores do liberalismo, além de demandar a não intervenção governamental e o livre mercado, também pressionaram os estados a fim de assegurar que estas três atribuições apontadas por Smith, da mesma forma trabalhassem em prol dos seus interesses: “a filosofia liberal clássica condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos somente quando esta interferência prejudicava os interesses dos capitalistas. Por outro lado, acolhiam com satisfação a até mesmo reivindicavam interferências paternalistas, nos assuntos econômicos, que estabilizassem os negócios e ampliassem as possibilidades de lucro.”

A partir disso, a proteção de fronteiras e a garantia da soberania nacional, a primeira das funções governamentais, foi estendida já ao final do século XIX, de modo a abranger em seu escopo a proteção ou mesmo a ampliação dos mercados externos, inclusive mediante a coerção militar (HUNT; SHERMAN, 1997).

O regramento das relações entre os cidadãos também adquiriu novos contornos, coerentes com os anseios liberais: foi direcionado para a proteção da propriedade privada, à garantia do cumprimento dos contratos e à preservação da ordem interna (HUNT; SHERMAN, 1997).

Quanto à terceira das funções, a sustentação das instituições e obras de caráter público, esta se desenhou no sentido de preservar as instituições que fomentassem a produção e as operações comerciais, incluindo-se aí a manutenção de uma moeda estável e uniforme, a padronização dos pesos e medidas, e a construção dos meios necessários à condução dos negócios, como estradas, canais, portos, ferrovias, serviços postais e outros meios de comunicação (HUNT; SHERMAN, 1997).

Recorrendo a Mauricio Tragtenberg (2006) percebe-se a hegemonia desta linha de pensamento. Em um estudo que analisa a trajetória do liberalismo, Tragtenberg (2006) identifica a supremacia desta corrente a partir da consolidação do capitalismo na metade do século XIX, condição que se estende ao longo dos primeiros quarenta anos do século XX.



Após um intervalo de aproximadamente trinta anos, compreendidos entre o término da Segunda Grande Guerra e os anos 1970<sup>16</sup>, os preceitos liberais ressurgem com força, primeiro nos países anglo-saxões, em seguida ganhando terreno em boa parte do mundo, a partir de um movimento político-econômico conhecido como neoliberalismo (ANTUNES, 2002).

O neoliberalismo é uma resposta capitalista à crise mundial que eclodiu na década de 1970<sup>17</sup>, em que as grandes empresas, face à necessidade de reordenamento, efetuaram uma série de ações a fim de garantir melhores condições para seus negócios (ANTUNES, 2002).

Evocando as máximas liberais, o neoliberalismo, em sua gênese, constituiu-se através de várias medidas, das quais destacam-se duas: a reconfiguração dos processos produtivos aliada à inserção em novos mercados, procedimento viabilizado pela ascensão das novas tecnologias de informação; e a pressão sobre os governos nacionais através da indisposição com o financiamento do *welfare state*<sup>18</sup> e com o papel de mediação assumido pelos estados nas operações de mercado, atributos estatais consagrados pelo *keynesianismo*.

Para entender o contexto da primeira medida, o estudo de Manuel Castells (2000) é uma importante referência, uma vez que o autor desenvolve uma recuperação histórica mapeando as origens do que intitula “a sociedade da informação”.

---

<sup>16</sup> Neste período, os Estados Unidos e vários países da Europa tiveram os ímpetus liberais contidos mediante a crescente influência do *keynesianismo*, doutrina formulada pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946) que defende a intervenção do Estado nas operações de mercado, a fim de garantir o bem-estar social (HUNT e SHERMAN, 1997).

<sup>17</sup> Cabe citar as contribuições de Ricardo Antunes (2002) e Fernando Prestes Motta (1986) para expor as forças que fizeram com que o sistema capitalista buscasse seu reordenamento. Antunes (2002) diz que houve perdas econômicas por parte das empresas devido ao aumento dos salários – conquista dos sindicatos no período pós-guerra e das greves da década de 1960 – e o esgotamento do modelo *taylorista-fordista* de produção. Prestes Motta (1986) reforça esta última consideração ao chamar a atenção para queda das taxas de lucro ocasionada pelo colapso em questão. Além disso, faz menção à concorrência japonesa, à crise do petróleo e aos conflitos sociais recorrentes como outros elementos que dispararam a crise capitalista.

<sup>18</sup> O *welfare state* ou “estado do bem estar social” é uma estrutura de governo segundo a qual cabe ao Estado organizar e zelar por todos os aspectos relacionados à vida em sociedade. Nessa perspectiva, o Estado atua de maneira ampla em nível político, econômico e social, a fim de garantir serviços públicos e proteção à população (HUNT; SHERMAN, 1997).

Segundo Castells (2000), no período situado entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreram avanços tecnológicos de tal porte que é possível identificar, naquele momento, uma “revolução da tecnologia da informação”. Microeletrônica e computação, radiodifusão e telecomunicações, engenharia genética e biotecnologia, são exemplos de setores e áreas do conhecimento que apresentaram amplo e sistemático desenvolvimento ao longo destes anos, proporcionando uma série de mudanças nas fontes de energia, nas técnicas de produção, nas aplicações na medicina, nos transportes, enfim, em toda a sociedade.

Castells (2000) afirma que tal expansão se deu de forma exponencial em razão das interfaces entre os campos, um procedimento que as novas tecnologias então permitiam. O autor fala em “relações sinérgicas”, em que os estudos, as pesquisas, as descobertas potencializavam-se mutuamente, ainda que conduzidos em setores distintos. Esta característica é salientada porque evidencia o papel da informação na revolução tecnológica discutida pelo sociólogo espanhol: “no novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos [...] o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como fonte de produtividade (CASTELLS, 2000, p. 35)”.

Castells (2000) indica que o fenômeno-chave para compreender o advento da sociedade da informação é a reestruturação do modo capitalista de produção. O autor argumenta que o capitalismo enfrentou uma de suas piores crises na década de 1970, o que exigiu uma resposta rápida e eficaz ante a ameaça de colapso. Empresas e governos se mobilizaram visando uma reconstrução econômica a partir de profundas reformas.

Conforme Castells (2000), essas reformas continham quatro grandes objetivos: fortalecer a máxima capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade desses dois fatores; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando as oportunidades mais vantajosas para a obtenção de lucro, independentemente de localização geográfica; e direcionar a ação governamental para a garantia da competitividade das economias nacionais.

De acordo com Castells (2000, p. 87), ao oferecer dinamismo, eficiência e abrangência de execução, ao potencializar conexões, compartilhamentos e controles em nível mundial, a tecnologia da informação assegurou a necessária guinada capitalista e, mais do que isso, encaminhou o planeta rumo às relações globais, fenômeno conhecido como globalização: “[...] as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos”.

Apresentada a interface entre avanço tecnológico, reconfiguração do capitalismo e corrente liberal, faz-se agora a retrospectiva referente à segunda medida mencionada, a pressão sobre os governos nacionais. Ao final da década de 1970 e ao longo da década seguinte, a primeira-ministra Margaret Thatcher, na Inglaterra, e o presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos, lideraram profundas reformas na estrutura de seus respectivos países, um processo que viria a ser posteriormente disseminado mundo afora.

A essência dessas reformas foi a recomendação de que os estados nacionais se organizassem a partir dos preceitos gerenciais, que balizassem suas práticas mediante critérios empresariais, reduzindo drasticamente seus gastos (o que demandaria um menor grau de financiamento através de impostos), e, sobretudo, sendo agentes que não somente permitissem a autonomia das operações de mercado, como também atuassem no sentido de assegurar o bom andamento dos negócios e os interesses das grandes corporações (SALES DE MELO, 2004).

A Nova Administração Pública (NAP), denominação que abarca esse conjunto de prerrogativas que pautam a ação dos governos sob a égide neoliberal, tem como diretriz original o “impulso para a eficiência” (FERLIE et al, 1999). Esse impulso para a eficiência representa a intenção de transpor de forma literal as referências da iniciativa privada para o setor público, um processo motivado pela idéia de que a esfera estatal apresenta níveis inaceitáveis de desperdício de recursos e um baixo desempenho. Dentre suas principais características podem ser citadas uma forte preocupação com os resultados, o fortalecimento da função financeira, a ênfase no estabelecimento de

objetivos e monitoramento de desempenho, e a administração empreendedora (FERLIE et al, 1999).

A NAP contempla também um segundo movimento de apreensão dos parâmetros gerenciais a partir do *downsizing* e da descentralização. A proposta aqui é promover um enxugamento dos órgãos estatais, a fim de reduzir suas dimensões e atenuar sua alta verticalização, adquirindo, assim, uma maior flexibilidade nas organizações. A descentralização das responsabilidades estratégicas e orçamentárias, o aumento da terceirização, a redução de pessoal em todos os níveis, o surgimento de formas de gestão menos rígidas, como a gestão por contrato, são alguns dos pressupostos desta fase (FERLIE et al, 1999).

Cabe ressaltar que a repercussão negativa destas práticas exigiu um redimensionamento dos processos de transferência dos pressupostos empresariais e de mercado para a esfera pública. Tal situação é ilustrada por duas ações posteriores que se somam ao escopo da NAP.

Na primeira delas, a “busca da excelência”, a atenção se volta ao papel exercido pelos valores, pela cultura, além da preocupação com o autodesenvolvimento e a participação dos funcionários. Assim, a administração pública passa a adotar medidas como colocar a gestão de recursos humanos em um patamar estratégico, e determinar a missão e os objetivos de cada órgão, de forma a garantir a adesão dos funcionários ao compartilhar o sentido do trabalho com todos os envolvidos (FERLIE et al, 1999).

A outra ação reparadora da NAP se refere a uma “orientação para o serviço público”. Nessa perspectiva faz-se a junção entre as idéias de gestão advindas dos setores público e privado. Há uma revitalização do serviço público, de seus objetivos e atributos específicos. A administração pública ganha, aqui, uma nova dimensão ao adotar práticas bem-sucedidas nas empresas, ao mesmo tempo em que afirma sua identidade: “o modelo Orientação para o Serviço Público [...] toma emprestadas idéias do setor privado, mas aplica-as a um contexto caracteristicamente de setor público.” (FERLIE et al, 1999, p. 33)

Essa linha suscita a atenção à cidadania e põe em evidência a desconfiança no mercado como condutor principal dos serviços públicos. Dessa forma, os usuários dos

serviços são vistos mais como cidadãos do que consumidores, e suas necessidades e demandas devem refletir-se na tomada de decisão dos gestores (FERLIE et al,1999).

As reformas de Thatcher e Reagan não se restringiram, como dito, aos limites britânicos e norte-americanos. Uma vez que a sociedade avançava em seu processo de globalização, viabilizando tecnologicamente a atuação das grandes empresas em nível mundial, era necessário também, a exemplo dos países anglo-saxões, assegurar a viabilidade econômica, política e institucional das operações comerciais e financeiras nas demais nações. Essa garantia dar-se-ia através do comprometimento dos governos nacionais em questão com as diretrizes neoliberais difundidas na Inglaterra e nos Estados Unidos, a fim de que a economia de mercado vigorasse da mesma maneira mundo afora (SALES DE MELO, 2004).

Tal alinhamento, devidamente avalizado pelos principais órgãos internacionais de fomento - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e seu Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) – consiste, dentre outras, nas seguintes prerrogativas: estabilidade econômica e política; política cambial favorável; isenção de impostos; flexibilização das leis trabalhistas; reestruturação estatal e controle rigoroso de gastos (SALES DE MELO, 2004).

No que se refere à América Latina, o marco histórico desse processo de alinhamento foi o Consenso de Washington<sup>19</sup>, o qual, no Brasil especificamente, teve suas diretrizes efetivadas por mudanças no aparelho estatal, dentre as quais a implementação da Administração Pública Gerencial.

Um dos protagonistas atuante nestas mudanças, Bresser Pereira (1999) afirma que a reforma do Estado é um tema de abrangência mundial desde os anos 1980. Segundo sua perspectiva, trata-se de uma resposta à redução da autonomia dos governos nacionais ante o avanço da globalização, mas, sobretudo, é uma reação à crise dos Estados que se inicia em 1970 e alcança seu auge na década seguinte.

---

<sup>19</sup> Sob a chancela de economistas de vários países, de organismos internacionais e do governo dos Estados Unidos, o Consenso de Washington ilustra a aceitação incondicional das benesses das reformas estatais orientadas para o mercado, anunciadas em reunião na capital norte-americana no ano de 1989. Dentre os itens que constam no ideário formulado no encontro, destacam-se a redução do tamanho do Estado; a abertura ao comércio internacional; o fim das restrições ao capital externo; a desregulamentação da economia; a fiscalização dos gastos públicos (PAULA, 2005).

Conforme o autor, a crise se dá principalmente devido à impossibilidade dos Estados de manter sua coordenação econômica complementar ao mercado, já que esse, ao adquirir maior complexidade e dinamismo ante a queda das fronteiras nacionais e a aceleração dos meios de informação, passa a exigir uma postura e uma capacidade de ação às quais a estrutura pública não estaria preparada.

Dessa forma, segundo Bresser Pereira (1999), se evidencia a necessária reorganização do corpo estatal, processo que no Brasil acabou por configurar-se na Administração Pública Gerencial (APG), um modelo fortemente influenciado pela NAP dos países anglo-saxões. A APG enfatiza a eficiência administrativa, e é baseada nas recomendações dos organismos internacionais e no movimento gerencialista. Bresser Pereira (1999) aponta três diretrizes que, dentre outras, norteiam o planejamento e as práticas da APG:

- a) a ação do governo deve ser focada nas funções consideradas estratégicas para o país, como a formulação de políticas públicas e leis. Outras atividades que não dizem respeito a este âmbito são delegadas. A gestão pública, com isso, agrega a fiscalização e a regulação como atributos essenciais, de modo que as agências reguladoras, os fiscais, os auditores, os Tribunais de Contas, adquirem grande relevância, na medida em que exercem o controle dos serviços outorgados;
- b) há a atenção para com a eficiência e a utilização adequada dos recursos. Com isso a *accountability* – responsabilização e prestação de contas – surge como a idéia norteadora, juntamente com mecanismos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais dispositivos, ao estabelecerem regras, contratos e limites, contribuem para manter os gastos públicos em um patamar aceitável;
- c) uma terceira prerrogativa é ampliar o debate com a sociedade, promovendo maior participação dos cidadãos na gestão do Estado. Esta aproximação, conforme Bresser Pereira (1999), ocorre tanto na elaboração das políticas como no controle dos serviços cedidos, e é efetuada através de campanhas de valorização da cidadania, de disponibilização de espaços nas esferas institucionais para críticas e sugestões, bem como na preocupação com a

transparência dos processos, o que possibilita o acompanhamento dos trâmites em questão por qualquer interessado.

Ao serem implementados os pressupostos liberais, sejam os preconizados na NAP ou os de sua versão brasileira, a APG, o desenvolvimento estaria assegurado, conforme Bresser Pereira (1999), por ao menos três fatores: em um primeiro plano, haveria um notável crescimento econômico, impulsionado pelo aumento dos investimentos estrangeiros, estimulados pelas vantagens competitivas oferecidas por um governo que prioriza a estabilidade política e econômica, e a sustentação de uma economia regada pelo mercado; num segundo aspecto, estes investimentos trariam também, argumenta o autor, aporte tecnológico e inserção internacional, viabilizando a adequação da matriz industrial do país às expectativas do mundo globalizado; e, sob um terceiro enfoque, a estruturação do Estado sob o marco liberal garantiria uma maior capacidade de investimento por parte do governo, mediante o controle racional dos custos e a alocação apropriada de recursos.

Apesar do tom pretensamente consensual subjacente às reformas efetuadas no Brasil, nos países anglo-saxões e no mundo em geral, diversas críticas tem sido formuladas a fim de problematizar a hegemonia do pensamento liberal e alertar para as conseqüências desta supremacia. No item a seguir, são abordadas duas dessas ressalvas, que ajudam a entender as implicações do domínio neoliberal no que diz respeito às idéias contemporâneas sobre desenvolvimento. O próximo trecho faz também a introdução ao contraponto proposto pela corrente histórico-estruturalista, a ser discutido posteriormente.

### **3.2.2 Implicações da hegemonia da corrente liberal para as idéias contemporâneas sobre desenvolvimento**

Dentre a produção teórica que vem sendo construída a fim de refletir acerca da supremacia dos preceitos neoliberais, duas linhas de trabalho podem ser destacadas: a que defende uma visão crítica da globalização e a que se detém no fenômeno de “empresariamento” do mundo.

Como já colocado, o processo de globalização é desencadeado a partir da utilização das novas tecnologias de informação no movimento de reconfiguração do capitalismo<sup>20</sup> (CASTELLS, 2000). A razão pela qual se retoma este ponto diz respeito ao fato de que a consolidação de um mundo globalizado traz implicações acerca da idéia de desenvolvimento e dos esforços para realizá-lo. No que se refere às iniciativas públicas – foco deste estudo – um dos grandes desafios é estabelecer a mediação entre o global e o local, entre os interesses externos e as potencialidades e anseios internos.

Além disso, ao ter sua origem no rearranjo do capital, a globalização evidentemente potencializa também a disseminação dos preceitos empresariais, o outro aspecto problemático a ser analisado neste item, que da mesma forma exerce forte influência nas concepções de desenvolvimento formuladas pelos governos, seja em âmbito federal, estadual, ou mesmo entre os municípios<sup>21</sup>.

Assim, é preciso de antemão vincular o aparato tecnológico que vem viabilizando a globalização com os objetivos estabelecidos pela corrente liberal, conforme enfatiza Castells (2000, p. 100): “a lucratividade e a competitividade são os

---

<sup>20</sup> Reitera-se que a globalização, entendida como o estreitamento das distâncias entre os países e a proliferação das relações entre os mesmos a partir de interesses econômicos e mediante incrementos tecnológicos, não é um fenômeno recente, mas vinculado ao próprio surgimento da modernidade e da sociedade capitalista, como ilustra esta passagem extraída de Marx e Engels (2004, p. 29-30), em que os autores dissertam sobre o capitalismo do século XIX: “pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países [...] as antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações. [...] Pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia impele todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a torrente da civilização [...] em suma, plasma o mundo à sua própria imagem”.

<sup>21</sup> A escolha em deter-se na crítica acerca da globalização e do “empresariamento” do mundo se deve também ao fato de que estes dois aspectos igualmente são destacados por Furtado (1999, p. 74), quando o autor pondera a respeito das questões contemporâneas que desafiam a sociedade atual: “não podemos ignorar que vivemos uma fase de concentração de poder, que favorece as grandes empresas. A tecnologia moderna estimula esse processo, mas não é de desconhecer que foram forças políticas que moldaram a fisionomia do mundo atual. A globalização tem conseqüências negativas marcantes, das quais destaco a crescente vulnerabilidade externa e a agravação da exclusão social”.



verdadeiros determinantes da inovação tecnológica”. Castells (2000, p. 69) reitera que a sociedade atual vem sendo construída a partir desta relação:

Na verdade, na década de 80, o capitalismo (especificamente: as principais empresas e governos dos países do G-7) passou por um processo substancial de reestruturação organizacional e econômica no qual a nova tecnologia da informação exerceu um papel fundamental e foi decisivamente moldada pelo papel que desempenhou. Assim, até certo ponto, a disponibilidade de novas tecnologias constituídas como um sistema na década de 70 foi uma base fundamental para o processo de reestruturação socioeconômica dos anos 80. E a utilização dessas tecnologias na década de 80 condicionou, em grande parte, seus usos e trajetórias na década de 90.

A partir daí, houve a divisão entre países aptos e não aptos a se inserir nesta nova configuração. Esse remanejamento, contudo, não alterou as posições historicamente constituídas, de modo que as nações periféricas mantêm-se dependentes e em um segundo plano em relação às nações centrais. É por isso que Castells (2000) coloca que seria impróprio referir-se a um alinhamento harmônico entre os países a partir da globalização, uma vez que a concepção, a viabilização e o manuseio das tecnologias, salienta, se dá nos grandes centros econômicos mundiais. O restante do planeta absorve apenas indiretamente este aporte tecnológico, e, em consequência, não usufrui na totalidade das benesses de um mundo globalizado.

Aktouf (2004) respalda esse alerta ao afirmar que a globalização é, em síntese, a expansão em escala planetária do ideário dos países primeiro-mundistas – capitaneados pelos Estados Unidos - e suas grandes corporações. Para contextualizar sua posição, o autor aborda os fatores sociais, econômicos e políticos que conduziram e vem conduzindo o processo de globalização ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI.

Aktouf (2004) cita o acordo de *Bretton Woods*<sup>22</sup> como o marco inicial da organização do mundo a partir das deliberações norte-americanas. Em movimentos encadeados aos efetuados em *Bretton Woods*, as décadas de 1940 e 1950

---

<sup>22</sup> Com o *Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods*, ocorrido em 1944, as nações procuravam garantir a estabilidade monetária internacional e a estruturação de uma nova ordem econômica mundial que evitasse a repetição de eventos como a Grande Depressão da década de 1930 (HUNT; SHERMAN, 1997).

testemunharam o surgimento da Guerra Fria<sup>23</sup> e do *macarthismo*<sup>24</sup>, além da repressão aos sindicatos e às articulações dos trabalhadores nos Estados Unidos, evidenciando a mobilização daquele país em prol da manutenção e fortalecimento do sistema capitalista (AKTOUF, 2004).

A hegemonia norte-americana, conforme Aktouf (2004), se impõe nas décadas de 1960 e 1970 através de diversos conflitos que ocorrem em países cujas medidas políticas e/ou econômicas pudessem se configurar em ameaça. Assim, embargos econômicos, pressões políticas, intervenções militares, golpes de estado, implantação de regimes ditatoriais são alguns dos mecanismos de controle utilizados pelos Estados Unidos para a sustentação de regimes alinhados às suas expectativas.

Aktouf (2004) faz também menção às recomendações dos órgãos de fomento, recomendações que, segundo o autor, constituem-se em dispositivos de afirmação dos interesses dos países desenvolvidos e de suas grandes empresas. Aktouf (2004) enfatiza que apesar de tais organismos portarem caráter internacional – sendo, portanto, representantes emblemáticos do fenômeno da globalização - as medidas preconizadas por instituições como o FMI e o Banco Mundial caracterizam-se pela sua unilateralidade, adquirindo, de fato, um tom de imposição para as nações subdesenvolvidas.

A constituição de um mundo globalizado a partir das premissas defendidas pelos países ricos fica ainda evidente, conforme Aktouf (2004), naquilo que o autor chama de

---

<sup>23</sup> Disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial. Foi uma intensa guerra econômica, diplomática e tecnológica pela conquista de zonas de influência. Ela dividiu o mundo em dois blocos, com sistemas econômicos e políticos opostos: o mundo capitalista, com liderança norte-americana, e o mundo comunista, capitaneado pelos soviéticos. O símbolo do final da Guerra Fria é a queda do Muro de Berlim, em 1989. A Alemanha é reunificada, e, aos poucos, dissolvem-se os regimes comunistas do Leste Europeu até a desintegração da própria União Soviética.

<sup>24</sup> Termo que descreve um período de intensos esforços anticomunistas nos Estados Unidos, que durou do fim da década de 1940 até meados da década de 1950. Foi uma época em que o medo do comunismo tornou-se exacerbado, juntamente ao temor de ações de espionagem promovidas pela União Soviética. Originalmente, o termo foi cunhado para criticar as ações do senador Joseph McCarthy, tendo depois sido usado para fazer referências a vários tipos de condutas, não necessariamente ligadas às elaboradas por McCarthy.

“guerra de preços nos mercados mundiais”. Enfocando as estratégias utilizadas pelas nações desenvolvidas no que se refere ao comércio exterior e às relações internacionais, Aktouf (2004) identifica, nas áreas de livre comércio, dispositivos que oferecem vantagens competitivas às grandes corporações, a partir da utilização de mão-de-obra barata, do acesso a amplos mercados consumidores, e mediante o financiamento e isenção de impostos para a instalação de parques industriais.

Diretamente relacionado com o processo de globalização, o fenômeno de “empresariamento” do mundo é também um fator a ser levado em conta ao se pensar em desenvolvimento ante a hegemonia liberal. Segundo Solé (2003), esse conceito representa a premissa de que as empresas devem ser a referência para a estruturação de qualquer tipo de organização.

Em manifestação semelhante, Prestes Motta (1986) chama a atenção para a disseminação da idéia de que a visão empresarial é sempre a mais competente, o que a autorizaria a ultrapassar as fronteiras das corporações, avançando a toda sociedade. Tragtenberg (2006, p. 11) enfatiza a força adquirida pelas grandes empresas ao longo da trajetória capitalista e liberal, que culmina, diz o autor, em uma concentração de poder poucas vezes vista: “as corporações representam uma das maiores concentrações de poder econômico de que se tem notícia na história da humanidade: quinhentas corporações têm o controle de dois terços da economia mundial, e no seio dessas quinhentas, um grupo ainda menor decide”.

Na Teoria Geral da Administração (TGA) podem ser encontradas as bases do pensamento que baliza esse fenômeno: na década de 1930, Chester Barnard, em *As funções do executivo* (1979), uma das obras clássicas da TGA, recomendava a empresa como única estrutura viável para o sucesso de uma organização. Na crítica de Faria (2004) a Peter Drucker, podemos notar que o receituário de um dos principais nomes da gestão empresarial passa, desde a década de 1950, em enaltecer a gerência como “motor primordial” não só das empresas, mas da sociedade, pois, nas palavras de Drucker, “a sociedade desenvolvida é uma sociedade de gerentes”.

No que concerne à esfera pública, a própria concepção da NAP, sobretudo em suas duas primeiras fases, evidencia o “empresariamento” do mundo ao defender a propagação das diretrizes de mercado na área estatal.

Uma observação mais cuidadosa evidencia que, em se tratando da área pública, essa questão adquire implicações de ordem mais complexa, dadas as responsabilidades de caráter social vinculadas ao Estado.

Um dos pontos problemáticos reside no fato de que o Estado, nessa perspectiva, pode assumir estratégias que eventualmente acabam por distorcer premissas elementares da gestão pública, por exemplo, fazer do esforço em atrair investimentos externos um substituto para a formulação de políticas públicas (SALES DE MELO, 2004).

Além disso, há que se fazer ressalvas também à posição reservada ao Estado pela proposta neoliberal, qual seja, o de regulador do mercado e das atividades econômicas em geral. Trata-se da responsabilização assumida pelo poder estatal no que diz respeito ao cumprimento de contratos e garantia do bom andamento dos negócios das grandes empresas transnacionais, em uma regulação cujos parâmetros ilustram a primazia das empresas sobre as demais organizações sociais e mesmo sobre a sociedade como um todo (SALES DE MELO, 2004).

É com base nesse último enfoque que algumas críticas surgem no sentido de situar o neoliberalismo não somente como um resgate do pensamento liberal, mas como uma proposta que o intensifica: diferentemente da idéia original de não-intervenção estatal na dinâmica dos mercados, agora o Estado regulador é um agente com ampla participação nos trâmites econômicos e financeiros, uma vez que seu papel, condicionado por prerrogativas empresariais, é o de manter as condições favoráveis para a manutenção e o aumento das vantagens competitivas e das taxas de lucro das grandes corporações que operam em escala global (SALES DE MELO, 2004).

Encaminhando, então, a análise sobre a repercussão da hegemonia da corrente liberal para as idéias contemporâneas sobre desenvolvimento, os seguintes aspectos podem ser apontados a partir da globalização e do “empresariamento” do mundo:

- a) face ao fenômeno da globalização, é fortalecida uma noção de desenvolvimento muitas vezes exógena, distanciada das reais necessidades e anseios de uma dado

país ou região, uma vez que a idéia vigente do que seja desenvolver-se responde, na verdade, a demandas externas, cuja legitimidade e identificação com o âmbito local pode vir a ser limitada;

- b) essa questão se agrava na medida em que a globalização dá-se imbricada com o “empresariamento” do mundo, e o significativo aumento do poder de abrangência e inserção das grandes empresas daí advindo,<sup>25</sup> acrescenta mais um aspecto problemático na idéia hegemônica acerca do desenvolvimento, pois este, além de responder a expectativas externas, é medido por padrões empresariais, majoritariamente econômicos e financeiros, de modo que os governos, em seus esforços em garanti-lo, podem acabar submetendo suas ações aos ditames de mercado, priorizando-o em detrimento das demais esferas da sociedade;
- c) ao ser levado em conta o exercício de poder subjacente à globalização e ao “empresariamento” do mundo, ao serem visualizadas as forças que triunfam através destes fenômenos, é possível depreender que, a despeito dos avanços tecnológicos e das conquistas políticas, apesar da unicidade em torno do modelo econômico a ser seguido, a relação centro-periferia que pauta as relações entre os países desde os primórdios do capitalismo é mantida<sup>26</sup>; desse modo, assim como acontece com elementos culturais, econômicos e políticos, as concepções ligadas ao que se entende por desenvolvimento, bem como os objetivos a ele relacionados, são muitas vezes uma pré-noção assimilada do centro, importada acriticamente, não um conjunto teórico e prático de resoluções construídas de maneira autônoma e vinculadas a demandas próprias.

---

<sup>25</sup> Analisando as conseqüências da globalização, Furtado (1999, p. 37) coloca que “tudo indica que prosseguirá o avanço das empresas transnacionais, graças à crescente concentração do poder financeiro e aos acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio [...] o que contribui para aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos”.

<sup>26</sup> Sobre a manutenção das relações centro-periferia, Silva (2005, p. 21) afirma que “agora, a dicotomia é reproduzida, praticamente com os mesmos atores, diferenciando países geradores de conhecimento, tecnologia e inovação e aqueles meros reprodutores ou operadores das estruturas definidas no centro do sistema econômico mundial. Àquela época [período industrial pré-intensificação da globalização] essa estrutura garantiu a hegemonia dos países centrais numa divisão internacional do trabalho que restringiu o processo de industrialização dos países periféricos [...] agora pretende definir as condições de sua inserção no processo de globalização, ora como fornecedor de mão-de-obra ou infra-estrutura espacial e fiscal de baixo custo, ora como espaço de especulação financeira”.

Uma possível resposta a essas limitações, o desenvolvimento proposto pela corrente histórico-estruturalista, é o assunto a ser abordado a seguir.

### **3.2.3 A corrente histórico-estruturalista de desenvolvimento: a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**

O surgimento da corrente histórico-estruturalista de desenvolvimento está diretamente relacionado à fundação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL<sup>27</sup>. A designação “histórico-estruturalista” corresponde a dois dos principais eixos da atuação da Comissão: entender o desenvolvimento como um fenômeno articulado com o processo histórico de cada país, e compreender que a diferença do grau de desenvolvimento entre as nações não é um acaso, não é decorrente de ações fortuitas ou má-sorte de uns e competência de outros, ocorrendo, na verdade, devido à estruturação construída desde o mercantilismo e consolidada na sociedade capitalista, uma estruturação que, a partir de uma divisão internacional do trabalho, separa os países entre centrais e periféricos.

A criação da CEPAL deu-se em 1948, no período pós-guerra caracterizado pelo esforço em escala mundial de reordenamento das relações do planeta em meio aos desastres ocasionados pela Segunda Guerra. São daquela época, por exemplo, a execução do *Plano Marshall* (financiamento norte-americano para a reconstrução da Europa); a constituição de instituições de fomento e controle econômico como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); e a criação de um organismo de abrangência universal, a Organização das Nações Unidas (ONU) - ao qual a CEPAL está vinculada – constituído de órgãos de atuação em áreas específicas, como a Organização das Nações Unidas para

---

<sup>27</sup> Celso Furtado (1999, p. 25), um dos integrantes de maior destaque da CEPAL, assim resume a relevância da constituição desta Comissão: “uma reflexão sobre o legado que nos deixou a CEPAL deve partir do reconhecimento de que ela constituiu o único esforço de criação de um corpo de pensamento teórico sobre política econômica surgido na vasta área do planeta que veio a ser referida como Terceiro Mundo. Esse trabalho de teorização se desdobrou em duas frentes. Em primeiro lugar, está a visão global da estrutura da economia mundial a partir da dicotomia Centro-Periferia, que nos permitiu captar a especificidade do subdesenvolvimento [...] em segundo lugar, está a percepção do sistema de poder subjacente à economia mundial [...] trata-se, em verdade, de uma teoria do efeito de dominação, que está na origem da dependência a que se referiram em etapa posterior os economistas latino-americanos.”

a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (HAFFNER, 1996) .

A Comissão Econômica para a América Latina, como foi intitulada em sua origem, foi criada a partir de deliberações do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Passou, posteriormente, a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, atendendo pedido de inclusão dos países dessa última região. A CEPAL, quando de sua criação, teve por objetivo coordenar as políticas econômicas concernentes à promoção do desenvolvimento econômico da América Latina. Em seguida, tal objetivo foi ampliado ao Caribe e incorporou, juntamente com o enfoque econômico, a preocupação com o desenvolvimento social, a premissa por excelência da Comissão (HAFFNER, 1996).

Haffner (1996, p. 50-51) elenca as três metas básicas que constam na resolução original da CEPAL:

- a) ter a iniciativa e a participação nas medidas destinadas a resolver os problemas econômicos urgentes suscitados pela guerra, e elevar o nível da atividade econômica dos países latino-americanos, tanto entre si como com os demais países do mundo;
- b) realizar ou fazer com que sejam realizadas pesquisas e estudos que a comissão entenda como pertinente a respeito dos problemas econômicos e técnicos, e sobre a evolução econômica e tecnológica dos países da América Latina;
- c) fazer ou garantir que seja feita a compilação, avaliação e difusão de informações econômicas, técnicas e estatísticas, conforme a comissão entender como pertinente.

A CEPAL reúne-se a cada dois anos, tem sede em Santiago, capital chilena, e nos anos recentes vem tendo como atividades principais a colaboração com os governos latino-americanos na investigação e na análise de problemas econômicos regionais e nacionais; a promoção de diretrizes para a formulação de planos de desenvolvimento; organização e convocação de reuniões entre os governos-membros a fim de discutir temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social.

Unem-se a essas atividades a prestação de assistência técnica, a promoção de cursos de capacitação, a cooperação com organizações regionais, nacionais e internacionais mediante programas de trabalho realizados através das diversas divisões e unidades da Comissão.

Os estudos da CEPAL referentes ao desenvolvimento têm sua gênese no conceito centro-periferia. Nesse conceito é contemplada a idéia de um “desenvolvimento desigual originário”, em que são considerados centros as economias nas quais as técnicas de produção capitalistas adentraram primeiro, sendo a periferia, por sua vez, formada pelas economias cuja matriz produtiva encontra-se atrasada sob a perspectiva tecnológica e organizativa (HAFFNER, 1996).

Concebida por Raúl Prebisch<sup>28</sup>, a concepção centro-periferia está entre os conceitos fundamentais da CEPAL, e foi construído a partir do esforço de Prebisch em analisar as limitações do modelo liberal de desenvolvimento, em especial a posição central ocupada pelo mercado na alocação das forças produtivas, na distribuição dos recursos, e na mediação entre os agentes econômicos (MORAES, 1995).

Prebisch procurou também demonstrar a defasagem entre os efeitos sociais e os privados no que diz respeito aos investimentos externos nos países de terceiro mundo. As inversões estrangeiras em nações periféricas têm muitas vezes uma abrangência social restrita, na medida em que são pautadas pela busca por vantagens competitivas, direcionando-se, assim, para atividades de caráter extrativista, especializado, e, no que diz respeito às riquezas geradas, voltado para os países de origem (MORAES, 1995).

A desvantagem histórica dos países periféricos nas trocas econômicas, ocasionada pela disparidade de poder político e aporte tecnológico entre primeiro e terceiro mundo é outro tema no qual Prebisch se detém, mais um dos temas-chave que constituem os alicerces conceituais da CEPAL e dos seguidores das concepções teóricas da Comissão (MORAES, 1995).

A desigualdade evidencia o caráter estrutural da diferença de níveis de desenvolvimento entre as nações: Prebisch afirmava, nesse sentido, que não há etapas

---

<sup>28</sup> Raúl Prebisch (1901-1986) foi um economista argentino de grande projeção, cujas idéias sobre desenvolvimento influenciaram fortemente o pensamento latino-americano, tendo sido um dos líderes na criação e condução da CEPAL.



ou fases a serem percorridas pelos países que ficaram para trás, esta é, de fato, a estrutura vigente, a divisão internacional do trabalho, que compreende, em seu ordenamento, segmentos díspares simultâneos, uma coexistência de nações divididas entre as que produzem alimentos, fornecem matéria-prima e importam produtos tecnologicamente avançados, e nações que adquirem estes bens primários e inacabados, e que distribuem a tecnologia utilizada em âmbito mundial. Moraes (1995, p. 23) sintetiza o argumento de Prebisch: “o pensamento cepalino encara o subdesenvolvimento como algo estrutural, como um sistema em que centro e periferia coexistem e se determinam mutuamente. E, portanto, o caminho para o desenvolvimento não poderia ser pensado como seqüência linear de etapas pelas quais teriam passado diferentes sociedades”.

Moraes (1995, p. 31) salienta que, ao articular essa posição subalterna delegada aos países periféricos com os condicionantes financeiros que pautam os investimentos estrangeiros nestas nações, Prebisch afirma o contorno necessariamente político da economia, descartando, com isso, a racionalidade absoluta e o equilíbrio natural atribuídos pelo pensamento liberal aos movimentos comerciais e financeiros em geral, questionando, dessa maneira, a legitimação do mercado como mecanismo de regulação dos processos econômicos: “em suma, não há mecanismo puro, permanente, automático e apolítico de transferências – há, isto sim, mecanismos impuros, mutáveis, acionados e reacionados constantemente, mecanismos políticos, envolvendo juízos de valor, vontades e posições de força”.

A prerrogativa política subjacente à dinâmica econômica une-se à proposta de ampliar a noção de desenvolvimento para a dimensão social e à concepção histórico-estrutural que elucidada a relação centro-periferia que organiza o mundo, compondo, assim, as principais linhas teóricas da CEPAL, as quais apontam para o objetivo primordial da Comissão: viabilizar a reestruturação da economia nos países latino-americanos e caribenhos, e, mais do que isso, atuar na reforma do próprio sistema econômico mundial, de modo a reparar as distorções legitimadas pela divisão internacional do trabalho, encurtando ou mesmo eliminando a distância entre primeiro e terceiro mundo, mediante a promoção de novos padrões de interação entre os países (MORAES, 1995).

Para conduzir o movimento de reestruturação da economia, as diretrizes da CEPAL indicam o Estado como um dos principais agentes responsáveis por esse processo. A intervenção estatal, na concepção da Comissão, é o fator que pode ajustar de modo satisfatório as questões econômicas e políticas ao bem-estar da coletividade, regrando e mediando ações individuais de caráter privado de maneira a que estas contemplem também os interesses da sociedade (MORAES, 1995).

Os investimentos e a alocação de recursos, sejam oriundos de iniciativas de organizações estrangeiras, empreendimentos nacionais, ou referentes à ação direta do Estado, devem seguir critérios que permitam sua utilização da forma mais proveitosa para o desenvolvimento social como um todo, levando em conta, evidentemente, as expectativas econômicas dos agentes envolvidos, mas sempre situando-as em parâmetros que assegurem a primazia da coletividade: “no arrazoado cepalino, são decisivos o planejamento e a força interventora do Estado, através das políticas fiscal, alfandegária, monetária e creditícia, além de investimentos básicos não-realizáveis pelo setor privado. Tais práticas induzem o desenvolvimento à revelia dos limites de percepção dos indivíduos, mais confinados a interesses particulares e imediatos” (MORAES, 1995, p. 44).

Note-se que há a preocupação com a preservação da liberdade individual, o espaço para a iniciativa privada é mantido. Há, contudo, o estabelecimento de um limite claro para as ações individuais nos pressupostos da CEPAL: os efeitos sociais das práticas desta natureza. Assim, configura-se um modelo político-econômico em que a livre iniciativa deve necessariamente estabelecer relações com a sociedade, ficando circunscrita à garantia dos interesses coletivos, em uma interface constantemente mediada pelo Estado.

Nessa prerrogativa defendida pela CEPAL, há também outras medidas pontuais a serem tomadas pelo poder público, que igualmente são destacadas como fundamentais para viabilizar as intenções da Comissão. Primeiramente, as políticas públicas de ordem interna precisam voltar-se basicamente a dois objetivos, inter-relacionados entre si: equalizar o poder de consumo da população, a partir da geração de empregos e de uma melhor distribuição de renda, e reter os frutos do progresso técnico e a riqueza produzida no país (PINTO, 2000).

Nas políticas públicas direcionadas ao comércio exterior e às interações no contexto internacional, as ações devem ser efetuadas no sentido de viabilizar a diversificação dos bens de exportação. A recomendação é somar aos produtos primários e às matérias-primas, manufaturas e produtos acabados, de maior valor agregado, levando-se em conta os recursos naturais do país, sua capacidade de mão-de-obra, suas condições estruturais, limites e potencialidades (PINTO, 2000).

Para isso, seguindo as ponderações da CEPAL, trabalha-se de modo a estimular a indústria nacional a partir de subsídios para o fortalecimento da produção, de financiamentos para a aquisição de maquinário e aparatos em geral, e mediante investimentos em pesquisa a fim de garantir aportes tecnológicos próprios, dentre outras providências (PINTO, 2000).

Ainda na questão das relações com outros países, é um pressuposto do pensamento *cepalista* a necessidade de ampliação dos mercados em que o país transaciona exportando ou adquirindo bens, no intuito de aumentar a possibilidade de trocas mais vantajosas. Alinhada a essa idéia, há o apelo para que se construam articulações autônomas entre os países latino-americanos e caribenhos, não somente na esfera econômica, mas também em âmbito político, social e cultural (GRACIARENA, 2000).

A reestruturação pretendida pela CEPAL, para ser efetivamente viabilizada, não pode, no entanto, ficar restrita às ações internas, às providências efetuadas pelos governos nacionais nos países da América Latina e Caribe. Dadas as múltiplas interações destes com as demais nações, as medidas internas por si só não são suficientes para redirecionar os caminhos do desenvolvimento latino americano e caribenho. Desse modo, faz-se imprescindível, conforme os pressupostos da Comissão, ações também em nível global, orientadas para as práticas em outras regiões (SUNKEL, 2000).

No que se refere aos países centrais, a amplitude das ações de reestruturação econômica defendida pela CEPAL tem especial importância ante o delicado equilíbrio e a mútua influência entre centro e periferia. Mudanças em um acarretam inexoravelmente alterações em outro. Moraes (1995) salienta essa necessidade de

articulação mundial das práticas de reordenamento econômico ao enfatizar o quão interligadas estão a estabilidade social dos países desenvolvidos e a instabilidade social dos países subdesenvolvidos. O padrão de vida alcançado nas nações centrais, é sempre importante recordar, deve-se em boa parte às sucessivas vantagens destas nas trocas comerciais com o terceiro mundo (MORAES, 1995).

A partir disso é razoável imaginar que, uma vez ocorridas alterações na forma de coordenar os trâmites econômicos nos países periféricos, haja desdobramentos cujos reflexos alcançariam não somente a economia dos países centrais, mas sua organização social como um todo<sup>29</sup>. Moraes (1995, p. 35) dá como exemplo uma eventual mudança na política referente às transações de empresas estrangeiras e suas remessas de lucros, para evidenciar as prováveis implicações as quais se está fazendo referência:

A pergunta que nos assalta é óbvia: o que ocorreria com a cessação dessas transferências internacionais de riqueza? A resposta parece igualmente óbvia: cresceriam as turbulências no interior dos países subdesenvolvidos e aumentariam as tensões internacionais. Mas seria igualmente afetada a paz social no interior dos países industrializados, uma vez que os silêncios e consensos metropolitanos dependiam em grande parte de um padrão de riqueza mantido pela sucção imposta à periferia subdesenvolvida.

Ao ser observada a interdependência entre centro e periferia desde a ótica das nações centrais, percebe-se os limites que cerceiam qualquer iniciativa que destoe das pretensões primeiro-mundistas. Desse modo, faz-se necessário colocar em perspectiva as imensas dificuldades enfrentadas pelos governos, pelos profissionais ligados à CEPAL ou por qualquer outro grupo que manifeste o desejo de repensar a divisão internacional do trabalho. É preciso ressaltar que, se não foi possível efetuar mudanças consistentes na dinâmica econômica e social da América Latina e demais regiões periféricas, tal lacuna se deve não à ausência de projetos de desenvolvimento diferentes do projeto liberal – vide o esforço da CEPAL - mas sim à complexidade envolvida nas articulações entre os países, articulações cujos múltiplos tensionamentos políticos e econômicos, somados a forças institucionais, jurídico-legais e mesmo de cunho militar, vêm historicamente pendendo em favor dos países ricos.

---

<sup>29</sup> Esta argumentação é sustentada pela história latino-americana, ao serem trazidas à tona algumas das respostas do primeiro mundo às tentativas de mudança no continente. Para ficar em dois exemplos: o golpe militar no Brasil, em 1964, e no Chile, em 1973, ambos com a participação direta dos Estados Unidos, depondo governos democraticamente eleitos e com projetos autônomos de desenvolvimento, elaborados inclusive com a contribuição de economistas oriundos da CEPAL, Celso Furtado, ministro do planejamento no governo de João Goulart, e Pedro Vuskovic, ministro da economia de Salvador Allende.

Ciente da complexidade dessa questão, e, principalmente, da importância de encontrar as soluções que indiquem novos caminhos para o Brasil e para a América Latina, Celso Furtado, um dos protagonistas da CEPAL, dedicou-se a elaborar, tanto em nível teórico como na prática, um conjunto de conhecimentos e propostas que pudessem contribuir para a construção destes novos caminhos. Algumas de suas formulações são abordadas a seguir.

### **3.2.4 Análise histórica, cultura e potencialidades locais: o projeto de desenvolvimento de Celso Furtado**

Furtado (2002, p. 36) dedicou-se à elaboração de um projeto de desenvolvimento que pudesse conduzir o país a um avanço econômico, político, e, sobretudo, social, mediante a articulação de idéias e práticas que levassem em conta aspectos culturais e históricos, valorizando as potencialidades, as vocações e as singularidades locais: “a superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura”.

Furtado (2000) propõe que este projeto de desenvolvimento se configure em uma resposta, uma alternativa ao consenso acerca da organização das sociedades no mundo globalizado, um consenso que, alerta o autor, reafirma a relação de dependência entre nações centrais e nações periféricas. Este projeto prevê mudanças estruturais que permitam a obtenção de um desenvolvimento que esteja alinhado à trajetória histórica do Brasil.

A fim de formulá-lo, Furtado percorreu três etapas: a compreensão da formação político-econômica do país sob a condição de ex-colônia e nação periférica, dois fatores que incorrem em seu subdesenvolvimento; a análise crítica a respeito da repercussão dessa condição na sociedade brasileira contemporânea; e a construção do projeto propriamente dito, mediante parâmetros estabelecidos a partir dos elementos trazidos à tona nas duas etapas anteriores. Nas páginas a seguir, é então delineado mais um dos

marcos teóricos da tese, a partir da recuperação de cada uma dessas etapas através das quais Furtado constrói seu argumento e apresenta seus principais conceitos.

Sobre a primeira etapa em questão, ao dissertar sobre a história brasileira, Furtado (2002) destaca o desequilíbrio endêmico que caracteriza os relacionamentos que o país vem estabelecendo com as nações do primeiro mundo ao longo dos séculos, e as conseqüências destas interações no que se refere às reais possibilidades de um efetivo desenvolvimento. Reiterando a importância da análise histórica subjacente às reflexões de natureza política e econômica, o autor salienta o subdesenvolvimento a que o Brasil está há tempos submetido, uma condição que se deve em boa parte, diz o *cepalista* Furtado (2002), à recorrência dessas relações desiguais com os países centrais.

Nesse sentido, a análise de Furtado (2003) acerca das causas do subdesenvolvimento brasileiro tem início na recuperação do papel original que coube não só ao Brasil, mas às demais terras colonizadas: o de sustentação do progresso dos países centrais mediante a cessão de recursos naturais e mão-de-obra. O desequilíbrio nas relações internacionais, diz o autor, ao se repetir indefinidamente durante os vários anos desde a época colonial, acarreta em uma dependência tecnológica, econômica e cultural que impede o Brasil de desenvolver-se em sua plenitude, comprometendo, dessa maneira, sua autonomia e capacidade de criação, prejudicando a atuação do país no que concerne ao atendimento de suas questões sociais.

Outro fator identificado por Furtado (1996) para explicar a desvantagem brasileira em relação aos países de primeiro mundo remete à industrialização tardia do país, que começou a tomar forma somente no século XX, a partir da década de 1930. Segundo o autor, os interesses da classe latifundiária mantiveram a matriz agrícola nacional intacta enquanto as nações centrais investiam há décadas na mudança para o paradigma industrial de produção. A histórica desvantagem subjacente às trocas comerciais envolvendo manufaturas e matérias-primas, entre produtos industrializados e aqueles advindos do setor primário, característica da época colonial, foi, dessa maneira, prolongada ao longo do século XIX e parte do século XX.

Em uma análise preliminar poderia se afirmar que a industrialização tardia é, então, uma decorrência de problemas de ordem interna. Furtado (1996) reitera, porém,

que essa é também uma questão vinculada à estruturação centro-periferia que organiza o mundo. Isso porque, segundo o autor, um dos atributos peculiares das classes privilegiadas dos países periféricos é a aversão a mudanças econômicas, políticas ou de qualquer outra natureza que possam ameaçar sua posição superior. Assim, em uma perspectiva macroestrutural, acabam contribuindo indiretamente para a sustentação da dicotomia existente entre nações centrais e periféricas, ao impedir qualquer iniciativa transformadora.

Furtado (1999) avança na análise até o ponto em que essa contribuição deixa de ser indireta e se torna absolutamente imbricada com a segmentação entre os países, uma vez que, para o autor, ao querer reproduzir padrões culturais e de consumo estrangeiros, a classe privilegiada perpetua o sectarismo entre primeiro e terceiro mundo, tornando-se, assim, mais um elemento condicionante do subdesenvolvimento: “essas reflexões me levaram à convicção de que a permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural. A adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no mercado internacional” (FURTADO, 1999, p. 60).

Diante disso, Furtado (1999, p. 69) ressalta a necessidade de uma observação cuidadosa no que se refere à distância existente entre aprimoramento técnico, avanço econômico, e um efetivo desenvolvimento que reflita uma melhoria nas condições da sociedade em um aspecto mais amplo, não se limitando a uma faixa estreita da população: “refiro-me aos segmentos populacionais que, embora conheçam uma significativa elevação do seu nível de vida material, continuam prisioneiros de estreitos padrões culturais. Com efeito, a experiência tem demonstrado amplamente que a elevação do nível de vida material não se faz acompanhar necessariamente de melhora nos padrões de vida cultural, reproduzindo-se via de regra a estratificação social existente no passado”.

A partir daí, Furtado (1992, p. 6) propõe-se a formular um projeto de desenvolvimento que viabilize a “homogeneização social”, uma estruturação que assegure meios propícios à elevação da qualidade de vida de toda a população: “o conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e

sim a que membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais.”

O projeto de desenvolvimento de Furtado (1999), além de atuar nas questões relacionadas à redução do distanciamento entre classes sociais, faz frente também a outras implicações da posição periférica do país, não somente ao que se refere à dependência econômica, como também no que concerne à dependência tecnológica e cultural.

Furtado (1999, p. 48) vincula a dependência tecnológica a aspectos culturais devido ao fato de que a opção em adquirir técnicas e tecnologias ao invés de produzi-las tem desdobramentos que ultrapassam os domínios industriais e econômicos, alcançando o terreno da cultura, uma vez que, salienta o autor, subjacente à importação tecnológica, ocorre da mesma forma importação de hábitos e comportamentos: “o desenvolvimento tecnológico é dependente quando não se limita à introdução de novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que só existem na sociedade em questão na forma de enclaves”.

Avançando aos aspectos relacionados ao seu projeto, Furtado (1999, p. 47), ao definir seu conceito de desenvolvimento, amplia as noções econômicas, atrelando-as a dimensões sociais, uma preocupação que vai pautar todo o seu trabalho: “quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos *desenvolvimento*. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade”.

Furtado (1999), com isso, evidencia sua convicção de que o desenvolvimento só se configura como tal a partir do estímulo às potencialidades dos sujeitos e do enriquecimento do contexto que os cerca. O autor fortalece seu posicionamento argumentando que o desenvolvimento, a partir dessa concepção, abarca elementos técnicos, de caráter mais pragmático – e aí Furtado dispõe de seu conhecimento econômico para alinhar suas propostas – e, ao mesmo tempo, elementos valorativos, de



significação subjetiva, daí seu esforço em trazer à discussão as questões culturais e de vocações históricas do país: “a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à *técnica*, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se ao significado de sua atividade, aos *valores* com que o homem enriquece seu patrimônio existencial.” (FURTADO, 1999, p. 47)

A atenção de Furtado (1999) à dimensão cultural se explica porque, segundo o autor, ao se aprofundar o conhecimento acerca daquilo que é enraizado na tradição, torna-se possível apreender quais as reais necessidades e demandas da população, e quais são, afinal, suas vocações e potencialidades. Com isso, constitui-se uma parte importante do vínculo social-econômico pressuposto na sua idéia de desenvolvimento, que permitiria, assim, um alinhamento consistente das políticas de desenvolvimento com as características que forjam a identidade do país:

Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a coerência de nosso sistema de valores [...] esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a nela prevalecer a dimensão tecnológica. (FURTADO, 1999, p. 72)

Furtado (1999) ressalta ainda um outro aspecto que justifica seu olhar voltado à cultura e ao fortalecimento da identidade. Conforme o autor, uma parte importante de um desenvolvimento que integre também elementos para além do espectro econômico diz respeito ao investimento maciço na inclusão social, ao esforço em conscientizar a população, dotá-la de espírito crítico, valorizando seus conhecimentos e experiências específicas, no intuito de estabelecer um alto nível de confiança na capacidade de trabalho, nas soluções que são geradas internamente, na possibilidade de alcançar uma melhor condição de vida.

Trata-se, salienta Furtado (1999, p. 67), de colocar em movimento uma mudança de mentalidade a partir do reconhecimento das dificuldades, ao mesmo tempo em que se incorpora a confiança em superá-las: “devemos reconhecer nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para libertar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o

perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a um bom porto.”

Ao enfatizar a dimensão cultural e a identidade, Furtado (2002) pretende também preparar as condições para a disseminação de um elemento essencial na sua concepção de desenvolvimento: a criatividade. Furtado (2002) faz referência aos avanços testemunhados na história da humanidade para apontar a capacidade criativa como o impulso por excelência das sociedades. A própria civilização contemporânea, relembra o autor, é decorrente de um conjunto de ações de cunho político-econômico-institucional somadas a incursões intelectuais, reflexões filosóficas e aportes tecnológicos, cujo motor primordial foi a inventividade do ser humano.

Furtado (2002) alerta, contudo, que a modernidade e o capitalismo têm limitado essa amplitude, restringindo os ímpetus criativos somente àqueles que vão ao encontro dos valores e da estrutura social condizentes com os parâmetros de uma sociedade voltada para o mercado, descartando, ou mesmo combatendo as iniciativas distintas. Seria preciso, dessa maneira, o estímulo à criatividade liberta de delimitações prévias, um efetivo espaço à imaginação, a fim de que seja possível conceber novas formas de conduzir a economia, novos objetivos para a sociedade, novos arranjos organizacionais.

Isso se torna particularmente importante no contexto latino-americano, haja vista a necessidade, destacada nas diretrizes da CEPAL e reiterada por Furtado (1999, p. 63), de buscar caminhos próprios, de tentar se desvencilhar da relação de dependência com os países centrais, de cessar em definitivo, enfim, a reprodução dos ditames primeiro-mundistas: “as modificações estruturais deveriam ser vistas como um processo liberador de energias criativas, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo é previamente concebido. O objetivo estratégico seria remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições do subdesenvolvimento, está coarctada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa”.

Coerente com as diretrizes da CEPAL (as quais ajudou a formular), Furtado (1996) da mesma forma coloca o Estado como um dos agentes fundamentais na orientação das práticas em prol da efetivação de seu projeto de desenvolvimento. O

autor enfatiza o que chama de “papel integrador do Estado” para defender a posição estratégica que a ação estatal assume na perspectiva ampliada de desenvolvimento.

De maneira semelhante à formulação *cepalista*, Furtado (1996) defende a manutenção da livre iniciativa e dos mercados, os quais, assinala o autor, cumprem um papel importante na economia do país. Reitera-se, porém, que a dinâmica concernente tanto à livre iniciativa quanto aos mercados deve, diz Furtado (1996), não somente preservar os interesses da coletividade, como também contribuir para a homogeneização social e para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Articulados com os objetivos da CEPAL e de Furtado, os trabalhos referentes ao desenvolvimento regional aprofundam as concepções do economista brasileiro acerca das potencialidades, das vocações e da identidade cultural, efetuando uma abordagem em micro-escala e detendo-se nas singularidades geográficas, complementando, assim, o esforço do autor e também da Comissão, ao dar ênfase às particularidades não do continente ou de um dado país, mas de uma determinada região. A proposta do próximo item é apresentar esse último nível de análise.

### **3.2.5 O terceiro eixo da proposta histórico-estruturalista: o desenvolvimento regional**

Este tópico encerra a abordagem teórica sobre desenvolvimento, efetuando uma última segmentação, detendo-se em alguns pontos que se referem especificamente a desenvolvimento regional. Assim, se completa o enfoque histórico-estruturalista, iniciado com o olhar macroestrutural da América Latina por parte da CEPAL, em seguida situando uma abordagem de caráter nacional, com Celso Furtado e seu projeto de desenvolvimento para o Brasil, e agora discorrendo sobre questões regionais. Cabe salientar que parte das premissas referentes ao desenvolvimento regional já foram apresentadas, pois este é um conteúdo afim diretamente relacionado com as propostas da Comissão e de Furtado.

Os subsídios teóricos para este item advêm do trabalho de Sergio Boisier (1999, 1988), autor que, seguindo a linha de pensamento da CEPAL, enaltece a importância do

desenvolvimento regional como um dos meios de fortalecimento dos projetos nacionais, identificados com as questões de cada país, e, nesse caso, com cada uma das regiões que o compõem.

Segundo Boisier (1988), o passo inicial para se referir ao desenvolvimento regional é compreender a região a que se está fazendo menção como uma "região-sujeito", uma região que reúne um espaço social, não apenas geográfico. Nesse espaço social, diz Boisier (1988, p. 595), percebe-se a existência de elementos como o sentimento de pertença - reconhecido e partilhado por um conjunto de pessoas ou grupos - uma história e uma cultura peculiares, além de recursos naturais e paisagens distintas de outros lugares: "isso só é possível [a região vir a ser uma "região-sujeito"] quando a região, ao mesmo tempo que espaço geográfico, for espaço social. Ou seja, uma matriz de grupos sociais cujo nexo de articulação seja dado pela consciência coletiva de pertencer a um território comum que, formando parte de um território nacional, possui suficientes especificações (recursos, cultura, paisagem, etnia, etc) para diferenciar-se [...]".

A fim de que os projetos de desenvolvimento possam estar alinhados com as premissas de uma região-sujeito, viabilizando, dessa maneira, a potencialização de seus atributos característicos - aspecto emblemático do desenvolvimento regional – Boisier (1988) afirma ser preciso construir propostas nas quais se contemple as dimensões tanto econômicas como sociais, em nível nacional e local, aproximando as contribuições desses diferentes níveis com o cuidado de harmonizar objetivos, respeitando as singularidades de cada região, ao mesmo tempo em que se preserva a diversificação das várias regiões que compõem uma nação.

Boisier (1988) propõe uma discussão concernente à atenção para com a historicidade das dinâmicas subjacentes ao desenvolvimento regional. Conforme o autor é preciso analisar criticamente as idéias que conduzem as políticas voltadas ao âmbito regional, a fim de observar posições e objetivos, identificando qual a noção de desenvolvimento que orienta estas posições para, a partir disso, avaliar a relevância de suas propostas.

Boisier (1988), ao realizar essa análise, alerta para o fato de que as práticas tradicionais de planejamento regional na América Latina são invariavelmente restritas a aplicação de teorias, modelos e metodologias concebidas em circunstâncias político-econômicas distintas do contexto latino-americano. Tais práticas acarretam no que o autor denomina "paradigma do centro-abaixo", o domínio dos pressupostos já discutidos que vinculam a idéia de desenvolvimento a fatores eminentemente econômicos e originários dos países de primeiro-mundo<sup>30</sup>. Valendo-se do arcabouço teórico construído na CEPAL, Boisier (1988, p. 593) recupera o conceito de centro-periferia e afirma, taxativo: "tudo isso foi feito com absoluta falta de respeito para com o meio social latino-americano".

Outro ponto problemático acerca do desenvolvimento regional, ressalta Boisier (1999), se refere à centralização, por parte dos governos nacionais, das decisões concernentes às regiões. Essa medida acarreta em uma separação artificial entre planejadores e sujeitos imersos na realidade em questão. Tal separação, segundo Boisier (1999), compromete a viabilidade de qualquer plano, primeiro porque o mesmo é formulado sem um conhecimento aprofundado tanto das reais necessidades como das potencialidades de dada região. E, ao mesmo tempo, ao não contemplar a participação dos sujeitos no processo de planejamento, a postura do governo nacional pode suscitar um descontentamento entre os verdadeiros protagonistas do plano, fragilizando, assim, qualquer iniciativa nesse sentido.

Continuando no enfoque da relação governo nacional-regiões, Boisier (1999) coloca uma outra questão problemática: não bastasse o caráter centralizador dos planejamentos direcionados às regiões, há também pouca aproximação entre as políticas regionais e a política econômica nacional, impedindo, dessa forma, o alinhamento de forças e a organização coerente dos objetivos e metas em nível regional com as propostas para o país.

---

<sup>30</sup> Conforme Boisier (1988, p. 593): "a prática tradicional do planejamento regional também teve o pecado de ser monodisciplinar, no aspecto profissional. Em geral, ela esteve controlada, de forma majoritária, pelos economistas [...] este fato marcou o caráter unicamente economicista das propostas de desenvolvimento regional, esterilizando-as, de antemão, e também levou a fracassos estrondosos, em relação às propostas de regionalização".

Essa é uma situação delicada porque, conforme Boisier (1999), o grau de desenvolvimento regional está intimamente ligado à sua articulação com o governo nacional. Trata-se de uma interação fundamental, pois, diz o autor, a participação relativa de uma determinada região nos recursos concedidos pelo governo central permite um aporte econômico o qual, ao ser alocado sob critérios construídos a partir das prioridades da região, há de contribuir decisivamente para seu desenvolvimento.

Além da interface com a política nacional, Boisier (1999) destaca como relevante no processo de desenvolvimento regional os fatores relacionados à região propriamente, os quais chama de "forças endógenas". O autor fala em "capacidade de organização social da região" ao abordar as medidas a serem tomadas para potencializar as forças endógenas, a fim de fazer com que os investimentos e o aporte de recursos se tornem mecanismos consistentes de desenvolvimento. Trabalhar no sentido de adquirir maior poder de decisão e autonomia, a preocupação com a retenção e o direcionamento adequado da riqueza gerada, uma política que priorize a qualidade de vida, a constituição de canais de participação que permitam à população ser ouvida por meios institucionais, além da preservação dos recursos naturais, estão entre as ações que Boisier (1988, p. 599) aponta como exemplos das práticas que evidenciam a capacidade de organização de uma região, práticas imprescindíveis para que a mesma possa de fato desenvolver-se:

O passo crítico que leva de uma eventual situação de crescimento econômico a uma mais complexa situação de desenvolvimento, depende da capacidade de organização social da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em 'estados' de desenvolvimento. Este processo, completamente endógeno à região, associa-se a questões tais como o aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento econômico, um permanente e crescente melhoramento social e uma preservação do meio-ambiente.

Aprofundando seu argumento acerca da capacidade de organização social como fator-chave para promover o desenvolvimento, Boisier (1988) reitera a importância de empreendedores locais capazes de atuar a partir das oportunidades geradas pelos esforços em busca do desenvolvimento, prontos para assumir os riscos associados às novas atividades e suficientemente identificados com a região, capitalizando, assim, regionalmente seus lucros.

Boisier (1988) insiste na relevância dessa classe empresarial ao afirmar que, no caso de sua inexistência, muitas das oportunidades mencionadas serão aproveitadas por investidores externos, com pouca disposição para reinvestir regionalmente seus ganhos, e com elevada tendência para retirar seu capital, uma vez cessadas as condições de exceção e as vantagens competitivas que os atraíram para a região em questão.

Outro aspecto enfatizado por Boisier (1988) como determinante na capacidade de organização social de uma região é a atuação da classe política, um elemento essencial nesse processo. Segundo o autor, a qualidade e a capacidade dos agentes políticos, bem como sua identificação com a região da qual fazem parte são pressupostos fundamentais, na medida em que os agentes políticos são os representantes dos interesses regionais, envolvidos em negociações em vários níveis com diferentes sujeitos, através das quais têm a oportunidade, se demonstrarem a habilidade e o comprometimento necessários, de assegurar posições vantajosas à região, como por exemplo, um maior acesso a recursos ou uma maior participação em projetos da esfera nacional. Cabe pontuar que, ainda abordando a importância da classe política no desenvolvimento regional, Boisier (1988) destaca também a necessidade de dispor de equipes técnicas da mesma forma preparadas e identificadas com os objetivos da região, de modo a garantir uma assessoria igualmente hábil e de qualidade.

O papel desses agentes políticos no processo de desenvolvimento, bem como seus atributos, desafios e responsabilidades são abordados no item a seguir.

### **3.3 As políticas públicas e o desenvolvimento: a ação do Estado como prática estratégica**

Como visto nos itens em que são abordados os pressupostos da corrente histórico-estruturalista de desenvolvimento, a ação estatal é percebida como um dos elementos fundamentais para a viabilização dos objetivos alinhados tanto pela Comissão como por Furtado e Boisier.

A partir disso, neste segmento do referencial teórico, a atenção é voltada à compreensão da ação do Estado como movimento estratégico, envolvido em um

ambiente de alta complexidade, e que requer, portanto, um planejamento condizente com essa condição.

A formulação teórica escolhida para orientar este tópico é a de Carlos Matus, economista chileno que vem oferecendo contribuições para o entendimento da prática dos governos latino-americanos sob o olhar estratégico. Assim, a análise e a discussão a seguir são pautadas pelos conceitos-chave elaborados por Matus, conceitos que ajudam a elucidar os principais pontos que envolvem a idéia de estratégia, permitindo a compreensão dos desafios, das dificuldades, da problemática que cerca a ação estatal, e que, ao mesmo tempo, apontam caminhos para que o Estado possa se tornar um agente mobilizador do desenvolvimento. Evidentemente, o conteúdo das próximas páginas – assim como os que precederam este item e que compõem o capítulo 3 – não abrange a produção do autor na sua totalidade, tendo sido focados os aspectos diretamente relacionados às pretensões da tese.

O objetivo que guia o trabalho de Matus (1996a) no que consiste especificamente à estratégia é oferecer subsídios para o aperfeiçoamento da gestão pública, de modo que esta possa dar conta da complexidade que caracteriza seu ambiente de atuação. Matus (1996a) justifica seu empenho salientando a inaptidão generalizada dos governos na América Latina, tanto com relação à resolução de problemas, como no que se refere à criação de projetos para a melhoria da condição social e econômica de cada país em questão.

Tal situação, diz Matus (1996a), coloca em risco a própria sustentação do sistema democrático, na medida em que expõe a dificuldade dos líderes em conduzir adequadamente os rumos de suas respectivas nações, o que acaba por suscitar, recorrentemente, o descontentamento da população. A insatisfação ganha ainda mais corpo, diz Matus (1996a), diante do distanciamento percebido entre compromissos assumidos durante campanhas eleitorais e realizações que foram de fato concretizadas.

Desse modo, Matus (1996a) assinala a necessidade de “criar capacidade de governo”, mediante uma formação adequada dos dirigentes, a fim de que estes possam estar preparados para criar ou adaptar técnicas de governo e de planejamento à altura da complexidade da estrutura social sob sua responsabilidade. Matus (1996a) ilustra esta



complexidade a que faz menção, ressaltando que a atuação do gestor público ocorre em um contexto de múltiplos recursos escassos, múltiplos critérios de eficácia, distintas concepções do fazer político, além de inúmeras demandas de diferentes origens. Trata-se, enfim, de uma atmosfera absolutamente problemática que exige, por isso, uma abordagem vigorosa.

Assim, Matus (1996a, p. 5) desenvolve sua teoria formulando o que intitula Planejamento Estratégico Situacional (PES), nas suas palavras, “um método de governo que propõe mudar o estilo de fazer política e que oferece um corpo teórico e metodológico para pensar e fazer governo”.

Dentre os elementos que apresenta para defender sua proposta, Matus (1996a) argumenta que um dos grandes trunfos do PES, e que o torna um instrumento com grande poder de intervenção na realidade, é sua capacidade de promover o diálogo entre o que é de domínio da política e os aspectos relacionados ao conhecimento técnico. Matus (1996a) nomeia tal atributo como “função tecnopolítica”, um atributo, enfatiza, que deve pautar o pensamento e a prática estratégica na gestão pública.

Ao falar da função tecnopolítica, Matus (1996a) amplia a responsabilidade do gestor público de acordo com o que ocorre na vida real: as ações não seguem somente critérios técnicos pré-estabelecidos, são na verdade decorrências de decisões políticas, que refletem projetos posicionados, pontos de vista particulares, visões específicas de mundo.

Matus (1996a) afirma a relevância de entender a inter-relação entre política e técnica como manifestação emblemática da atuação do dirigente público. Isso porque, ao se observar sua prática, nota-se que o dirigente eventualmente segue objetivos previamente concebidos, levando em conta critérios técnicos, mas sua ação, na verdade, pressupõe não seguir, mas criar objetivos (o fazer político por excelência); seguindo o mesmo raciocínio, o dirigente pode atuar sob limites de recursos impostos por terceiros, mas o que é característico de sua prática é na verdade ele mesmo definir tais limites (de novo, sob a perspectiva política que lhe diz respeito), uma decisão na qual deve avaliar, sob sua linha ideológica, custos, benefícios e possibilidades; e, sobretudo, o dirigente,

mais do que seguir estratégias, as formula, avaliando tecnicamente, atuando politicamente, ao conduzir de forma específica determinada ação.

Enfocando os aspectos relacionados à parte técnica, Matus (1996a) diz que a função tecnopolítica requer uma “exploração confiante do futuro”, uma abordagem que supere as considerações técnicas usuais que tendem a apresentar de forma simplificada a dinâmica da gestão. É preciso um enfoque técnico que leve em conta elementos como escassez de poder, dificuldade de criação ou de acesso a conhecimento e informação, problemas de liderança e de capacidade de organização, dentre outras prerrogativas.

Ao abordar a segunda dimensão que compõe a função tecnopolítica, Matus (1996a) afirma que a política deve ser entendida como uma prática influenciada (e que ao mesmo tempo exerce influência) por dinâmicas sociais diversas, por grupos com interesses particulares. Tais influências, prossegue Matus (1996a), podem cooperar para o andamento das ações ou podem ser de caráter conflitivo, sendo que ambas apresentam alto grau de incerteza, dificultando o mapeamento e a identificação prévia de tais movimentos. Com isso, o autor chama a atenção para a imprevisibilidade do fazer político, enfatizando a importância de compreendê-lo como um ato imerso em relações conflitantes, objetivos antagônicos, de formação e ruptura de alianças, em um constante movimento de medição de forças, o que exige, desse modo, um enfoque estratégico para dar conta de tais articulações.

Matus (1996a) sintetiza da seguinte forma as medidas coerentes com sua idéia de aliar o conhecimento técnico e o fazer político que pauta a função tecnopolítica:

- a) evidenciar o contexto político que rege o campo técnico (o que demonstra os interesses subjacentes mesmo aos critérios eminentemente pragmáticos), e a influência das premissas técnicas na ação política (trazendo à luz o fato de que a prática está vinculada à teoria);
- b) elaborar métodos para analisar a coerência dos critérios técnicos e dos pressupostos políticos, sobretudo no que se refere à formulação de objetivos e meios para alcançá-los;
- c) formular métodos para avaliar as implicações políticas das abordagens técnicas, bem como para medir as conseqüências técnicas advindas da

dinâmica política.

Além da articulação entre técnica e política, o enfoque estratégico proposto por Matus dentro do PES contém, evidentemente, dentre seus principais atributos, a concepção de estratégia em si. Matus (1997, p. 191) recupera as conceituações que considera mais pertinentes acerca do que é estratégia para construir a que se propõe a utilizar: “o conceito de estratégia tem múltiplos significados de uso comum. Às vezes usamos a palavra estratégia para indicar algo importante, outras para se assinalar coisas transcendentais, referentes ao futuro. Também a usamos para indicar um cálculo, uma forma de ganhar um jogo ou vencer a resistência de um oponente que dificulta nossos objetivos”. A partir disso, Matus (1996b, p. 191) elenca “quatro interpretações úteis e defensáveis da palavra estratégia”:

- a) estratégia como modo de indicar alguma coisa importante ou indispensável para alcançar um objetivo futuro e transcendente;
- b) estratégia de um jogo esportivo, entendida como um modo de superar os obstáculos apresentados por um adversário que admite ter objetivos que conflitam com os meus;
- c) estratégia na teoria matemática dos jogos, conceito que interessa ao cálculo interativo formalizado;
- d) estratégia como modo de lidar ou cooperar com o outro em um jogo social para vencer sua resistência ou obter sua colaboração.

De acordo com Matus (1996b), o primeiro destes significados é utilizado quando a referência é o que deve ser feito para a concretização de metas e objetivos a longo prazo (compreendido como períodos entre 20 e 30 anos). Na concepção do autor, trata-se de um “tatear em relação ao futuro”, um planejamento e formulação cuja precisão alcança um certo ponto, até um limite em que as idéias colocadas já não conseguem assegurar, com um mínimo de acerto, se as ações vão ocorrer da forma esperada. É por isso que Matus (1996b, p. 29) destaca o caráter criativo da estratégia, a necessidade de construir o caminho ao longo da própria trajetória, evitando a pretensão de antecipar todos os elementos envolvidos e que podem vir a se envolver no processo: “a grande estratégia é uma forma de análise superior que procura não somente avançar além da

curva dos caminhos conhecidos, mas criar caminhos que ainda não existem e que ninguém percorreu”.

A estratégia vinculada aos jogos esportivos, a segunda acepção do termo apresentada por Matus (1996b), refere-se a uma prática que ocorre em circunstâncias nas quais as regras são claras e precisas, o que faz com que os sujeitos envolvidos atuem em condições formalmente iguais. Além disso, os jogos são isolados uns dos outros, cada um tem uma história diferente dos demais, não há acúmulo de vantagens ou desvantagens trazidas de jogos anteriores. Por tudo isso, nessa perspectiva é a habilidade individual o fator de diferenciação entre os jogadores. Matus (1996b) destaca que, ainda que a prática do dirigente público ocorra em outro contexto - que será abordado em seguida - a premissa da habilidade individual como elemento de distinção é um aspecto a ser levado em conta ao se pensar a ação estratégica do gestor na área estatal.

O terceiro uso da palavra estratégia, de acordo com Matus (1996b), remete aos modelos desenvolvidos para auxiliar a tomada de decisão a partir da projeção, mediante o uso de teorias, conceitos e demais aportes da matemática, de todas as possibilidades que possam estar relacionadas à determinada ação. Não obstante o fato de que os modelos matemáticos operam com problemas definidos e enumeráveis, estes podem vir a contribuir para o delineamento de estratégias na atuação do gestor público, como um instrumento auxiliar somado aos outros recursos colocados pelo autor.

Ainda que sejam ressaltados os aspectos relevantes das três primeiras concepções de estratégia, é a quarta conceituação referente ao termo que Matus (1996b) aponta como a mais adequada para compreender as circunstâncias em que ocorre o trabalho do dirigente público. Para Matus (1996b, p. 31), a concepção de estratégia vinculada aos atores sociais, à colaboração e resistência, representa com propriedade a dinâmica da sociedade, com seus diversos protagonistas agindo em busca de seus objetivos, ora cooperando, ora em conflito: "essa dimensão da palavra estratégia tem enorme importância na prática diária do sistema social, especialmente no campo da política, da economia, das reformas organizativas e na competição tecnocientífica. A realidade social mostra constantemente como os indivíduos e as organizações lutam

para abrir o próprio caminho, perseguindo objetivos que, às vezes, são complementares aos dos outros e que, outras vezes, são conflitivos".

A partir da caracterização das interações ora amistosas ora antagônicas intrínsecas ao andamento da sociedade, Matus (1996b, p. 30) constrói seu conceito de "jogo social", um jogo com atributos singulares, que exigem, afinal, a postura estratégica defendida pelo autor: "aqui o problema assume o caráter de um jogo com outros e contra outros. É um jogo compulsivo, com história. Ninguém pode evitá-lo. Os próprios jogadores estabelecem as regras, acatam-nas, violam-nas, e as alteram. Nesse jogo surgem oportunidades, ameaças e problemas que desafiam os jogadores. Estratégia significa ter um plano de jogo para vencer essas dificuldades".

A metáfora do jogo social, complementa Matus (1996b), evidencia a complexidade com a qual o dirigente público deve lidar. O alto grau de incerteza, a alternância de regras, a diversidade de jogadores envolvidos e de objetivos colocados demandam, segundo o autor, uma compreensão de que a estratégia precisa dar conta de "problemas quase-estruturados", ou seja, de difícil antecipação, pouca previsibilidade e constante mutação.

Desse modo, o gestor público, ator e jogador integrante do jogo social, deve perceber a impossibilidade de se identificar todas as variáveis envolvidas em sua prática, preparando-se para deliberar a partir de um mapeamento sempre situacional, quer dizer, válido para um momento específico e ainda assim nunca definitivo. Mais do que isso, além de se deparar com a impossibilidade de identificação de todas as variáveis que o cercam, o gestor público, assinala Matus (1996b), precisa também ter ciência de que as mesmas estabelecem relações diversas entre si, e, de novo, a capacidade de assimilação destas relações é limitada. Por tudo isso, diz o autor, é importante que o dirigente trabalhe em busca de soluções recorrentes, processuais, daí o termo "situacional" adotado por Matus na formulação de seu planejamento estratégico.

Matus (1996b) enfatiza que o jogo social, com seus problemas quase-estruturados, exige o aperfeiçoamento constante de qualquer medida adotada, de qualquer prática efetuada, uma vez que, a cada jogada (que representa o andamento

quotidiano da sociedade), uma situação específica se apresenta, demandando, por isso, recorrentes ajustes, correções de rumo, afirmações e mudanças.

Enfim, com o Planejamento Estratégico Situacional, Matus (1997, 1996a, 1996b) apresenta sua resposta aos problemas da América Latina, a partir de uma proposição que tem por objetivo principal fortalecer a capacidade de governo dos dirigentes e gestores públicos de cada país. Seu planejamento estratégico enfatiza a necessidade de desenvolver a "função tecnopolítica", ampliando as fronteiras da técnica, percebendo as nuances e peculiaridades do fazer político, e, sobretudo, identificando as interações entre os dois campos, de modo a compor um plano estratégico à altura das dificuldades características destas relações, que envolvem, dentre outros aspectos, cooperação e conflito entre sujeitos e grupos de interesse.

A estratégia, nesse contexto destacado por Matus (1996b), requer não somente a preocupação com o planejamento do futuro, mas capacidade de criação deste futuro; exige não apenas a habilidade e o conhecimento teórico para acompanhar as regras do jogo, como capacidade de adaptação às mudanças repentinas das mesmas e força política para a implementação de novas regras; e, principalmente, a postura estratégica do gestor público diz respeito à compreensão da ação do dirigente como uma prática que intervém diretamente na realidade, dotada de poder de construção da sociedade, de estruturação, nunca definitiva, sempre em andamento, criando caminhos, abrindo possibilidades:

Conhecer a realidade para elaborar uma estratégia coloca um problema não-bem-estruturado, específico dos sistemas criativos. A realidade sociopolítica não segue, no que concerne ao principal e concreto, leis imutáveis. O futuro não reproduz simplesmente o passado. Os atores reais criam o futuro no espaço de possibilidades que a história abre e fecha, independente da vontade dos homens que neste momento podem ser atores ou não. O líder formula e escolhe uma estratégia, mas não pode escolher as circunstâncias nas quais deve realizá-la (MATUS, 1996b, p. 66).

### **3.4 Universidades, desenvolvimento e ação estratégica do Estado: uma discussão enfocando o contexto atual do ensino superior na América Latina e no Brasil**

Neste subcapítulo faz-se uma articulação entre os três grandes temas abordados na construção teórica da tese, articulação esta elaborada a partir da reflexão acerca de questões subjacentes ao ensino superior latino-americano e brasileiro no contexto contemporâneo.

Retomando a discussão a respeito das implicações da hegemonia do pensamento liberal, é preciso ressaltar que a Educação, e especificamente o ensino superior são áreas que vem se defrontando desde a década de 1990 com as questões impostas pela disseminação dos preceitos empresariais em escala globalizada<sup>31</sup>.

A corrente liberal, no que concerne ao papel das universidades no âmbito da América Latina, propõe direcionar a atuação acadêmica ao atendimento das demandas de mercado, a fim de sustentar a estruturação econômica mundialmente globalizada, estabelecendo parâmetros empresariais para ditar as ações do meio acadêmico: “as políticas e estratégias neoliberais dirigidas à educação imprimiram à política educacional a tônica da sua lógica econômica. Postulando o fim das dimensões histórica e ideológica e enfatizando objetivos de eficiência econômico-financeira e administrativa como indicadores de qualidade, as reformas educacionais vivenciadas na América Latina e no Caribe foram orientadas a responder a pressões da globalização econômica” (ROMERO; CALDERANO, 2008, p. 16).

Mais do que a prerrogativa empresarial, a proposta da linha liberal pretende constituir um aparato educacional adequado a expectativas alheias aos países latino-americanos, na medida em que recomenda uma formação restrita e voltada para a realização de tarefas pouco complexas: “coerente com essa opção política e econômica, a educação, em sua relação com o trabalho, é entendida sob a consígnia da Teoria do Capital Humano, destinando-se em sua prática a formar profissionais em sua imensa maioria para o trabalho simples” (SEVERINO, 2008, p. 78).

Essa é uma condição problemática devido ao fato de que tal proposição acentua as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na medida em que a produção de conhecimento, a criação e a disseminação de novas tecnologias, fatores

---

<sup>31</sup> Conforme José Dias Sobrinho (2003, p. 111) “fortes interesses empresariais e jogos de poder articulados mundialmente operam para transformar a educação superior em um meganegócio, que aliás, atualmente já movimentam dezenas de bilhões de dólares”.

imprescindíveis para o desenvolvimento no contexto contemporâneo, e que dependem fundamentalmente de investimento em pesquisa e de uma formação educacional aprofundada, ficam sob o domínio das nações centrais. Romero e Calderano (2008, p. 16) são taxativos: “pode-se afirmar que para a América Latina e o Caribe, o conhecimento, em todas as suas manifestações e formas de produção e difusão, não foi o elemento central das reformas educacionais”<sup>32</sup>.

No Brasil, as reformas propostas na década de 1990 sob a égide da Administração Pública Gerencial tiveram grande impacto nas universidades públicas e nas instituições acadêmicas em geral.

O postulado da APG para a Educação era taxativo: o Estado poderia ter algum tipo de participação no ensino em nível fundamental e médio. Contudo, no que se refere ao ensino superior, este deveria ficar sob a responsabilidade da iniciativa privada (SMITH, 2003).

Graças à resistência e aos contrapontos organizados por sindicatos, políticos e comunidades universitárias, as idéias que conduziam as reformas não foram implantadas na sua totalidade. Desde então, a mobilização de diversos grupos tem alertado para as diferenças que distanciam as instituições de ensino das organizações voltadas ao mercado, destacando a impossibilidade de tomar os pressupostos que movem estas últimas como referência às primeiras.

Uma instituição educativa, por sua natureza e função, é radicalmente diferente de uma empresa do mundo econômico. Enquanto a instituição educativa tem o desenvolvimento do humano e do social como referência e finalidade, no quadro dos valores e interesses públicos que uma determinada configuração social faz emergir, a empresa de mercado tem nos meios o seu fim. A esta lhe basta desenvolver eficazmente os meios para bem cumprir os seus interesses particulares, exacerbando a lógica da instrumentalidade (SOBRINHO, 2003, p. 110).

Contudo, ainda que o projeto original da década de 1990 não tenha sido implantado, o fato é que a transposição dos ditames empresariais para a área da

---

<sup>32</sup> Reiterando a intensificação das diferenças entre primeiro e terceiro mundo, Romero e Calderano (2008) afirmam que, ao contrário do que ocorre nos países periféricos, as mudanças nas estruturas educacionais das nações centrais priorizaram a produção de conhecimento, através da ênfase na capacidade criativa, na ampla preparação das pessoas para a inovação, e mediante o investimento maciço em desenvolvimento tecnológico.



Educação, sobretudo no ensino superior, vem ocorrendo de diversas maneiras: nos objetivos delineados para as instituições, na elaboração de critérios de avaliação, na forma de estabelecer parcerias, nas estratégias para captação de recursos, dentre outros aspectos (TAFFAREL, 2002).

No que concerne à relação universidade-desenvolvimento, esta se daria, conforme as prescrições subjacentes às reformas liberais, mediante o direcionamento das atividades acadêmicas para que seja assegurada a aquisição, por parte dos alunos, do chamado “conhecimento útil” (VOGT, 2003).

A caracterização do conhecimento útil está circunscrita a uma expectativa pontual, a de preparar os futuros profissionais para adentrar a “sociedade do conhecimento” consolidada pela globalização. Os saberes produzidos nas universidades, a partir disso, estariam voltados basicamente à capacitação para lidar com a tecnologia em suas diferentes vertentes, das mais complexas às mais simplificadas (GRANDO, 2003).

Um dos problemas daí decorrentes remete à discussão baseada nas contribuições de Castells (2000): a globalização é um fenômeno que mantém ou mesmo acentua as disparidades entre os países. E, no que se refere à produção e manuseio de tecnologias, a distinção entre nações que concebem e aquelas que reproduzem os aportes tecnológicos evidencia que, na “sociedade do conhecimento”, há a perpetuação da relação de dependência entre primeiro e terceiro mundo<sup>33</sup>.

As políticas formuladas pela corrente liberal para as universidades restringem, então, as possibilidades do continente latino-americano na divisão internacional do trabalho, reservando ao Brasil e aos demais países uma colocação mais uma vez secundária, agora no que se refere ao papel das instituições de ensino e no que concerne à produção de conhecimento e à formação:

O país se transformou num imenso chão de fábrica, o trabalho se dando em precaríssimas condições, com jornadas sem fim e massa de trabalho vivo sem a menor qualificação. Assim, a sociedade brasileira, pela sua elite, fez opção

---

<sup>33</sup> Conforme Sobrinho (2003), apenas uma minoria está inserida na "sociedade do conhecimento": três quartos dos habitantes do planeta não têm condições de acessar as tecnologias que a sustentam. Segue o autor: "calcula-se que metade da população mundial jamais fez sequer uma chamada telefônica" (SOBRINHO, 2003, p. 114).

pelo projeto societário capitalista neoliberal, que insere o Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de bens básicos, de pouca elaboração industrial, do que decorre sua condição de associação consentida e de subalternidade com relação à ciência e à tecnologia (SEVERINO, 2008, p. 77).

Desse modo, é preciso ressaltar que a tecnologia por si só não garante o desenvolvimento, não tem fim em si mesma: trata-se de um conjunto de instrumentos que só pode ter seu potencial deflagrado se sua concepção, construção e difusão se vincularem a políticas públicas voltadas à coletividade: “o que eleva os graus de desenvolvimento civilizatório são muito mais as ações públicas orientadas ao desenvolvimento multifuncional da trajetória humana que o crescimento econômico, quando este se apresenta depredador, ou a simples evolução unilateral da tecnologia quando desligada da ética e da política” (SOBRINHO, 2003, p. 111).

No cenário brasileiro, essa é uma ressalva sempre necessária ao se analisar as estratégias de inserção internacional, de fomento econômico interno, ou qualquer outra dimensão político-econômica em que a tecnologia se coloque como ferramenta propulsora: “a tecnologia [...] não constitui um objetivo em si mesmo. Tecnologia é um mecanismo que precisamos desenvolver para desenvolver o país, visando à melhor qualidade de vida do cidadão brasileiro, visando à melhoria do produto, seja o produto para o mercado consumidor interno, seja o produto para que o Brasil seja mais competitivo na inserção internacional” (GRANDO, 2003, p. 104).

Outro fator problemático adjacente à ênfase no “conhecimento útil” é o notório empobrecimento do nível de formação dos estudantes egressos das universidades. A própria idéia do que seja uma “formação” é distorcida e diminuída em função da sobrevalorização da técnica de pequena complexidade e da rapidez na transmissão de conteúdos (GRANDO, 2003).

Com isso, a amplitude que deveria estar contemplada no conceito de formação, como visto nas contribuições de Paulo Freire, se perde em um pragmatismo no qual é legitimada a conversão em valor econômico de todos os elementos que compõem a sociedade (VOGT, 2003).

Ensinar, a partir disso, se torna um exercício de preparo ao utilitarismo e à lógica de meios e fins que rege uma sociedade centrada no mercado. Ao mesmo tempo, o ato

de aprender acaba por se constituir em capacidade de adentrar o mercado de trabalho mediante a aquisição do conhecimento útil (VOGT, 2003).

Nesse cenário, a cidadania e a ética, a política e a história, são deixadas para trás, assim como o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. O que move a dinâmica acadêmica passa a ser o nexos monetário e a busca ávida por instrumentos técnicos de fácil assimilação e que assegurem o sucesso profissional (VOGT, 2003).

Ao se pensar a necessidade de problematizar a questão do subdesenvolvimento, surge mais uma implicação do foco no conhecimento útil, a consolidação de um processo que agrava a condição do país e dificulta ainda mais sua trajetória em direção ao desenvolvimento: a cada geração “formada” sob os parâmetros centrados no mercado, vai se acentuando a naturalização dos valores pragmáticos e utilitaristas, e, mais do que isso, a legitimação da disposição geopolítica do mundo globalizado. Dito de outro modo, a cada ano, as universidades, ao prescindir da profundidade que deveria pautar suas atividades didáticas, ao não contemplar a dimensão histórico-política da ciência, da produção de saber, e da própria constituição da sociedade, simplesmente reforçam o “pensamento dependente, até sobre a própria dependência” (PORTELA, 2003, p. 83).

O contraponto às reformas liberais voltadas ao ensino superior vem sendo construído a partir das iniciativas, nos campos político e acadêmico, que privilegiam a autonomia universitária, a formação em sentido amplo e de caráter emancipatório, e o comprometimento da ciência com os problemas sociais (SEVERINO, 2008).

Uma das principais abordagens que abarcam os elementos colocados acima diz respeito à produção autônoma de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias próprias. A mobilização, nesse sentido, compreende o esforço em constituir, através da atuação das universidades, um processo de criação e difusão de saberes de alto nível, que possibilite aos países latino-americanos uma inserção protagonista no cenário mundial (ROMERO; CALDERANO, 2008).

Trata-se da constituição de uma matriz tecnológica identificada com as questões nacionais e regionais, que responda às necessidades da população. Assim, a relação com o aporte tecnológico, dentro da prerrogativa de atender tanto às expectativas locais

quanto a necessidade de colocação no contexto internacional, adquire outros atributos, na medida em que suscita reflexões sobre sua implementação. Há, nesse contexto, a aproximação entre ciência e cidadania, a partir da preocupação constante em pensar a relevância das inovações tecnológicas para a resolução dos problemas sociais, direcionando a pesquisa e seus resultados para toda a sociedade (ROMERO; CALDERANO, 2008).

A atenção ao potencial transformador subjacente à tecnologia contempla também o preparo das pessoas, para não somente serem capazes de desenvolver e lidar com um aparato tecnológico avançado, mas fundamentalmente para que isso seja feito de forma criativa, a partir de uma disposição em pensar rumos diferentes para a inovação que a tecnologia proporciona:

A exclusiva preocupação com a competitividade internacional expressa uma visão limitada das potencialidades das novas tecnologias, pois estas possibilitam projeções de longo alcance para a organização econômica, o funcionamento da sociedade e a superação das suas carências. Assim, articular as dimensões econômicas com as dimensões políticas, mediatizadas por sólidas políticas educacionais, poderia traduzir-se no desenvolvimento sustentado dos países da América Latina e Caribe (ROMERO; CALDERANO, 2008, p. 24).

Nessa perspectiva, a qualidade e a amplitude da formação tornam-se fundamentais: o estímulo à criatividade, o preparo para a reflexão crítica, o aporte cultural e filosófico se distinguem como elementos impreteríveis no ensino superior e demais instâncias educacionais, a fim de tornar factível esta nova relação com a tecnologia, em que a mesma é colocada a serviço do desenvolvimento em seu aspecto mais abrangente (VALE; ROSSO, 2003).

Essa qualidade e amplitude de formação deve aliar a apreensão de habilidades científicas, como a curiosidade, a imaginação, a capacidade de articular idéias, teorias e conceitos, com pressupostos éticos e ligados a valores, como o respeito pela vida, pelas diferenças e especificidades culturais, de modo que o conhecimento seja construído a serviço de toda a sociedade, a partir da formação de “estudantes-cidadãos”: “a formação do estudante-cidadão e da sua ética visa à sobrevivência solidária de cada grupo humano, rejeitando dicotomias como a que se verifica entre aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento. *Lócus* de construção/reconstrução justa e descolonizadora, ela firma um imperativo que faz convergirem organizações, universidade e governos em

clima de debate e diálogo sem suprimir contradições e resistências”. (VALE; ROSSO, 2003, p. 54)

Não por acaso, são essas orientações que se inter-relacionam com os elementos norteadores da tese, concernentes às contribuições das universidades para o desenvolvimento, e que também se valem do histórico da CEPAL para delinear ações voltadas ao contexto latino-americano. Além disso, da mesma forma vêm no Estado um agente fundamental para a viabilização das contra-propostas que pretendem superar os dogmas liberais para a consecução do ensino superior no continente.

Alcança-se, assim, o último ponto da articulação entre o referencial teórico da tese e as discussões contemporâneas sobre a educação universitária: a importância da ação estratégica do Estado. Aspecto reiteradamente salientado por Carlos Matus, a ação estratégica do Estado, no que se refere à Educação, se mostra imprescindível para o desenvolvimento do país<sup>34</sup>. Seria preciso uma reconfiguração da estrutura universitária, conduzida por forças políticas que, aliadas à sociedade civil, fizessem valer os fundamentos emancipadores do ensino, de modo a situar a educação em nível superior como um dos meios essenciais à promoção do desenvolvimento.

Os pressupostos conceituais que norteiam os estudos sobre as universidades estaduais, e a própria experiência de algumas delas fortalecem essa percepção da relevância da ação estratégica estatal através do ensino superior.

Assim, o item a seguir conclui a discussão proposta para este subcapítulo, retomando os debates sobre os dilemas contemporâneos sob o enfoque das universidades estaduais, apresentando aspectos teóricos e recuperando a trajetória de algumas dessas instituições, focando a reflexão especificamente nas universidades mantidas pelos estados, buscando, com isso, aprofundar os subsídios para a análise da UERGS.

---

<sup>34</sup> Nesse sentido, Smith (2003, p. 96) denuncia “o abandono de uma visão estratégica do Estado”, ao criticar a inserção secundária na sociedade do conhecimento e a ênfase no conhecimento útil que vêm pautando as políticas voltadas às Universidades.

### **3.4.1 Universidades estaduais: o desenvolvimento regional como estratégia**

A discussão sobre as articulações entre universidade e desenvolvimento adquire grande abrangência ao se focar o papel das universidades estaduais, uma vez que as mesmas, já na sua origem, assumem um vínculo bastante estreito com a região em que estão situadas (LINS, 2001).

O próprio processo de constituição de uma universidade estadual já evidencia esta ligação, uma vez que seus objetivos, as diretrizes de trabalho a serem estabelecidas, o tipo de enfoque a ser dado às suas práticas seguem uma “vocação” específica, característica das instituições acadêmicas estaduais, a de atender plenamente as demandas de seu estado: “as universidades estaduais, pelo conhecimento que detêm, pela possibilidade de cobrirem geograficamente o estado onde a sua presença se faça necessária, por sua capacidade de se tornarem pertinentes às demandas sociais e pelo que disponibilizam em serviços para o estado, carregam consigo um poder a mais”. (LINS, 2001, p. 98)

O propósito elementar de uma universidade estadual é o fortalecimento econômico e cultural das regiões através da produção e disseminação de conhecimento. O ensino, a extensão e a pesquisa são conduzidos como ações estratégicas para a criação e difusão de saberes, para a concretização de novas competências, e ao aprimoramento da matriz industrial e tecnológica do Estado, em processos sempre balizados pela afirmação da cidadania e do desenvolvimento social (LINS, 2001).

A fim de viabilizar essas práticas, uma das principais preocupações de uma universidade estadual diz respeito a sua identificação com cada uma das microrregiões que compõem o Estado em questão, uma identificação manifestada, por exemplo, no cuidado em acolher a população, criando canais de diálogo e de interação. A partir disso, as organizações de ensino superior fomentadas pelos estados podem se tornar legítimas interlocutoras das comunidades, buscando soluções para problemas, elaborando e implantando projetos, participando tanto da formulação como da execução de políticas públicas que atendam as demandas regionais (LINS, 2001).

Essa interlocução se manifesta também no trabalho acadêmico que promove o intercâmbio entre regiões, mediante a troca de idéias e experiências que contribuam para a formação de uma “consciência regional”, a partir da qual se perceba os ganhos advindos da soma de forças, da coesão entre atores para a resolução de problemas e para a identificação e potencialização das vocações locais (LINS, 2001).

É também atributo da universidade estadual estabelecer a inter-relação entre ciência, tecnologia, arte e cultura, em iniciativas que privilegiem abordagens multidisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, a fim de, uma vez consolidada uma base de conhecimento a partir destes saberes articulados, viabilizar um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, e um preparo intelectual mais aprofundado na formação de profissionais, encaminhando, com isso, um incremento consistente na qualidade de bens e serviços, e na estrutura produtiva em geral (LINS, 2001).

O alcance das ações das universidades estaduais contempla uma outra prerrogativa, o assessoramento aos governos municipais, a organizações da sociedade civil e a entidades representativas da comunidade em geral, a fim de oferecer subsídios para o planejamento e a execução de determinados projetos. Tal iniciativa dá oportunidade para que as prefeituras, as associações comunitárias, os órgãos formais e os movimentos sociais recebam auxílio técnico e institucional, a partir do acesso à estrutura universitária e ao conhecimento acadêmico (LINS, 2001).

Dentre as diretrizes referentes à atuação das universidades estaduais, há ainda ações delimitadoras, que consistem em procedimentos de mapeamento das microrregiões a fim de levantar dados e informações acerca de potencialidades e limites regionais. Fatores como densidade demográfica, população, grau de escolaridade são levados em conta, além de indicadores culturais, descrição das condições econômicas, e características relacionadas à identidade local (LINS, 2001).

Um último aspecto emblemático das práticas dessas instituições diz respeito justamente aos estudos posteriores aos mencionados no parágrafo anterior, no intuito de analisar a necessidade de inserção em determinadas microrregiões a partir das informações sistematizadas (LINS, 2001).

Dentre as ações envolvidas nesses estudos, inicialmente é feita uma análise acerca de que cursos e atividades são os adequados às regiões em questão, uma reflexão na qual se deve levar em conta tanto o atendimento às demandas percebidas como a preservação e valorização das vocações locais (LINS, 2001).

Um próximo passo é a avaliação da capacidade de sustentação das localidades para abrigar um braço da universidade. A avaliação procura identificar os atores, os fluxos econômicos, e as culturas que constituem a dada microrregião, ao mesmo tempo em que estabelece cenários nos quais são projetadas as repercussões da inserção universitária e sua viabilidade no longo prazo (LINS, 2001).

Finalmente, há que se constituir espaços para acolher sugestões e permitir a participação da comunidade na formulação das estratégias de implantação, bem como na elaboração dos objetivos a serem alcançados. Além disso, as parcerias com prefeituras e demais órgãos da esfera municipal, o diálogo com outras instituições estaduais, com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, inclusive aqueles advindos de outros estados e países, da mesma forma integram esta última medida, a fim de envolver as forças políticas e econômicas, sociais e culturais nas discussões acerca da inserção da universidade estadual tanto nas microrregiões como na sociedade em geral (LINS, 2001).

Dentre as instituições de ensino superior mantidas por governos estaduais no país, toma-se como exemplo as estruturas universitárias mantidas em São Paulo e no Paraná como referências que ilustram os postulados acima e que podem auxiliar nas reflexões sobre a UERGS propostas para esta tese.

São Paulo conta com três universidades públicas estaduais, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP).

A USP, conforme salientado ao se recuperar o percurso histórico do ensino superior brasileiro, foi, quando de sua criação na década de 1930, a instituição que restabeleceu os parâmetros acadêmicos no país, os quais serviriam de diretriz para várias outras universidades que se constituíram posteriormente (SCHWARTZMAN, 2001).



O ímpeto que moveu o governo paulista na criação da Universidade de São Paulo refletia o descontentamento da classe dirigente daquele Estado ante a perda de poder político e econômico com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo nacional. A USP se configurou, desse modo, em uma resposta às derrotas nos embates contra as forças *varguistas*<sup>35</sup>, e evidenciava que aqueles que outrora lideraram os demais entes federados, se propunham a retomar essa direção não mais através das armas, mas a partir da produção de conhecimento para a formação das “elites dirigentes” (HEY; CATANI, 2006).

Para isso, a USP foi voltada à formação de profissionais às mais diversas áreas, abrangendo as artes, a cultura e a ciência, além dos setores técnicos de natureza pública e privada. A Universidade teve também, como fundamento de sua implementação, o investimento maciço em pesquisa, no intuito de promover o avanço da ciência (HEY; CATANI, 2006).

Ao ser observada a história universitária do Brasil, percebe-se que a USP se constituiu em uma das mais bem sucedidas iniciativas voltadas à produção e difusão de conhecimento em nível superior.

Sua estrutura atual dá a dimensão da pujança adquirida pela Universidade de São Paulo: são 12 *campus* em sete cidades, totalizando 41 unidades, as quais recebem mais de 87.000 alunos matriculados nos 238 cursos oferecidos em nível de graduação e nos 230 programas em nível de pós-graduação. O quadro docente reúne cerca de 5.000 professores, dos quais 97% possuem titulação de doutor e aproximadamente 4.700 trabalham em regime de dedicação exclusiva, o que faz com que a USP seja responsável por 28% da produção científica brasileira (USP, 2009).

Ainda que os números por si só já evidenciem que a Universidade de São Paulo pode ser tomada como referência para qualquer instituição de ensino superior do país, é interessante, para os propósitos deste estudo, resgatar um de seus projetos contemporâneos, a criação de uma unidade na zona leste de São Paulo, o quarto *campus* da Universidade na capital paulista.

---

<sup>35</sup> Na Revolução de 1930, em que Vargas assumiu a Presidência da República, e na Revolução Constitucionalista, em 1932, na qual o governo de São Paulo tentou forçar sua deposição (COTRIM, 1999).

Consolidada em 2005, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) vislumbrou atender uma população de quatro milhões de habitantes, em sua maioria composta por famílias de baixa renda, um empreendimento de certa forma contraditório à intenção original dos fundadores da USP: transcendendo a visão de constituir elites intelectuais, a EACH foi instituída como uma política de inclusão social, em um processo que contou inclusive com debates envolvendo as comunidades locais (USP, 2009; HEY; CATANI, 2006).

Já em seu vestibular de abertura, no qual ofereceu 1020 vagas em dez cursos, a EACH se mostrou uma iniciativa que foi, de fato, ao encontro das demandas da região: enquanto que no *campus* central da capital a Universidade apresentava 12% de alunos negros matriculados, na unidade da zona leste o índice alcançou 21%; além disso, em todo o *campi* da USP, em 2005, 18% dos discentes eram egressos de escolas públicas, ao passo que 47% das primeiras matrículas da EACH foram feitas por alunos advindos do ensino público (HEY; CATANI, 2006).

A UNICAMP, por sua vez, iniciou suas atividades em 1966, e seu projeto de criação se propunha a atender à crescente demanda por qualificação profissional no Estado de São Paulo, uma vez que, já naquele período, o território paulista se recolocava como centro econômico do país, detendo 40% da capacidade industrial brasileira e 24% de sua população economicamente ativa (UNICAMP, 2009).

Nas quase cinco décadas de existência, a Universidade de Campinas se consolidou como uma das principais instituições universitárias brasileiras, sempre investindo na vinculação entre ensino e pesquisa. Seus cursos de graduação abrangem as ciências exatas, tecnológicas e biomédicas, além de contemplar também as áreas de humanidades e artes (UNICAMP, 2009).

A pós-graduação apresenta uma estrutura ampla, constituída por um grande número de pesquisas, e de professores e alunos integrados aos programas. A participação discente é um ponto a ser destacado no que se refere à produção de conhecimento na Universidade: 48% do total de seus estudantes estão matriculados na pós-graduação – o maior índice do país – o que permite que a UNICAMP seja responsável por 12% das dissertações de mestrado e teses de doutorado em

desenvolvimento no Brasil. Ao se acrescentar que a Instituição conta com 86% de seus docentes atuando em regime de dedicação exclusiva, se voltando, portanto, também à pesquisa, se vislumbra por que a UNICAMP responde por 15% da produção científica brasileira (UNICAMP, 2009).

Uma das principais características da Universidade de Campinas é o direcionamento de seus trabalhos acadêmicos para o aprimoramento das atividades econômicas e sua inserção no processo produtivo como um todo, fomentando a indústria e os setores ligados a serviços.

A partir disso, a UNICAMP mantém-se em interação com centenas de empresas da região de Campinas – cidade que abriga seu *campus* central – em um complexo que reúne também outros centros de pesquisa de âmbito estadual e federal, configurando um parque empresarial atuante nas áreas de telecomunicações, de tecnologia da informação, e de biotecnologia (UNICAMP, 2009).

A UNICAMP se distingue ainda por sua atuação no setor da saúde, contando com quatro grandes unidades hospitalares, nas quais atende uma população de cinco milhões de pessoas em quase cem municípios, constituindo o maior centro de atendimento médico e hospitalar do interior de São Paulo (UNICAMP, 2009).

A terceira instituição pública de ensino superior do Estado de São Paulo, a UNESP, foi fundada em 1976 a partir da reunião de diversos institutos que haviam sido criados em fins da década de 1950 e início da década de 1960, com o objetivo de formar professores para as escolas no interior paulista (UNESP, 2009).

Atualmente, a UNESP oferece 168 opções de cursos de graduação, formando anualmente quase 6.000 novos profissionais para o mercado de trabalho. Referente à pós-graduação, a Universidade dispõe de 109 programas de mestrado e 83 de doutorado, totalizando 12.000 alunos do total de 46.000 matriculados em 2009 (UNESP, 2009).

A UNESP se distingue também por sua abrangência geográfica: está presente em 23 municípios, contemplando grande parte do território paulista, o que possibilita uma ampla inserção nas diferentes regiões do Estado, inserção manifestada nos vários

projetos que aproximam cada uma das unidades da Universidade das diversas comunidades que a cercam.

Dentre as ações conduzidas, há o atendimento médico e odontológico, a assessoria jurídica a pessoas em situação de exclusão social, orientação a micro e pequenos empresários, atendimento psicopedagógico a crianças com problemas de aprendizagem, e desenvolvimento de projetos em parceria com empresas e prefeituras (UNESP, 2009).

Os grupos de pesquisa da Instituição da mesma forma se caracterizam pela interação com as comunidades e a inter-relação com a sociedade na produção de conhecimento voltado às questões locais.

Tomando como exemplo a área de Humanidades, são destacadas duas iniciativas que, assim como a descentralização e a inserção social propostas na estruturação da UNESP, podem servir de referência ao que se pretende para a UERGS no que concerne às contribuições para o desenvolvimento regional.

Um dos projetos é desenvolvido na área de Gestão Pública e diz respeito a estudos sobre a cidade de São Paulo e suas políticas de inserção internacional; o outro corresponde a uma pesquisa acerca dos assentamentos rurais nas regiões paulistas e no país em geral, reunindo um banco de dados com informações dos últimos vinte anos sobre as questões relacionadas à luta pela terra no Brasil (UNESP, 2009).

Situando as universidades estaduais paulistas nas discussões contemporâneas acerca do ensino superior brasileiro, percebe-se que as instituições de São Paulo têm se deparado com um cenário que vêm demandando debates e mobilização de forças de diferentes segmentos.

Isso porque, a partir das reformas da década de 1990, as universidades públicas em São Paulo, assim como nos demais estados brasileiros, passaram por alterações significativas em sua organização, refletindo as novas prerrogativas que começavam a ditar o ordenamento da sociedade, pressupostos fundamentados nos critérios gerenciais e na crença de que o mercado deve ser o balizador de todas as atividades sociais, inclusive as relacionadas ao ensino e a produção científica (TEIXEIRA, 2002).

O sistema paranaense de ensino superior vem da mesma forma se deparando com essa conjuntura, enfrentando dificuldades devido à sucessão de governos cujas linhas políticas se orientam por premissas que desobrigam o Estado de uma série de responsabilidades, dentre as quais aquelas que concernem à formação superior e à produção de conhecimento (ALTOÉ, 2007).

O Paraná, ao abrigar um complexo universitário de grande porte, já se mostrou como um dos bons exemplos de políticas públicas em nível estadual voltadas à Educação. De fato, na década de 1980 o Estado paranaense era identificado como o ente da Federação que, juntamente com São Paulo, mais investia recursos no ensino superior (ALTOÉ, 2007).

Contudo, desde 1995, professores, funcionários e alunos têm sido impelidos a se mobilizar para impedir que medidas adotadas pelo poder executivo fragilizem a estrutura acadêmica paranaense. Isso porque mudanças estruturais como fusões de instituições, extinção de cargos docentes e técnico-administrativos, alteração em currículos de cursos têm sido decididas em instâncias políticas à revelia das comunidades universitárias (ALTOÉ, 2007).

Além disso, cortes recorrentes no orçamento destinado às universidades, aliados à pressão para que as atividades acadêmicas sejam direcionadas à prestação de serviços para a iniciativa privada, da mesma forma desestruturam as instituições e comprometem o propósito acadêmico de preparar cidadãos e não somente profissionais para o mercado de trabalho (ALTOÉ, 2007).

Um fator agravante nessa perspectiva de reduzir o escopo de atuação das universidades, limitando-as a fornecedoras de mão-de-obra, é a estratégia dos últimos governos paranaenses em desestimular a pesquisa e a produção de conhecimento, evidenciada na pouca disposição em manter docentes com dedicação exclusiva e na redução drástica de concursos públicos. Tanto os professores com dedicação exclusiva como aqueles que ingressariam nas universidades por meio de concurso público – e que integrariam o quadro permanente das instituições – vem sendo substituídos pela contratação temporária de “professores colaboradores”, configurando uma precarização

das relações de trabalho que compromete o fomento científico das universidades (ALTOÉ, 2007).

Voltando a atenção às origens da estrutura paranaense de ensino superior, esta foi consolidada a partir da criação de três universidades, em 1969<sup>36</sup>: a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), iniciando uma disposição geográfica que se tornaria um de seus traços característicos: todas as universidades estaduais do Paraná estão localizadas no interior do Estado (ALTOÉ, 2007).

Atualmente, o sistema de universidades e faculdades mantido pelo governo paranaense é responsável por 353 cursos de graduação ministrados em 17 instituições, das quais cinco universidades e 12 faculdades<sup>37</sup> (ALTOÉ, 2007).

O enfoque quantitativo das três universidades que originaram a articulação das instituições mantidas pelo governo estadual permite visualizar a dimensão do complexo acadêmico do Paraná.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) ofereceu 3.050 vagas em 43 cursos no vestibular de 2009. Seu corpo docente totaliza 1.619 professores, dos quais 844 doutores e 16 pós-doutores. A UEL abriga mais de 17.000 alunos, dos quais aproximadamente 3.500 estão matriculados em cursos de pós-graduação, em especializações e linhas de mestrado e doutorado (UEL, 2009).

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) está organizada em oito diferentes localidades na região noroeste do Paraná, além do *campus* central no município que lhe dá o nome. A UEM está entre as 20 instituições com maior produção em ciência e tecnologia do país: são 700 projetos em andamento, 1.100 pesquisadores e 318 grupos cadastrados no CNPq. Seu quadro docente reúne 1.482 professores (846 doutores), ao passo que o corpo discente soma 20.500 alunos, dos quais 350 matriculados em cursos de doutorado e 950 em linhas de mestrado (UEM, 2009).

---

<sup>36</sup> O Paraná já contava com várias faculdades estaduais isoladas entre si na década de 1950 (ALTOÉ, 2007).

<sup>37</sup> As duas outras universidades foram instituídas em 1994 e 1997: a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cuja sede é no município de Cascavel, e a Universidade Estadual do Centro-Oeste, localizada em Guarapuva (ALTOÉ, 2007).

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) se localiza em seis cidades, tem 10.700 alunos e 712 professores. Oferece 35 cursos de graduação em seis diferentes áreas (Ciências Agrárias e Tecnologia, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas e Ciências Jurídicas). Na pós-graduação, contempla 11 linhas de mestrado e três de doutorado, além de 23 cursos de especialização (UEPG, 2009).

São estes os atributos, as possibilidades e os desafios subjacentes às universidades estaduais, organizações que, assim como as demais instituições mantidas pelo poder estatal, adentram o novo milênio imersas em um contexto que exige de seus protagonistas o esforço em prol de um fortalecimento institucional, dados os recorrentes atos e discursos que procuram desacreditar o ensino público superior.

É nessa conjuntura que a UERGS, instituição com menos de uma década de existência, vai aos poucos ingressando com seu projeto de desenvolvimento para o Estado gaúcho, um projeto cujos objetivos, história e perspectivas são apresentados no capítulo a seguir.

## **4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS: ANTECEDENTES, MAPEAMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

### **4.1 Antecedentes históricos**

Ao se recuperar a conjuntura e os elementos que caracterizaram a criação da UERGS é possível identificar a mobilização de um contingente representativo da sociedade gaúcha, o que permite afirmar que a viabilização de uma Universidade Estadual passou pela participação da comunidade em diferentes localidades do Estado. Este é um dos atributos peculiares da UERGS, ter se originado de uma série de processos de discussão, debates e reuniões que agruparam sociedade civil, partidos políticos, representações jurídicas e legislativas do Estado, dentre outros sujeitos: “uma das riquezas dessa experiência inovadora encontra-se no processo de discussão visando à implantação da UERGS [...] até onde se tem conhecimento, nenhuma outra universidade nasceu desta maneira. Há originalidade, tanto na concepção como no processo de constituição e envolvimento dos diferentes setores sociais”. (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002, p. 25)

Azevedo (2002, p. 17) reforça esta constatação, afirmando que os trâmites subjacentes à estruturação da UERGS envolveram a participação de milhares de pessoas, evidenciando a importância de se pensar estrategicamente acerca do investimento em ensino superior público no Rio Grande do Sul, algo que ia ao encontro, como se percebeu naquele momento, aos anseios da população:

A gênese da UERGS é a participação popular: ela nasce forjada com as mãos, as vontades, os corações e as mentes de homens e mulheres, de todas as idades e de todas as regiões do nosso Estado. No Orçamento Participativo, nas Audiências Públicas, nas reuniões do Fórum Democrático da Assembléia Legislativa - atividades que reuniram mais de 500 mil pessoas em torno desse debate - ficou muito claro a cumplicidade do povo gaúcho com a UERGS.

As primeiras discussões a respeito da criação de uma Universidade Estadual no Rio Grande do Sul remontam à década de 1980 e o fim da ditadura militar. O processo de redemocratização do país permitiu o ressurgimento e a criação de vários movimentos



sociais, dentre eles os relacionados à área da Educação. A rearticulação das associações de docentes, dos movimentos estudantis, o próprio estabelecimento de uma Assembléia Constituinte que se propunha a debater vários temas, dentre os quais as questões ligadas ao ensino, criaram um contexto favorável para se ambicionar projetos mais ousados, e a idéia de uma Universidade Estadual começou a ganhar espaço na sociedade gaúcha (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

As mobilizações repercutiram de tal forma que, em 1987, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul criou uma comissão especial para analisar a participação do Estado no ensino superior. A comissão, pluripartidária e composta por nove deputados, deslocou-se por várias cidades realizando seminários, encontros e palestras, a fim de promover debates que reuniram dirigentes, funcionários e estudantes das universidades federais, das universidades comunitárias e demais instituições de ensino superior, além de representantes do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS-SINDICATO). Fizeram ainda parte das plenárias, secretários de estado, representantes da Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS), e diretores da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). E, evidenciando a repercussão e a receptividade para com a idéia de uma Universidade Estadual, os encontros organizados pela comissão especial da Assembléia tiveram também a participação de autoridades judiciárias e eclesiásticas, de membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de associações comerciais, câmaras de indústria, comércio e serviços, representantes da delegacia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), radialistas, jornalistas, dentre outros debatedores (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

O trabalho da comissão somou mais de trinta reuniões, e os temas específicos que pautaram os encontros estavam relacionados à necessidade da formulação de um projeto de desenvolvimento para o Estado e o papel que caberia nesse projeto à universidade a ser criada. Além disso, foi objetivo da comissão recuperar a história das universidades gaúchas e analisar os limites e potencialidades das instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul, de modo a identificar as lacunas a serem preenchidas pela nova Universidade a ser constituída (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

A introdução do relatório produzido pela comissão refletia o sentimento de seus integrantes, bem como dos demais participantes das plenárias, de que ali se iniciava o que seria uma longa trajetória para a consolidação das propostas e a viabilização do projeto de uma Universidade Estadual. O mesmo documento expressava, em seu parecer final, a percepção de que havia uma ausência de políticas públicas para planejar o desenvolvimento do Estado, e, com isso, não havia nenhuma iniciativa concreta voltada a investimentos em educação de nível superior (RIO GRANDE DO SUL, 1988).

O parecer da comissão foi taxativo: o Estado vinha se mantendo alheio às atividades universitárias, e este distanciamento impedia que o Rio Grande do Sul pudesse se valer da produção de conhecimento e da pesquisa científica para viabilizar seu desenvolvimento:

Ouvidos todos os segmentos organizados do Rio Grande do Sul, através das entidades representativas de empresários, trabalhadores, estudantes, professores, universidades e instituições de ensino superior e o próprio governo, foi unânime a constatação que urge que o Estado venha a participar, de forma direta, nos rumos do ensino superior, da pesquisa e da extensão universitária, e que, se o fizer, resgata uma de suas funções e se instrumentaliza para articular as políticas que contemplem o seu projeto de desenvolvimento e que tem nas atividades universitárias suporte fundamental. (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 31-32)

As experiências suscitadas com o trabalho da comissão fomentaram outras iniciativas em prol da constituição de uma Universidade Estadual. Dentre as mobilizações posteriores, destaca-se o chamado Movimento Pró-Uergs, que teve sua gênese entre os estudantes da Universidade de Passo Fundo (UPF), da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

O Movimento Pró-Uergs buscava preservar e ampliar a abrangência dos sujeitos envolvidos nos esforços pela construção da Universidade Estadual. Assim, os estudantes das universidades mencionadas, com o apoio dos professores do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS), trabalharam as primeiras articulações do movimento, no sentido de transformá-lo em uma mobilização que agregasse sindicatos, centrais sindicais, trabalhadores organizados, movimentos

comunitários, empresários, além de outras entidades e partidos políticos (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Essas alianças se efetivaram a partir da constituição de várias ações em diversos níveis, envolvendo todos os agentes que de alguma forma se propunham a contribuir para a construção da Universidade. Desse modo, foram organizadas plenárias na esfera acadêmica, em órgãos públicos e em sedes de movimentos sociais. Uma série de documentos foram elaborados a partir das discussões, e é naquele momento, final dos anos 1980, que as diretrizes que hoje balizam a UEGRS surgiram de forma preliminar: a proposta de se tornar uma instituição *muticampi* descentralizada, acessível a todos os cidadãos, e com cursos inovadores, voltados às potencialidades regionais (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

No início da década seguinte, a mobilização se manteve, e, em 1991 foi constituída nova comissão na Assembléia Legislativa para discutir as questões ligadas à criação da UERGS. Em outubro daquele ano, iniciavam-se os trabalhos da Subcomissão Para Estudar a Viabilidade da Criação da UERGS, que produziu 11 relatórios que documentavam os estudos acerca das possibilidades de levar adiante a idéia da Universidade Estadual.

Dentre a produção desenvolvida pela subcomissão, os integrantes inicialmente formularam um mapa do ensino superior brasileiro, levantando os problemas e as soluções encontradas em universidades federais, estaduais e privadas para dar conta dos desafios subjacentes às instituições acadêmicas brasileiras. Avançando nesse panorama geral, a subcomissão analisou em separado os dados referentes às universidades estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, a fim de produzir um esquema de referência a partir das experiências de outros estados (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Foi também foco de análise a situação do ensino superior no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, a avaliação compreendeu, dentre outros aspectos, as delimitações geográficas das universidades – em que se evidenciou a concentração das instituições no sul e no centro do Estado e a conseqüente lacuna nas demais regiões.

No encaminhamento das atividades da subcomissão, os relatórios finais da mesma ressaltaram tanto a necessidade de criação de uma Universidade Estadual como a viabilidade para tal empreendimento, um diagnóstico amparado pelas avaliações e análises efetuadas nas diversas etapas de trabalho (RIO GRANDE DO SUL, 1992).

Uma série de trâmites políticos, medidas legais, mobilizações e movimentos vão manter, ao longo da década de 1990, as articulações em torno da construção da Universidade, e é em 1999 que a UERGS enfim vai receber efetivamente seus primeiros contornos.

Antes da consolidação que ocorreria em 1999, algumas ações se destacaram como fundamentais ao longo da década, assim como as que haviam ocorrido nos anos 1980. De início, em 1992, foi prevista, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a participação do Estado na criação e financiamento de uma universidade, fato político reforçado no ano seguinte com a aprovação de um Projeto de Lei que previa recursos para viabilizar a implantação da UERGS. As iniciativas, contudo, foram vetadas pelo Poder Executivo (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Em 1993, uma nova tentativa a partir de um outro caminho: legitimar a proposta de criação da UERGS através da mobilização da população, uma premissa jurídica do Estado que previa a possibilidade de constituir um Projeto de Lei a partir de iniciativa popular. Para isso, era preciso o aval de pelo menos 1% dos eleitores gaúchos, o que representava colher assinaturas de aproximadamente cem mil pessoas. Uma grande campanha foi feita para alcançar o número necessário, porém, ao término da mobilização, a coleta apontava para quarenta mil assinaturas (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Embora a pretensão de encaminhar a fundação da Universidade mediante um Projeto de Lei de iniciativa popular não tenha sido alcançada, o expressivo contingente de pessoas favoráveis à construção da UERGS permitiu a sustentação da idéia que começaria a tomar forma, como dito, ao final do século.

Em 1999, as condições se tornaram promissoras: pela primeira vez, o Governo assumia formalmente a intenção de constituir uma Universidade Estadual, com projeções concretas para a criação e a ampliação gradativa das atividades da nova

instituição. Temas que poderiam balizar as ações da Universidade começaram a ser esboçados: gestão ambiental, gestão pública, agroindústria, cooperativismo, qualidade de vida, engenharia de produção, inovação e tecnologia (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Em 2000, várias frentes de trabalho foram levadas adiante: houve a previsão orçamentária para a criação da Universidade; o envolvimento de diversas secretarias, como a de Ciência e Tecnologia, a de Educação, e a responsável pelo Planejamento; a articulação com organismos internacionais, dentre eles a UNESCO, e universidades de outros países, sobretudo instituições espanholas e francesas; e o debate com autoridades da área da educação do Brasil e do mundo (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Gradativamente, os objetivos da Universidade tomavam forma, evidenciando a preocupação em elaborar práticas diferenciadas, que contemplassem de maneira inovadora o desafio de formar, de produzir conhecimento, e de servir aos interesses do Estado: “a nova universidade deveria ser uma instituição inovadora, flexível na sua estrutura, voltada para o terceiro milênio, criadora de conhecimentos, geradora de criatividade, uma universidade com uma mensagem, centrada na pesquisa, com um bom sistema de avaliação [...] e ainda ser a construtora das bases do desenvolvimento humano, social e cultural” (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002, p. 79).

Em 2000, o governo estadual constituiu mais uma comissão, intitulada Projeto UERGS. Desta vez, o grupo de trabalho fundamentava-se em um projeto já em vias de execução, na medida em que a criação da UERGS, o investimento público no ensino superior do Rio Grande do Sul, adquirira *status* estratégico, ocupando um espaço importante nos planos de desenvolvimento propostos para o Estado. A decisão de construir a Universidade Estadual estava sacramentada (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

As deliberações da comissão se somaram aos trabalhos e debates já em andamento nos últimos dois anos, e seus principais pontos se referiam à necessidade de um enfoque estratégico para a ciência e tecnologia, e para a educação superior, isso porque, no entendimento de seus integrantes, seriam estes os elementos essenciais à

transposição dos obstáculos que impedem o desenvolvimento econômico e social (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Outro encaminhamento da comissão, ainda com relação ao papel da produção científica e acadêmica, foi a importância desta para a superação da relação de dependência que se estabelece entre os países, uma dependência que se manifesta de forma mais evidente na disparidade econômica, mas que se mostra também no monopólio do saber e na dependência tecnológica característicos das interações entre países pobres e países ricos (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Assim como os grupos de trabalho que a precederam, esta comissão da mesma forma delineou a situação do ensino superior no Rio Grande do Sul. O mapeamento permitiu visualizar a estrutura acadêmica que dispunha o Estado às vésperas do novo século, e evidenciou que havia ao menos três pontos que demandavam atenção.

Primeiramente, ao se avaliar o nível de crescimento do ensino médio e do ensino superior, foi constatado que este último teve uma expansão inferior, o que acarretava em um excedente de alunos que tendia a aumentar cada vez mais.

Um segundo aspecto dizia respeito à reduzida participação das instituições públicas na formação superior. Conforme levantamento da comissão, dados de 1998 indicavam que somente 17% das matrículas em instituições de nível superior haviam ocorrido em universidades estatais.

Em terceiro lugar, foi percebida a necessidade de aumentar a abrangência de cursos oferecidos. A pesquisa do Projeto UERGS identificou que, em 1998, o Rio Grande do Sul oferecia, dentre as instituições de ensino localizadas no Estado, 79 opções para formação em nível de graduação. Tendo como parâmetro os grandes centros acadêmicos de países como os Estados Unidos, em que as universidades chegam a ter 300 cursos diferentes, a comissão deliberou no sentido de ampliar a oferta de cursos, sempre atendendo as potencialidades e necessidades da matriz econômica e da sociedade gaúcha em geral (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

De forma subjacente à discussão acerca da ampliação da oferta de cursos, a comissão recomendava áreas cuja atuação da Universidade deveria ser tomada como prioritária. Desse modo, os temas sugeridos como pontos de partida para a UERGS, os

quais haviam sido esboçados no ano anterior durante os debates que antecederam este grupo de trabalho, agora se configuravam em programas, em linhas pedagógicas que poderiam balizar a organização dos cursos de graduação e pós-graduação. Conforme o relatório da comissão (RIO GRANDE DO SUL, 2000), as áreas destacadas como prioritárias eram as seguintes:

- a) formação e aperfeiçoamento de professores para o Ensino Fundamental e Médio;
- b) gestão do ensino;
- c) gestão e desenvolvimento tecnológico em agroindústria;
- d) *design* industrial e desenvolvimento de produtos e processos;
- e) energia e gestão ambiental;
- f) engenharia de plásticos e polímeros;
- g) engenharia de novos materiais;
- h) engenharia de alimentos;
- i) tecnologia em cooperativismo;
- j) engenharia de processos, de gestão e de inovação, voltadas à cadeia coureiro-calçadista;
- l) relações e negociações internacionais;
- m) saúde pública;
- n) tecnologia da informação e da comunicação e serviços;
- o) cultura e arte.

As áreas destacadas pela comissão evidenciavam o perfil desejado para a Universidade Estadual: uma instituição com forte ênfase no desenvolvimento tecnológico, voltada para a formação profissional, a pesquisa e a inovação. Cabe ressaltar que o delineamento desses atributos não caracterizava uma visão tecnicista de

ensino, uma vez que havia a preocupação em preservar a tradição humanista da educação, até porque a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul surgia justamente para atender a sociedade gaúcha como um todo, e este pressuposto apareceria na sua estrutura, na proposta pedagógica, nos direcionamentos colocados para a pesquisa e a disseminação dos conhecimentos, como pode ser percebido nos princípios que a comissão formulou para a condução das ações da UERGS (RIO GRANDE DO SUL, 2000):

a) coerente com a premissa de aprofundar a democratização do saber, a UERGS representaria o efetivo aumento do número de vagas oferecidas para a educação em nível superior, sendo que as mesmas deveriam gradativamente ser ampliadas ao longo da trajetória da Universidade;

b) implementação de um novo paradigma de ensino e pesquisa, através da adoção da interdisciplinaridade e da produção de conhecimento vinculada às demandas da população e aos problemas enfrentados pela sociedade;

c) subjacente ao item anterior, vincular suas ações com o setor produtivo, no intuito de formar profissionais preparados para assumir posições nas diversas atividades econômicas do Estado;

d) a preocupação em contextualizar criticamente a inserção do Rio Grande do Sul e do Brasil na economia internacional, levando em consideração elementos políticos, culturais e históricos;

e) a criação de canais de interação com as demais instituições de ensino superior do Estado, a fim de compartilhar experiências e potencializar os trabalhos de pesquisa;

f) organizar-se de modo a ter uma estrutura democrática, com amplo espaço de representação para docentes, funcionários e sociedade em geral.

Ao mesmo tempo em que eram desenvolvidas as atividades da comissão Projeto UERGS, a mobilização popular, liderada por movimentos estudantis, mais uma vez se fez presente, auxiliando na disseminação da idéia e demonstrando a repercussão que a



proposta de uma Universidade Estadual ainda causava em várias instâncias da sociedade. Articulações consistentes, com destaque para Cruz Alta e região do Alto do Jacuí, e Novo Hamburgo e São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos, contribuíram para que a decisão do governo em criar a UERGS fosse ratificada e legitimada socialmente (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Ao término dos trabalhos da comissão, os textos que esboçariam o Projeto de Lei a ser enviado ao Poder Legislativo formalizando a criação da UERGS, começavam a tomar forma. Dentre os pontos centrais que ocuparam a maior parte dos debates encontravam-se as discussões acerca da natureza jurídica que teria a Universidade, a questão da gratuidade e do acesso, e quais as regiões que deveriam ser contempladas (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Em 15 de fevereiro de 2001, o governo do Estado, através do Poder Executivo, encaminhava à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei número 001/01 propondo a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Conforme o documento, a UERGS se constituiria como uma fundação com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Educação, e dotada de autonomia pedagógica e administrativa. Sua estrutura seria *multicampi*, seu ensino gratuito, e o propósito fundamental que pautaria a Universidade seria promover o desenvolvimento regional (RIO GRANDE DO SUL, 2001a).

Após o envio do Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, as discussões se acentuaram, e audiências públicas foram instauradas em todo o Estado a fim de organizar os debates. Ao todo, ocorreram 56 audiências públicas que reuniram aproximadamente 40.000 pessoas, em cidades como Taquara, Frederico Westphalen, Camaquã, Santa Maria, Soledade, Pelotas, Bagé, Montenegro, Vacaria, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Santana do Livramento (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Além das audiências públicas, o governo organizou o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, que se constituiria em mais um espaço para a população se pronunciar a respeito da UERGS. Foram 22 encontros acompanhados de perto pelas emissoras de rádio e televisão, o que fez com que o debate adquirisse maior amplitude. Dentre os municípios que receberam o Fórum destacam-se Uruguaiana, Santa Rosa,

Santo Ângelo, Ijuí, Erechim, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Encantado, Canela, Osório e Porto Alegre (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Durante o trâmite do Projeto de Lei na Assembléia, surgiam as reações e os posicionamentos favoráveis e contrários à proposta, e os pronunciamentos dos deputados foram acompanhados pela mídia e a sociedade em geral. A oposição à idéia de criar a UERGS era grande: “inicialmente, observa-se uma reação bastante forte por parte de alguns deputados da oposição. Alguns deputados falavam na reedição de um equívoco ou de um sonho infundado, e pode-se observar inicialmente que o clima não foi muito favorável à aprovação do projeto” (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002, p. 104-105).

Tanto na imprensa como na Assembléia, os argumentos que sustentavam a posição contrária à criação da Universidade Estadual foram sendo apresentados. Não haveria necessidade de uma nova universidade, pois, conforme os críticos do Projeto de Lei, as universidades privadas poderiam atender a demanda de ampliar a oferta no ensino superior, na medida em que sobravam vagas nessas instituições. Além disso, na concepção de deputados, intelectuais e formadores de opinião contrários à UERGS, seria menos oneroso ao Estado se, ao invés de construir uma estrutura acadêmica nova, o governo estabelecesse convênios com as universidades já consolidadas. Nessa perspectiva, a indicação era para que ocorresse alocação de verbas em cursos e pesquisas já em andamento, e que se concedessem bolsas de estudo para que fossem ocupados os espaços ociosos das universidades particulares (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Outro argumento contrário à UERGS dizia respeito à questão problemática que o governo enfrentava com o ensino fundamental e o ensino médio, o que indicava que faltaria lastro financeiro para um investimento adequado ao ensino superior. Não haveria recursos econômicos e humanos para o empreendimento, e, ademais, o ensino em nível universitário, diziam os críticos, seria responsabilidade do governo federal (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Havia também a opinião, difundida entre aqueles que discordavam da idéia de implantar a UERGS, de que seria mais vantajoso importar conhecimentos já produzidos

em outros estados e em outros países, o que evitaria o alto custo envolvido na constituição de uma universidade (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Apesar da posição contrária que se fez presente em algumas instâncias da sociedade gaúcha, o fato é que a criação da UERGS foi respaldada pela vontade popular, a qual, através da participação nas audiências públicas e nas sessões do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, deu legitimidade para o governo levar adiante a proposta da Universidade Estadual. Mais do que isso, a manifestação popular assegurou a aprovação por unanimidade do Projeto de Lei na Assembléia Legislativa, uma vez que ficara evidente que a UERGS deveria transcender questões partidárias face o desejo da população em contar com a nova instituição:

De modo geral, podemos afirmar, com muita segurança que foram todas essas movimentações que asseguraram ao governo o apoio necessário e o respaldo social indispensável para conseguir dobrar muitas resistências que persistiam e que teriam se agigantado, não fosse as intensas manifestações em todo o Estado em prol da criação da Universidade Estadual. Com o desenrolar do processo, observou-se que a proposta deixou de ser um projeto do governo para ser assumida pelos mais diferentes segmentos sociais e tornar-se realmente uma conquista de todo o povo gaúcho, transformando-se na proposta da universidade dos gaúchos (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002, p. 119).

Assim, no dia 10 de julho de 2001, era promulgada a Lei 11.646 que criava a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A estrutura *multicampi* prevista na Lei seguiria a orientação de estudos acerca das necessidades e potencialidades de cada região. Nessa implantação seria priorizada a utilização de imóveis de propriedade do Estado, aqueles que compõem o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, e os disponibilizados mediante o estabelecimento de convênios (RIO GRANDE DO SUL, 2001b).

A UERGS, conforme o documento que formalizava sua constituição, observaria o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo suas atividades direcionadas para essas três frentes.

Nos processos de seleção para ingresso na Universidade ficaria assegurada, de acordo com sua Lei de Criação, metade das vagas para os candidatos com hipossuficiência econômica, com renda familiar mensal de até um salário mínimo regional.

Também haveria reserva para portadores de necessidades especiais, aos quais seriam asseguradas 10% das vagas existentes (RIO GRANDE DO SUL, 2001b).

A Lei 11.646 definia ainda, de maneira abrangente, quais os objetivos que orientariam os trabalhos vinculados à nova Universidade:

a UERGS tem por objetivo: ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação de tecnólogos; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. (RIO GRANDE DO SUL, 2001b, p. 01)

A UERGS começaria oficialmente suas atividades acadêmicas em 2002, com sede em 19 cidades, promovendo seis cursos próprios e três cursos oferecidos a partir de convênios<sup>38</sup>, totalizando 940 vagas próprias e 250 vagas abertas mediante parcerias com outras universidades (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Resgatados os antecedentes políticos e sociais envolvidos na criação da UERGS, é possível sintetizar da seguinte maneira os principais fatores que levaram à sua constituição (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002):

- a) inicialmente, o reconhecimento da legitimidade da reivindicação por uma Universidade Estadual, uma luta que perpassou a história do Estado nas últimas décadas;
- b) a percepção da responsabilidade que cabe ao Estado no que se refere ao ensino superior;
- c) ampliando a prerrogativa do item anterior, a criação da UERGS espelha uma visão na qual o Estado é agente com participação direta no processo social;
- d) a percepção da importância da educação como instrumento de desenvolvimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, em que o conhecimento pode contribuir na formulação de alternativas para a transformação da realidade;

---

<sup>38</sup> Os nove cursos oferecidos no primeiro vestibular da Instituição, em março de 2002, foram os seguintes: Pedagogia (Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos); Pedagogia da Arte (Dança); Pedagogia da Arte (Teatro); Pedagogia da Arte (Música); Pedagogia da Arte (Artes Visuais); Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Administração de Sistemas e Serviços de Saúde; Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

- e) a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso à educação pública em nível superior no Rio Grande do Sul;
- f) a necessidade de criar cursos diferenciados que atendam às novas demandas econômicas e sociais do mundo contemporâneo, e que permitam o aprimoramento da capacidade técnica dos profissionais em cada uma das regiões do Estado;
- g) alinhada a essa preocupação em promover cursos diferenciados e articulados com as identidades regionais, percebeu-se também a importância de propor temas transversais aos conteúdos curriculares, a fim de abordar questões estratégicas e de resgate de aspectos humanos, como a economia solidária, o cooperativismo, a cultura da paz, a preservação do meio ambiente, dentre outros assuntos;
- h) a consciência de que a valorização das potencialidades locais e a inclusão social, juntamente com o esforço em situar a Universidade no contexto brasileiro e internacional, podem contribuir para um posicionamento mais favorável no mundo globalizado, dando respostas que auxiliem a superar a condição de dependência característica dos países periféricos.

#### **4.2 A UERGS no contexto atual: dificuldades e mobilização**

Decorridos oito anos desde sua criação, a UERGS ainda busca uma consolidação institucional. Ao longo de sua trajetória, vários tem sido os problemas enfrentados por professores, alunos, funcionários e demais pessoas vinculadas às suas atividades. Estrutura deficitária, corpo docente reduzido, recursos escassos, são algumas das restrições com as quais a Universidade vem lidando, o que acarreta grandes dificuldades para que se cumpram as expectativas quando da sua instauração.

A situação problemática com a qual a UERGS se depara foi recentemente documentada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (CECDCT) que, face aos recorrentes pedidos de auxílio da comunidade acadêmica, decidiu por instalar a Subcomissão da

UERGS, com o objetivo de auxiliar na recuperação da Universidade através da elaboração de um diagnóstico acerca da sua condição.

A subcomissão desenvolveu suas atividades entre março e junho de 2008. Ao término do trabalho, foi divulgado um Relatório Final que documentou os vários problemas constatados, bem como propostas para a revitalização da Universidade. Dezesete unidades foram visitadas, oportunidades nas quais foram organizadas plenárias com professores, estudantes, representantes sindicais, líderes comunitários, políticos e autoridades municipais (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Dentre as dificuldades constatadas, a falta de professores é uma das questões mais delicadas no contexto atual da UERGS. Conforme o levantamento da subcomissão, a reiterada política de contratação de professores em caráter emergencial, substituindo a abertura de concursos públicos para o preenchimento do quadro permanente, acabou por comprometer as atividades da Universidade, sobretudo após a deliberação do Ministério Público que, entendendo a necessidade de suprir o número de professores efetivos da Instituição, não permitiu a renovação dos contratos temporários. Tal fato, ocorrido em abril de 2008, ocasionou a perda de mais de 50% do corpo docente, uma condição que ainda não foi contornada (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Seguindo seu planejamento original, a estrutura da UERGS necessita ao menos de 300 professores para que suas atividades ocorram normalmente. Os 127 docentes que trabalham atualmente na Universidade precisam se desdobrar para atender as demandas, sendo que vários dos professores percorrem grandes distâncias, transitando por diferentes unidades e muitas vezes por diferentes regiões, acumulando funções administrativas e de coordenação, participação em comissões e conselhos, além de ter que lidar com uma excessiva carga horária em sala de aula, dificultando o envolvimento com a pesquisa e a extensão (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Outra questão diz respeito à estrutura física da Universidade, uma situação que se repete em várias unidades. A falta de manutenção dos prédios nos quais a UERGS está estabelecida, laboratórios sem equipamentos adequados, rede de informática necessitando de reparos, bibliotecas defasadas, são os principais aspectos que

evidenciam as limitações de infra-estrutura da Instituição (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

O terceiro fator complicador do andamento da Universidade se refere à inconstância dos concursos vestibulares. A incerteza quanto à abertura de vagas e com relação ao ingresso de novos alunos têm comprometido seriamente as atividades da UERGS. Há cursos que já foram extintos e outros que correm o risco de também desaparecer caso a ausência de vestibulares perdure. A situação se agrava na medida em que não somente cursos, mas unidades podem vir a ter suas atividades encerradas em virtude da falta de alunos.

Nos últimos quatro vestibulares (2008/01, 2008/02, 2009/01, 2009/02) a abertura de vagas foi assim disposta: no primeiro semestre de 2008, das 24 unidades e 24 cursos que compõem a Universidade, nove unidades abriram 360 vagas em seis cursos; no semestre seguinte, foram 360 vagas divididas em oito unidades e seis cursos; em 2009, nove unidades e 14 cursos foram contemplados no primeiro semestre, e 12 unidades e seis cursos no semestre seguinte, totalizando o oferecimento de 640 e 480 vagas respectivamente (UERGS, 2009a).

Mapeadas as dificuldades, a subcomissão deliberou acerca das possíveis medidas para o fortalecimento da Instituição. Nesse sentido, as recomendações da subcomissão expõem a preocupação em retomar as propostas que deveriam pautar a ação da Universidade no que se refere ao apoio científico e tecnológico para o desenvolvimento das regiões. Para isso, uma das ressalvas do grupo que analisou a situação atual da UERGS aponta para a necessidade de fortalecer a pesquisa e a extensão. Nessa perspectiva, os relatores sugerem a aproximação com outros órgãos estaduais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), instituições que também estão voltadas para o desenvolvimento do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Além disso, a subcomissão enfatiza a necessidade de ampliar a aproximação com as comunidades em que a UERGS se insere, concebendo um maior espaço nas deliberações da Universidade. Decisões como, por exemplo, a extinção, a manutenção

ou a criação de novos cursos, o foco de ação dos mesmos, os locais de sua implementação poderiam, segundo os relatores, ter a participação de todas as pessoas que de alguma forma estão envolvidas. Isso permitiria, através dos depoimentos daqueles que conhecem o cotidiano de uma dada região, ter a condição de melhor dimensionar as repercussões de uma determinada medida (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

O relatório ressalta também a importância de estabelecer um planejamento de curto, médio e longo prazo, que contemple aspectos institucionais e pedagógicos, o que contribuiria para garantir a estabilidade da Universidade. A subcomissão, no que concerne à idéia do planejamento, estendeu esta premissa ao poder público, enfatizando a necessidade de que o Governo inclua efetivamente a UERGS nos projetos de desenvolvimento para o Estado, prevendo os recursos a serem destinados à Instituição e promovendo as articulações a que se fez menção anteriormente, aproximando a Universidade Estadual das organizações que trabalham em prol do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Outro ponto abordado pelos relatores diz respeito à constituição do quadro docente e da composição de funcionários para o pleno funcionamento da Universidade, a partir da abertura de concursos públicos que assegurem o número de profissionais necessários. Vinculado ao preenchimento das vagas de docentes e de pessoal, o relatório salienta que é preciso da mesma forma normalizar os vestibulares, regularizando sua frequência e assegurando que todos os cursos e todas as unidades sejam contemplados a cada semestre (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

O documento é finalizado ressaltando o papel da mobilização em prol da UERGS, destacando que os trabalhos da subcomissão reuniram centenas de pessoas nas várias cidades, evidenciando que a Universidade Estadual conta com o apoio das comunidades, o que legitima o desejo de ver a UERGS ser considerada como uma instituição estratégica para o Rio Grande do Sul:

Por fim, para revitalizar a UERGS, é necessário mobilizar a sociedade e o Governo estar convencido de sua importância. Por isso, fica como resultado do trabalho da subcomissão, além de todas estas considerações, a continuidade da mobilização da sociedade gaúcha [...] que em defesa deste patrimônio do povo gaúcho continuarão pressionando as autoridades responsáveis para que uma UERGS



fortalecida e autônoma se torne realidade. (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 66)

A reitoria da Universidade se pronunciou a respeito do relatório, no intuito de demonstrar quais medidas vem sendo tomadas para solucionar os problemas, a fim de permitir uma efetiva participação da Instituição no processo de desenvolvimento do Estado.

Sobre a falta de professores, a reitoria reconhece a defasagem do quadro docente, mas argumenta que desde 2007 houve dezenas de novas admissões, desta vez em caráter permanente através de concursos públicos, diferentemente das contratações emergenciais em regime temporário de anos anteriores. A reitoria salienta que, para 2009, estão previstos editais de abertura de concursos para o preenchimento de 62 vagas, o que elevaria o número de professores para 189, ou 63% do corpo docente apontado como necessário para normalizar as atividades da Universidade<sup>39</sup> (UERGS, 2008a).

Com relação à infra-estrutura, o documento divulgado pela reitoria enumera uma série de benfeitorias que vem sendo executadas ou estão em vias de execução, aguardando liberação de verba governamental. Dentre as melhorias, são destacadas a adaptação de entradas de prédios e de sanitários para cadeirantes e portadores de necessidades especiais; manutenção de rede elétrica e de sistemas informacionais; implantação de alarmes de segurança, portões, e instalação de iluminação externa; obras diversas de reparos em várias unidades, viabilizando um melhor aproveitamento de salas de aula, auditórios, bibliotecas e laboratórios (sobre os laboratórios especificamente, há instalações já em andamento e laboratórios cujos projetos de ampliação já estão concluídos e aguardam liberação de verba); e estudos e implementação de novos *layouts*, a fim de obter uma disposição mais adequada de espaços (UERGS, 2008a).

---

<sup>39</sup> Em 31 de dezembro de 2009, a situação era a seguinte: foram abertos 15 concursos, totalizando 41 vagas: dos quinze concursos, oito foram efetuados, tendo sido divulgados resultados ainda preliminares; cinco estavam com as inscrições homologadas; um em fase de convocação para instalação; um teve seu edital de abertura publicado. Nenhuma das 63 vagas, portanto, havia sido preenchida.

O pronunciamento abordou também questões referentes aos convênios estabelecidos pela Universidade. Conforme a reitoria, houve um cuidado nos últimos dois anos em regularizar as parcerias formalizadas pela UERGS, uma vez que quase todos os convênios apresentavam problemas, principalmente quanto ao repasse de recursos financeiros às instituições conveniadas. Desse modo, foi possível sustentar alianças importantes, como com a Fundação Municipal de Artes de Montenegro (FUNDARTE), parceira nos cursos de graduação em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, que ocorrem na unidade da UERGS naquele município, e com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, cuja sede abriga a UERGS de Novo Hamburgo (UERGS, 2008a).

O texto divulgado pela reitoria salienta ainda que a dívida acumulada pela Universidade é também ponto problemático que demanda resolução, e que da mesma forma se coloca como um obstáculo a ser superado para garantir seu andamento adequado. A atual reitoria argumenta que assumiu em 2007 com um passivo de R\$ 13 milhões. Várias têm sido as providências adotadas para sanar as dívidas para que a viabilidade financeira da UERGS a credencie para receber recursos de organismos federais de fomento ao ensino superior e à pesquisa. O repasse de valores a instituições credoras como a UPF e a UNIJUÍ, e a quitação de débitos com outros órgãos estaduais, como a Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) são exemplos das medidas que buscam o equilíbrio das finanças da Universidade (UERGS, 2008a).

Por fim, o documento exposto pela reitoria destaca ações pontuais da atual administração em prol da institucionalização da Universidade, por exemplo, a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que trata das questões subjacentes às atividades dos professores, como o plano de carreira e a regulamentação da carga horária, além de também analisar pedidos de transferências, de licenças para aperfeiçoamento, dentre outros encargos. É citada ainda a instalação da comissão para a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a fim de projetar os próximos anos da Universidade; a elaboração e homologação das normas que

regulam os cursos de especialização; e a reestruturação do Projeto Pedagógico de vários cursos (UERGS, 2008a).

O fato é que tem ocorrido uma ampla discussão acerca dos problemas da Universidade, bem como a respeito de quais os rumos a serem tomados. No início do segundo semestre de 2009 o debate se intensificou, e, em 25 de agosto, uma audiência pública ocorreu na Assembléia Legislativa para que fossem discutidos os caminhos para o fortalecimento da UERGS.

Na ocasião, cerca de 400 pessoas participaram do encontro, cujo encaminhamento se deu a partir da proposta de um “protocolo de compromisso”, iniciativa do Conselho Estadual de Educação (CEED), a ser assinado por esta entidade e pela reitoria da Universidade. Devem também assinar o Ministério Público, a Assembléia Legislativa e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, pasta a qual se vincula atualmente a UERGS (SINPRO/RS, 2009).

O objetivo do CEED com o protocolo é garantir que a Universidade Estadual se ajuste às exigências que o Conselho estabelece às instituições de ensino superior, de modo a viabilizar uma estrutura adequada de trabalho a professores e funcionários, e de estudo e aprendizado aos alunos.

O documento que formaliza o diagnóstico do CEED, e que serve de parâmetro para o protocolo de compromisso, recomenda melhorias em vários aspectos, dentre as quais as que dizem respeito à modernização de equipamentos e estrutura física, qualificação didático-pedagógica e de pessoal, além da necessidade de uma gestão democrática na Universidade<sup>40</sup> (SINPRO/RS, 2009).

#### **4.2.1 A estrutura da Universidade**

---

<sup>40</sup> A Universidade Estadual sempre teve reitores *pro-tempore*, nomeados pelos diferentes governos que ocuparam o Poder Executivo do Estado ao longo de seus oito anos de existência. Com isso, a UERGS é a única das universidades públicas brasileiras a não ter seu representante máximo escolhido pelo voto da comunidade acadêmica (SINPRO/RS, 2009).

A UERGS é composta por 24 unidades localizadas em sete diferentes regiões do Estado, oferecendo 24 cursos de graduação. Dados do segundo semestre de 2009 apontam que a Universidade conta com cerca de 2000 alunos, 127 professores e 120 funcionários (UERGS, 2009b).

No que diz respeito à sua disposição geográfica, a UERGS está estruturada da seguinte maneira:

- a) Região I, abrangendo as cidades de Porto Alegre, Cidreira, Novo Hamburgo e Guaíba;
- b) Região II, contemplando os municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Montenegro, São Francisco de Paula e Vacaria;
- c) Região III, da qual fazem parte Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ibirubá e Sananduva;
- d) Região IV, reunindo São Luiz Gonzaga e Três Passos;
- e) Região V, com os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul;
- f) Região VI, na qual estão integrados Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e São Borja;
- g) Região VII, com o município de Tapes.

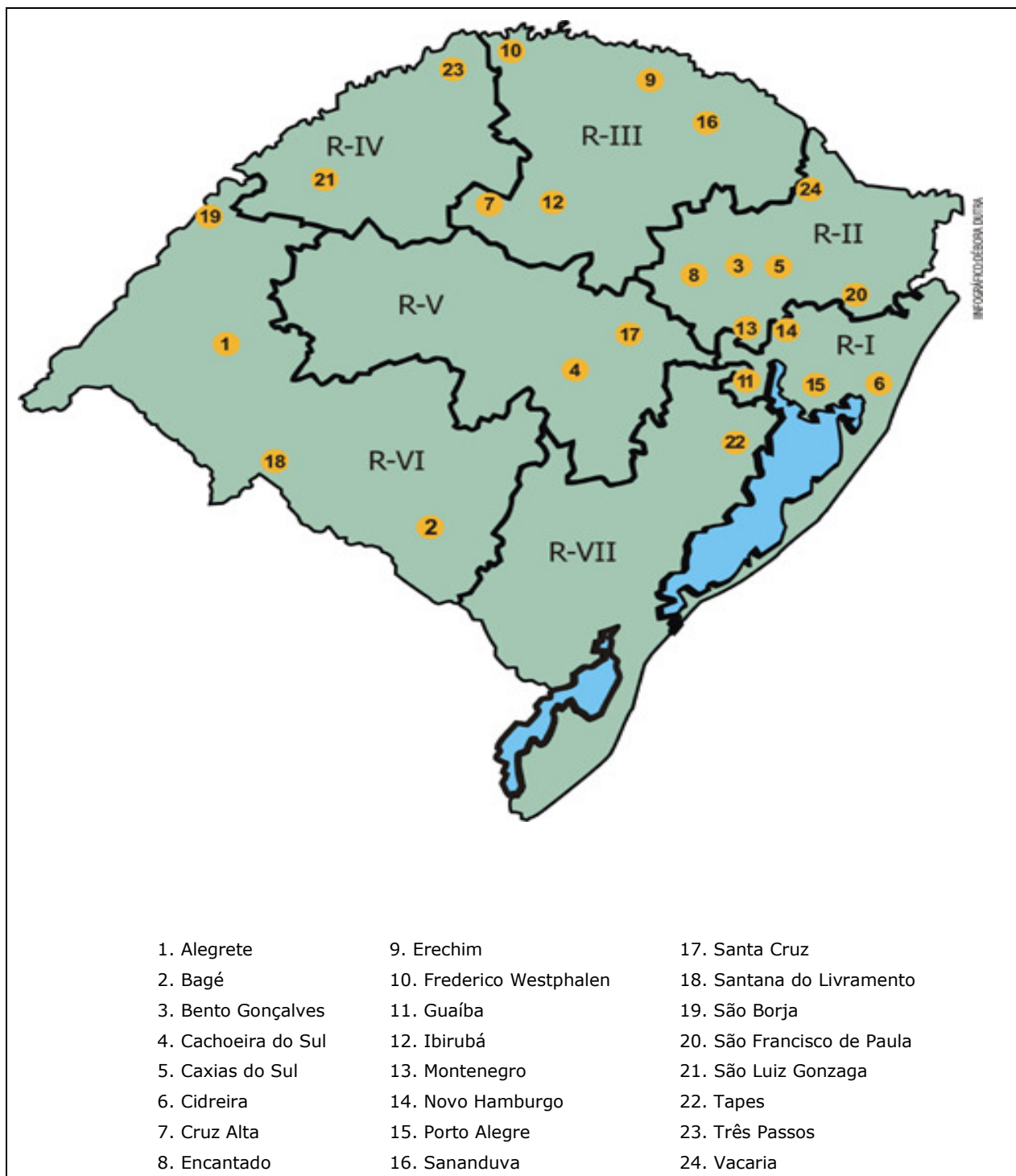


Figura 1: As unidades da UERGS e as sete regiões contempladas.  
Fonte: UERGS (2009b).

A atuação da Universidade Estadual compreende três grandes áreas do conhecimento, abarcando as Ciências Humanas, as Ciências da Vida e do Meio Ambiente, e as Ciências Exatas e Engenharias (UERGS, 2009b).

O quadro a seguir relaciona os 24 cursos de graduação com suas respectivas áreas, identificando também as unidades nas quais são oferecidos.

<b>Área das Ciências Humanas</b>	
<b>Curso</b>	<b>Cidades</b>
Curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde	Porto Alegre
Curso de Administração: Gestão Pública	Porto Alegre
Graduação em Pedagogia: Licenciatura	Bagé, Cidreira, São Francisco de Paula, Cruz Alta
Graduação em Artes Visuais: Licenciatura	Montenegro
Graduação em Dança: Licenciatura	Montenegro
Graduação em Teatro: Licenciatura	Montenegro
Graduação em Música: Licenciatura	Montenegro
<b>Área das Ciências da Vida e do Meio Ambiente</b>	
<b>Curso</b>	<b>Cidades</b>
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria	Três Passos, Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Encantado, Ibirubá, Sananduva, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga
Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente	Erechim
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura	Bagé, Frederico Westphalen, Santana do Livramento, Vacaria
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Horticultura	Santa Cruz do Sul
Curso Superior de Tecnologia em Fruticultura	Bagé, Frederico Westphalen, Vacaria
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção	Alegrete, Cachoeira do Sul, São Borja, São Luiz Gonzaga, Vacaria
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada	Cachoeira do Sul, São Borja, Vacaria, São Luiz Gonzaga
Curso Superior de Tecnologia em Recursos Pesqueiros: Produção de Pescados	Tapes
Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria	São Luiz Gonzaga, Santana do Livramento, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Sananduva, Encantado, Ibirubá, Três Passos
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Silvicultura	Bagé
Curso de Graduação em Ciências Biológicas: ênfases Biologia Marinha e Costeira e, Gestão Ambiental Marinha e Costeira	Cidreira
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	São Francisco de Paula, Tapes, Erechim
<b>Área das Ciências Exatas e Engenharias</b>	
<b>Curso</b>	<b>Cidades</b>
Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial	Novo Hamburgo
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento
Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável	Novo Hamburgo
Engenharia de Sistemas Digitais	Guafba
Curso de Engenharia em Energia	Novo Hamburgo

Quadro 1: cursos, áreas do conhecimento e unidades.

Fonte: UERGS (2009b).

Seguindo no detalhamento da estruturação da Universidade, a figura 2 apresenta o total de alunos por Região em dezembro de 2008.

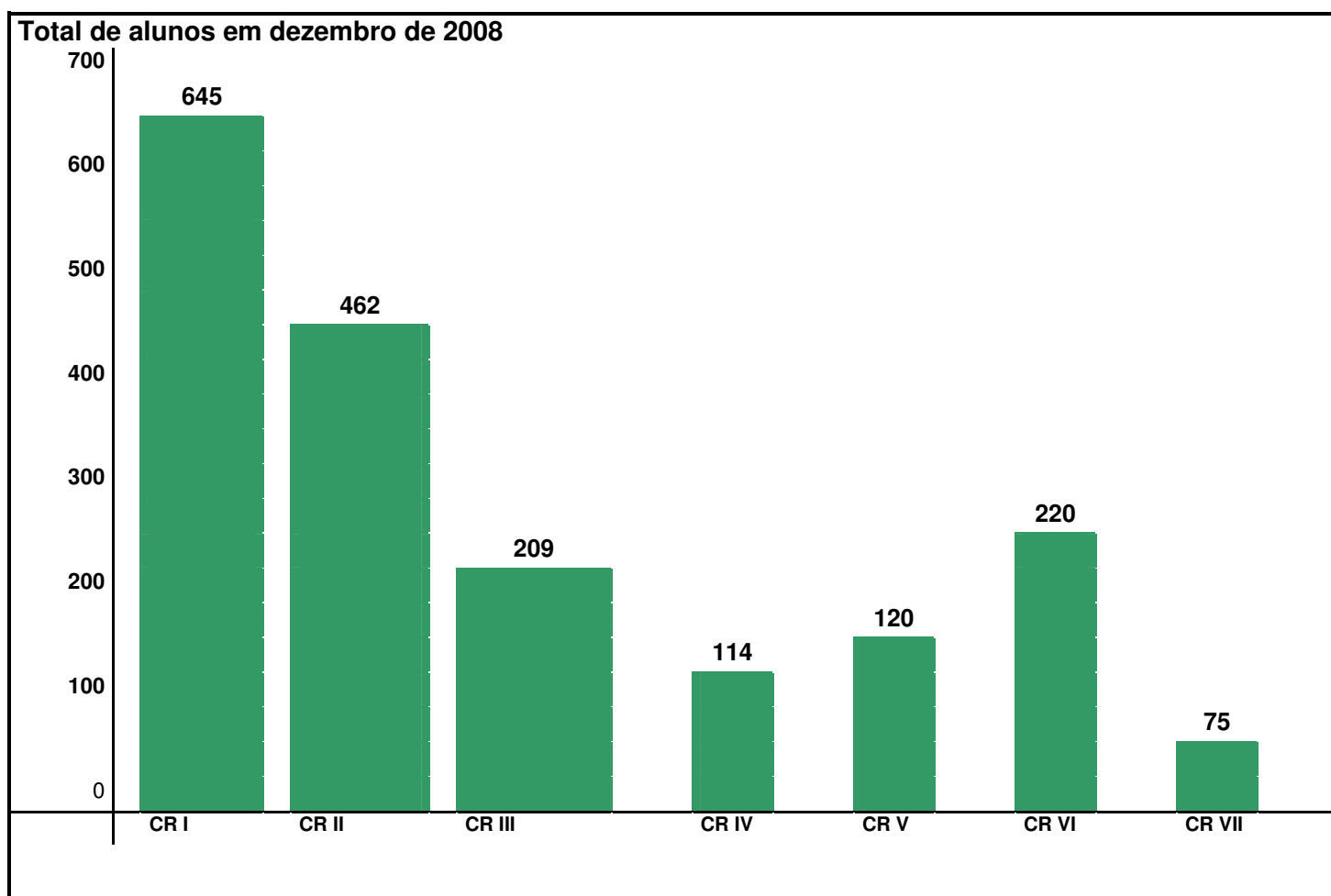


Figura 2: total de alunos em cada um dos Centros Regionais.

Fonte: UERGS (2009a).

Apesar das dificuldades enfrentadas, a UERGS desenvolveu e vem desenvolvendo várias atividades em ensino, pesquisa e extensão que vão ao encontro dos propósitos a partir dos quais a Instituição foi criada, promovendo a formação de profissionais preparados por cursos inovadores, produzindo conhecimentos vinculados à realidade das regiões, e estimulando o encontro universidade-comunidade em várias localidades do Estado.



Nos itens a seguir, a proposta é justamente focar essas práticas. Primeiro são abordadas, em linhas gerais, as ações que a Universidade vem atualmente conduzindo<sup>41</sup>, em um mapeamento de cada uma das regiões, a fim de identificar quais as linhas de atuação em que a UERGS se insere através dos trabalhos efetuados nas suas 24 unidades.

Em seguida, no subcapítulo 4.3, há a recuperação de experiências características da trajetória da UERGS, que permitem uma observação das repercussões que as iniciativas da Universidade Estadual podem vir a ter nas regiões em que a Instituição está situada, e no Estado como um todo.

#### **4.2.2 Ensino, pesquisa e extensão: uma síntese das atividades desenvolvidas na Universidade Estadual**

Iniciando o mapeamento das atividades em cada região, há sete cursos de graduação em andamento nas cidades de Porto Alegre, Cidreira, Novo Hamburgo e Guaíba, municípios que constituem a **Região I** (UERGS, 2009c).

Em Porto Alegre, o curso de **Administração: Sistemas e Serviços de Saúde** prepara os egressos para atuar na organização e coordenação de sistemas regionais e municipais de saúde, bem como no planejamento e execução de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em Cidreira, a formação em **Ciências Biológicas** capacita profissionais que assegurem a manutenção e a recuperação dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais da região costeira, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas no litoral do Estado.

Outro curso situado em Cidreira é a **Graduação em Pedagogia: Licenciatura**, que tem por intuito a formação dos quadros para o magistério, enfatizando o fortalecimento da área da Educação no Rio Grande do Sul, em particular o ensino fundamental, o ensino médio e os cursos de educação profissional.

---

<sup>41</sup> Os dados se referem aos anos de 2008 e 2009.

Na unidade de Novo Hamburgo, um dos cursos que compõe as atividades de ensino da UERGS naquele município é o de **Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia**, cujo objetivo é formar profissionais com condições de contribuir para o desenvolvimento tecnológico das áreas industrial, ambiental e agrícola, planejando produtos e processos nos ramos farmacêutico, químico, alimentício e agroindustrial.

Novo Hamburgo abriga também o **Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial**, o qual é focado para a qualificação dos sistemas locais de produção dos setores industrial e de serviços.

A cidade do Vale do Rio dos Sinos oferece ainda a graduação em **Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável**, que prepara os alunos para o exercício de atividades em que se busque a otimização dos sistemas de geração de energia no setor industrial, enfatizando a sustentabilidade econômica e ambiental dos processos produtivos.

Em Guaíba, o curso de **Engenharia de Sistemas Digitais** atende à demanda da indústria eletrônica e das empresas que trabalham com projetos e componentes eletrônicos, ao capacitar seus egressos a projetar, implementar e gerenciar sistemas digitais a serem incorporados em produtos e serviços do setor (UERGS, 2009c).

No que se refere à pesquisa, há 17 projetos em andamento no Centro Regional I, envolvendo temas diversos, dentre os quais alguns são a seguir destacados (UERGS, 2009a).

Um dos projetos desenvolvidos na unidade de Guaíba envolve a inserção de novas tecnologias no ensino médio, a partir da realização de oficinas para alunos e professores, em que são tratados temas ligados à configuração de computadores e desenvolvimento de *softwares* e sistemas digitais.

Em Novo Hamburgo, dentre outras iniciativas, duas linhas de atuação podem ilustrar as ações vinculadas à produção de conhecimento na unidade: o dimensionamento do impacto ambiental relacionado à geração de resíduos sólidos pela indústria coureiro-calçadista, e as pesquisas direcionadas à matriz energética, envolvendo, por exemplo, o biodiesel, em abordagens que contemplam tanto aspectos

técnicos como perspectivas sócio-econômicas subjacentes ao desenvolvimento desta nova tecnologia.

Em Cidreira, há pesquisas abordando questões típicas de um município litorâneo, como o projeto “Mamíferos e aves marinhas da costa do Rio Grande do Sul: conservação e monitoramento ambiental”, que propõe um inventário da fauna local e o estabelecimento de programas de preservação das espécies.

Em Porto Alegre, há duas linhas de pesquisa, uma relacionada às tecnologias da informação, e outra concernente a critérios econômicos de avaliação gerencial. Ambas têm por objetivo prover subsídios para a gestão de organizações da área da saúde, e, mais especificamente, para o aprimoramento do SUS.

Em relação aos cursos de extensão, a Região I, desde 2008, ofereceu 12 atividades voltadas à comunidade. Formação continuada para educadores, cursos de inglês, oficinas para produção de artigos acadêmicos, seminários sobre legislação ambiental, minicursos sobre energia solar, bioinformática e tratamento de efluentes, são as principais iniciativas nesse sentido (UERGS, 2009a).

Recuperando os dados da **Região II**, são nove os cursos em nível de graduação mantidos nas seis unidades que a integram (UERGS, 2009c).

Em Bento Gonçalves, o curso oferecido é o de **Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia**, também desenvolvido na unidade de Novo Hamburgo.

Nas cidades de Caxias do Sul e Encantado, a UERGS se faz presente com a proposta de formação voltada aos segmentos da cadeia agroindustrial através do **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria**, envolvendo a produção animal e vegetal, o beneficiamento e controle de matérias-primas, e a qualidade e segurança dos produtos de origem agropecuária.

Em São Francisco de Paula, são duas as graduações: o **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental**, que provê a organizações não governamentais, a órgãos públicos e à iniciativa privada, pessoal qualificado para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente, a partir do gerenciamento do uso dos recursos naturais através de mecanismos de estruturação, controle e monitoramento, consolidando práticas sustentáveis sob parâmetros ecológicos, econômicos e sociais; e a **Graduação**

**em Pedagogia: Licenciatura** que, conforme já destacado, tem por objetivo reforçar o ensino no Estado a partir da formação de professores.

Em Vacaria, o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção**, e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura** habilitam os egressos a atuar, respectivamente, no desenvolvimento da lavoura e da pecuária, e no aprimoramento da produção frutífera, atendendo setores tradicionais da região dos Campos de Cima da Serra.

Na unidade da UERGS em Montenegro concentram-se os cursos de Artes da Universidade. **Graduação em Dança, Graduação em Artes Visuais, Graduação em Teatro e Graduação em Música** são as licenciaturas que podem vir a contribuir para a difusão cultural no Estado, formando profissionais da área para o ensino em escolas e centros culturais em geral, ao mesmo tempo em que se colocam como um espaço acadêmico para artistas que pretendam aperfeiçoar seus conhecimentos teóricos e práticos acerca de seu trabalho (UERGS, 2009c).

Direcionando o mapeamento às atividades de pesquisa conduzidas na Região II, são três os projetos em andamento (UERGS, 2009a).

Em Bento Gonçalves, há uma iniciativa, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o objetivo de capacitar agricultores para o cultivo do *crambe*, planta com grande potencial para servir de matéria-prima ao biodiesel.

Em Encantado, a UERGS tem duas pesquisas: uma voltada à educação ambiental na rede de ensino do município, em que se prevê a elaboração, em conjunto com os professores das escolas municipais e particulares, de um plano de trabalho a ser efetivado com os 1300 alunos da cidade, enfocando o conhecimento acerca da flora local para, a partir daí, promover o debate sobre o meio ambiente.

A outra pesquisa diz respeito à organização dos produtores de mel da cidade de Vespasiano Corrêa, propondo técnicas de aperfeiçoamento da atividade apícola como forma de contribuir para o desenvolvimento de uma das culturas tradicionais da localidade.

Com relação aos cursos de extensão, foram 19 as iniciativas dessa natureza organizadas na Região II em 2008 e 2009, em articulação com escolas e centros técnicos (UERGS, 2009a).

Dentre os temas, estímulo ao conhecimento das espécies vegetais da região, estudos sobre melhor aproveitamento dos alimentos e conscientização sobre o uso racional da água.

Além desses enfoques voltados para as ciências da vida, cabe enfatizar as várias atividades de extensão abordando a temática da arte e da cultura organizadas na unidade de Montenegro, envolvendo oficinas, cursos de capacitação e seminários (UERGS, 2009a).

No que concerne à **Região III**, os cinco municípios que recebem unidades da UERGS mantêm sete cursos de graduação (2009c).

Em Cruz Alta ocorrem a **Graduação em Pedagogia: Licenciatura**, e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria**, que também é oferecido em Ibirubá e Sananduva.

A cidade de Frederico Westphalen recebe, assim como o município de Vacaria, o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura**.

Em Erechim há o **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental**, que, como visto, dá subsídios para a administração sustentável de atividades relacionadas ao meio ambiente (UERGS, 2009c).

Voltando a atenção às linhas de pesquisa, são quatro os projetos em andamento na Região III, nas unidades de Cruz Alta e Ibirubá (UERGS, 2009a).

Em Cruz Alta, um dos projetos lida com sistemas de produção de leite, e tem por objetivo auxiliar na obtenção de uma maior eficiência neste processo.

A outra iniciativa é voltada ao estudo de culturas tradicionais, abordando as cadeias de produção de gado, frango e suínos, e também as relacionadas à soja, trigo e milho.

Em Ibirubá, um dos estudos consiste em auxiliar os produtores de queijo colonial da região, a fim de manter seu processo artesanal característico assegurando a qualidade do alimento.

Há também, nesse município, um projeto vinculado ao cultivo de soja, o qual pretende incentivar a utilização deste grão na alimentação humana.

A extensão, no Centro Regional III, foi desenvolvida em dois momentos: em uma parceria entre as unidades de Cruz Alta, Ibirubá, Erechim, São Luiz Gonzaga, Sananduva e Frederico Westphalen, foi organizada a Jornada Ambiental da Região do Alto Jacuí, com o propósito de mobilizar a população da região em prol do uso racional dos recursos naturais.

Além dessa atividade conjunta entre várias unidades, em Ibirubá ocorreu também, através de iniciativa do diretório acadêmico dos estudantes, um seminário sobre agroindústria, em que foram abordados temas relacionados aos vários elementos que formam a cadeia produtiva da agroindústria, propondo a discussão sobre as necessidades, as potencialidades e perspectivas desse setor (UERGS, 2009a).

Nas unidades de São Luiz Gonzaga e Três Passos, que compõem a **Região IV**, o ensino de graduação se dá com o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria** e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção**.

Quanto aos cursos de extensão, foram quatro as atividades desenvolvidas neste Centro Regional (UERGS, 2009a).

Em Três Passos, houve uma iniciativa para promover a coleta seletiva de lixo nas instituições de ensino do município.

Em São Luiz Gonzaga, três iniciativas: uma delas propôs a formulação de projetos para articular discussões acerca das questões ambientais com os conteúdos trabalhados nos anos finais do ensino fundamental.

Uma outra ação envolvendo Universidade e comunidade foi o curso “Segurança e qualidade do alimento em sistemas de merenda escolar”, cujo objetivo consistiu em

orientar para as medidas adequadas à fabricação, elaboração e preparo de alimentos em sistemas de merenda escolar.

A terceira atividade de extensão de São Luiz Gonzaga trabalhou a relevância da leitura e da produção textual, organizando estudos críticos relacionados aos diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade (UERGS, 2009a).

Na **Região V**, representada por Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, a Universidade Estadual mantém quatro cursos de graduação (UERGS, 2009c).

Além de **Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia**, Santa Cruz do Sul mantém o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Horticultura**. Seu objetivo é formar profissionais para atuar nos processos referentes à cadeia produtiva de agronegócios, envolvendo o armazenamento, o transporte e a comercialização de hortaliças e flores, além de também preparar os egressos para a construção de viveiros e para o trabalho com plantas ornamentais, aromáticas, condimentares e medicinais.

Em Cachoeira do Sul, há também duas graduações: **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção** e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria**.

Em relação às pesquisas, são treze projetos em andamento no Centro Regional V, conduzidos na unidade de Cachoeira do Sul (UERGS, 2009a).

Dois dos projetos estão voltados para análises de plantações de arroz, cultura típica da região, tratando especificamente de problemas relacionados a insetos e pragas na colheita e armazenamento do grão.

Há também três projetos vinculados a questões ecológicas e ambientais, envolvendo estudos sobre o bioma pampa, avaliações sobre impactos dos resíduos sólidos e líquidos nos recursos hídricos da região da Quarta Colônia<sup>42</sup>, e uma proposta de construção de um aquecedor solar com materiais reciclados.

---

<sup>42</sup> A Quarta Colônia, região formada por descendentes de colonizadores portugueses, de escravos africanos e de imigrantes alemães e italianos, é composta por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

Além dessas iniciativas, a unidade de Cachoeira do Sul dá suporte acadêmico a outras culturas desenvolvidas em seu entorno: a viabilidade da produção de oliveiras, o diagnóstico da situação dos produtores de hortaliças, e o aporte tecnológico para a apicultura são da mesma forma temas abordados nas ações da Universidade.

Há ainda um conjunto de pesquisas direcionadas aos jovens produtores rurais e às cooperativas de produção de arroz situadas na região central do Estado. Nessa perspectiva, são trabalhados temas como o êxodo rural de jovens agricultores, sua participação na constituição das cooperativas, além de estudos relacionados à estruturação, dinâmica, dificuldades e trunfos da forma de organização cooperativada (UERGS, 2009a).

Em nível de extensão, o Centro Regional V promoveu duas atividades, uma delas recuperando o enfoque de um dos projetos de pesquisa, discutindo o tema do incremento tecnológico na produção apícola.

A extensão na Região V contemplou também um curso sobre processo seletivo de depósito e coleta de lixo, a fim de mobilizar estudantes e população em geral para a importância do encaminhamento correto dos resíduos urbanos e domésticos (UERGS, 2009a).

A **Região VI** conta com seis cursos ministrados nas unidades de Alegrete, São Borja, Santana do Livramento e Bagé (UERGS, 2009c).

Em Alegrete e São Borja, a exemplo dos municípios de Vacaria, São Luiz Gonzaga e Cachoeira do Sul, ocorre o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção**.

Em Santana do Livramento há o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria**, também oferecido nas unidades de Caxias do Sul, Encantado, Cruz Alta, São Luiz Gonzaga, Três Passos e Cachoeira do Sul, e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura**, somando-se aos trabalhos de Vacaria e Frederico Westphalen.

O ensino em graduação da UERGS na cidade de Bagé, por sua vez, se divide em três cursos: a **Graduação em Pedagogia: Licenciatura**, assim como as unidades de Cidreira, São Francisco de Paula e Cruz Alta; o recém mencionado **Curso Superior de**



**Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura;** e o **Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Silvicultura**, o qual tem por objetivo dotar os alunos com conhecimentos que lhes permitam atuar no planejamento e coordenação de ações ligadas ao agronegócio, contribuindo para que o andamento das atividades econômicas ocorra em consonância com as práticas vinculadas à preservação da biodiversidade local (UERGS, 2009c).

Sobre a produção em pesquisa no Centro Regional VI são oito os projetos em execução (UERGS, 2009a).

A unidade de Alegrete está envolvida na pesquisa intitulada “Ecologização da pecuária familiar como estratégia de desenvolvimento territorial do Alto Camaquã”, iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que, desde 2007, se propõe a auxiliar no fortalecimento da região<sup>43</sup> através de estudos e ações voltados à atividade típica da pecuária em pequena escala, além de também contemplar o manejo sustentável dos recursos naturais e o turismo rural (EMBRAPA, 2009).

Em Bagé, há três projetos que abordam aspectos relacionados ao aprimoramento das culturas agrícolas e à manutenção do ecossistema local.

Uma das pesquisas trata do controle da ação de parasitas em pomares de pessegueiro; uma segunda intervenção diz respeito à elaboração de um diagnóstico acerca do potencial da fruticultura no município, abordando os aspectos sócio-econômico-ambientais que a influenciam; há ainda um trabalho em andamento que se detém em oferecer subsídios técnicos para orientar a formulação de políticas públicas que assegurem a preservação das bacias hidrográficas da região e que atendam as populações ribeirinhas.

Em São Borja, são quatro os projetos, dois deles envolvendo estudos direcionados à produtividade de grãos (em especial o trigo e a cevada), e de leite e derivados.

---

<sup>43</sup> O Alto Camaquã, como é designada a parte alta da bacia do Rio Camaquã, abrange os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista.

Outra linha de pesquisa enfoca a análise de material botânico para a identificação de plantas aromáticas e medicinais.

A unidade da UERGS em São Borja, conta ainda com um projeto a partir do qual se busca a identificação de espécies vegetais que podem vir a ser utilizadas como agentes praguicidas naturais para a proteção das culturas agrícolas locais (UERGS, 2009a).

O Centro Regional VI organizou 11 cursos de extensão em 2008 e 2009, promovendo ações diversas, dentre as quais destacam-se: série de debates sobre a docência em nível superior; oficinas de capacitação técnica para a atuação na fruticultura; discussões sobre temas contemporâneos a partir de filmes; cursos de inglês e de cultivo de orquídeas; e iniciativas conjuntas com a comunidade quilombola de Palmas, distrito de Bagé (UERGS, 2009a).

A **Região VII** da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul é representada pela unidade localizada no município de Tapes.

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental**, que também é ministrado em São Francisco de Paula e Erechim, e o **Curso Superior de Tecnologia de Recursos Pesqueiros: Produção de Pescados** são as duas formações em nível de graduação oferecidas (UERGS, 2009a).

A formação voltada aos recursos pesqueiros permite ao egresso o conhecimento das técnicas relativas à nutrição, reprodução, manejo e processamento de pescados, preparando-o para atuar na gestão de unidades de produção atuantes neste setor (UERGS, 2009a).

Em Tapes há um projeto de pesquisa em andamento relacionado ao estudo de elementos químicos não voláteis, não inflamáveis e não tóxicos, além de potencialmente recicláveis, propriedades as quais podem vir a contribuir na diminuição dos impactos ambientais em diversos processos industriais (UERGS, 2009a).

Na extensão, a Região VII, em parceria com a unidade de São Francisco de Paula, organizou dois cursos de geoprocessamento aplicado à caracterização ambiental, com o objetivo de fornecer técnicas de uso dos aparelhos de GPS para auxiliar em análises cartográficas e de mapeamento de terrenos (UERGS, 2009a).

### **4.3 Experiências emblemáticas da UERGS**

O propósito deste subitem é dar prosseguimento à caracterização das ações da UERGS, iniciada no trecho anterior. Enquanto nessas últimas páginas a idéia foi elaborar um mapa geral das atividades correntes da Universidade no que se refere a ensino, pesquisa e extensão, o intuito agora é abordar pontualmente algumas experiências destacando atributos os quais, acredita-se, ilustram adequadamente a amplitude e diversidade das práticas relacionadas à inserção da Universidade Estadual nas diferentes regiões do Estado.

Seguindo os parâmetros apresentados na metodologia, referentes à representatividade das experiências, foram alinhadas cinco narrativas que enfocam diferentes perspectivas acerca da trajetória da Universidade:

- a) uma abordagem a respeito das condições de acolhimento aos alunos deficientes físicos;
- b) a apresentação de um projeto de capacitação desenvolvido pela UERGS envolvendo jovens trabalhadores rurais;
- c) a apresentação de um projeto de fomento econômico em uma comunidade de baixa renda;
- d) a caracterização de um dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual;
- e) o relato de um dos cursos de formação de professores organizados pela Universidade.

#### **4.3.1 Considerações acerca da trajetória dos deficientes físicos na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**

Tema presente desde as primeiras discussões sobre a necessidade de criação de uma Universidade Estadual, a preocupação com a inclusão social é um dos pressupostos que dão sustentação ao projeto da UERGS.

Uma das medidas nesse sentido é a proposta de receber deficientes físicos que, a cada vestibular, têm assegurada a quota de 10% das vagas oferecidas nos diversos cursos.

O estímulo ao ingresso de deficientes físicos na Universidade Estadual não se limita à reserva de vagas. O ensino gratuito é também um fator importante, uma vez que muitos dos portadores de necessidades especiais arcam com tratamentos caros relacionados às suas limitações, de modo que a oportunidade de buscar uma formação superior com o suporte do Estado se mostra providencial (PEREIRA, 2007).

Ainda sobre os elementos concernentes à entrada dos deficientes físicos, a descentralização da UERGS da mesma forma contribui para seu ingresso, ao ampliar as possibilidades de frequentar uma universidade sem ter que recorrer a grandes deslocamentos, algo muitas vezes complicado para as pessoas com deficiência (PEREIRA, 2007).

No entanto, cabe salientar que há dificuldades referentes a esse último ponto, em função de algumas das unidades da Universidade situarem-se em locais afastados, os quais o transporte coletivo com acesso universal não abrange ou o faz em poucos horários (PEREIRA, 2007).

Detendo o olhar nos aspectos “internos”, quer dizer, nos elementos presentes no cotidiano universitário do deficiente físico que se torna aluno, são vários os pontos a serem avaliados a fim de dimensionar as condições oferecidas pela estrutura da UERGS.

Um dos aspectos imprescindíveis para permitir o acompanhamento das atividades acadêmicas por parte dos portadores de necessidades especiais, diz respeito à acessibilidade dos prédios e instalações em que os deficientes físicos vão transitar.

Para isso, é preciso uma disposição de *layout* alinhada a essa demanda, que oriente a adaptação - com rampas, corrimãos, elevadores, dentre outras benfeitorias - não somente de salas de aula, mas também de sanitários, secretarias, anfiteatros, laboratórios e estacionamentos.

O parecer do Conselho Estadual de Educação, órgão proponente do protocolo de compromisso destacado no item 4.2, aponta problemas na infra-estrutura da

Universidade, chamando a atenção para o fato de que há unidades em que a acessibilidade não está contemplada (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A preocupação com a acessibilidade é uma das prerrogativas do CEED (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 7), o qual, na avaliação sobre a UERGS, assinalou de forma taxativa a necessidade da “qualificação do espaço físico”, entendida como, dentre outras providências, a “realização de obras que garantam a acessibilidade a pessoas com deficiência”.

Em 2008, foram construídas rampas de acesso em cada uma das unidades, mas tal medida não é suficiente, pois em alguns casos é preciso instalar elevadores, o que obriga à elaboração de projetos mais complexos e à alocação de recursos orçamentários maiores, tornando o processo de execução mais lento<sup>44</sup>.

Além disso, outra dificuldade para a adequação da Universidade em termos de acessibilidade reside no fato de a UERGS ocupar vários locais que não são próprios, não tendo, portanto, autonomia para efetuar modificações sem antes consultar os órgãos que cederam as instalações (PEREIRA, 2007).

A limitação em conseguir adaptar os prédios tem ainda um agravante, na medida em que muitos deles apresentam estruturas que tornam as reformas inviáveis do ponto de vista arquitetônico (PEREIRA, 2007).

A partir disso, o setor responsável pela adequação física da Universidade elaborou projetos prevendo prédios com acesso universal a serem construídos nos sete centros regionais, instalações que apresentariam um mesmo padrão, no máximo dois pavimentos ou um módulo térreo, se o terreno assim o permitir (PEREIRA, 2007).

O projeto, contudo, permanece sem execução. O que de fato se efetuou, juntamente com as rampas de acesso, foi a instalação de dois elevadores, nas unidades de Sananduva e de Santana do Livramento.

---

<sup>44</sup> Informação da Reitoria da Universidade através do Departamento de Projetos Especiais – Divisão de Arquitetura, que consta no protocolo de compromisso do Conselho de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Além da questão da acessibilidade, os instrumentos tecnológicos à disposição dos discentes também se colocam como elemento vital para o percurso acadêmico dos deficientes físicos.

Os recursos mais utilizados pelos universitários portadores de necessidades especiais são os oriundos da informática, como computadores com *softwares* leitores de tela e sintetizadores de voz, programas que dão auxílio aos deficientes visuais. A atenção acerca das ferramentas tecnológicas envolve não somente ter o equipamento: é preciso situá-lo em local acessível e contar com profissionais para ensinar os usuários a utilizá-lo (PEREIRA, 2007).

Profissionais com preparo para o atendimento diferenciado que requer o deficiente físico é um terceiro ponto a ser vislumbrado no esforço em criar as condições para a formação destes alunos. Essa é uma lacuna já identificada institucionalmente pela Universidade: não há profissionais de apoio aos professores quando da necessidade de atendimento diferenciado, por exemplo, tradutores para o caso de estudantes com deficiência auditiva (UERGS, 2008b).

Um quarto atributo determinante para um bom acolhimento dos portadores de necessidades especiais se refere à disponibilização de material didático. Eis uma premissa essencial particularmente aos deficientes visuais, que precisam de livros auditivos ou escritos em *Braille* para que possam desenvolver suas leituras, mas a Universidade Estadual ainda não possui acervo dessa natureza<sup>45</sup> (UERGS, 2008b).

Há ainda um último cuidado para assegurar um ambiente propício ao aprendizado e à formação dos alunos com deficiência: além da infra-estrutura com acessibilidade universal, dos recursos tecnológicos, profissionais específicos e material didático especial, é imperativo que professores, colegas discentes e funcionários se mostrem dispostos a uma convivência que muitas vezes demandará uma atenção distinta.

---

<sup>45</sup> No período em que era escrito este trecho (novembro, 2009) ocorriam reuniões para tratar da questão, envolvendo Coordenações de Curso, Biblioteca Central da Universidade, o Departamento de Apoio Pedagógico e a Pró-Reitoria de Ensino. Definiu-se que os professores devem informar quais os livros que serão trabalhados nas disciplinas cursadas pelos alunos deficientes visuais, e a Universidade encarregar-se-á da conversão das obras para o sistema *Braille*.

Não se trata da exigência de um preparo formal ou técnico, mas sim da predisposição em assumir uma postura aberta com relação às circunstâncias que vão expor diferenças e causar estranhamento, o que invariavelmente assusta as pessoas, fazendo com que haja resistência ao ter que lidar com tais situações (PEREIRA, 2007).

A partir disso, recuperando os conteúdos delineados nesse subitem, fica evidente que o desafio da Universidade Estadual, no que se refere aos portadores de necessidades especiais é trabalhar no sentido de não somente conceder as vagas aos deficientes físicos, mas assegurar as condições para que seu percurso na Instituição se dê com todo o amparo que lhes é necessário (PEREIRA, 2007).

A discussão acerca da estrutura que a UERGS dispõe para a recepção e permanência dos alunos deficientes se torna, portanto, fundamental, e demanda a percepção de que o estímulo ao ingresso do deficiente físico é, como visto, apenas o primeiro de vários cuidados a serem observados na sua passagem pela Universidade.

Mais do que isso, o debate a esse respeito deve transcender o contexto educacional, seja pelo que já foi colocado acerca das exigências estruturais, tecnológicas e profissionais que caracterizam o atendimento das pessoas com deficiência, seja pelo fato de que é urgente a contextualização do tema em uma maior dimensão, para que o acesso de deficientes físicos ao ensino superior se torne uma efetiva política pública. Assim, uma das propostas da UERGS quando de sua criação – a de auxiliar no processo de inclusão social – pode vir a ser, no que concerne aos portadores de necessidades especiais, consolidada (PEREIRA, 2007).

Apresentada a narrativa sobre os deficientes físicos e a inclusão social, nos dois próximos itens se discorre a respeito de outro pressuposto da Universidade Estadual, a valorização das potencialidades locais, abordando projetos de extensão desenvolvidos nas unidades de Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga.

#### **4.3.2 O projeto *Capacitação de jovens rurais para a promoção da soberania alimentar e desenvolvimento social na região do Vale do Rio Pardo***

O projeto Capacitação de jovens rurais para a promoção da soberania alimentar e desenvolvimento social na região do Vale do Rio Pardo foi uma ação conjunta da unidade da UERGS em Santa Cruz do Sul com o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), envolvendo 45 jovens oriundos de dezesseis municípios da região do Vale do Rio Pardo (POZZEBON; LENZ, 2009).

O objetivo, capacitar jovens trabalhadores rurais e suas famílias, propondo a discussão acerca da auto-suficiência alimentar, evidenciando a importância da agricultura familiar e da preservação da biodiversidade local, além da relevância das práticas relacionadas à sustentabilidade. Ainda dentro dos propósitos da iniciativa, havia a intenção de auxiliar os participantes, através da experiência conjunta entre todos os sujeitos envolvidos, a atuar como multiplicadores da proposta junto às comunidades de origem, promovendo, com isso, a ampliação do alcance do projeto (POZZEBON; LENZ, 2009).

A iniciativa foi organizada contemplando, inicialmente, uma análise situacional e a apresentação da idéia ao público-alvo, seguida de uma discussão com os participantes a respeito dos resultados do diagnóstico, para então se levar adiante as atividades de capacitação e as experiências práticas.

Especificando os diferentes momentos da intervenção, nas duas primeiras etapas foram feitos diagnósticos para a avaliação das condições de trabalho dos participantes, além de reuniões e encontros no sentido de sensibilizar as famílias para tomar parte no projeto já neste processo inicial de análise.

Na terceira e quarta etapas as atividades se centraram na capacitação propriamente dita, a partir de palestras, debates e visitas técnicas, sempre estabelecendo o vínculo entre enfoque teórico, contextualização histórica, e a realidade vivenciada pelo jovens e seus familiares.

Na quinta etapa, a fim consolidar as ações anteriores e estimular a produção de alimentos ecológicos, os integrantes construíram uma estufa para a produção de mudas de hortaliças e plantas medicinais.



Ao término do projeto, na etapa seis, foi organizada uma atividade para estimular o cultivo e o consumo de produtos ecológicos, e incentivar o aproveitamento integral dos alimentos (POZZEBON; LENZ, 2009).

Os resultados alcançados podem ser sintetizados da seguinte maneira (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 9):

- a) o incentivo e o estímulo ao debate nas famílias e comunidade sobre o tema da soberania alimentar e da sustentabilidade, a fim de viabilizar alternativas para suprir as demandas de produção de alimentos e também ao aproveitamento integral dos mesmos na alimentação da família, primando por uma dieta mais saudável e equilibrada, com o uso de produtos orgânicos e de procedência local;
- b) o aumento do nível de criticidade e análise da realidade local e a conscientização dos jovens e suas famílias sobre a importância da auto-suficiência alimentar;
- c) a ampliação de suas hortas domésticas e a abundância de alimentos em quantidade e qualidade;
- d) planejamento e montagem de duas unidades experimentais para a produção de mudas e hortaliças, realizada pelos jovens sob orientação de especialistas;
- e) construção de estufas para a produção de mudas e hortaliças em unidades experimentais localizadas em propriedades de agricultores ligados ao grupo de jovens, a serem utilizadas pelas futuras turmas de jovens do CEDEJOR e alunos da UERGS para aulas práticas.

Dentre os debates organizados ao longo do curso, um dos temas colocados foi, evidentemente, a questão da soberania alimentar, conceito que balizou a iniciativa. Nessa perspectiva, os professores da UERGS, junto com os profissionais do CEDEJOR e da EMATER/RS, instigaram os participantes a refletir a respeito da problemática referente à matriz produtiva de alimentos baseada na produção em larga escala.

A discussão no projeto enfatizou que a produção industrial em larga escala, implementada há mais de cinquenta anos em meio a promessas de que o aparato tecnológico erradicaria a fome no mundo, não confirmou as expectativas. Isso porque, a

despeito do aumento da produtividade proporcionado pelas máquinas, sementes híbridas, agrotóxicos e adubos químicos, milhões de pessoas permaneceram em condições de subnutrição em todo o planeta (POZZEBON; LENZ, 2009).

Os seminários sobre a soberania alimentar avançaram nesses questionamentos concernentes aos impactos da matriz produtiva em larga escala, chamando a atenção para o fato de que, além da não-erradicação da fome, uma série de problemas surgiram subjacentes à “revolução verde”<sup>46</sup>:

- a) a ameaça à biodiversidade e a destruição dos recursos naturais face ao predomínio da monocultura;
- b) a migração de enorme contingente de pessoas do campo para as cidades em busca de trabalho, criando bolsões de miséria nas grandes metrópoles;
- c) a perda de autonomia por parte do agricultor que permaneceu no campo, e a dependência e a subordinação às indústrias que, fazendo uso de seu poderio, sistematicamente estabelecem uma relação desigual com o produtor, vendendo por preços cada vez mais altos os insumos necessários à plantação, e comprando por preços cada vez mais baixos o que foi produzido;
- d) o impacto cultural decorrente da perda dos saberes locais relacionados à atividade agrícola.

A partir dessa contextualização, as ações do projeto prosseguiram no sentido de refletir a respeito de tais implicações, identificando-as na realidade local, estabelecendo, desse modo, a relação entre o histórico de hegemonia da agricultura industrial e as dificuldades enfrentadas pelos jovens e suas famílias (POZZEBON; LENZ, 2009).

A iniciativa alcançou, nesse momento, um de seus tópicos essenciais: a conscientização acerca da importância de respeitar e valorizar as aptidões de cada região, como resposta à imposição de uma estrutura de produção agrícola que atende interesses econômicos e políticos distintos. Desse modo, foi enaltecida como referência

---

<sup>46</sup> Esta foi a expressão utilizada na década de 1950 para definir o movimento de industrialização em larga escala da agricultura (POZZEBON; LENZ, 2009).

a forma de organização da atividade rural característica do Vale do Rio do Pardo: a agricultura familiar (POZZEBON; LENZ, 2009).

A atenção à agricultura familiar foi, assim, mais um tópico trabalhado, sendo destacada sua relevância não somente para a região e para o Estado, mas para o país como um todo. Dados foram disponibilizados para ilustrar essa importância e dar subsídios aos seminários: a agricultura familiar no Brasil abrange atualmente mais de quatro milhões de estabelecimentos, empregando 70% da mão-de-obra do campo (POZZEBON; LENZ, 2009).

Juntamente com as discussões referentes à agricultura familiar, a iniciativa propôs um outro tema de pauta para os encontros, a agroecologia, no intuito de fortalecer os arranjos agrícolas baseados nas organizações familiares para, dessa maneira, auxiliar na autonomia que caracteriza a soberania alimentar (POZZEBON; LENZ, 2009).

Ao se discorrer sobre o conceito de agroecologia, foi possível colocar em voga mais um elemento que pode potencializar a agricultura familiar, na medida em que a abordagem agroecológica salienta a necessidade de zelar pela manutenção da biodiversidade local, e de defender uma interação equilibrada com o ambiente em que homens e mulheres se inserem: “a promoção da auto-suficiência alimentar na agricultura familiar é condição fundamental para a reprodução e sustentabilidade dos povos rurais. Não basta ter alimentos em quantidade se os mesmos não seguirem os princípios da agroecologia, de preservação e resgate da agrobiodiversidade local, através da relação equilibrada do homem e do meio ambiente.” (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 21)

O projeto contemplou também aspectos concernentes à segurança alimentar, e as palestras acerca do assunto delinearão questionamentos direcionados às implicações culturais e econômicas do domínio da agricultura industrial, além de pontuar dilemas enfrentados no campo da saúde pública e de ordem nutricional (POZZEBON; LENZ, 2009).

Assim, neste momento do curso, as questões para reflexão se reportavam à importância de se conhecer a origem dos alimentos consumidos, e de buscar

informações sobre eventuais produtos químicos – inseticidas, fungicidas, herbicidas – utilizados no plantio.

Tal preocupação, seguindo os preceitos da segurança alimentar, não se limita à observação das condições de semeadura, uma vez que, se determinado produto é vendido em lugares distantes de onde tenha sido colhido, o mesmo pode vir a receber novo tratamento com agrotóxicos para que resista às longas viagens (POZZEBON; LENZ 2009).

O debate dos pontos sintetizados nos dois parágrafos acima permitiu que fosse feita a articulação entre a agricultura familiar e a segurança alimentar em dado estágio das discussões, como ilustra o trecho a seguir: “nada disso seria necessário se a viagem fosse menor, ou seja, os alimentos consumidos fossem de nossa região e de regiões mais próximas: do nosso próprio quintal” (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 36).

A especialização e a monocultura típicas da matriz industrial foram igualmente elementos assinalados durante a pauta referente às implicações econômicas e culturais deste arranjo produtivo, face aos problemas daí decorrentes, como o desmatamento, o empobrecimento do solo, a redução da biodiversidade e o desequilíbrio ambiental (POZZEBON; LENZ, 2009).

A agricultura familiar, com suas características de produção diversificada de culturas em pequenas propriedades, foi destacada nos debates como uma alternativa que preserva os recursos naturais, e que sustenta a amplitude de alimentos cultivados para o próprio consumo e para comercialização em pequena escala (POZZEBON; LENZ, 2009).

O alerta para os problemas de ordem nutricional foi o último ponto levantado dentro da temática da segurança alimentar. “Alimento é vida”, foi a máxima que fundamentou esta parte do projeto, em que se evidenciou a distinção entre alimentos que “ativam a vida” – os chamados “bioativos”, daqueles intitulados alimentos “biocídicos”, ou alimentos “mortos” (POZZEBON; LENZ, 2009).

No primeiro grupo encontram-se as frutas, legumes, ervas, hortaliças, leguminosas, grãos, sementes e cereais que, produzidos de forma livre de componentes químicos, têm propriedades essenciais, oferecendo energia e vitalidade. Já os alimentos

biocídicos são aqueles que passam por processos de refinação, conservação e tratamentos químicos. Exemplos característicos da sociedade contemporânea em função da praticidade que pretendem assegurar, os alimentos biocídicos são em boa parte responsáveis pelas chamadas doenças da civilização: doenças cardiovasculares, câncer, reumatismo, diabetes, doenças degenerativas e mentais (POZZEBON; LENZ, 2009).

Além dos conceitos de soberania alimentar, agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar, a sustentabilidade também foi temática integrante do projeto. Na verdade, mais do que situar um trecho do curso, a questão da sustentabilidade perpassou todas as discussões e atividades, na medida em que é este um pressuposto que se inter-relaciona com todos os demais tópicos (POZZEBON; LENZ, 2009).

Partindo da definição de sustentabilidade<sup>47</sup>, os participantes do curso foram estimulados a pensar a respeito da construção do futuro de sua região. “Como será a vida na sua comunidade daqui a dez anos?”, eis a pergunta-chave lançada para provocar a reflexão sobre a repercussão das decisões e práticas do tempo presente para aqueles que estão por vir (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 17).

O enfoque da sustentabilidade foi mediado por vários dados, situando a urgência em aprofundar o debate e as ações que visem à solucionar as mazelas que assolam a população no Brasil e no mundo, e que ameaçam seriamente as próximas gerações. Assim, os envolvidos na iniciativa se depararam com as informações a seguir (POZZEBON; LENZ, 2009):

- a) as mulheres e as meninas representam 70% dos atingidos pela fome;
- b) 80% das pessoas que passam fome no mundo são pobres do meio rural;
- c) no Brasil, 13,9 milhões de pessoas passam fome;
- d) no Brasil, 72 milhões de pessoas sofrem algum tipo de insegurança alimentar;
- e) 44% da colheita do país se estraga antes de chegar à mesa do consumidor;
- f) um brasileiro come 35 quilos de hortaliças por ano e joga no lixo 37 quilos;
- g) uma família de classe média desperdiça 180 quilos de comida por ano.

---

<sup>47</sup> A definição de sustentabilidade utilizada no projeto foi a seguinte: “atender as necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Produzir no sentido do equilíbrio, estabelecendo uma relação integrada à natureza e não de exploração”. (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 19)

Ao mesmo tempo em que eram propostas essas discussões para posicionar criticamente a situação dos trabalhadores rurais, os participantes do curso tiveram a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, sempre sob a perspectiva dos conceitos debatidos, a fim de que a instrumentalização adquirida ao longo do projeto pudesse efetivamente contribuir para a obtenção da soberania alimentar de modo sustentável, respeitando e potencializando o arranjo familiar de produção (POZZEBON; LENZ, 2009).

A abordagem técnica enfocou os procedimentos para a constituição de uma horta ecológica, um pomar, e um espaço para a criação de pequenos animais. A articulação dos conceitos e discussões críticas com os pressupostos instrumentais pode ser percebida ao se recuperar alguns itens das orientações dirigidas aos participantes.

O ponto de partida sugerido para a constituição da horta, por exemplo, foi efetuar um levantamento das condições em que se encontrava a propriedade a recebê-la. Perguntas-chave deveriam ser feitas: “quais os recursos existentes? Como estão sendo utilizados e conservados? Como está a produção de alimentos? Quais os potenciais e quais são as fragilidades?” (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 24)

Outra passagem que caracteriza a articulação a que se fez referência diz respeito ao tipo de planejamento a ser levado adiante: “Quais ações posso desenvolver para diversificar a propriedade e torná-la sustentável?”, eis a questão proposta nos encontros.

Nesse sentido, as providências recomendadas durante as atividades práticas – recuperar os recursos naturais, manejando o solo e preservando as fontes de água e a mata nativa – foram, assim, vinculadas aos conceitos e às implicações subjacentes à sustentabilidade e à soberania alimentar, consolidando o propósito maior do projeto de capacitação de jovens agricultores, o fortalecimento das pequenas propriedades familiares: “o objetivo maior é tornar a propriedade cada vez mais auto-suficiente, ou seja, produzindo seu próprio adubo, defensivos, uso de sementes crioulas e mudas, sem precisar mais comprar de fora, gastando menos dinheiro e garantindo a sustentabilidade da unidade familiar de produção”. (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 23)

### **4.3.3 O projeto *Cuidar de gente e do meio ambiente: a produção de vassouras na comunidade de Barro Preto como alternativa***

A unidade da UERGS na cidade de São Luiz Gonzaga desenvolveu, entre os anos de 2005 e 2008, um projeto que se propunha a organizar uma atividade geradora de renda para uma comunidade periférica do município, estimulando a economia solidária ao mesmo tempo em que se trabalhava a questão da preservação ambiental.

Promovida em parceria com a EMATER, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e a Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga, a iniciativa alcançou repercussão nacional, e foi financiada pelo Banco Real através de um concurso promovido pela instituição<sup>48</sup>.

A origem do projeto remonta a um trabalho dos alunos para uma disciplina de um dos cursos de graduação da UERGS, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, em que foi realizado um diagnóstico em nível socioeconômico das 23 famílias residentes na comunidade de Barro Preto, localizada a vinte quilômetros do centro de São Luiz Gonzaga.

Os moradores de Barro Preto habitam uma área cuja predominância é de propriedades rurais de pequeno porte, nas quais se observa a agricultura familiar como organizadora das atividades produtivas. A avaliação dos discentes constatou a urgência em efetuar medidas que assegurassem o sustento das famílias através de alguma ação que lhes permitisse um aporte financeiro, complementando, assim, sua renda (CALIL, 2009).

A situação problemática da comunidade, uma das mais pobres de São Luiz Gonzaga, reflete as dificuldades enfrentadas por toda a região das Missões, localizada no noroeste do estado gaúcho.

---

<sup>48</sup> Concurso Banco Real Universidade Solidária que, em sua décima edição, em 2005, selecionou 10 projetos, dentre eles, o que está sendo apresentado.

Até a década de 1970, a economia da região missioneira estava estruturada primordialmente a partir da agricultura familiar, a qual era responsável por boa parte da produção de soja, milho e trigo - as principais culturas locais – e da criação de bovinos e suínos.

Nos últimos trinta anos, esse arranjo vem sendo substituído pelo agronegócio, direcionado aos grandes mercados e ao cultivo industrializado e em larga escala. A partir desse novo modelo, houve a mecanização das lavouras - e a conseqüente redução de empregos no setor agrícola – e a concentração da terra em posse de 20% dos produtores – restando aos demais 80% a prática, em condições precárias, da agricultura familiar. Soma-se a isso o fato de que, durante os anos 1990, a região das Missões sofreu com sucessivas estiagens que causaram perdas de até 70% das safras (CALIL, 2009).

Foi então articulado, na comunidade de Barro Preto, um empreendimento de produção de vassouras de sorgo, com o objetivo de auxiliar no fomento da economia local, a fim de diminuir o êxodo rural e o desemprego crescente na região.

O sorgo é uma planta que não requer áreas extensas para seu cultivo, tem boa resistência a doenças e pragas, e demanda métodos simples de plantio, sendo indicada como uma cultura economicamente viável para pequenas propriedades. Em 1994, a Secretaria da Agricultura do Estado já recomendara a plantação do sorgo como uma das alternativas para o desenvolvimento de São Luiz Gonzaga e suas localidades rurais, em um estudo que identificou fatores propícios como as condições climáticas e as características do solo (CALIL, 2009).

Em uma das primeiras ações do projeto, envolvendo os processos de capacitação que fizeram parte da intervenção, agricultores e estudantes visitaram uma agroindústria de vassouras de sorgo na cidade de Crissiumal. Na ocasião, os participantes puderam ter contato com as práticas referentes à atividade proposta pela iniciativa da UERGS e instituições parceiras: os cuidados quando do plantio e adubação, o controle de pragas, a colheita e o armazenamento, a produção das vassouras e sua estocagem. Foi elaborada, a partir da visita técnica, uma apostila com detalhamentos das observações de campo e fotografias, compondo um material de apoio para as etapas posteriores (CALIL, 2009).



Além da visita houve também, dentro das atividades voltadas às saídas de campo e trocas de experiências, a participação dos integrantes em um seminário sobre economia solidária, e na Feira Internacional de Cooperativas, ambos ocorridos no município de Santa Maria. Pouco habituados a se relacionar com outros grupos, os agricultores tiveram a oportunidade de refletir sobre seu trabalho e suas condições de vida a partir do convívio com trabalhadores rurais de diferentes localidades, um contato que lhes permitiu perceber que todos fazem parte de um movimento amplo, com objetivos e desafios em comum (CALIL, 2009).

A esta altura, a Prefeitura de São Luiz Gonzaga também já aderira à intervenção, dando suporte para questões logísticas, fornecimento de energia, execução de obras de infra-estrutura para a comunidade, e assegurando transporte aos agricultores.

Durante o andamento do projeto, houve a constituição de uma associação para gerir a atividade produtiva que começava a ser articulada, a Associação de Produtores de Vassouras de Palha do Barro Preto (APVP-BP), concretizada mediante assembléia dos trabalhadores. A organização da assembléia representaria, daquele momento em diante, um dos atributos fundamentais da iniciativa, o estímulo à tomada de decisão de forma coletivizada (CALIL, 2009).

Tal medida, ainda que encaminhada em um primeiro momento pelos proponentes do projeto, foi em seguida incorporada e sustentada pelos protagonistas ao longo das ações, uma vez que a tradição dos agricultores vinculada ao associativismo assegurou uma rápida articulação para compor as assembléias e, em decorrência, a APVP-BP (CALIL, 2009).

Com isso, se conseguiu um ambiente propício para organizar as atividades produtivas e a Associação a partir das premissas da economia solidária.

O objetivo de estruturar as ações mediante os pressupostos da economia solidária se baseou na idéia de aprofundar as repercussões do projeto, construindo relações entre os arranjos produtivos e os aspectos políticos e econômicos que estruturam a sociedade.

Desse modo, a experiência possibilitaria o aporte técnico e também subsídios para pensar criticamente o ordenamento social, propondo novas formas de organização

do trabalho, e a recuperação dos valores que se contrapõem à lógica de mercado, enaltecendo a solidariedade e o espírito coletivo.

A economia solidária surge como alternativa à lógica da mercantilização, competição e acumulação que rege a economia de mercado. Ela se fundamenta em alguns princípios básicos que valorizam as relações de interdependência entre os diferentes agentes econômicos (produtores, consumidores, financiadores, etc.); o conhecimento empírico e os recursos disponíveis pelos setores populares; as dinâmicas de troca e de compartilhamento de vivências, conhecimentos, recursos e decisões; o interesse coletivo sobre o interesse individual; o trabalho como meio de desenvolvimento pessoal (e não apenas como ocupação); a preservação da diversidade cultural e ambiental como fontes de riqueza social. Tais princípios se traduzem na constituição de empreendimentos econômicos coletivos e autogeridos – os grupos informais de trabalho, as associações econômicas e as cooperativas (CALIL, 2009, p. 11).

A própria implementação do projeto seguiu as orientações da economia solidária. Assim, professores e alunos da UERGS, profissionais das outras instituições envolvidas, bem como agricultores e suas famílias, interagem de maneira a que as decisões se efetivassem sempre coletivamente, o que assegurou, além da coerência com os propósitos da iniciativa, o comprometimento de todos os sujeitos, o acesso irrestrito às informações pertinentes à intervenção, e a consolidação dos laços de solidariedade entre os participantes (CALIL, 2009).

Os conhecimentos construídos durante as experiências somaram, portanto, a aquisição de aportes técnicos com o desenvolvimento de habilidades de ordem subjetiva. Assim, ao mesmo tempo em que os agricultores lidavam com o manejo do sorgo e com a produção das vassouras, seu preparo também contemplava a ênfase no trabalho em grupo, nas decisões coletivizadas, na capacidade de se comunicar com diferentes públicos e de defender suas idéias (CALIL, 2009).

A repercussão do projeto conduzido na comunidade de Barro Preto pôde ser observada no cotidiano das famílias. A auto-estima dos agricultores se mostrou fortalecida, seu sentimento de pertença foi reforçado, e o olhar acerca do trabalho rural recuperou a valorização de outros momentos. Isso ficou evidente, por exemplo, na disposição dos participantes em melhorar sua representatividade nas instâncias decisórias organizadas pela prefeitura de São Luiz Gonzaga, em um “claro sinal de

ampliação de consciência quanto ao papel desempenhado pelo grupo na sociedade” (CALIL, 2009, p. 18).

A relevância da iniciativa fez-se da mesma forma visível no fomento econômico que se almejava alcançar, já que as famílias dobraram sua renda com a venda das vassouras fabricadas. Além disso, o cultivo do sorgo constitui oportunidade para novos empreendimentos aos moradores de Barro Preto, uma vez que este é um grão que pode ser destinado à alimentação animal. Há também planos para o reaproveitamento das sobras de palha decorrentes da produção das vassouras, e de iniciar uma cultura de espécies frutíferas (CALIL, 2009).

O projeto proporcionou ainda a ampliação da rede de contatos e relacionamentos dos agricultores – algo importante dado o isolamento a que a comunidade, por situar-se em zona afastada do centro de São Luiz Gonzaga, está submetida – e contribuiu para estimular a permanência dos trabalhadores rurais no campo, impedindo a migração para as cidades, além de ter se colocado como referência para outras intervenções – a prefeitura, em parceria com instituições de assistência agropecuária, vem organizando experiências semelhantes na área apícola e de produção de laticínios (CALIL, 2009).

Ao prever o envolvimento continuado dos estudantes ao longo da iniciativa, as ações do projeto também repercutiram na trajetória acadêmica dos alunos, propiciando experiências importantes ao seu preparo técnico e político.

O trabalho deu oportunidade para que fossem estabelecidos vínculos entre os conteúdos discutidos em sala de aula e as questões quotidianas advindas da prática. Ao se depararem com situações “reais”, os alunos exercitaram sua capacidade de resposta, de fazer frente aos problemas que eventualmente surgiam durante as atividades (CALIL, 2009).

O convívio com a comunidade de Barro Preto e a percepção das carências às quais a região está suscetível, estimulou os discentes a esboçar novas idéias que, assim como o projeto, pudessem auxiliar na superação das dificuldades dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, um grupo de alunos formou, em 2007, o Grupo de Assessoria em Desenvolvimento Célula Missões, uma associação sem fins lucrativos cujo propósito é apoiar sistemas de organização para a agricultura familiar (CALIL, 2009).

As vivências puderam contribuir para a formação de “alunos cidadãos”, termo utilizado por Calil (2009) para designar os estudantes que acataram a proposta de articular habilidades técnicas e comprometimento social na sua formação universitária, e, desse modo, conscientes dos desafios a serem enfrentados pela região das Missões e pelos trabalhadores do campo em especial, se dispuseram a colocar seu conhecimento a serviço das comunidades agrárias, das famílias que lutam para preservar seus arranjos produtivos e sustentar dignamente seu modo de vida.

#### **4.3.4 A proposta de inovação nos cursos de graduação: o Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia**

Abordadas experiências vinculadas à inclusão social, à valorização das potencialidades locais, e à inserção nas comunidades, este item tem por objetivo discorrer sobre mais um atributo que remete às idéias fundadoras da UERGS: a constituição de cursos com caráter inovador.

O Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, oferecido nas unidades de Bento Gonçalves, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul<sup>49</sup> é um exemplo dessa iniciativa que pontuou a implantação da Universidade Estadual.

O contexto de criação do curso envolve duas preocupações, a de fomentar o aporte tecnológico necessário ao desenvolvimento, e a de formar profissionais e cidadãos que contribuam para esse processo a partir do conhecimento técnico e científico, e também mediante a percepção das demandas da sociedade (UERGS, 2002).

Seu caráter inovador é motivado pelo fato de que a complexidade das relações sociais e dos sistemas produtivos exigem uma formação mais abrangente, a fim de inserir o futuro profissional em um ambiente de aprendizado que o prepare para ser capaz de estabelecer articulações entre conteúdos de fontes diversas. Essa é uma expectativa ainda mais evidente nas áreas que envolvem a produção tecnológica, uma vez que o avanço da cibernética e da automação vem substituindo mão-de-obra menos

---

<sup>49</sup> As unidades em Caxias do Sul e Santana do Livramento também abrigaram o curso, mas, desde 2003, não houve mais vestibular para esta graduação nesses municípios.

qualificada, o que faz necessário o esforço em ampliar e aprofundar o escopo de formação, principalmente nos países que precisam se afirmar nas interações político econômicas em nível global (UERGS, 2002).

A premissa fundamental do curso advém da crença de que a atenção às questões ambientais é imprescindível ao desenvolvimento social, cultural, político e econômico do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, o curso propõe construir tecnologias adequadas aos ecossistemas originais do Estado, de modo a organizar seus processos produtivos tradicionais preservando sua riqueza natural. Outro propósito balizador do projeto político-pedagógico é o preparo dos profissionais para viabilizar essa articulação entre o fomento econômico e a manutenção da biosfera. Os egressos estariam envolvidos, então, nas mais diferentes iniciativas, posicionando-se de forma estratégica ao dar apoio técnico-científico à tomada de decisão em instâncias diversas. Nesse sentido, a formação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia permitiria ao Estado contar com os seguintes profissionais (UERGS, 2002, p. 05):

- a) técnicos que consigam enquadrar as necessidades das plantas produtivas à legislação ambiental, correlacionando de forma simples e objetiva cada detalhe tecnológico às implicações normativas e problemas decorrentes;
- b) gestores ambientais que, partindo do processo produtivo existente, diminuam os riscos de impacto ambiental;
- c) técnicos de alto nível que proponham alternativas de modificação dos processos produtivos, tornando o sistema menos impactante;
- d) técnicos que tenham experiência para modificar os processos produtivos agrícolas, propondo alternativas biotecnológicas sem afetar a biodiversidade;
- e) técnicos que apórem à administração pública conhecimentos sobre a gestão ambiental integrada, principalmente na área de saneamento básico.

Formalmente, os objetivos do curso estão assim delineados:

O curso de *Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia*, em acordo com os pressupostos gerais de formação de recursos humanos da UERGS, busca fazer da gestão ambiental e das questões específicas do desenvolvimento regional uma fonte inesgotável de temas de pesquisa, ensino e extensão. Dessa maneira,

pode-se aliar o estado da arte das teorias científicas e tecnologias com o profundo conhecimento de seus contextos territoriais e humanos de uso e aplicação. A ciência fica mais próxima dos problemas da sociedade, que dela pode fazer uso para o seu desenvolvimento sem descaracterizar seus valores e heranças culturais e antropológicas (UERGS, 2002, p. 07).

A fim de assegurar que os pressupostos norteadores do curso sejam alcançados, sua estruturação está dividida em três modalidades temáticas, as quais pautam a trajetória dos alunos durante os cinco anos de formação.

A primeira delas consiste na Ecogestão de Sistemas Produtivos, que contempla propostas de estudo para o acompanhamento de atividades cuja dinâmica apresenta risco de danos à natureza. Esta modalidade trata das chamadas tecnologias limpas, as quais buscam viabilizar a redução dos impactos ambientais em sistemas produtivos. A Ecogestão é considerada, dentro da vinculação do Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia com os propósitos de criação da UERGS, uma das ações estratégicas a serem sustentadas pelo Estado através da Universidade. Tal assertiva se baseia na percepção de que tem havido, nos últimos anos, uma pressão da sociedade civil pela preservação ambiental, de modo que o atendimento a essa demanda acaba por se tornar um diferencial competitivo. Assim, a inserção em novos mercados passa, dentre outros aspectos, pela percepção de que o cuidado com os recursos naturais agrega valor ao que quer que esteja sendo produzido (UERGS, 2002).

A Ecogestão de Sistemas Produtivos aborda também a agricultura orgânica, da mesma forma considerada estratégica, uma vez que se relaciona às pequenas propriedades e à agricultura familiar, arranjos característicos do Rio Grande do Sul e que, por isso, igualmente se colocam como prioridades nos objetivos da Universidade Estadual (UERGS, 2002).

A segunda modalidade temática que organiza os conteúdos ministrados é a Preservação de Recursos Naturais. Este eixo assume como pressuposto que os recursos naturais renováveis e não-renováveis precisam ser compreendidos como bens de capital a serem geridos pelo Estado. O conceito que norteia as disciplinas relacionadas a este tema é o desenvolvimento sustentável, e os assuntos tratados versam principalmente a respeito do manejo adequado dos recursos agrícolas, além de focar o reflorestamento

natural, a preservação de nascentes, e a atenção às espécies animais e vegetais características do Rio Grande do Sul (UERGS, 2002).

Destaca-se ainda que a Preservação de Recursos Naturais envolve também a criação de novos meios produtivos que auxiliem economicamente as populações de baixa renda - sempre observando o equilíbrio dos ecossistemas das regiões gaúchas - e a preocupação com a etnosustentabilidade, que diz respeito à gestão das áreas indígenas, a qual deve abarcar, juntamente com os debates sobre o meio ambiente, questões históricas e culturais nas suas proposições (UERGS, 2002).

O terceiro tema balizador do curso diz respeito à Gestão Integrada em Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos. O objetivo subjacente a este enfoque é auxiliar na resolução dos problemas enfrentados por boa parte dos municípios gaúchos, concernentes ao tratamento de esgoto e mesmo à construção de um sistema dessa natureza. Mais do que isso, a formação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pretende prover profissionais aptos a estabelecer projetos que garantam a universalidade do saneamento básico, e a reciclagem e destinação segura dos resíduos sólidos urbanos, atendendo a legislação ambiental e promovendo mudanças na administração das cidades no que se refere a políticas públicas voltadas ao meio ambiente (UERGS, 2002).

Os assuntos desenvolvidos dentro dos três eixos buscam articular os conhecimentos tradicionais das engenharias com as contribuições advindas das Ciências Biológicas e da Química, direcionando-os para a proposta de sustentação ecológica que fundamenta o curso. Desse modo, somam-se às disciplinas típicas das ciências exatas cadeiras como Ciências do Ambiente, Introdução aos Impactos Ambientais, Ecogestão, Planejamento Ambiental, Tecnologias Limpas, dentre outras (UERGS, 2002).

Cabe destacar que o escopo de formação elaborado no projeto político-pedagógico alcança também aspectos históricos, éticos e jurídico-legais, ao contemplar teorias e experiências que ampliam o olhar acerca dos enfoques ambientais, em componentes curriculares como Legislação Ambiental, e Segurança e Ética em Biotecnologia (UERGS, 2002).

A preocupação em estender a abrangência do curso fica evidente também na abordagem de conceitos que tem sua origem no campo da Sociologia, o que permite aos

alunos o contato com enfoques que lhes auxiliam a relacionar os conhecimentos técnicos com as questões concernentes à sociedade, e, em particular, às especificidades das regiões do Estado. O estudo da trajetória brasileira e do processo histórico do Rio Grande do Sul, e a análise das comunidades e das organizações cooperativadas, são alguns dos temas trabalhados nessa perspectiva (UERGS, 2002).

O Curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos formou, até 2009, 50 profissionais, e conta atualmente com 125 alunos nas três unidades em que é ministrado (UERGS, 2009a). A falta de investimento na estruturação da Universidade tem prejudicado o andamento do curso, devido à dificuldade em manter os laboratórios bem equipados. Além disso, a inconstância de vestibulares e a falta de professores da mesma forma são empecilhos para o decurso normal das atividades.

Alguns pequenos trunfos, no entanto, já podem ser observados, uma vez que discentes dessas primeiras turmas têm se envolvido em eventos científicos, apresentado trabalhos, e dado prosseguimento aos seus estudos em cursos de mestrado em outras instituições. Importante também citar a participação dos alunos em projetos de pesquisa e bolsas de iniciação científica, e em iniciativas empreendedoras que levaram à formulação de projetos para a constituição de empresas na área de biotecnologia (UERGS, 2009a).

Há muito ainda por ser feito para a consolidação do Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, e um dos passos nesse sentido foi dado a partir do esforço dos professores de Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo e Bento Gonçalves: as três cidades abrirão simultaneamente vestibular para o curso em 2010, oferecendo 120 vagas divididas entre as três unidades, algo que só ocorreu duas vezes na trajetória da Universidade<sup>50</sup>.

#### **4.3.5 A formação de professores e a educação popular**

---

<sup>50</sup> Nos vestibulares de 2003/01 e 2008/02. Nos demais semestres, houve alternância entre as unidades ou sequer ocorreu concurso vestibular para o curso em questão (UERGS, 2009a).



Esta última narrativa retoma uma pauta que sempre esteve presente desde as primeiras discussões a respeito da criação da Universidade Estadual: a formação de professores para o ensino fundamental e médio, e para a alfabetização de jovens e adultos.

A iniciativa em questão foi o curso de Pedagogia ministrado na capital gaúcha, o qual se iniciou no ano seguinte à fundação da Universidade, em 2002. Conduzida em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a proposta era qualificar educadores populares para a docência em educação infantil e para os anos iniciais em educação de jovens e adultos.

A turma contou com 150 alunos, educadores buscando formação acadêmica, oriundos de creches comunitárias, escolas municipais infantis, associações de moradores, e organizações não governamentais de atendimento à infância. Fizeram parte também profissionais vinculados aos programas sociais da Prefeitura, como o Movimento de Alfabetização da Prefeitura de Porto Alegre (MOVA), e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) (BENNETI, 2007).

Além da qualificação dos educadores, o curso se propunha também a colocar em prática os pressupostos da recém criada UERGS, a partir das ações voltadas à educação popular. Assim, dentre os eixos norteadores que orientavam as ações, um dos principais consistia na idéia de investir na formação de professores para auxiliar na promoção do desenvolvimento local, mediante um preparo que compreendesse o ensino como um trabalho pedagógico necessariamente articulado à história, a política e à cultura. Buscava-se também evidenciar a relevância da escola como espaço de construção de um aprendizado transformador, voltado à formação de sujeitos, em que são preservadas a diversidade e a identidade:

A escola, ao longo da história, tem exercido influência na sociedade e no local em que está inserida, mas, ao mesmo tempo, também é resultado do que acontece nesses espaços. Ainda assim, continua sendo um elemento fundamental, conjugada com ações políticas, econômicas e culturais, no sentido de transformar a sociedade e construir um novo modelo de desenvolvimento, valorizando a diversidade e a identidade (NASCIMENTO, 2007, p. 20-21).

A estrutura do curso contemplou temas e atividades coerentes com essa premissa, o que proporcionou a professores e alunos a oportunidade de pensar sua prática docente e as implicações daí advindas. O delineamento teórico para a formação dos pedagogos previa a articulação entre fatores que compõem a organização social brasileira, os projetos de desenvolvimento que foram sendo implementos ao longo da história do país, e as matrizes educacionais constituídas no Brasil. Pretendia-se, com essa inter-relação, discutir as influências da disposição político-econômica que rege a sociedade, tanto na Educação como nas expectativas quanto aos papéis da escola. A partir daí, seriam formuladas as concepções pedagógicas que correspondessem a um projeto de desenvolvimento autônomo (NASCIMENTO, 2007).

Dentre os assuntos-chave trabalhados ao longo dos oito semestres, pode-se destacar como um dos principais a função mediadora que cabe às escolas, no sentido de estabelecer uma relação com as comunidades, dialogando com suas lideranças e com a população em geral, buscando atender seus anseios e necessidades. Os professores, agentes nessa mediação, seriam preparados para intervir de modo a auxiliar nessa interação e, fundamentalmente, para contribuir no atendimento das demandas identificadas (NASCIMENTO, 2007).

Assim, foi essa uma questão essencial na formação dos educadores populares: entender a escola como interlocutora das comunidades e os professores como agentes promotores dessa interlocução. Tal premissa contempla a atenção às manifestações advindas do público ao qual a escola está vinculada, e um trabalho pedagógico que prepare a comunidade para pensar a realidade social, a fim de que seja possível construir os caminhos para a resolução de seus problemas e para o alcance de uma outra condição de vida.

A educação, nesse sentido, enquanto prática social, representa uma ferramenta de construção do desenvolvimento econômico, político e social. Por isso, o processo educativo deve estar em relação com as demandas de desenvolvimento da comunidade, ou seja, levantar problemas e apontar soluções. Isso é possível através da pesquisa, do conhecimento da realidade, mas, e principalmente, com a elaboração de propostas, contribuindo, portanto, com a qualificação das organizações escolares no processo de ensino-aprendizagem, situando práticas formais e não-formais como alavancas importantes ao desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2007, p. 24).

No ensino de jovens e adultos, esses aspectos se manifestavam no estímulo à reflexão crítica e à ação protagonista, e no intuito de fomentar a formação de sujeitos aptos à participação popular. Outro fundamento que pautou as ações entre os jovens e adultos foi a disseminação de valores como a ética e a solidariedade, medida que partiu do pressuposto de que a construção de caminhos pretendida a partir da conscientização e da mobilização popular precisa estar amparada por referências simbólicas coerentes com esse desejo.

Mais um elemento a ser destacado no curso, a formação de professores para a educação infantil teve o direcionamento das práticas pedagógicas voltado à “construção da infância”, caracterizada pela valorização da criatividade, da curiosidade e da imaginação da criança que, nessa perspectiva, é tratada também como ator social, não nos moldes que delinham a idade adulta, mas a partir do respeito ao seu próprio universo, às suas próprias interpretações do mundo que a cerca (CASTRO e SILVA, 2007).

Ainda no que se refere à educação infantil, os alunos do curso foram instigados a adotar, enquanto professores, pressupostos teóricos que preservam as singularidades das crianças, a fim de evitar categorizações pré-definidas acerca de comportamentos esperados. O objetivo, com isso, era superar abordagens didáticas que partem de um “modelo único de infância”, as quais limitam a criança em um conjunto de procedimentos que, sob a justificativa de estabelecer rigor e disciplina, cerceia a espontaneidade e a autenticidade infantil (CASTRO e SILVA, 2007).

O processo de formação dos educadores populares no curso de Pedagogia evidenciava também o cuidado em preparar um profissional que pensasse criticamente a respeito de sua atividade, que percebesse a responsabilidade concernente às suas práticas. Nesse sentido, desde o primeiro semestre os alunos já se depararam com estímulos para que observassem o entorno em que atuavam como educadores – introduzindo a idéia da mediação – e, da mesma forma, para que observassem a si mesmos como sujeitos inseridos nesse dado contexto. Com isso, seria possível a percepção das repercussões de seu trabalho junto a estudantes, pais e comunidade em geral (DA SILVA; FONTEBASSO, 2007).

A ênfase na atenção às relações estabelecidas com o ambiente em que a escola está situada e com as implicações da prática pedagógica e mediadora dos professores, suscita também uma outra temática discutida, a que se refere à necessária alteridade no desempenho docente. A alteridade, nessa perspectiva, é entendida como a disposição em se colocar no lugar do outro, em aceitar e valorizar suas experiências e interpretações (DA SILVA; FONTEBASSO, 2007).

A alteridade foi salientada ao longo do curso como uma postura de acolhimento aos estudantes, de cuidado, que exterioriza o pressuposto de constituição de vínculos entre professor e aluno, os quais superem os marcos formais do cotidiano escolar, como avaliações, conteúdos e comportamentos esperados. Tal conceito compreende a percepção de que cada criança, jovem ou adulto – os diferentes públicos com os quais os educadores populares interagem – levava à sala de aula seus próprios saberes advindos de sua trajetória de vida. Além disso, suas demandas não se limitavam à apreensão de conhecimentos, mas precisavam ser entendidas também mediante um olhar histórico e social (DA SILVA; FONTEBASSO, 2007).

Ademais, o curso procurou consolidar elementos que fortalecessem o sentido de formação efetiva dos envolvidos. Isso porque o entendimento que delineava o andamento da iniciativa partia da premissa de que a educação dá sustentação ao desenvolvimento de uma sociedade (NASCIMENTO, 2007).

Desse modo, ao relacionar história, política e pedagogia, preparando os educadores populares para serem pedagogos e também mediadores entre a escola e a comunidade; ao enaltecer a participação e a atuação protagonista, valorizando a ética, a solidariedade e a alteridade; e, ainda, ao estimular a reflexão crítica acerca da prática docente, o objetivo não foi outro senão o de fundamentar orientações advindas do ensino e da formação para auxiliar em processos de desenvolvimento.

Compreende-se que a educação é um dos principais caminhos para a estruturação de um novo projeto de desenvolvimento, pois tem também a função de ajudar a transformar os sujeitos para atuar na sociedade. Sendo assim, a educação amplia seu papel de transmitir conhecimentos, passa a perceber os sujeitos na sua integralidade, como seres humanos que possuem conhecimento, que têm experiência de vida, que são capazes de fazer história. (NASCIMENTO, 2007, p. 24)

A preocupação com a formação de pedagogos para atuar nas escolas do Estado, e, mais do que isso, a compreensão dessa formação como elemento essencial para o processo de desenvolvimento, mantém-se em voga nas ações da UERGS através dos cursos de licenciatura que a Instituição oferece<sup>51</sup>. Além disso, várias atividades em nível de extensão têm sido promovidas pela Universidade a fim de fomentar essa premissa. Em 2009, três iniciativas nesse sentido foram conduzidas nas unidades ou em parcerias com outras instituições.

Em Santa Cruz do Sul, foi ministrado um curso de formação de alfabetizadores com a participação de professores de São Francisco de Paula, Cidreira e São Luiz Gonzaga. O projeto fez parte do *Programa Brasil Alfabetizado*, coordenado pelo Governo Federal, e abrangeu um público oriundo de sete cidades gaúchas: Santa Maria, Passa Sete, Segredo, Candelária, Pantano Grande, Cachoeira do Sul, além do município sede (UERGS, 2009d).

Na unidade da UERGS em Montenegro, foi organizado o *Curso de Atualização para Profissionais da Educação Infantil*, o qual acolheu professores do ensino fundamental e estudantes de Pedagogia da região.

A Universidade Estadual esteve também envolvida no ciclo de palestras *Currículo e Cotidiano na Educação Infantil*, ocorrido entre maio e dezembro em uma parceria da UERGS, do Fórum Gaúcho de Educação Infantil e do Grupo de Estudos em Educação Infantil da UFRGS, e que reuniu docentes universitários, professores da educação básica e alunos de Pedagogia (UERGS, 2009d).

#### **4.4 Projetando o futuro da Universidade: o Plano de Desenvolvimento Institucional**

Uma vez abordados os antecedentes da criação da UERGS, seu atual contexto institucional, e algumas das atividades e experiências que ilustram suas ações em ensino, pesquisa e extensão nas regiões em que a Universidade se insere, o tópico que

---

<sup>51</sup> Cursos de Pedagogia em Bagé, Cidreira, São Francisco de Paula e Cruz Alta, e Licenciaturas em Artes Visuais, Dança, Teatro e Música, em Montenegro.

aqui se inicia pretende complementar este capítulo a partir da apresentação das perspectivas projetadas pela Universidade Estadual para suas atividades futuras. Para isso, fez-se a recuperação dos principais pontos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade.

O PDI é um documento que formaliza as estratégias para o alcance das metas e objetivos propostos, sempre em consonância com a missão da Universidade. O atual PDI da UERGS foi iniciado em 2007 e concluído no ano seguinte, delineando os mecanismos de gestão que permitam o planejamento para o curto, médio e longo prazo (UERGS, 2009e).

Com abrangência de cinco anos, o PDI prevê a organização da UERGS mediante o estabelecimento de cronogramas para as atividades, e meios que garantam a coerência e a articulação adequada entre suas ações. O PDI se propõe também a atribuir padrões de qualidade que garantam o alto nível da Instituição, bem como indicadores de desempenho que auxiliem na avaliação das práticas (UERGS, 2009e).

A Comissão responsável pela sua elaboração foi composta de professores, funcionários e alunos, que iniciaram suas tarefas com reuniões para esboçar um plano alinhado às diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e baseado tanto no que rege a Lei de Criação da UERGS, como no que consta no Estatuto da Universidade. Posteriormente, houve encontros em todas as 24 unidades para que fosse efetivado um processo consultivo junto à comunidade acadêmica e demais interessados. A partir dos debates realizados nessas ocasiões, sugestões foram coletadas e integradas à produção do documento (UERGS, 2009e).

A proposta é que o PDI seja permanentemente revisado, adequando-se às exigências do MEC e demais instâncias que regulamentam o ensino superior. Com a idéia de revisão constante do Plano, pretende-se também identificar novos problemas e demandas para, da mesma forma, apontar, de maneira sistematizada, as atividades a serem implantadas para a resolução das questões e para o atendimento das necessidades mapeadas (UERGS, 2009e).

O PDI formaliza as diretrizes que deverão conduzir a Universidade Estadual nos próximos cinco anos:

- a) consolidar a UERGS e viabilizar sua maior autonomia;
- b) ampliar o acesso ao ensino público gratuito e de qualidade;
- c) promover a integração da Universidade com a comunidade;
- d) estabelecer excelência em gestão;
- e) sistematizar um processo contínuo de avaliação institucional.

#### **4.4.1 Objetivos, metas e ações**

Diretamente relacionados às diretrizes, foram delineados objetivos, metas e ações que permitam à UERGS trabalhar de forma coerente com sua missão. A institucionalização da Universidade, o aprimoramento do ensino em nível de graduação, o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa e pós-graduação, e o fortalecimento da extensão universitária, são os tópicos enfatizados na construção dos objetivos para seus próximos cinco anos (UERGS, 2009e).

A questão da institucionalização da Universidade é o primeiro ponto que recebe atenção no PDI no que se refere aos objetivos e metas para o período 2009-2013. Conforme o planejamento proposto, a ação prioritária para o fortalecimento institucional é estabelecer um “marco legal” até o final de 2010. Esse marco legal representa uma revisão geral do regramento jurídico que regulamenta a estruturação e o andamento da UERGS e, com a sua fundamentação, pretende-se assegurar as condições para a realização de eleições em todos os níveis da Universidade (UERGS, 2009e).

Ainda no contexto institucional, o PDI destaca a necessidade de intensificar a divulgação das atividades da UERGS para a sociedade, a fim de buscar uma maior visibilidade para os cursos, as pesquisas, e os projetos desenvolvidos.

Além disso, é objetivo delineado para os próximos cinco anos que a Universidade alcance uma maior inserção nos diversos fóruns de discussão acerca das estratégias do Estado, oferecendo, a partir da produção de conhecimento gerada, aportes teóricos e práticos para as decisões sobre os rumos políticos e econômicos do Rio Grande do Sul (UERGS, 2009e).

O aprimoramento do ensino em nível de graduação abarca o segundo conjunto de objetivos e ações previstas no PDI. Nessa perspectiva, foi colocada a meta de alcançar o número de 300 docentes até o final de 2010, e de duplicar este contingente até 2013, quando a UERGS poderia contar, conforme o planejamento exposto no Plano, com 600 professores (UERGS, 2009e).

A análise concernente aos ajustes nos cursos de graduação prevê também estratégias para dar suporte pedagógico e financeiro ao corpo discente. Os alunos poderiam contar, caso sejam efetuadas as orientações dispostas no PDI, com programas de acompanhamento, atendimento psicopedagógico e bolsas de estudo (UERGS, 2009e).

O enfoque no fortalecimento da graduação contempla ainda a preocupação em buscar permanentemente a constituição de currículos que, ao mesmo tempo em que oferecem os subsídios à formação técnica e instrumental, dêem suporte à problematização das condições sócio-econômicas do Estado e do país (UERGS, 2009e).

Essa constante reflexão acerca da amplitude da formação dos alunos da UERGS se manifesta também na valorização da inter-relação entre os saberes, dando-se ênfase à articulação do conhecimento científico e tecnológico com outras fontes advindas de origens diversas do meio universitário (UERGS, 2009e).

Nesse sentido, são pressupostos formalizados no Plano de Desenvolvimento o respeito à pluralidade no processo de produção de conhecimento; a valorização dos conhecimentos trazidos pelos alunos, resultantes de suas próprias experiências; a criação de saberes a partir da interação entre as contribuições dos estudantes e o conhecimento docente; o cuidado em vincular as habilidades técnicas com os valores éticos e humanistas; e a contextualização das contribuições científicas e tecnológicas face às necessidades da sociedade (UERGS, 2009e).

A terceira abordagem de objetivos e práticas para o período 2009-2013 diz respeito ao aprimoramento dos trabalhos de pesquisa e pós-graduação, um ponto que vai demandar grande concentração de esforços, uma vez que são os trabalhos em nível de pós-graduação os responsáveis por boa parte da produção científica das universidades.



Desse modo, a proposta elaborada no PDI destaca a necessidade de ampliar maciçamente a pesquisa e a pós-graduação.

Para viabilizar tal expansão, o planejamento envolve a busca de parcerias com instituições de ensino e pesquisa em pós-graduação, além da maior aproximação com os órgãos de fomento, de modo a assegurar financiamento das agências nacionais e estrangeiras (UERGS, 2009e).

Outras medidas são intensificar a criação e consolidação de grupos de pesquisa na Universidade, e organizar a constituição de cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*. Para isso, a idéia é realizar um diagnóstico da infra-estrutura existente, projetando a estruturação necessária à instauração dos cursos e ao fortalecimento dos grupos (UERGS, 2009e).

O estímulo à produção científica também é um ponto salientado, em especial a publicação de artigos e a realização de eventos científicos. O incentivo aos alunos da mesma forma aparece em destaque, uma vez que um programa de bolsas de iniciação científica e a promoção anual de um salão de iniciação científica são ações previstas no PDI (UERGS, 2009e).

O fortalecimento da área de extensão é igualmente uma preocupação presente no planejamento dos próximos passos da UERGS. Sempre em consonância com a prerrogativa de aproximar-se da sociedade e estreitar seus vínculos com as regiões e as comunidades, o objetivo delineado neste quarto ponto é justamente fazer uso da extensão como meio de efetivar essa interação (UERGS, 2009e).

Dentre as ações previstas há a proposição de organizar salões de extensão, promovendo o debate sobre os caminhos a serem seguidos nas políticas de extensão universitária. Subjacente a essa idéia, há no PDI a formalização da necessidade de contribuir, através da extensão universitária, para a inclusão social e o desenvolvimento do Estado. Uma iniciativa a ser levada adiante nesse sentido é criar, junto às comunidades, centros de educação e formação continuadas e institutos de estudos avançados. A agricultura familiar, a segurança alimentar, a questão ambiental são alguns dos temas citados como possíveis linhas de estudo a serem configuradas em nível de extensão (UERGS, 2009e).

O planejamento das atividades relacionadas à extensão inclui também uma diretriz que indica o propósito da UERGS em superar o conceito tradicional de “extensão” – entendido como o ato de alcançar à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade. O PDI sinaliza o cuidado em estabelecer troca de saberes, em uma “interação dialógica”, conforme a nomenclatura utilizada no documento, o que evitaria a imposição do olhar acadêmico sobrepondo outras fontes de conhecimento (UERGS, 2009e).

Em síntese, a apresentação dos objetivos, metas e ações que devem conduzir a Universidade Estadual evidencia a intenção dos responsáveis pela elaboração do PDI em formalizar parâmetros e práticas que assegurem as condições necessárias para uma formação acadêmica de qualidade, que envolva o desenvolvimento da capacidade intelectual, de habilidades profissionais, e de valores e atitudes humanistas.

#### **4.4.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro aos discentes**

O Plano de Desenvolvimento Institucional aborda em separado um aspecto considerado fundamental para a Universidade, a assistência aos estudantes, tema já destacado dentre os fatores relacionados ao aprimoramento do ensino em graduação.

A assistência aos estudantes detém um capítulo à parte porque há o entendimento de que a inclusão social não se realiza em sua totalidade somente com a gratuidade e a reserva de vagas aos deficientes físicos e hipossuficientes: é necessária uma estrutura de apoio que permita um acompanhamento durante a trajetória dos estudantes ao longo de sua formação, e também após a conclusão do curso. Nesse sentido, o PDI delinea programas de apoio pedagógico e financeiro aos discentes, além de projetar também uma política de atenção aos egressos (UERGS, 2009e).

A primeira das modalidades de apoio financeiro que seriam disponibilizadas são as bolsas de monitoria, que objetivam incentivar os alunos a se familiarizar com a docência, exercendo atividades auxiliares sob orientação de um professor, estreitando, assim, a relação entre corpo docente e discente.

Um segundo dispositivo proposto no PDI são as bolsas de graduação - auxílio financeiro no valor de um salário mínimo regional - a serem oferecidas aos alunos que comprovarem hipossuficiência econômica. Aos pretendentes caberia tomar parte em projetos de pesquisa e extensão (UERGS, 2009e).

No que se refere ao suporte pedagógico, a principal proposta é o atendimento psicopedagógico, cuja intenção é atender os estudantes desde sua entrada na UERGS, acompanhando seu percurso universitário, auxiliando no encaminhamento profissional e na preparação ao mercado de trabalho (UERGS, 2009e).

As ações relacionadas ao atendimento psicopedagógico seriam iniciadas com atividades de recepção aos recém ingressantes, envolvendo programas de visita para conhecimento da Universidade e seus cursos, integração com os alunos mais antigos e orientações gerais quanto aos regramentos da Instituição (UERGS, 2009e).

A seguir, a atenção se voltaria ao cuidado em assegurar as condições adequadas para a trajetória de formação dos discentes. Desse modo, o PDI contempla o acompanhamento especial àqueles que demonstrem dificuldade de aprendizagem ou relacionamento, além de orientações aos professores para a condução de situações que demandem atenção diferenciada.

Aos alunos em final de curso, a proposta é constituir espaços de orientação e discussão, no intuito de auxiliar os formandos no processo de inserção no mercado de trabalho. A partir disso, o Plano destaca os “fóruns de empregabilidade e empreendedorismo”, e a “orientação profissional e de carreira” como iniciativas relevantes a se somar com as demais atividades que complementariam a formação discente (UERGS, 2009e).

Cabe ressaltar que o trabalho na prevenção da evasão de alunos, as práticas voltadas à prevenção da repetência, e a orientação para a transferência de curso também integram o conjunto de medidas previstas para garantir aos estudantes o ambiente necessário ao seu aprendizado (UERGS, 2009e).

Conforme previsto no PDI, concluída sua formação, o aluno poderia ainda contar com a última parte do atendimento psicopedagógico, que consiste no acompanhamento dos egressos. O texto do PDI assinala que deve ser compromisso da

UERGS manter comunicação permanente com os ex-alunos. Ações pontuais são sugeridas no documento: indicação de ex-alunos para compor instâncias deliberativas da Instituição, organizar encontros para reunir os egressos, e criar uma associação dos acadêmicos formados pela Universidade (UERGS, 2009e).

Ao preservar o contato com seus egressos, a UERGS, além de consolidar sua premissa de amparar o estudante da forma mais ampla possível, pode também obter subsídios para o aprimoramento de suas atividades. As experiências dos ex-alunos ao adentrar o mercado de trabalho e ao fazer uso de seus aprendizados na vida cotidiana, permitiriam uma avaliação da adequação entre o que está sendo trabalhado nas instâncias acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, e o que está sendo demandado do ponto de vista econômico, político e social (UERGS, 2009e).

Assim, o acompanhamento dos egressos pode vir a ser um dos elementos de reflexão para ajustes de cursos ou mesmo criação de novas graduações, reavaliações de projetos pedagógicos, modificações nas políticas de estágio, dentre outras providências (UERGS, 2009e).

## 5 ANÁLISES E REFLEXÕES

Neste capítulo, finalizando as etapas percorridas para alcançar os propósitos do estudo, são apresentadas as análises a respeito da trajetória da UERGS, delineando as possíveis contribuições que a Universidade Estadual pode vir a trazer para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Para a condução das reflexões, foram construídas categorias e subcategorias de análise, conforme as indicações de Bardin (1977).

As categorias correspondem aos fundamentos teóricos que balizaram o referencial da tese no que se refere ao papel das universidades: formação de sujeitos, mediação global-local e inserção social. As subcategorias, por sua vez, se originam de conceitos-chave que sustentam cada um desses três eixos.

No intuito de fortalecer teoricamente o instrumento para a análise de conteúdo, além dos conceitos-chave, da mesma forma dão sustentação às subcategorias conceitos advindos da abordagem histórico-estrutural de desenvolvimento, os quais também se articulam com as categorias principais, auxiliando, portanto, na constituição da ferramenta de análise.

Assim, a primeira categoria, formação de sujeitos, identificada pela letra A, tem como subcategorias os conceitos-chave consciência crítica, articulação técnica-política, protagonismo, e produção coletiva de conhecimento. Da construção histórico-estrutural de desenvolvimento advêm os conceitos história político-econômica, dependência tecnológica e cultural, potencialidades dos sujeitos, e criatividade.

A segunda categoria, mediação global-local, identificada pela letra B, abarca os conceitos internacionalização, paradoxo global-local, e lugares-locais e lugares-globais como subcategorias. Os conceitos correspondentes oriundos do enfoque sobre desenvolvimento são centro-periferia e divisão internacional do trabalho.

A terceira categoria, inclusão social (letra C), desdobra-se em vínculo com a sociedade, valorização dos saberes não-acadêmicos, e interações em nível institucional. Apóiam essas subcategorias os conceitos região-sujeito e forças endógenas.

Cabe salientar que as subcategorias não se constituem isoladas umas das outras, estabelecendo, na verdade, interfaces entre si, de modo que alguns dos elementos analisados podem figurar em mais de uma categorização.

Os três quadros a seguir ilustram a disposição das categorias e subcategorias que norteiam as análises.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>	<b>Conceitos correspondentes do enfoque histórico-estrutural de desenvolvimento</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>
<b>Formação de sujeitos (A)</b>	Consciência crítica (A1)	A formação abarca um trabalho de identificação das forças que incidem nos sujeitos, limitando-os, condicionando-os. Eis um dos aspectos fundamentais da tomada de consciência característica do ato de formar, o de conhecer as imposições sociais que são quotidianamente difundidas, fazendo do conhecimento, nos seus mais diferentes desdobramentos, um instrumento de superação destes condicionamentos.	Paulo Freire	História político-econômica  Dependência tecnológica e cultural	A importância da análise histórica subjacente às reflexões de natureza política e econômica, no intuito de compreender a formação do Brasil sob a condição de ex-colônia e nação periférica, dois fatores que incorrem em seu subdesenvolvimento a partir do desequilíbrio que caracteriza os relacionamentos que o país vem estabelecendo com as nações do primeiro mundo ao longo dos séculos. A opção em adquirir técnicas e tecnologias ao invés de produzi-las tem desdobramentos que ultrapassam os domínios industriais e econômicos, alcançando o terreno da cultura, uma vez que, subjacente à importação tecnológica, ocorre da mesma forma importação de hábitos e comportamentos.	Celso Furtado
	Articulação técnica-política (A2)	A disposição para enfrentar as dificuldades históricas de um país como o Brasil passa por um processo de formação que considere a ética, a valorização da cultura, a justiça social, a liberdade, o respeito à pluralidade, como aspectos tão necessários quanto aqueles de ordem mais pragmática, ligados ao preparo profissional e técnico.	Paulo Freire			
	Protagonismo (A3)	Compreender o mundo como resultante da decisão humana, entender o processo constante de construção da sociedade, mediante a ação dos seres humanos. Formar seria conscientizar da capacidade protagonista, evidenciando o potencial de construir a história que cada um possui. Há que se considerar o ser humano como um ser histórico que, a cada escolha, a cada movimento, a cada decisão, participa na estruturação quotidiana do tecido social.	Paulo Freire	Potencialidades dos sujeitos  Criatividade	O desenvolvimento só se configura como tal a partir do estímulo às potencialidades dos sujeitos e do enriquecimento do contexto que os cerca. O desenvolvimento, a partir dessa concepção, abrange elementos técnicos e ao mesmo tempo elementos valorativos, de significação subjetiva, daí a necessidade de trazer à discussão as questões culturais e de vocações históricas do país. A capacidade criativa como o impulso por excelência das sociedades. O estímulo à criatividade liberta de delimitações prévias, um efetivo espaço à imaginação, a fim de que seja possível conceber novas formas de conduzir a economia, novos objetivos para a sociedade, novos arranjos organizacionais.	Celso Furtado
	Construção coletiva de conhecimento (A4)	Formar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que o saber seja constituído coletivamente. Para que esta produção coletiva seja efetivada é necessário aproximar os conhecimentos curriculares formais daqueles suscitados pela experiência quotidiana, de modo a fortalecer mutuamente cada uma das fontes, valorizando também os conhecimentos não-sistematizados mas incorporados no dia-a-dia, na rotina de vida das pessoas.	Paulo Freire			

Quadro 2: categoria formação de sujeitos (A) e respectivas subcategorias de análise.

Fonte: elaborado pelo autor.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>	<b>Conceitos correspondentes do enfoque histórico-estrutural de desenvolvimento</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>
<b>Mediação global-local (B)</b>	Paradoxo global-local (B1)	A desigualdade e a má distribuição de renda, em nível mundial, alcançaram índices alarmantes: os homens e mulheres que vivem nos países mais ricos, que correspondem a 20% da população mundial, consomem o equivalente a 86% dos bens produzidos pela humanidade. Em contrapartida, a faixa populacional que representa os 20% mais pobres não consome mais do que 1,3% do total de bens. A partir disso, o esforço em prol do desenvolvimento precisa orientar-se para a auto-suficiência e o atendimento às questões locais, estimulando os movimentos de articulação das forças internas de uma dada região ou país, ao mesmo tempo em que se leve em conta a cada vez maior permeabilidade do processo de globalização.	Silvio Bava;  Sueli Goulart; Marcelo Vieira; Cristina Carvalho	Centro-periferia	A diferença do grau de desenvolvimento entre as nações ocorre devido à estruturação construída desde o mercantilismo e consolidada na sociedade capitalista, uma estruturação que separa os países, a partir de uma divisão internacional do trabalho, entre países centrais e periféricos. São considerados centros as economias nas quais as técnicas de produção capitalista adentraram primeiro, sendo a periferia formada pelas economias cuja matriz produtiva encontra-se atrasada sob a perspectiva tecnológica e organizativa.	Raul Prebisch
	Lugares-globais e lugares-locais (B2)	A reestruturação mundial em nível econômico e político desencadeada pela aceleração da globalização acarreta um reordenamento das práticas produtivas em todo o planeta. Identifica-se ao menos dois arranjos que surgem face a essa conjuntura: o “lugar-local”, que representa a herança histórica da localidade, em que são resguardados os elementos econômicos, sociais, políticos e culturais que promoveram (e promovem) os esforços rumo ao desenvolvimento; e o “lugar-global”, um espaço redefinido pelas forças do movimento de globalização que coexiste no mesmo território do lugar-local, mas que é regido por outros pressupostos, como as estratégias das companhias estrangeiras, os preceitos dos organismos internacionais, a competitividade do mercado em nível mundial.	Eurípedes Vieira; Marcelo Vieira	Divisão internacional do trabalho	Essa desigualdade evidencia o caráter estrutural da diferença de níveis de desenvolvimento entre as nações: não há etapas ou fases a serem percorridas pelos países que ficaram para trás, esta é, de fato, a estrutura vigente, que compreende, em seu ordenamento, segmentos díspares simultâneos, uma coexistência de nações divididas entre as que produzem alimentos, fornecem matéria-prima e importam produtos tecnologicamente avançados, e nações que adquirem estes bens primários e inacabados, e que distribuem a tecnologia utilizada em âmbito mundial.	
	Internacionalização (B3)	Assimilar conhecimentos advindos de produções estrangeiras, contextualizá-las criticamente e difundi-las de modo a que possam acrescentar algo de positivo na conjuntura local. Esse processo contém também um fluxo no outro sentido: a expressão cultural, as conquistas tecnológicas e os avanços científicos resultantes da dinâmica cotidiana do país devem, na medida do possível, alcançar as demais nações, a fim de afirmar, no cenário mundial, uma posição autônoma.	Wrana Panizzi			

Quadro 3: categoria mediação global-local (B) e respectivas subcategorias de análise.

Fonte: elaborado pelo autor.



<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>	<b>Conceitos correspondentes do enfoque histórico-estrutural de desenvolvimento</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Autor</b>
<b>Inserção social (C)</b>	Vínculo com a sociedade (C1)	<p>Refere-se à responsabilidade das instituições de ensino superior para com a sociedade em que estão inseridas, sobretudo no que diz respeito a atender às demandas de um país como o Brasil, cuja organização social apresenta inúmeras dificuldades a serem superadas.</p> <p>É necessário que o meio acadêmico, a fim de estabelecer uma relação salutar e de contribuição efetiva para com seu entorno, se disponha a “ouvir”, estabelecendo uma interação na qual permita que a população se coloque, apontando os problemas a serem enfrentados e os caminhos a serem percorridos.</p>	Dermeval Saviani	Região-sujeito	<p>A região-sujeito consiste em uma região que reúne um espaço social, não apenas geográfico. Nesse espaço social percebe-se a existência de elementos como o sentimento de pertença - reconhecido e partilhado por um conjunto de pessoas ou grupos – e uma história e uma cultura peculiares, além de recursos naturais e paisagens distintas de outros lugares.</p>	Sérgio Boisier
	Valorização dos saberes não-acadêmicos (C2)	<p>É preciso que as instituições acadêmicas valorizem os saberes já existentes na sociedade. Assim, a Universidade, ao abrir-se aos conhecimentos elaborados fora de seus domínios, fortalece sua vinculação com aqueles que a cercam, na medida em que constrói uma aproximação que estimula o encontro entre saberes, o que permite, dentre outras medidas, uma atenção efetiva às reivindicações sociais.</p>	Dermeval Saviani	Forças endógenas	<p>As forças endógenas dizem respeito à capacidade de organização social de uma determinada região, a fim de fazer com que os investimentos e o aporte de recursos se tornem mecanismos consistentes de desenvolvimento. Trabalhar no sentido de adquirir maior poder de decisão e autonomia, a preocupação com a retenção e o direcionamento adequado da riqueza gerada, uma política que priorize a qualidade de vida, a constituição de canais de participação que permitam à população ser ouvida por meios institucionais, além da preservação dos recursos naturais, estão entre os exemplos das práticas que evidenciam a capacidade de organização de uma região, imprescindíveis para que a mesma possa, de fato, desenvolver-se.</p>	
	Interações em nível institucional (C3)	<p>Ênfase na importância de estabelecer uma interlocução consistente entre academia e sociedade também em nível institucional, por exemplo, estreitando os vínculos que as universidades mantêm com órgãos governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e setores empresariais, no intuito de viabilizar projetos de desenvolvimento advindos da articulação dos vários arranjos organizacionais que compõem um país ou região.</p>	Wrana Panizzi			

Quadro 4: categoria inserção social (C) e respectivas subcategorias de análise.

Fonte: elaborado pelo autor.

## **5.1 Categoria A: formação de sujeitos**

### **5.1.1 Subcategoria A1: consciência crítica**

A atenção à conscientização acerca do processo de construção da sociedade e das forças que incidem nessa dinâmica é um atributo característico da obra de Paulo Freire (2000), e que diz respeito ao esforço em desnaturalizar a realidade de modo a que seja possível perceber as estruturas sociais não como desdobramentos casuais, mas resultantes de idéias e interesses específicos. Celso Furtado (1999) respalda as afirmações de Paulo Freire, ressaltando a importância da análise histórica subjacente às reflexões de natureza política e econômica, no intuito de compreender a formação do Brasil sob a condição de ex-colônia e nação periférica, algo fundamental para a formação em nível superior, e para situar criticamente o subdesenvolvimento dos países de terceiro mundo.

Vincular a consciência crítica à formação dos alunos e, mais do que isso, situá-la como um dos elementos norteadores da Universidade Estadual é uma preocupação que se mostrou presente já nos trabalhos que precederam sua criação. A comissão Projeto UERGS, cujos textos auxiliaram na constituição do Projeto de Lei que encaminhou a implantação da Universidade estabelecia, como um dos princípios da nova Instituição, situar criticamente o processo histórico de formação do Rio Grande do Sul e do Brasil, bem como discutir os fatores políticos e econômicos que forjam o mundo contemporâneo (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Das experiências que foram estudadas na coleta dos dados, o projeto da UERGS em parceria com o CEDEJOR e a EMATER/RS, Capacitação de jovens rurais para a promoção da soberania alimentar e desenvolvimento social na região do Vale do Rio Pardo, organizado pela unidade de Santa Cruz do Sul, é um exemplo de iniciativa que coloca em ação a premissa de estimular o pensamento acerca da realidade social, premissa que fez parte inclusive dos objetivos pretendidos com a intervenção, e que foi salientado como um dos pontos alcançados: quando da divulgação dos resultados do projeto, constava, em um dos itens, “o aumento do nível de criticidade e análise da

realidade local e a conscientização dos jovens e suas famílias sobre a importância da auto-suficiência alimentar” (POZZEBON, LENZ, 2009, p. 9).

Os subsídios para tanto foram sendo propostos em diferentes abordagens. Houve inicialmente a recuperação histórica para situar a origem da matriz industrial de produção agrícola, destacando o discurso que legitimara sua consolidação – o qual fazia menção à erradicação da fome a partir do aporte tecnológico promovido pela industrialização.

Além disso, fez-se também uma reflexão a respeito dos impactos dessa nova matriz, como a ameaça à biodiversidade, a migração dos trabalhadores rurais em direção às cidades, e a perda da autonomia do agricultor na sua relação com a terra.

A etapa posterior é uma das ações que pode ser destacada como das mais relevantes: debates foram suscitados a fim de discutir a agricultura industrial e suas implicações a partir da perspectiva dos jovens trabalhadores do campo envolvidos no projeto, levando as reflexões para o contexto em que os participantes vivem.

Reitera-se a importância dessa proposta devido ao fato de que a agricultura familiar pôde ser compreendida em uma dimensão mais ampla, ao se evidenciar aspectos históricos e de ordem política e econômica que influenciam diretamente o cotidiano das famílias. A observação crítica acerca da trajetória e repercussão da matriz industrial permitiu também a percepção da agricultura familiar como uma outra proposta, no que se refere à relação dos trabalhadores rurais com a terra e com os alimentos cultivados.

Outro momento do projeto que cabe ser salientado diz respeito às discussões sobre sustentabilidade que foram ocorrendo durante a iniciativa. Ao serem evidenciados os diversos problemas vinculados ao mau uso dos recursos naturais – como a fome, a pobreza, o desperdício de alimentos – foi lançada a pergunta “como será a vida na sua comunidade daqui a dez anos?”, questão que propôs uma reflexão concernente aos rumos e às escolhas dos jovens agricultores.

Desse modo, percebe-se a abrangência da percepção crítica que acompanhou as atividades do projeto, isso porque, em determinados momentos, a atenção se voltou para trás, quer dizer, foram debatidos alguns dos fatos históricos que influenciaram a

trajetória dos trabalhadores rurais. Além disso, se buscou estimular um “olhar ao redor”, ou seja, compreender as conseqüências dessas ações na conjuntura presente dos jovens agricultores. E, ainda, se colocou como pauta da iniciativa um “olhar para frente”, em que, assimilado o processo histórico e os sujeitos protagonistas do mesmo, entendida a repercussão no cotidiano dos trabalhadores rurais bem como a relevância da agricultura familiar nesse contexto, reiterou-se tanto a necessidade de construir os próprios caminhos como a possibilidade de afirmar um meio de vida que preserva e valoriza os arranjos tradicionais da região.

A problematização a respeito dos impactos da agroindústria esteve também na agenda do projeto Cuidar de gente e do meio ambiente: a produção de vassouras na comunidade de Barro Preto como alternativa, desenvolvido em São Luiz Gonzaga. De maneira semelhante às idéias norteadoras da iniciativa conduzida em Santa Cruz do Sul, o objetivo foi situar, em momentos específicos dos encontros, a história e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo na região das Missões, a qual, até a década de 1970, se organizava fundamentalmente em pequenas propriedades familiares, e que testemunhou, a partir dos anos 1980, a mudança para a estrutura industrial.

Em uma outra perspectiva, os pressupostos identificados no curso de formação de educadores populares em Porto Alegre igualmente demonstram o intuito de contribuir para a construção do pensamento crítico. Nesse caso, destaca-se em especial a ênfase na reflexão acerca das responsabilidades subjacentes à prática docente, as quais transcendem a sala de aula, envolvendo o comprometimento com as comunidades e a mediação entre estas e a escola.

Na subcategoria A2, articulação técnica-política, dá-se prosseguimento ao olhar *freireano* acerca do papel da Educação, sempre com o respaldo da teorização sobre desenvolvimento elaborada por Celso Furtado.

### **5.1.2 Subcategoria A2: articulação técnica-política**

A segunda subcategoria de análise referente à formação de sujeitos parte do alerta de Paulo Freire (2001) de que, em função da trajetória de países como o Brasil, é preciso constituir um processo pedagógico no qual formar seja articular o preparo técnico à perspectiva política, no sentido de enaltecer a ética, a justiça social e a liberdade como elementos tão importantes quanto a capacitação profissional e o aporte tecnológico. Celso Furtado (1999) corrobora a afirmação de Paulo Freire, ao salientar a necessidade de um olhar crítico face à dependência tecnológica advinda das relações desiguais entre primeiro e terceiro mundo, destacando que a tecnologia, por si só, não assegura conquistas sociais. Nota-se que a articulação técnica-política estabelece, portanto, estreita relação com a consciência crítica que fundamenta a subcategoria anterior, uma vez que é imprescindível, na concepção de Celso Furtado (1999), a compreensão do vínculo entre tecnologia e política, vínculo o qual exerce grande influência nas dinâmicas concernentes ao desenvolvimento e a autonomia dos países e regiões.

Uma formação que contemplasse fundamentos técnicos com preparo político se colocou como referência para a estruturação pedagógica da Universidade quando o poder executivo, em 1999, anunciou que a criação da Instituição seria efetuada. As áreas de atuação esboçadas naquele momento indicavam a predisposição em levar a termo a articulação que dá nome a esta subcategoria: assim, engenharia de produção, inovação, tecnologia, gestão pública e agroindústria, teriam também enfoques voltados a temas como o cooperativismo, a economia solidária e a qualidade de vida (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

De fato, a articulação técnica-política pode ser identificada na proposta pedagógica de vários dos cursos de graduação mantidos pela UERGS, por exemplo:

a) a avaliação dos sistemas de saúde e em especial do SUS, e o preparo para pensar políticas públicas que, juntamente com a instrumentalização voltada às atividades de gestão, caracterizam o curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde, ministrado em Porto Alegre;

b) a preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a preservação dos sistemas ecológicos do litoral gaúcho, pauta do curso de Ciências Biológicas, em Cidreira;

c) a graduação em Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável, oferecida em Novo Hamburgo, que enfatiza a sustentabilidade dos processos produtivos, preparando os futuros profissionais para mediar eficiência econômica e cuidado ambiental;

d) o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, oferecido nas unidades de São Francisco de Paula e Erechim, que busca consolidar uma formação que reúna instrumentos e reflexão durante o aprendizado referente ao gerenciamento dos recursos naturais, colocando como diretriz pedagógica das atividades a preocupação em viabilizar as práticas econômicas sob os parâmetros da sustentabilidade.

Estudado em separado no item 4.3.4, o Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia desenvolve uma abordagem de forte cunho tecnológico – voltada aos setores químico, farmacêutico e agroindustrial – de maneira inter-relacionada com um enfoque ético e jurídico-legal, em disciplinas como Introdução aos Impactos Ambientais, Legislação Ambiental, e Segurança e Ética em Biotecnologia. Cabe também reiterar a presença de subsídios teóricos advindos das ciências sociais, o que faz com que os alunos se deparem com temas e conceitos que situam os conhecimentos técnicos em uma dimensão política e social.

Nota-se, na apreciação dos projetos pedagógicos dos cursos oriundos das ciências exatas, caso das engenharias as quais se fez menção, e dos advindos das ciências da vida e do meio ambiente – Gestão Ambiental e Ciências Biológicas, dentre outros - que as temáticas acerca do desenvolvimento sustentável não só ocupam grande espaço nos currículos, como se configuram em cerne da formação proposta nas diferentes graduações.

Este é um atributo a ser considerado com atenção, na medida em que a predisposição em colocar a sustentabilidade como eixo dos cursos insere os alunos em uma das discussões mais difundidas na contemporaneidade, contribuindo para que os discentes tomem consciência dos dilemas enfrentados pelo mundo atual – nesse caso, o

desafio de viabilizar um desenvolvimento que não comprometa as gerações vindouras – e, detendo o olhar no âmbito regional, preparando os egressos para colocar em ação as práticas sustentáveis nas diferentes atividades produtivas do Estado.

Os projetos voltados à agricultura familiar em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga também trazem na sua concepção a idéia de mesclar ferramentas e conhecimento técnico com a reflexão crítica. No trabalho ocorrido com as comunidades do Vale do Rio Pardo, as atividades concernentes à apropriação de instrumentos faziam referência às discussões sobre a matriz industrial de produção, a fatores ligados à sustentabilidade, e aos atributos da agricultura familiar.

Na iniciativa da unidade da UERGS nas Missões, a organização em torno do cultivo do sorgo e da produção de vassouras deu-se sob a orientação dos conceitos da economia solidária. Ao valer-se de uma teorização que aponta os limites da lógica de mercado e que enaltece a coletividade, o propósito foi estabelecer aproximações entre a estrutura dos arranjos produtivos e os fatores políticos e econômicos que moldam a sociedade.

A observação dos desdobramentos do projeto em São Luiz Gonzaga permite avançar na análise ao se dar atenção à repercussão dentre os alunos envolvidos na dinâmica conduzida na comunidade de Barro Preto. A iniciativa foi uma oportunidade para que os discentes se deparassem com o cotidiano das famílias e visualizassem, a partir disso, a situação enfrentada por muitos trabalhadores rurais. A experiência contribuiu para que os alunos percebessem a necessidade de articular saberes instrumentais e consciência crítica, no sentido de fazer uso de seu conhecimento em prol da mudança social, evidenciando a formação de “alunos cidadãos” a que Calil (2009) faz referência ao apresentar uma das conquistas da intervenção.

Na subcategoria a seguir faz-se uma apreciação acerca de um dos pressupostos que caracteriza esse aluno cidadão, a ação protagonista, o posicionar-se como sujeito inserido no mundo e participante efetivo nos rumos da sociedade.

### **5.1.3 Subcategoria A3: protagonismo**

O conceito-chave que pauta esta terceira subcategoria se origina da preocupação de Paulo Freire (2000) em desvelar o processo de construção da sociedade efetuado pela ação humana. A formação deve contemplar, nessa concepção, a referência à capacidade de transformação inerente a cada indivíduo, o qual, ao compreender sua posição de sujeito no mundo, pode vir a buscar, através de suas atividades quotidianas, uma participação protagonista nos movimentos que forjam a estrutura social.

Conforme Celso Furtado (2003), trata-se de uma mobilização vital para um país como o Brasil, daí que Furtado dimensione a idéia de protagonismo em nível de nação, enfatizando a necessidade de valorizar as manifestações culturais próprias, as vocações históricas e as potencialidades locais.

O estudo dos projetos apresentados no capítulo 4 traz pontos em que se identifica a intenção de estimular a ação protagonista dentre alunos e participantes das atividades.

Em Santa Cruz do Sul, ao ser recuperada uma das máximas que orientaram o trabalho com os jovens camponeses – “alimento é vida!” – é possível caracterizar um dos objetivos da iniciativa, o de reiterar a relevância dos trabalhadores rurais e das famílias residentes no campo, enaltecendo a importância da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo. Nota-se que uma das expectativas nesse sentido era fortalecer a auto-estima dos agricultores, medida tipicamente *freireana*, uma vez que, ensina o pedagogo, a auto-estima é condição fundamental à afirmação de uma postura de sujeito no mundo e, em decorrência, para que se concretize a prática protagonista (FREIRE, 2000).

A análise de algumas passagens do projeto ilustra esse cuidado em demonstrar o valor do trabalhador rural e do arranjo familiar de produção. Foi salientada, por exemplo, a abrangência da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e no Brasil, enfatizando que esta corresponde a quatro milhões de pequenas propriedades espalhadas pelo território nacional, as quais empregam 70% da mão de obra campesina brasileira (POZZEBON; LENZ, 2009).

No projeto de São Luiz Gonzaga, houve também o foco na valorização do agricultor, e, em uma medida semelhante à efetuada em Santa Cruz, buscou-se contextualizar a dimensão e o alcance da atividade rural no país. A iniciativa nesse



sentido deu-se na participação dos moradores da comunidade de Barro Preto em seminários sobre economia solidária no município de Santa Maria. Tal atividade se mostrou propícia à troca de experiências com outros agricultores de diferentes regiões do país, permitindo que os trabalhadores envolvidos no projeto se percebessem situados em um movimento formado por milhares de pessoas com trajetórias, dificuldades e anseios em comum (CALIL, 2009).

Fica claro que um dos aspectos que caracteriza ambas as atividades com os trabalhadores rurais, no que se diz respeito ao fortalecimento de sua auto-estima, é a intenção de intensificar o sentimento de pertença dos agricultores, evidenciar que os mesmos não se encontram isolados, e que suas histórias de vida não são acasos, demonstrando que há uma identidade que perpassa o território gaúcho e brasileiro, identidade compartilhada por indivíduos com vivências em comum no dia-a-dia das atividades agrícolas em arranjos de caráter familiar.

Ainda no que concerne às reflexões acerca da valorização do trabalho rural, cabe destacar a ênfase dada, no decorrer das iniciativas em São Luiz Gonzaga e Santa Cruz do Sul, aos atributos potenciais da agricultura familiar. Tais atributos se referem à diversificação no cultivo, o que assegura a preservação das propriedades do solo; aos benefícios à saúde quando da utilização de técnicas orgânicas de plantio, evitando a utilização de químicos; e à autonomia do agricultor, que se auto-organiza na sua pequena propriedade, dedicando-se a uma produção tanto de subsistência como voltada à atuação na economia local. A partir disso, os integrantes dos dois projetos tomavam parte em discussões referentes às especificidades que distinguem a agricultura familiar, uma vez mais tendo contato com temáticas que ressaltam a relevância de sua prática.

Além do trabalho voltado à auto-estima dos agricultores, a atenção ao protagonismo pode ser identificada em um outro fundamento vinculado à inserção na comunidade de Barro Preto: seguindo os pressupostos da economia solidária, as decisões se davam de maneira coletivizada mediante a organização de assembleias. Com isso, estabeleceu-se um ambiente no qual professores, alunos, trabalhadores rurais, e profissionais de outras entidades também envolvidos se relacionavam como sujeitos, compartilhando idéias, ouvindo e se fazendo ouvir, comprometendo-se com o bom andamento da proposta (CALIL, 2009).

Ao menos duas evidências referendam a observação de que a ação protagonista de fato se mostrou presente na iniciativa da UERGS na região missioneira. Uma delas, a criação de uma associação dos trabalhadores, a Associação de Produtores de Vassouras de Palha do Barro Preto, constituída mediante assembléias dos agricultores e que se configurou em seu espaço de discussão. A disposição dos agricultores em reforçar sua representatividade nas plenárias promovidas pela prefeitura é outro indício de que houve uma maior mobilização da comunidade a partir das vivências no projeto.

Em Santa Cruz do Sul, a divulgação dos resultados da experiência com os jovens agricultores aponta para uma contribuição ao protagonismo fomentada tanto pelas discussões políticas e históricas como pelo aporte técnico difundido ao longo dos trabalhos. Isso porque houve, por parte das famílias, uma atenção à necessidade de se viabilizar alternativas para que seja atendida sua demanda de produção de alimentos, de modo a que não se dependa de culturas cultivadas em outras localidades, o que lhes concederia, assim, uma maior autonomia e a oportunidade de consumir e vender, em pequenas trocas, hortifrutigranjeiros característicos de sua região (POZZEBON; LENZ, 2009).

Se os debates propiciaram um olhar crítico que instigou os participantes a pensar sobre a postura protagonista através das reflexões sobre a soberania alimentar, os instrumentos técnicos compartilhados na iniciativa permitiram pôr em prática tal premissa. Em conjunto, especialistas responsáveis pelo projeto e os jovens agricultores elaboraram o planejamento e executaram a montagem de duas unidades experimentais para o cultivo de mudas e hortaliças. Foram também construídas estufas que serão utilizadas por turmas do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – uma das instituições parceiras - e por alunos da UERGS em suas aulas práticas (POZZEBON; LENZ, 2009).

Seguindo nas considerações concernentes a esta terceira delimitação da categoria formação de sujeitos, é interessante assinalar que, ao ser retomada a observação dos trâmites que levaram ao surgimento da UERGS, é possível inferir que a idéia do protagonismo acaba por confundir-se com o processo de constituição da Universidade Estadual.

Nas instâncias organizadas nos anos que antecederam sua criação, mais de 500 mil pessoas participaram das diferentes reuniões, seminários, fóruns, audiências públicas e demais encontros, em uma série de manifestações que respaldam a afirmação de que a gênese da Universidade Estadual está estreitamente relacionada à ação protagonista de milhares de indivíduos (AZEVEDO, 2002).

Podem ser citados como exemplos a esse respeito os seguintes fatos:

a) a trajetória da Comissão Especial constituída pela Assembléia Legislativa em 1987, que somou trinta encontros em vários municípios gaúchos, contando com a presença de centenas de pessoas representando entidades de classe, órgãos públicos das esferas federal e estadual, secretarias e prefeituras municipais, instituições comerciais e de indústria, e associações comunitárias (RIO GRANDE DO SUL, 1988);

b) a mobilização que colheu quarenta mil assinaturas para pleitear a formulação de um Projeto de Lei para a implantação da Universidade via iniciativa popular, em 1993 (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002);

c) as audiências públicas que ocorreram à época do envio, à Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei que encaminhava a criação da UERGS, em 2001; aproximadamente quarenta mil pessoas participaram dos 56 encontros, em doze municípios (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002);

d) ao mesmo tempo em que aconteciam as audiências públicas, o governo estadual promoveu o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, e a pauta voltada à implantação da UERGS foi assunto em 22 encontros em outras doze cidades (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Foi através de articulações como as acima mencionadas que a Universidade foi, enfim, implementada<sup>52</sup>. As mobilizações, no entanto, não cessaram. O objetivo das articulações passa a ser a melhoria da condição de trabalho e de estudo, em uma luta para fortalecer sua estrutura e institucionalizá-la.

---

<sup>52</sup> É oportuno recuperar a afirmação de Albuquerque e Rossato (2002, p. 119), já transcrita no subcapítulo 4.1, de que “a proposta [de criação da UERGS] deixou de ser um projeto do governo para ser assumida pelos mais diferentes segmentos sociais e tornar-se realmente uma conquista de todo o povo gaúcho [...]”.

Avaliando os primeiros anos de seu funcionamento, uma vez mais ficam caracterizados movimentos que demonstram a disseminação da prática protagonista através da Universidade Estadual, e, como quando da época que antecedeu sua fundação, não por meio de um projeto pedagógico como no caso das experiências em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga, mas, a partir da própria existência da Instituição (ou do desejo de fazê-la existir).

Focando nas principais ações dos últimos dois anos, faz-se menção a quatro itens que ilustram os movimentos em questão:

a) as reuniões organizadas pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa – através da Subcomissão da UERGS – que agregaram mais de mil pessoas em encontros ocorridos em 17 unidades da Universidade, em 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2008);

b) as quatro audiências públicas na Assembléia Legislativa, entre 2008 e 2009, plenárias que contaram com a presença de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e deputados federais, além da comunidade acadêmica, ocasiões em que foram discutidos os problemas enfrentados pela Universidade (SINPRO/RS, 2009; RIO GRANDE DO SUL, 2008);

c) a passeata ocorrida em maio de 2009, a qual partiu da Assembléia Legislativa em direção ao prédio sede da reitoria no centro de Porto Alegre, reunindo cerca de 300 pessoas dentre alunos, funcionários e professores que reivindicavam a realização de eleições para todas as instâncias diretivas da Universidade, a abertura de concursos públicos para os quadros técnico e docente, a normalização dos vestibulares, e a adequação da estrutura física da Instituição (SINPRO/RS, 2009);

d) o encontro de professores organizado em Cruz Alta, em dezembro de 2009, com a participação não apenas de docentes como também de acadêmicos, funcionários e autoridades políticas, uma atividade promovida pela Associação dos Docentes da UERGS e pelo Sindicato dos Professores, na qual se debateu sobre as condições atuais da Universidade a fim de projetar seu futuro.

Deve-se ainda reiterar, dentro das reflexões quanto às mobilizações decorrentes da trajetória da Universidade Estadual, o surgimento de entidades com o propósito de

apoiar a Instituição e tomar partido nas lutas em sua defesa. Dentre elas, destaca-se o Movimento Pró-UERGS, fundado ao final da década de 1980 por discentes da UPF, UCS e UNIJUÍ, e que atualmente compõe-se de alunos da Universidade que acompanham e participam ativamente das ações que buscam seu fortalecimento.

Importante citar também a constituição dos Comitês Regionais durante as atividades da Subcomissão da UERGS, em 2008. Seu objetivo era dar continuidade aos debates promovidos pela subcomissão e dar maior visibilidade às questões com as quais a Universidade vem lidando, a fim de sensibilizar as comunidades para que tomassem parte nas ações em benefício da Instituição. Os Comitês, em suas diversas atividades voltadas à mobilização popular e ao comprometimento do poder público para com a UERGS, conseguiram o apoio de instituições de ensino, de prefeituras municipais, sindicatos, órgãos da esfera federal e estadual, associações comerciais e da indústria, e associações comunitárias, em manifestações formalizadas em ofícios anexados ao Relatório Final da Subcomissão, documentos cujo conteúdo é uníssono, ressaltando a relevância da Universidade Estadual para o desenvolvimento das regiões (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Um último tópico sobre a ação protagonista pode ser relacionado com a proposta de auto-reflexão dos professores discutida na subcategoria A1. No seminário em Cruz Alta, em um painel que versava sobre o percurso da Universidade, foi enfocada a questão da reflexão dos professores sobre seu trabalho. Recuperando os primeiros movimentos da UERGS, salientou-se que, em seu primeiro ano, o pensamento crítico a respeito da atividade docente era algo estimulado institucionalmente: em 2002 houve três grandes encontros de professores. No ano seguinte, as reuniões foram divididas entre as regiões, e, a partir de 2004 passaram a ocorrer esporadicamente em algumas unidades, por iniciativa de coordenadores e docentes, e não mais a partir de uma agenda da Instituição.

Nesse sentido, um dos encaminhamentos do seminário foi a necessidade de resgatar o pressuposto da auto-reflexão - e o próprio encontro realizado em Cruz Alta representava essa intenção - em âmbito institucional. “Qual o desenvolvimento que queremos?”, eis a pergunta com a qual se propõe a formalização dos fóruns de discussão entre os professores. A idéia é organizar um encontro por semestre, com datas

previstas no calendário acadêmico, o que permitiria a participação de todos os interessados em discutir os rumos da Universidade.

Com isso, a consolidação da premissa de pensar sobre a prática docente através de encontros institucionalizados fortaleceria também o protagonismo dos demais sujeitos envolvidos no cotidiano da UERGS, na medida em que haveria espaço para que alunos e funcionários também ocupassem lugar nos debates.

E é importante salientar que há uma expectativa quanto a isso, *a comunidade quer se fazer ouvir*, foi a colocação de um dos professores em Cruz Alta ao fazer menção aos números da eleição para Diretores Regionais<sup>53</sup>.

Assim, seria garantida a coerência das ações, uma vez que o protagonismo *freireano* que se pretende levar a termo na formação dos discentes começaria dentro da Instituição, ao serem construídos fóruns abertos à comunidade acadêmica. Do mesmo modo, a assertiva de Celso Furtado (1999) de que o desenvolvimento só se concretiza quando os indivíduos assumem a condição de sujeitos, poderia então ser afirmada na própria estrutura da Universidade, na valorização da pluralidade de idéias, nas decisões tornadas coletivas, nas relações entre os agentes que a constituem como organização.

Esta providência atenderia ainda um dos princípios expressos quando da criação da UERGS, o de que a Universidade Estadual deveria se organizar de maneira a consolidar uma estrutura democrática, com amplo espaço de representação para docentes, funcionários, alunos e comunidade (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Apresentados os elementos vinculados ao protagonismo, parte-se agora para a última subcategoria decorrente da categoria analítica A, a construção coletiva de conhecimento.

---

<sup>53</sup> As eleições para Diretores Regionais, que apontariam os professores representantes de cada uma das sete regiões em que a UERGS está situada, aconteceram em novembro de 2009. Iniciativa da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (ADUERGS) e do SINPRO/RS, e amparada judicialmente – uma vez que cumpria com o estabelecido no Estatuto da Universidade - ocorreu à revelia da reitoria da Instituição, que inclusive desautorizou formalmente o processo, em nota do Reitor veiculada no *site* da Universidade, em 16 de novembro. Ainda assim, os números foram expressivos: 54% dos alunos, 77% dos professores e 84% dos funcionários exerceram seu direito, escolhendo democraticamente seus representantes. Cabe dizer que, passados três meses desde o pleito, os docentes eleitos ainda não foram empossados pela reitoria, o que motivou novo encaminhamento judicial por parte da ADUERGS e do SINPRO/RS.

#### **5.1.4 Subcategoria A4: construção coletiva de conhecimento**

O conceito que baliza a quarta subcategoria tem sua origem em uma das passagens exaustivamente retomadas por Paulo Freire (2000), sempre que o autor teorizava acerca da Educação: formar não é transferir conhecimento, e sim buscar a criação de condições para que haja uma construção de saberes que envolva todos os sujeitos participantes do processo.

Nesse sentido, o professor, ou quem quer que esteja representando a posse dos conhecimentos curriculares formais, precisa estar disposto a articulá-los com os diversos saberes advindos das vivências específicas de cada pessoa, mediando uma circulação de idéias, conceitos e experiências que fomentam ambas as partes, a academia – ou a estrutura institucional em questão – e os indivíduos em formação.

As contribuições de Furtado (1999) se somam à prerrogativa colocada por Paulo Freire, na medida em que o economista brasileiro salienta a importância de respeitar os diferentes tipos de conhecimento ao defender o estímulo à criatividade, à imaginação, às considerações que se originam da percepção particular de cada indivíduo.

O curso de formação para os educadores populares ocorrido em Porto Alegre oferece um subsídio essencial às reflexões nessa perspectiva, em função de um dos propósitos que pautava o trabalho: a sensibilização dos professores em capacitação para que estes se dispusessem a colocar-se no lugar de seus alunos, que se mostrassem abertos às interpretações e idéias manifestadas pelos estudantes (DA SILVA; FONTEBASSO, 2007).

Trata-se de enfatizar a alteridade como condição imprescindível para uma interação salutar entre professores e alunos, a qual assegure um processo de formação efetivo. Valendo-se do arcabouço teórico de Paulo Freire (2000), compreende-se que a alteridade é o passo inicial para que se dê a construção coletiva de conhecimento, o vínculo entre saberes que potencializa a prática e a reflexão.

O projeto desenvolvido em São Luiz Gonzaga da mesma forma apresenta evidências da construção conjunta de saberes entre professores e alunos. Neste caso, essa premissa mostra-se nos antecedentes da iniciativa, uma vez que a intervenção se

deu a partir da realização, pelos discentes, de um diagnóstico acerca da situação das famílias integrantes da comunidade de Barro Preto. Foi esta produção técnica dos acadêmicos, orientada pelos docentes responsáveis, que avalizou a captação de recursos e a execução do projeto, ao reunir as informações e efetuando as análises necessárias, formulando o mapa das condições sociais e econômicas da localidade.

Ainda detendo o olhar na experiência de São Luiz Gonzaga, os alunos que participaram do projeto de cultivo do sorgo e produção de vassouras se envolveram em espaços de construção coletiva também durante o andamento das atividades, na medida em que, como observado nas análises da subcategoria anterior, a tomada de decisão no dia-a-dia da inserção na comunidade de Barro Preto se dava por assembleias, por compartilhamento de idéias, propostas e saberes.

Em Santa Cruz do Sul, a elaboração conjunta de conhecimentos aparece ao menos em duas situações. Inicialmente, nas discussões com os jovens agricultores em função do diagnóstico preliminar que havia sido feito pela equipe do projeto, um momento relevante já que ali seriam delineados os caminhos da iniciativa. Ao tomar parte nestas decisões anteriores às práticas, os integrantes puderam acrescentar ao planejamento sugestões que representavam suas expectativas e seus saberes concernentes às temáticas e aos objetivos alinhados para as ações.

Nas atividades que envolveram o cultivo das hortas e a montagem das estufas também se nota o cuidado em constituir uma dinâmica em que não houvesse imposição unilateral do “como fazer”. Os participantes tiveram espaço para fazer uso de seus conhecimentos, somando-os aos aprendizados obtidos no decorrer dos trabalhos. As perguntas-chave que balizavam as atividades práticas do projeto propunham justamente este pensar coletivo, o qual viabilizasse a obtenção das melhores alternativas ao plantio das culturas desejadas: “quais ações posso desenvolver para diversificar a propriedade e torná-la sustentável?”, foi uma das perguntas nesse sentido, seguida de outros questionamentos subjacentes: “quais os recursos existentes? Como estão sendo utilizados e conservados? Como está a produção de alimentos? Quais os potenciais e quais as fragilidades?” (POZZEBON; LENZ, 2009, p. 24).



Finalizando esta subcategoria da formação de sujeitos, cabe destacar que no Plano de Desenvolvimento Institucional da UERGS, ao ser formulado o planejamento das ações futuras da Universidade, a preocupação com a construção coletiva do conhecimento igualmente se faz presente.

No tópico relacionado ao aprimoramento do ensino em nível de graduação, o segundo dos objetivos principais do PDI, está formalizada a atenção à articulação do conhecimento científico e tecnológico com aquele oriundo de meios diversos da academia. Consta no documento, dentre as linhas orientadoras para o fortalecimento dos cursos de graduação, o respeito à pluralidade no processo de produção de conhecimento; a valorização dos conhecimentos trazidos pelos alunos, resultantes de suas próprias experiências; e a criação de saberes a partir da interação entre as estudantes e docentes (UERGS, 2009e).

### **5.1.5 Síntese das análises da categoria formação de sujeitos**

Efetuada as reflexões da categoria A, é possível sintetizar o que foi apreendido destas primeiras análises, salientando os principais pontos levantados durante o processo de tratamento dos dados à luz dos conceitos-chave.

Inferiu-se que os atributos característicos da subcategoria consciência crítica se mostram presentes nos aspectos históricos da UERGS, particularmente dentro dos princípios norteadores da Universidade; tais atributos estão também subjacentes às iniciativas com os agricultores em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga, no esforço em recuperar a trajetória do homem do campo no Rio Grande do Sul e no Brasil; e se colocam ainda na auto-reflexão proposta para os docentes no curso de educadores populares.

Quanto à articulação técnica-política, notou-se que seus pressupostos são estimulados já na estruturação prévia dos projetos pedagógicos, esboçados quando da confirmação da implantação da Universidade, em 1999; da mesma forma, de acordo com o observado, os conteúdos curriculares de vários dos cursos correntes da UERGS evidenciam tal premissa, aproximando, por exemplo, preparo tecnológico e debates

críticos; nas ações no Vale do Rio Pardo e na região missioneira, constatou-se que a instrumentalização e o aporte técnico também ocorrem em consonância à problematização da realidade social, vinculando o aprendizado prático à tomada de consciência acerca das condições dos pequenos agricultores no Estado e no país.

Em relação à subcategoria A3, na análise dos projetos de Santa Cruz e São Luiz Gonzaga percebeu-se que se tenta levar a termo a ação protagonista estimulando a participação de todos os envolvidos nas deliberações que conduzem as atividades; em ambas as iniciativas, a ênfase na auto-estima dos integrantes é um atributo evidente, manifestado na valorização do trabalhador rural e na exaltação do potencial da agricultura familiar; as reflexões sobre o protagonismo alcançaram ainda o percurso histórico da UERGS, ao se perceber que a mobilização de indivíduos na sociedade gaúcha em geral, e, especificamente, na comunidade acadêmica, contribuíram e vem contribuindo para a constituição e preservação da Universidade.

No que se refere à construção coletiva de conhecimento, a análise dos dados aponta para o fato de que esta é uma predisposição formalizada que deveria pautar as atividades da Universidade, uma vez que se trata de um dos pontos delineados nas estratégias para o aprimoramento dos cursos de graduação e extensão no Plano de Desenvolvimento Institucional; além disso, os agricultores integrantes dos projetos em São Luiz Gonzaga e Santa Cruz se depararam com a proposta de formulação conjunta de saberes em assembléias, em decisões coletivizadas, e nas atividades práticas; no curso com educadores populares em Porto Alegre, esta idéia se manifestou na ênfase recorrente na alteridade, na aproximação professor-aluno.

O quadro 5 apresentado a seguir reúne todos estes elementos que compõem a categoria formação de sujeitos.

<b>CATEGORIA A: formação de sujeitos</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
	Princípios delineados para a Universidade	Situar o Estado e o país na economia internacional, considerando fatores políticos, culturais e históricos.

<b>CATEGORIA A: formação de sujeitos</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
<b>Consciência crítica (A1)</b>	Contexto político-econômico da agricultura no Rio Grande do Sul e no Brasil	Recuperação histórica da ascensão da matriz industrial de produção, discutindo seus impactos em macroescala, bem como as implicações na realidade local. Estímulo à reflexão sobre os desafios e as potencialidades concernentes à agricultura familiar.
	Reflexões acerca da prática docente	Preocupação em reiterar as responsabilidades intrínsecas à docência, as quais transcendem a sala de aula, envolvendo o comprometimento com as comunidades e a mediação entre estas e a instituição de ensino.
<b>Articulação técnica-política (A2)</b>	Estrutura pedagógica preliminar da Universidade	Proposta de promover a interação entre áreas e temas (engenharia de produção, inovação, gestão pública, agroindústria teriam também enfoques como o cooperativismo, a economia solidária e a qualidade de vida).
	Componentes curriculares de cursos de graduação oferecidos atualmente	Inter-relação de disciplinas, aproximando aportes tecnológicos a conceitos como ética e sustentabilidade.
	Abrangência da capacitação dos agricultores	Instrumentalização técnica vinculada ao pensamento crítico e à percepção das necessidades e potencialidades locais.
<b>Protagonismo (A3)</b>	Fortalecimento da auto-estima dos trabalhadores rurais	A relevância dos trabalhadores rurais e das famílias residentes no campo, enaltecendo a importância da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e no Brasil; Sentimento de pertença dos agricultores, demonstrando que há uma identidade que perpassa o território gaúcho e brasileiro, identidade compartilhada por indivíduos com vivências em comum no dia-a-dia das atividades agrícolas em arranjos de caráter familiar.
	Participação na tomada de decisão e busca de autonomia	Decisões coletivizadas mediante a organização de assembleias em que professores, alunos, trabalhadores rurais, e profissionais de outras entidades compartilham idéias. Atenção à necessidade de viabilizar alternativas para atender a demanda de alimentos, de modo a que não se dependa de culturas cultivadas em outras localidades.
	Ênfase na alteridade como iniciativa vital na formação discente	A sensibilização dos professores para que estes se disponham a colocar-se no lugar de seus alunos, acolhendo as idéias manifestadas pelos estudantes e percebendo-os como indivíduos com suas próprias histórias de vida e saberes daí advindos.

<b>CATEGORIA A: formação de sujeitos</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
<b>Construção coletiva de conhecimento (A4)</b>	Constituição de assembléias e espaços coletivos de decisão	Participação ativa dos alunos e integrantes de projetos conduzidos através da Universidade em elaboração de diagnósticos técnicos, debates sobre ações a serem desenvolvidas, e em decisões e planejamentos em geral.
	Delineamentos futuros para a Instituição	Pluralidade na produção de conhecimento, criação de saberes a partir da interação entre as contribuições dos estudantes e o conhecimento docente.

Quadro 5: sistematização dos temas contemplados na categoria A.

Fonte: elaborado pelo autor.

## **5.2 Categoria B: mediação global-local**

### **5.2.1 Subcategoria B1: paradoxo global-local**

A subcategoria que abre as análises referentes à mediação global-local diz respeito ao contexto econômico e geopolítico contemporâneo, no qual o processo de globalização se coloca como fenômeno de repercussão em escala mundial, influenciando o andamento dos países e as relações que os mesmos estabelecem entre si. Nessa conjuntura, no que concerne à criação das condições para o desenvolvimento, os governos nacionais se deparam com uma demanda em especial, a de se inserir no movimento de interação global, permitindo a permeabilidade e o ingresso dos estímulos externos, assegurando, ao mesmo tempo, a auto-suficiência e o atendimento das necessidades locais, mediante o estímulo à articulação de suas forças internas (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Ao se avaliar tal perspectiva desde as concepções teóricas formuladas pelos intelectuais da CEPAL, percebe-se que é esta uma tarefa de alto grau de dificuldade para as nações subdesenvolvidas, em função da distância entre primeiro e terceiro mundo, manifestada na diferença de potencial tecnológico, na disparidade sócio-econômica, e no poder de influência cultural, elementos cujas origens e desdobramentos

são explicados por conceitos *cepalistas* como centro-periferia e divisão internacional do trabalho (MORAES, 1995).

Dessa forma, se faz preciso assimilar criticamente os fatores que moldam este contexto global-local, a fim de que, uma vez identificadas as forças envolvidas nesta inter-relação, seja possível desencadear um processo de desenvolvimento que busque tanto o posicionamento no mundo globalizado, como a afirmação das vocações, valores e cultura próprias.

Estudando o percurso da UERGS desde sua fundação, constata-se que o olhar crítico acerca das interações geopolíticas foi pauta das diretrizes que erigiram a proposta pedagógica da Instituição. Por exemplo, os textos que basearam o Projeto de Lei de implantação da Universidade estabeleceram, como um dos princípios da Instituição (RIO GRANDE DO SUL, 2000):

- a preocupação em contextualizar criticamente a inserção do Rio Grande do Sul e do Brasil na economia internacional, levando em consideração elementos políticos, culturais e históricos.

Este princípio propunha tornar expresso um dos objetivos suscitados nos debates que encaminharam a criação da UERGS, o qual se referia a pensar o papel da produção científica na busca pela superação das condições de desigualdade entre países centrais e países periféricos. O monopólio do saber e a dependência tecnológica foram apontados como fatores que intensificam este distanciamento entre as nações, por isso, as instituições que lidam diretamente com tais elementos acabam por exercer uma função estratégica essencial, sobretudo nos esforços para promover o desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Ainda enfocando passagens que demonstram o propósito de agregar aos parâmetros da universidade o debate referente às interfaces do mundo globalizado, um dos fatores que impulsionaram a criação da UERGS foi a identificação da necessidade de criar cursos de graduação com currículos diferenciados, que respondessem às novas expectativas de ordem econômica e social disseminadas em nível mundial, e que, na perspectiva de fomentar as articulações internacionais do Estado, auxiliassem no

aperfeiçoamento da capacidade técnica dos trabalhadores das diversas áreas e regiões do Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Ao contemplarem análises históricas a respeito da estrutura agrária brasileira e gaúcha, os projetos em São Luiz Gonzaga e Santa Cruz do Sul se encaixam nesta subcategoria que delimita os aportes críticos referentes às articulações entre forças globais e locais. As abordagens concernentes à disseminação da matriz industrial e aos impactos daí decorrentes, bem como o estímulo a contextualizar as condições enfrentadas pela agricultura familiar em função do poderio da atividade agrícola de larga escala demonstram que, dentre os temas discutidos nas intervenções, parte dos debates foi direcionada para se pensar as relações internacionais, especificamente os desdobramentos que modificaram o paradigma de produção no campo.

O paradoxo global-local é identificado nesta perspectiva devido ao fato de que a origem das mudanças a que se faz menção deu-se na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e sua incorporação por outros países ocorreu muitas vezes sem a mediação necessária, de maneira que a adaptação aos diferentes ecossistemas, à cultura e à tradição dos trabalhadores rurais das outras nações foi, em várias situações – como na realidade brasileira - comprometida.

Deriva daí o engajamento das atividades com os agricultores, no sentido de problematizar os impactos decorrentes desse processo, como se identifica, por exemplo, em momentos do projeto no Vale do Rio Pardo, em que a repercussão da “revolução verde” no Brasil – ameaça à biodiversidade, destruição dos recursos naturais, êxodo rural, perda de autonomia e saberes por parte dos camponeses - foi trabalhada com os participantes (POZZEBON; LENZ, 2009).

Assim como houve a preocupação em situar em um contexto de âmbito global as dificuldades enfrentadas no campo, os projetos buscaram também evidenciar os atributos que caracterizam a dinâmica de produção local e que a distingue de outros arranjos produtivos. A partir disso, em contraponto à matriz industrial, a agricultura familiar foi afirmada, conforme discutido nas análises da categoria A, como uma organização tradicional das regiões e mesmo do Estado e do país.

O enfoque da mediação global-local, ao posicionar em escala geopolítica a resposta que a agricultura familiar poderia constituir em oposição à supremacia industrial, permite avançar nesta reflexão, isso porque a discussão, neste patamar, alcança o nível estratégico, uma vez que, recuperando a premissa da categoria B, o caminho para viabilizar o desenvolvimento compreende, dentre outros aspectos, a potencialização das forças locais.

Desse modo, a afirmação dos arranjos produtivos organizados desde as pequenas propriedades, a valorização e preservação de práticas e saberes vinculados à história, à tradição e à cultura de um dado lugar, pressupostos das duas iniciativas da UERGS em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga, se configuram em medidas alinhadas à idéia de preparar regiões e países a tomar parte nas interações globais de forma a preservar ou conquistar uma maior autonomia face às disputas econômicas internacionais, sempre destacando a necessidade de fomentar as atividades características e identificadas com a trajetória própria do local.

Na subcategoria a seguir, é dado prosseguimento às considerações a respeito das mediações que pautam a categoria B, avançando da observação das iniciativas voltadas a pensar criticamente a interação global-local, à análise das ações da Universidade Estadual que visam potencializar os atributos regionais para uma melhor inserção nas articulações internacionais.

### **5.2.2 Subcategoria B2: Lugares-globais e lugares locais**

O conceito que abarca a definição dos lugares-globais e lugares-locais complementa a teorização que baseia a subcategoria B1, identificando como se configura a relação de forças em âmbito local em função da globalização e da cada vez maior permeabilidade entre aquilo que é exterior a uma dada região e o que é de caráter endógeno à localidade (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

Esta conceituação aprofunda as reflexões sobre o reordenamento das práticas produtivas e das configurações econômicas e sociais em função da consolidação do mundo globalizado, e seu foco de estudo é direcionado aos dois arranjos que são

suscitados a partir desta reestruturação, os lugares-globais e os lugares-locais, ambos coexistindo em um mesmo território, seja um país, uma região ou uma localidade específica (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

O lugar-global se refere a um espaço definido por movimentos exógenos ao dado local, representando pressupostos externos à localidade em questão, como objetivos de corporações estrangeiras e agendas de organismos internacionais. O lugar-local, por sua vez, compreende a preservação do conjunto histórico-cultural de um determinado território, envolvendo a sustentação de aspectos vinculados à política, à economia e às relações sociais tradicionalmente estruturadas ao longo do tempo (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

Nesse sentido, a estratégia dos governos para o desenvolvimento envolve a compreensão destas interfaces para que seja possível fortalecer a estrutura do lugar-local através de investimentos em seus atributos, aí incluídos os arranjos tradicionais de produção, e as potencialidades e vocações regionais.

A valorização das potencialidades das diferentes regiões do Estado é um dos princípios da UERGS. Conforme assinalado na Lei de Criação da Universidade, a premissa que orientou sua implantação diz respeito a uma proposta de desenvolvimento que necessariamente contempla o fortalecimento das vocações locais e o fomento das estruturas produtivas tradicionais de cada parte do território gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2001b).

Nota-se ainda que esta diretriz voltada ao investimento nas culturas próprias foi alinhada a partir da percepção acerca da relação de forças entre o lugar-local e o lugar-global. As discussões de alguns grupos de trabalho que antecederam a constituição da Universidade, em diversos momentos abordaram o desdobramento decorrente da potencialização dos atributos regionais, a qual acarretaria em mudanças nas relações com os fatores e agentes exógenos. O desenvolvimento, argumentava-se, demandaria o alcance de uma equivalência entre as localidades e os elementos externos, daí o foco no fomento regional como condição imprescindível em um contexto de subdesenvolvimento (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).



A atenção à preservação e ao aprimoramento das potencialidades locais pode ser também identificada a partir dos cursos de graduação oferecidos pela UERGS, bem como mediante a observação da disposição geográfica das unidades que compõem a Universidade.

A organização dos cursos busca a capacitação profissional voltada a algumas das atividades mais tradicionais do Estado, como aquelas relacionadas à agricultura e à pesca e pecuária. São seis cursos de graduação oferecidos<sup>54</sup>, preparando os futuros egressos a atuar na gestão das cadeias agroindustriais referentes à fruticultura, a horticultura e à produção de alimentos em geral, além da formação referente à agropecuária e aos recursos pesqueiros.

Recuperando a estrutura descentralizada e *multicampi* que foi proposta à Universidade, nota-se que houve um planejamento em que se buscou fixar cada curso em locais cujas culturas produtivas refletem justamente os componentes curriculares e os objetivos formulados para a graduação em questão.

O que cabe ser destacado nestas reflexões acerca do fortalecimento das localidades a partir da ênfase nas vocações regionais é o fato de que se percebe, na análise dos propósitos de cada curso de graduação, um esforço em não apenas preparar mão-de-obra apta a exercer determinadas funções, mas um esforço em formar profissionais de alta qualificação, no sentido de não só preservar as culturas tradicionais, como sobretudo agregar valor a seus processos, expandindo, assim, a estrutura produtiva do Estado. A partir disso, observa-se nos currículos dos cursos o foco em instrumentos e ferramentas que dêem suporte à análises técnicas, avaliações e diagnósticos, além de apoio à tomada de decisão e ao empreendedorismo, dentre outros fatores.

Somam-se a isso os atributos discutidos na categoria A, que denotam a preocupação com uma formação também voltada à consciência crítica e ao protagonismo. Assim, analisando em conjunto os elementos suscitados nas subcategorias da formação de sujeitos e esta premissa de preparar profissionais para a

---

<sup>54</sup> Os cursos referidos são os seguintes: Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada; Curso Superior de Tecnologia em Recursos Pesqueiros: Produção de Pescados; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Agroindústria; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Fruticultura; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Horticultura; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção.

afirmação das potencialidades de cada região, infere-se que há uma perspectiva de colocar à disposição da sociedade egressos em condições de contribuir para o desenvolvimento do Estado, na medida em que sua trajetória acadêmica lhes teria proporcionado uma capacitação técnica que ofereceu subsídios instrumentais à inovação dos sistemas produtivos, e, ao mesmo tempo, fez com que este novo profissional compreendesse por que é importante esta sustentação e aprimoramento das cadeias produtivas identificadas com as diferentes regiões, bem como sua responsabilidade e seu poder de ação neste contexto.

A análise das experiências com os jovens agricultores e a comunidade de Barro Preto sugere uma coerência nas ações conduzidas pela UERGS, pois demonstram que também nas inserções de extensão há o cuidado em ampliar o escopo de formação, na medida em que as duas dinâmicas contemplam os atributos discutidos na categoria A, concedem também espaço à contextualização crítica das interfaces entre lugares global e local, como visto na subcategoria B1, e, da mesma forma, vislumbram prerrogativas estratégicas referentes ao fortalecimento das potencialidades regionais, uma vez que ambas as intervenções enaltecem a agricultura familiar, arranjo típico das respectivas regiões.

É possível, ainda, acrescentar mais um argumento nesta reflexão sobre a predisposição da UERGS em fortalecer as vocações das diferentes localidades do Estado. Além da alta qualificação pretendida com a capacitação técnica e instrumental – e dos demais aspectos trabalhados originalmente nas subcategorias anteriores – há o direcionamento de boa parte das atividades curriculares propostas em diversos cursos para o desenvolvimento tecnológico, para a inovação, e para a construção de uma base produtiva alinhada com a sustentabilidade. Na próxima subcategoria são debatidos estes pontos dentro do contexto da internacionalização da Universidade Estadual.

### **5.2.3 Subcategoria B3: internacionalização**

A subcategoria que conclui as reflexões ligadas à mediação global-local diz respeito à inserção de um determinado país ou região no contexto internacional, a fim

de que a dada localidade cultive uma relação salutar com os diversos agentes que lhe são externos, procurando situar-se adequadamente no cenário mundial (PANIZZI, 2004).

A mobilização das políticas públicas em prol das potencialidades locais não pode, portanto, ocorrer desvinculada das dinâmicas que dão andamento ao mundo contemporâneo. É preciso que este processo se dê articulado aos movimentos globais, por isso torna-se fundamental, na condução do percurso de consolidação dos lugares-locais, uma aproximação, sempre criticamente mediada, com fatores muitas vezes exógenos e originados dos lugares-globais, por exemplo, elementos ligados aos avanços tecnológicos e à inovação.

Nesta perspectiva de abrir-se às questões de ordem global, é possível incluir também, já projetando as evidências identificadas na análise da trajetória da UERGS, a necessidade de tomar parte nos debates e ações deflagrados para o enfrentamento de problemas de âmbito planetário, como os relacionados à preservação dos recursos naturais, à manutenção dos ecossistemas, e à sustentabilidade.

Desse modo, se constitui uma estrutura que, além de sedimentar as condições propícias à afirmação das potencialidades e vocações da região, da mesma forma permite posicioná-la globalmente, configurando, assim, um processo de internacionalização no qual a localidade se fortalece mas não encerra-se em si mesma, estabelecendo interfaces com os lugares-globais.

Observando esta premissa sob o olhar dos autores vinculados à CEPAL, a internacionalização viabilizada nestes moldes poderia contribuir, junto com outras medidas, para a superação da disposição centro-periferia que circunscreve as relações entre os países. Mais do que isso, haveria também um movimento de rearranjo na divisão internacional do trabalho, uma vez que a inserção em campos como o da tecnologia e da inovação proporcionaria às nações de terceiro mundo subsídios que, articulados com elementos políticos e voltados para os aspectos sociais, poderiam vir a assegurar o alcance de uma equivalência de forças com os países já desenvolvidos.

As ações em prol do desenvolvimento compreendem uma dimensão estratégica que passa, então, pela capacidade de gerar uma estrutura local que atenda

adequadamente às demandas das próprias regiões e igualmente responda às expectativas em nível mundial, mediando criticamente a interação local-global, investindo na potencialização regional, e ampliando esta potência para promover uma inserção consistente no contexto internacional.

Analisando os dados coletados na pesquisa, nota-se que a internacionalização foi um dos parâmetros originais que fundamentaram a Universidade Estadual. Em 2000, quando diversas articulações foram efetuadas no intuito de amparar institucionalmente a criação da UERGS, dentre os vínculos aos quais se deu atenção destacam-se aqueles constituídos com universidades estrangeiras e organismos internacionais (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Houve, na ocasião, uma aproximação com a UNESCO, órgão que dois anos antes promulgara uma declaração assinalando a relevância da Educação Superior para a consecução de um desenvolvimento que de fato se torne amplo, abarcando a economia, a política, a cultura e a sociedade.

Além do contato com a UNESCO, professores de instituições universitárias da Espanha e da França foram convidados a participar da elaboração das diretrizes pedagógicas da Universidade, promovendo também, nos primeiros meses de funcionamento da Instituição, oficinas com os docentes recém empossados (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

A preocupação com a internacionalização aparece também nas áreas apontadas como prioritárias para a UERGS. Dentre os temas que se colocaram como essenciais à Instituição recém criada, constava, em um dos itens, “relações e negociações internacionais”. Além disso, estavam também delineados elementos que visualizavam a perspectiva de inserção mundial através do preparo para lidar com as expectativas contemporâneas, relacionadas à inovação tecnológica e à sustentabilidade, como “gestão e desenvolvimento tecnológico em agroindústria”, “energia e gestão ambiental”, “engenharia de alimentos”, e “tecnologia da informação” (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

O direcionamento dos temas à dimensão tecnológica e ao desenvolvimento sustentável se mantém de forma consistente na estrutura pedagógica corrente na Universidade.

O foco na tecnologia e na inovação está presente em vários cursos, sendo que alguns têm toda sua estruturação baseada nestes elementos<sup>55</sup>. Em diferentes segmentos, cada curso oferece uma formação que prepara os alunos a lidar com aportes tecnológicos diversos, no intuito de viabilizar medidas inovadoras aos sistemas produtivos regionais. Dentre estas medidas, podem ser destacadas a qualificação da cadeia produtiva do setor industrial e de serviços; o aprimoramento dos processos produtivos nas áreas farmacêutica, química e alimentícia; a construção de projetos voltados a sistemas digitais para o setor de informática; e a melhoria dos sistemas de geração de energia para a indústria (UERGS, 2009c).

O desenvolvimento sustentável é um conceito que perpassa os currículos de boa parte dos cursos da Universidade, orientando principalmente os projetos pedagógicos das formações de ênfase tecnológica. Mais do que isso, a UERGS conta com quatro graduações voltadas especificamente ao preparo de profissionais a exercerem atividades relacionadas à preservação ambiental e à manutenção dos ecossistemas locais<sup>56</sup>.

Além dos cursos de graduação, são várias as iniciativas de extensão que vêm trabalhando com as comunidades as questões relacionadas à sustentabilidade, por exemplo, educação ambiental em escolas municipais em Encantado, coleta seletiva de lixo em Três Passos, tratamento de resíduos sólidos e líquidos em Cachoeira do Sul, e uso racional da água em Ibirubá (UERGS, 2009a).

Todos estes aspectos complementam os fatores já analisados que indicam a possibilidade de fortalecer os lugares-locais a partir da ênfase nas vocações de cada região. Esta premissa é intensificada na perspectiva agora discutida, já que o trabalho voltado à inovação e ao aporte tecnológico, orientado pelo marco da sustentabilidade, pode trazer contribuições significativas para as cadeias produtivas regionais, e, em decorrência, à sociedade gaúcha, configurando-se em uma estratégia que, cabe ressaltar,

---

<sup>55</sup> Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Engenharia de Sistemas Digitais.

<sup>56</sup> Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Curso de Graduação em Ciências Biológicas: ênfase Gestão Ambiental Marinha e Costeira; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Silvicultura

é colocada em ação quotidianamente nas atividades conduzidas pela Universidade Estadual.

O pressuposto da UERGS em contemplar inovação, tecnologia e desenvolvimento sustentável adquire caráter estratégico porque acompanha um movimento contemporâneo, em que as instituições de todo o mundo estão impelidas a prover soluções para os problemas ambientais que se mostram cada vez mais evidentes.

Com isso, a Universidade se insere nas discussões em nível global, e, ao promover uma formação que prevê a mediação entre inovação tecnológica e preservação dos recursos naturais, oferece às matrizes produtivas do Estado profissionais que podem auxiliar na busca por diferenciais competitivos e no esforço contínuo em aprimorar processos, de modo a criar novos sistemas e a agregar valor aos já existentes.

#### **5.2.4 Síntese das análises da categoria mediação global-local**

Apresentadas as análises concernentes à segunda categoria, são agora assinaladas as idéias fundamentais decorrentes das reflexões em cada uma de suas subcategorias.

Com relação à subcategoria B1, paradoxo global-local, foi possível depreender que nos princípios elaborados para a Universidade Estadual havia a intenção de enfatizar o papel das instituições de nível superior no contexto da globalização; a discussão crítica acerca das relações internacionais deu-se também nos projetos em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga, nos quais foi enfatizada a repercussão das interações entre países ricos e pobres no trabalho campesino; a partir disso, se enalteceu, conforme observado, a agricultura familiar como arranjo organizacional a ser fortalecido.

Quanto às discussões relacionadas às interfaces entre os lugares-globais e lugares locais, inferiu-se que a afirmação das vocações regionais consta na Lei de Criação da Universidade, e foi uma das principais diretrizes delineadas para a

Instituição; o perfil dos cursos de graduação, bem como a descentralização em várias unidades, confirmam este objetivo original da UERGS, evidenciando um potencial de contribuição para a sustentação e aprimoramento das cadeias produtivas regionais.

A subcategoria B3, cujo enfoque foi a internacionalização, reuniu, a partir da análise dos dados coletados, reflexões sobre o esforço que caracterizou os trabalhos prévios à criação da Universidade Estadual no sentido de estabelecer alianças com instituições estrangeiras e órgãos internacionais; foi dada ênfase também às áreas do conhecimento delimitadas para a atuação da UERGS, outro indício da preocupação com a inserção mundial da Instituição e do Estado; esta última subcategoria abordou ainda a dimensão estratégica subjacente à articulação entre tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável que caracteriza diversas formações propostas pela Universidade.

O quadro 6 disposto a seguir sintetiza os temas presentes na categoria B.

<b>CATEGORIA B: mediação global-local</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
<b>Paradoxo global-local (B1)</b>	Princípios delineados para a Universidade	Papel da produção científica na superação das condições de desigualdade entre países centrais e países periféricos, sendo que as universidades, nesta perspectiva, exercem função estratégica na promoção do desenvolvimento.
	Contexto histórico e geopolítico da agricultura no Rio Grande do Sul e no Brasil	Discussão sobre as condições enfrentadas pela agricultura familiar em função do poderio da atividade agrícola de larga escala sob o foco das relações internacionais, especificamente os desdobramentos que modificaram o paradigma de produção no campo.
	Relevância da agricultura familiar	A afirmação dos arranjos produtivos organizados desde as pequenas propriedades, e a valorização de práticas vinculadas à cultura regional, são medidas alinhadas à idéia de preparar regiões e países a tomar parte nas interações globais, de forma a preservar ou conquistar uma maior autonomia face às disputas econômicas internacionais.
<b>Lugares-globais e lugares-locais (B2)</b>	Lei de Criação da Universidade e diretrizes colocadas para a Instituição	Proposta de desenvolvimento que contemple o fortalecimento das vocações locais e o fomento das estruturas produtivas tradicionais de cada parte do território gaúcho. O desenvolvimento só se confirma mediante o alcance de uma equivalência de forças entre as localidades e os elementos externos, daí o foco no fomento regional como condição imprescindível em um contexto de subdesenvolvimento.
	Perfil dos cursos de graduação e a disposição geográfica das unidades que compõem a Universidade	A composição dos cursos busca a capacitação profissional voltada a algumas das atividades mais tradicionais do Estado, e a estrutura descentralizada e <i>multicampi</i> que foi proposta à Universidade evidencia que se buscou fixar cada curso em locais cujas culturas produtivas refletissem os componentes curriculares e os objetivos formulados para as graduações.
	Atributos da formação profissional pretendida pela UERGS	Possibilidade dos egressos contribuírem para o desenvolvimento do Estado, na medida em que sua trajetória acadêmica lhes teria proporcionado a capacitação técnica e a compreensão de por que é importante a sustentação das cadeias regionais em função das interfaces entre forças globais e locais.



<b>CATEGORIA B: mediação global-local</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
<b>Internacionalização (B3)</b>	Vínculos internacionais visando à institucionalização da Universidade	No ano que antecedeu o início das atividades da UERGS, diversas articulações foram efetuadas no intuito de amparar institucionalmente sua criação, dentre as quais destaca-se a aproximação com universidades estrangeiras e organismos internacionais.
	Áreas do conhecimento definidas como prioritárias para a Universidade	A preocupação com a internacionalização aparece nas áreas balizadoras do andamento da UERGS. Dentre os temas, elementos que visualizavam a perspectiva de inserção mundial através do preparo para lidar com as expectativas contemporâneas, relacionadas à inovação tecnológica e à sustentabilidade.
	Perfil dos cursos de graduação e das iniciativas de extensão	<p>O foco na tecnologia e na inovação está presente em vários cursos, propondo uma formação que permite aos alunos lidar com aportes tecnológicos diversos.</p> <p>O desenvolvimento sustentável perpassa os currículos de boa parte dos cursos, e são várias as iniciativas de extensão que vêm trabalhando com as comunidades as questões relacionadas à sustentabilidade.</p> <p>Ao promover a mediação entre tecnologia e preservação dos recursos naturais, a Universidade contribui para a viabilização de medidas inovadoras aos sistemas produtivos regionais.</p>

Quadro 6: sistematização dos temas contemplados na categoria B.

Fonte: elaborado pelo autor.

### **5.3 Categoria C: inserção social**

#### **5.3.1 Subcategoria C1: vínculo com a sociedade**

O vínculo com a sociedade, máxima que dá título a esta primeira subcategorização da categoria C, diz respeito à responsabilidade das instituições de nível superior para com seu entorno, se refere à necessidade de que tais organizações se

voltem ao atendimento das demandas da população, fazendo da produção de conhecimento um meio de superação dos problemas enfrentados por um determinado país ou região (SAVIANI, 2007).

As universidades estaduais, em especial, precisam buscar a identificação com suas regiões, a fim de corresponder às expectativas quanto à sua atuação, dando resposta aos desafios com os quais as comunidades se deparam. A partir disso, as instituições mantidas pelos governos estaduais podem valer-se dos pressupostos que situam as regiões, juntamente com as forças e agentes que as integram, em uma perspectiva que valoriza seus atributos e recupera sua história e cultura, salientando os elementos que a definem enquanto região, premissas construídas nos conceitos de região-sujeito e forças endógenas (BOISIER, 1999).

A análise das informações coletadas indica que a UERGS adota o estabelecimento de vínculos com a sociedade como medida estratégica, organizando suas atividades, no que se refere à sustentação destes laços, em pelo menos duas frentes, a promoção da inclusão social e o atendimento das demandas da população.

Sobre a inclusão social, o curso voltado aos educadores populares já colocava em prática, no primeiro ano da Universidade, um dos princípios da Instituição, a de abrir suas portas à população de baixa renda. O curso foi, assim, uma oportunidade de adquirir uma formação superior para aqueles que teriam dificuldade em arcar com os custos de um estudo que não fosse gratuito.

A abordagem do item 4.3.1 a respeito dos deficientes físicos que estudam na Universidade permite a familiarização com mais uma das propostas nesse sentido. Seguindo o que consta em sua Lei de Criação, que prevê reserva de vagas a portadores de necessidades especiais, a UERGS vem recebendo alunos com deficiência, apesar das várias dificuldades de ordem estrutural e didática com as quais os acadêmicos se deparam, conforme discutido no capítulo 4.

Ainda com relação à inclusão social, a avaliação dos marcos principais do Plano de Desenvolvimento da Universidade demonstra que há a intenção de aprofundar a abrangência do acolhimento aos alunos economicamente hipossuficientes e aos portadores de necessidades especiais. Está formalizada, no PDI, a disposição em

organizar programas de acompanhamento dos discentes, aí incluídos o atendimento psicopedagógico, o oferecimento de bolsas de estudo, a orientação profissional para a inserção no mercado de trabalho, e o vínculo com os egressos. O Plano procura viabilizar a ampliação da estrutura acadêmica de apoio aos estudantes, buscando constituir um ambiente institucional que auxilie os alunos durante todo seu percurso de formação, não se limitando apenas à reserva de vagas para o ingresso na Universidade (UERGS, 2009e).

Sobre o atendimento das demandas da população, o próprio PDI prevê, nas diretrizes formuladas para as atividades de extensão, a constituição de centros de educação e formação continuada, bem como a criação de institutos para estudos avançados. A idéia é estabelecer tais estruturas junto às comunidades, promovendo ações que espelhem os anseios das populações envolvidas (UERGS, 2009e).

Além da proposta de delineamento das práticas de extensão contida no Plano de Desenvolvimento da Universidade, os cursos de graduação da mesma forma estão organizados de modo a contemplar as expectativas das comunidades. Dois exemplos podem ser alinhados nesse sentido, os quais ilustram a intenção de, através do trabalho acadêmico, oferecer à sociedade subsídios para a resolução de seus problemas. O curso de Administração: Sistemas e Serviços de Saúde, ministrado em Porto Alegre, forma profissionais para atuar em sistemas regionais e municipais de saúde, além de prepará-los para tomar parte na formulação de políticas públicas, podendo, assim, contribuir ao aperfeiçoamento dos atendimentos e dos fluxos concernentes a esta que é uma das áreas mais problemáticas não somente do Estado, mas do país. O curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia é outro exemplo que cabe ser observado neste contexto, uma vez que seus egressos têm uma capacitação que envolve a gestão em saneamento e resíduos urbanos, estando aptos a atender uma das principais demandas da sociedade, a qual compreende o tratamento de esgoto, a universalização do saneamento básico, e a destinação adequada do lixo diariamente acumulado nas cidades.

A promoção da inclusão social e o atendimento das demandas da população, os dois atributos destacados nesta subcategoria C1, expõem uma das características emblemáticas da UERGS, um fundamento que acompanha a Universidade Estadual desde as primeiras manifestações defendendo sua criação: a busca constante em

aproximar-se das comunidades, consolidando uma identificação entre a sociedade e a Instituição, a fim de que a Universidade seja considerada como uma efetiva representante dos interesses do Estado, aí incluídos os diversos segmentos produtivos, as diferentes regiões e territórios, os municípios, as classes dos trabalhadores rurais e urbanos, os empresários, as organizações públicas e privadas, os movimentos, associações e entidades, enfim, todos os agentes que compõem a estrutura social do Rio Grande do Sul.

Retomando o projeto pedagógico do curso para educadores populares, percebe-se uma iniciativa que colocou em prática tal fundamento, já que um de seus objetivos era instruir os professores para que estes trabalhassem como agentes de mediação entre as escolas e as comunidades. As instituições de ensino médio e fundamental, a partir disso, seriam concebidas como interlocutoras de seu entorno, fazendo de suas atividades, meios para auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população.

A ênfase nesta premissa norteadora do curso com os educadores populares é relevante porque da mesma forma trata-se de uma referência aos cursos de Pedagogia que são atualmente oferecidos em diversas unidades da UERGS<sup>57</sup>. Assim, é possível visualizar o potencial que detém tal assertiva de fazer da escola porta-voz da comunidade, uma vez que há uma abrangência territorial que contempla cinco regiões do Estado, sendo, então, razoável, pressupor que há chance de que várias escolas em diversos municípios gaúchos se deparem com esta proposta.

Na subcategoria C2, é dado continuidade ao enfoque acerca da inserção social da UERGS, através da análise dos vínculos estabelecidos em função da valorização dos saberes não-acadêmicos.

### **5.3.2 Subcategoria C2: valorização dos saberes não-acadêmicos**

Seguindo nas reflexões sobre a relação da Universidade Estadual com as comunidades, a subcategoria C2 trata da abertura concedida pela Instituição aos

---

<sup>57</sup> A graduação em Pedagogia é oferecida em Bagé, Cidreira, São Francisco de Paula, e Cruz Alta. Em Montenegro estão reunidas as quatro licenciaturas voltadas às Artes (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro).

conhecimentos oriundos de fontes diversas do meio acadêmico. Assim, se espera que o esforço em atender as reivindicações da sociedade seja, na verdade, uma mobilização que articula o aporte científico desenvolvido pelo domínio universitário com os saberes de origem histórica e cultural, enraizados na tradição das regiões (SAVIANI, 2007).

A partir disso, são afirmadas, uma vez mais, as máximas que a construção histórico-estrutural de Boisier (1999) defende na teorização referente aos conceitos de região-sujeito e de forças endógenas, na medida em que, ao serem enaltecidos os conhecimentos identificados com a trajetória de cada localidade, seus atributos característicos são preservados, e suas especificidades, respeitadas.

Alguns cursos de graduação da UERGS espelham esta intenção de estabelecer inter-relações entre conhecimentos. Analisando as formações concernentes à agropecuária, constata-se que os cursos articulam abordagens científicas, voltadas à inovação tecnológica, como os temas focados em controle de matéria-prima e na qualidade e segurança dos produtos, com enfoques direcionados ao resgate das peculiaridades culturais das regiões, por exemplo, o arranjo familiar de produção e a agricultura orgânica.

O Plano de Desenvolvimento Institucional assinala a ênfase dada aos saberes não-acadêmicos no capítulo referente ao fomento das ações de extensão. A redação do instrumento expõe o propósito da Universidade de avançar em relação ao conceito de “extensão” como um movimento em que o meio acadêmico simplesmente outorga seus conhecimentos à sociedade. No PDI faz-se uso, como visto, do termo “interação dialógica” para situar os parâmetros que se pretende para as atividades extensionistas, evidenciando que, na concepção que planeja o andamento da Instituição para os próximos anos, é a troca de saberes que deve pautar o encontro UERGS-comunidades (UERGS, 2009e).

O cuidado em preservar os saberes oriundos da cultura e da tradição se coloca como mais uma das premissas que a Universidade Estadual sustenta em prol do fortalecimento regional. Tal pressuposto assume um caráter estratégico, na medida em que preserva elementos que distinguem as localidades – no que se refere aos conhecimentos específicos, constituídos a partir da história local – ao mesmo tempo em

que cria condições para o aprimoramento de técnicas, atividades e processos mediante o aporte tecnológico promovido pelos saberes difundidos através das práticas acadêmicas em ensino, pesquisa e extensão.

As possibilidades deflagradas a partir da valorização dos saberes não-acadêmicos são potencializadas ao se analisar seus atributos juntamente com outros enfoques já debatidos, como o estímulo às vocações regionais. A proposta de sustentação das cadeias produtivas características de cada localidade do Estado - objetivo da Universidade trabalhado nas reflexões reunidas na categoria B – ao contemplar também esta diretriz de articulação entre conhecimentos, pode ter seu alcance ampliado em função da manutenção de saberes identificados com a história local.

Em um olhar voltado aos indivíduos, a observação conjunta dos conteúdos da mesma forma evidencia, assim como destacado em passagens anteriores, um alinhamento entre as atividades desenvolvidas pela UERGS, já que a valorização dos saberes não-acadêmicos se relaciona diretamente com um dos temas discutidos na categoria A, a criação coletiva de conhecimento. Trata-se de diretrizes semelhantes colocadas em perspectivas distintas, uma delas em um plano coletivo, abrangendo a preservação de saberes das comunidades em âmbito regional, e a outra enfatizando os conhecimentos em perspectiva individual, suscitados nas experiências de cada sujeito.

Abordados os elementos que integram as subcategorias C1 e C2, a próxima subcategoria, interações em nível institucional, finaliza as discussões concernentes à categoria analítica C.

### **5.3.3 Subcategoria C3: Interações em nível institucional**

A subcategoria C3 retoma a idéia de investir na aproximação entre a Universidade Estadual e a sociedade, desta vez sob o enfoque institucional, dando ênfase às relações da UERGS com organizações de diferentes origens. Por se tratar de uma universidade nova, os vínculos com outras instituições se constituem em uma medida importante para viabilizar atividades e potencializar o alcance de suas ações.

Desse modo, a interação com órgãos governamentais em nível municipal, estadual e federal, a articulação com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, bem como o diálogo permanente com setores empresariais e ligados à indústria e serviços se mostram essenciais (PANIZZI, 2004).

A construção de interfaces com as demais instituições presentes no Estado pode vir a se configurar em um processo importante para a consolidação das regiões, a partir do que Boisier (1999) intitula “capacidade de organização”, em que os agentes que atuam nas localidades somam-se, articulam-se, unem forças a fim de responder às demandas colocadas, constituindo-se em uma ação fundamental para o desenvolvimento.

A interação com outras organizações já faz parte da história da UERGS antes mesmo de seu surgimento, uma vez que nas várias plenárias que discutiram sua fundação durante as décadas de 1980 e 1990, dezenas de instituições se fizeram representar, participando dos debates e auxiliando na formulação das bases políticas, pedagógicas e legais que viriam a nortear a implantação e o andamento da Universidade (ALBUQUERQUE; ROSSATO, 2002).

Desde sua criação, a UERGS vem se valendo de parcerias com outras instituições para ampliar o alcance de suas atividades, em convênios firmados como, por exemplo, com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em Novo Hamburgo, e com a Fundação Municipal de Artes de Montenegro (FUNDARTE), alianças que auxiliam na condução das atividades nas unidades da Universidade localizadas nestes dois municípios.

Uma das experiências que ilustra a predisposição em manter relações institucionais é o curso para educadores populares que, ao longo de quatro anos, aproximou a UERGS da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e de órgãos responsáveis por programas sociais efetuados na capital do Estado, como o Movimento de Alfabetização da Prefeitura de Porto Alegre (MOVA), e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) (BENNETI, 2007).

Os projetos desenvolvidos em Santa Cruz do Sul e São Luiz Gonzaga também evidenciam a participação de organizações apoiadoras. Em Santa Cruz houve parcerias

com o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Rural (EMATER/RS), enquanto que em São Luiz Gonzaga, a própria EMATER/RS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Escola Técnica Cruzeiro do Sul, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, a Associação Comercial e Industrial da cidade, e a Prefeitura Municipal deram suporte às atividades.

Ao se fazer menção ao apoio da Prefeitura de São Luiz Gonzaga ao projeto da UERGS conduzido na comunidade de Barro Preto, cabe salientar que as articulações com as prefeituras têm feito parte das interações institucionais mantidas pela Universidade.

O Relatório Final da Subcomissão da UERGS publicado pela Assembléia Legislativa mapeia algumas dessas parcerias, registrando a participação de prefeitos, vereadores e secretários municipais nas reuniões promovidas para discutir os problemas da Universidade durante as mobilizações ocorridas em 2008. No documento consta também algumas das ações de prefeituras que auxiliam o andamento das atividades da Instituição, como os investimentos em infra-estrutura nas unidades da UERGS a partir de recursos das prefeituras de Vacaria e Alegrete (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

O Relatório traz ainda mais um fato a ser destacado, na medida em que registra, entre os participantes dos debates, a presença de lideranças de municípios nos quais a UERGS não possui unidade. Cidades como Camaquã e Sentinela do Sul, localizadas na região onde a Universidade Estadual tem sede no município de Tapes; São José do Ouro, Cacique Doble e Caseiros, situadas na região em que Sananduva recebe unidade; e São Valentim, próxima à Erechim, que faz parte da Região III na disposição geográfica da Universidade, são exemplos de municípios que se fizeram representar, através de prefeitos e secretários, nas discussões acerca dos rumos da Instituição (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Devido à complexidade de sua estrutura *multicampi*, a consolidação da Universidade Estadual passa por estas articulações com as prefeituras, o que pode contribuir para a legitimação com as comunidades também sob a perspectiva institucional.



O Relatório da Subcomissão avança neste enfoque ao salientar que, além do vínculo com os municípios, é necessário o aprofundamento das relações com os demais organismos estaduais, uma vez que se trata de interações sob a mesma esfera, daí que a Universidade, reiteram os relatores do documento, poderia estabelecer uma aproximação mais efetiva com órgãos como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), instituições que, assim como a Universidade Estadual, têm o desenvolvimento do Rio Grande do Sul dentre seus objetivos (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Esta lacuna é reconhecida no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, e um dos propósitos formalizados no PDI diz respeito a um posicionamento mais contundente nas dinâmicas conduzidas pelo Estado através de seus organismos, estreitando, assim, o relacionamento com as demais organizações mantidas pelo governo estadual, e cumprindo o papel de oferecer subsídios acadêmicos que contribuam para a tomada de decisão acerca de questões estratégicas em âmbito político, econômico e social (UERGS, 2009e).

O PDI prevê também, dentro das ações direcionadas à pesquisa e à pós-graduação, a busca de parcerias com outras universidades e com agências de fomento nacionais e estrangeiras, o que ampliaria as alianças sustentadas pela Instituição, as quais contemplariam, recuperando os elementos desta subcategoria, interações em escala municipal, estadual e federal - além das aproximações com organismos internacionais - mantidas a partir de articulações com o poder público e a iniciativa privada, com associações e sindicatos, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre outras instituições.

#### **5.3.4 Síntese das análises da categoria inserção social**

Esta terceira e última categoria abrangeu três temas-chave, o vínculo com a sociedade, a valorização dos saberes não-acadêmicos, e as interações em nível institucional.

A partir das reflexões delineadas no primeiro dos temas, inferiu-se que a UERGS assume como premissas tanto a inclusão social como o atendimento das demandas da população. A inclusão social formaliza-se já na Lei de Criação da Universidade, em função da reserva de vagas a candidatos oriundos de famílias de baixa renda e aos portadores de necessidades especiais. O Plano de Desenvolvimento da Instituição propõe, no que se refere ao cumprimento deste seu pressuposto, um amplo acompanhamento aos discentes ao longo de seu percurso acadêmico, a fim de assegurar as condições necessárias à formação dos alunos. A análise de alguns dos cursos de graduação, por sua vez, demonstra que há o direcionamento da formação de profissionais para áreas problemáticas, como saúde e saneamento básico. Além disso, ainda no que se refere ao atendimento das demandas da população, há a preocupação em preparar professores que compreendam a escola como interlocutora das comunidades.

Quanto à valorização dos saberes não-acadêmicos observou-se que alguns cursos, como os voltados à agropecuária, aproximam os conteúdos técnicos dos elementos culturais das regiões, preservando os conhecimentos advindos da história e da tradição de cada localidade. O PDI, neste contexto, salienta a idéia de respeitar os saberes advindos de outras fontes, ao propor um enfoque às ações de extensão que pretende estabelecer uma interação de mútuo aprendizado entre Universidade e comunidades.

A partir das análises referentes à subcategoria C3, foi possível constatar que as interações com outras organizações acompanham a trajetória da Universidade Estadual desde as mobilizações para sua fundação. Parcerias e convênios têm sido firmados com diversas instituições, o que vem auxiliando a UERGS nestes seus primeiros anos de atuação, permitindo uma maior abrangência às suas atividades. Nesta perspectiva, o Plano de Desenvolvimento formaliza a intenção de acentuar as articulações com os outros órgãos públicos estaduais, de maneira que a UERGS possa contribuir, em um âmbito institucional, fornecendo subsídios científicos para a condução do Estado.

Cada um destes pontos trabalhados na categoria C3 são sintetizados no quadro 7 a seguir.

<b>CATEGORIA C: inserção social</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos trabalhados a partir da análise dos dados</b>	<b>Síntese dos conteúdos</b>
<b>Vínculo com a sociedade (C1)</b>	Estímulo à inserção social	Reserva de vagas a candidatos oriundos de famílias de baixa renda e aos portadores de necessidades especiais. Previsão, no PDI, de um acompanhamento aos discentes a fim de assegurar as condições à sua formação.
	Atendimento das demandas da população	Profissionais preparados para atuar em áreas problemáticas, como saúde e saneamento básico. Formação de professores que trabalhem no sentido de situar a escola como interlocutora das comunidades.
	Identificação da UERGS com as comunidades	Depoimentos de autoridades que reiteram o papel da Universidade nos municípios e regiões.
<b>Valorização dos saberes não-acadêmicos (C2)</b>	Cursos direcionados à agropecuária	Aproximação entre abordagens científicas, voltadas à inovação tecnológica, e enfoques que resgatam especificidades culturais.
	Estrutura dos cursos de extensão	Na concepção que planeja o andamento da Universidade, formalizada no seu PDI, é a troca de saberes que deve pautar o encontro UERGS-comunidades.
<b>Interações em nível institucional (C3)</b>	Plenárias que antecederam a criação da UERGS	Várias instituições se fizeram representar, participando dos debates e auxiliando na formulação das bases políticas, pedagógicas e legais que viriam a nortear a implantação e o andamento da Universidade.
	A articulação com municípios	Prefeitos, vereadores e secretários municipais participaram das reuniões promovidas para discutir os problemas da Universidade durante as mobilizações ocorridas em 2008.
	A articulação com outros órgãos do poder público estadual	Um dos objetivos formalizados no PDI compreende a busca por uma maior participação nas dinâmicas conduzidas pelo Estado através de seus órgãos, aproximando-se, com isso, das demais organizações mantidas pelo governo estadual.

Quadro 7: sistematização dos temas contemplados na categoria C.

Fonte: elaborado pelo autor.

#### **5.4 Encaminhamento das análises e reflexões: uma discussão final situando as possíveis contribuições da Universidade Estadual para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**

Efetuada a análise dos dados a partir das categorizações, reunidos os atributos identificados em cada um dos pontos que foram abordados, neste item que fecha o capítulo analítico da tese são delineadas as potenciais contribuições que a UERGS pode vir a trazer para o Estado, retomando o que foi elaborado à luz dos autores de referência nas categorias e subcategorias, agora com o acréscimo das expectativas quanto à universidade estaduais, ao papel das universidades no contexto contemporâneo, e sob a perspectiva estratégica, elementos que também constituem o aporte teórico do trabalho.

Uma primeira contribuição que pode ser vislumbrada ao se recuperar as reflexões alinhadas nas subcategorias, diz respeito ao fomento à vocação agrícola do Estado. São vários os elementos que se mostram relevantes nesse sentido, a começar pelo estímulo a esta que é uma das atividades tradicionais do Rio Grande do Sul em suas diferentes localidades. Assim, o primeiro grande trunfo da Universidade Estadual é a ênfase nas potencialidades regionais, neste caso, na valorização do trabalho rural, manifestada nos vários cursos de graduação voltados ao campo, e em cursos de extensão e projetos de pesquisa com o mesmo propósito, além de estar presente também nos objetivos elaborados quando da sua criação, e na divisão territorial das unidades que a compõem.

O foco no desenvolvimento tecnológico é mais um fator que cabe ser salientado nesta observação da importância das ações da UERGS focadas na agricultura. Mais do que isso, se percebe que, subjacente à proposta de estimular as potencialidades regionais, há o cuidado em conciliar o aporte tecnológico em questão com os saberes advindos da história e da tradição, o que preserva, por exemplo, o arranjo familiar e a identidade regional que caracteriza a produção agrícola no Estado.

Outro aspecto a ser destacado se refere a um dos objetivos que pauta o estímulo às potencialidades, o aporte tecnológico e a preservação dos saberes tradicionais: trata-se da intenção de difundir a proposta de autonomia, de fomento da economia local, através do investimento nas cadeias produtivas regionais, buscando sempre a consolidação das diversas áreas e culturas do Estado, de modo que seja possível estruturar um sistema de produção que atenda as demandas internas e viabilize a inserção dentro do país e em mercados estrangeiros.

Ainda no que diz respeito à predisposição em enaltecer a vocação agrícola do Estado, há uma última característica que da mesma forma sugere a relevância da Universidade: todo esse trabalho concernente ao fortalecimento da agricultura se dá sob os parâmetros do desenvolvimento sustentável, o que se coloca como uma medida, antes de tudo, exigível de uma organização mantida pelo poder público, uma vez que cabe a este fazer uso de suas instituições para assegurar o bem-estar da coletividade – inclusive da que está por vir.

Além disso, propor a sustentabilidade como um dos eixos balizadores de suas ações faz com que a UERGS auxilie na perspectiva econômica do Estado, ao oferecer técnicas, ferramentas e instrumentos que permitem o andamento do fluxo produtivo sem comprometer o meio ambiente e os ecossistemas.

A atenção à sustentabilidade contribui também para posicionar o Rio Grande do Sul em âmbito nacional e internacional, ao alinhar uma das questões que pauta as discussões e práticas do mundo contemporâneo, podendo vir a se tornar um diferencial competitivo do Estado em função do investimento nas “tecnologias limpas” que caracterizam o aporte científico norteado pela premissa sustentável.

Revedo a teorização dos autores que observam o papel das instituições de ensino superior no atual contexto latino-americano e brasileiro, nota-se que a produção de conhecimento voltada à autonomia, bem como a estruturação de uma base tecnológica articulada com fundamentos regionais, estão entre as diretrizes projetadas para as universidades, seguindo as orientações para a viabilização de um desenvolvimento inspirado nas prerrogativas da CEPAL e do enfoque histórico-estrutural (ROMERO; CALDERANO, 2008).

Detendo o olhar nas expectativas específicas quanto à ação das universidades estaduais é razoável afirmar que a UERGS, no que se refere ao seu intuito de investir em uma das vocações características do Estado, cumpre com ao menos duas diretrizes: primeiro, a de cobrir geograficamente boa parte das regiões gaúchas, promovendo atividades acadêmicas em diversas localidades, realizando, assim, uma das máximas previstas para as instituições mantidas pela esfera estadual, a de abranger territorialmente o espaço macrorregional; e, ao inter-relacionar conhecimentos técnicos

e científicos com saberes tradicionais, a universidade constitui um conjunto peculiar de recursos intelectuais, que pode auxiliar na formação qualificada de profissionais e no aprimoramento dos sistemas produtivos de cada região (LINS, 2001).

Além dos fatores relacionados ao estímulo à vocação agrícola, uma outra possível contribuição que cabe ser assinalada se refere ao propósito da UERGS de situar suas atividades em escala mundial. Trata-se de um objetivo originado da compreensão de que o desenvolvimento regional requer uma equivalência entre as forças locais e globais, daí a ressalva de que é função essencial das universidades, na conjuntura latino-americana, empreender esforços no sentido de auxiliar os países e regiões na busca por um posicionamento protagonista no cenário mundial (ROMERO; CALDERANO, 2008).

Assim, percebe-se que a ênfase da UERGS na afirmação dos arranjos produtivos organizados desde as pequenas propriedades, a valorização de saberes vinculados à história e à cultura, bem como a busca da autonomia mediante o fomento da economia local segue um plano conceitual que sugere o preparo para tomar parte nas articulações internacionais, a partir do investimento nas atividades características e identificadas com as trajetórias regionais próprias.

Da mesma forma, duas das premissas relacionadas à intenção de fomentar as potencialidades regionais – o aporte tecnológico e a referência da sustentabilidade – também se mostram como fatores-chave nesta perspectiva de internacionalização, uma vez que consistem em pontos integrantes das principais discussões e práticas que movem a sociedade atual. Desse modo, ambos são elementos presentes não somente nas atividades voltadas aos sistemas agrícolas, mas constituindo-se, como visto, em atributos norteadores das demais áreas de conhecimento envolvidas na estrutura da Universidade Estadual.

A UERGS assume, portanto, a inserção nos grandes temas do mundo contemporâneo como uma de suas diretrizes, podendo vir a auxiliar, juntamente com as iniciativas das demais instituições e agentes vinculados ao Rio Grande do Sul, no posicionamento do Estado no cenário internacional.

Avançando na recuperação das análises que foram se desdobrando ao longo das categorias e subcategorias, é preciso reiterar que o investimento na vocação agrícola e nas potencialidades locais, a ênfase na capacitação tecnológica e na valorização dos saberes tradicionais, o foco na autonomia e na sustentabilidade, além do movimento visando à internacionalização, são pressupostos cuja dinâmica sustenta também um atributo da Universidade que igualmente suscita indícios de contribuições em potencial: a atenção à formação de sujeitos e o estímulo ao protagonismo dos indivíduos.

As reflexões referentes à categoria A demonstram que a dimensão humana da proposta acadêmica da UERGS pretende ampliar a perspectiva técnica e instrumental. Há a contextualização da realidade em função de decisões de ordem política e econômica, há o cuidado em historicizar os fenômenos sociais, e percebe-se, a partir do que foi pesquisado, uma preocupação em posicionar os saberes, a tecnologia, o aparato científico em um plano ético, buscando enfatizar suas implicações e seu poder de transformação da sociedade. O aprendizado o qual se pretende levar adiante é, assim, um aprendizado situado, em que a responsabilidade daqueles que detém o conhecimento é constantemente lembrada.

Desse modo, nota-se a consonância com aquilo que se expõe como mais um dos papéis a serem cumpridos pelas instituições de nível superior dentro do enfoque histórico-estrutural de desenvolvimento: as universidades precisam, antes de tudo, preparar pessoas, para que estas se tornem agentes que ocupem seu espaço na sociedade, como sujeitos, como protagonistas; assim, determinados fundamentos tornam-se cruciais, como a reflexão crítica, o estímulo à pluralidade de pensamento, a valorização da criatividade e da imaginação, a defesa de uma postura ética, e a capacitação para um alinhamento adequado entre aptidão técnica e perfil humanista (VALE; ROSSO, 2003).

Dando continuidade ao mapeamento proposto para este item, um outro aspecto a ser assinalado se refere ao vínculo que a Universidade busca efetuar com a sociedade, o que faz com que a organização de suas atividades vise ao atendimento das demandas manifestadas pelas comunidades.

Este é um dos principais atributos de uma universidade estadual, o cuidado em acolher a população, a formulação de canais de diálogo e de interação com seu meio. Dessa forma, as organizações de ensino superior fomentadas pelos estados podem se tornar legítimas representantes da sociedade, elaborando e implementando projetos, e participando de processos de formulação e execução de políticas públicas que contemplem as necessidades das regiões (LINS, 2001).

A reserva de vagas à população de baixa renda e aos portadores de necessidades especiais é um dos princípios da Instituição que responde a este objetivo. Ao conceder 60% de suas matrículas aos economicamente hipossuficientes e aos deficientes físicos, a UERGS confirma uma das idéias subjacentes à sua criação, a de se constituir em uma Universidade de caráter popular, permitindo o acesso ao ensino superior àqueles que teriam dificuldade em arcar com os custos de um estudo que não fosse gratuito, e aos que precisam de um atendimento e uma estrutura diferenciados.

Além da reserva de vagas, a inserção social da UERGS se caracteriza pelo direcionamento de alguns cursos, voltados à dificuldades pontuais conforme discutido na subcategoria C1: os sistemas de saúde, o saneamento básico, o tratamento de resíduos são focos da formação de profissionais em algumas graduações, concretizando, a partir disso, mais um dos fundamentos delineados para as universidades na atualidade, promover aproximação entre ciência e comunidades, pensando a relevância das inovações tecnológicas e do conhecimento acadêmico para o enfrentamento dos problemas sociais (ROMERO; CALDERANO, 2008).

Ainda no que concerne à relação com as comunidades e a sociedade em geral, cabe salientar o propósito das Licenciaturas em formar professores que atuem como mediadores entre as escolas e a população, efetivando uma interlocução que pode vir a auxiliar as instituições de ensino médio e fundamental a potencializar seu papel junto ao seu entorno.

Uma vez que os cursos de Pedagogia estão presentes em diferentes localidades do Estado, esta iniciativa detém uma possibilidade de ampliar a difusão da idéia de mediação escola-comunidades, podendo alcançar vários municípios em diversas regiões do Rio Grande do Sul, o que viabilizaria o propósito intrínseco às universidades



estaduais de manter com a sociedade um constante diálogo e interação, estabelecendo-os em vários espaços do território gaúcho.

Seguindo agora para uma reflexão envolvendo todos os elementos identificados até aqui, as contribuições projetadas pela UERGS a partir de seus propósitos e de suas ações demonstram que há, na composição de seus objetivos, articulações interessantes, as quais se deve também dar destaque.

Analisando os atributos colocados neste subcapítulo, nota-se que a estruturação das práticas da Universidade compreende diferentes propostas, as quais detêm dinâmicas, metas e configurações próprias, mas que, ao mesmo tempo, se inter-relacionam, complementando-se e potencializando seu poder de alcance. As propostas em questão, como visto, dizem respeito aos seguintes pontos:

- potencialidades locais
- aporte tecnológico
- desenvolvimento sustentável
- inserção internacional
- formação de sujeitos
- vínculo com a sociedade

A observação em separado de cada um destes fatores chave, por si só já aponta atributos que podem vir a ser importantes. Com a visualização em conjunto, percebe-se que esta relevância é ampliada, na medida em que se evidencia a soma de forças advinda do seu alinhamento:

a) o investimento em tecnologia adquire um caráter promissor ao se notar seu direcionamento às vocações locais e ao desenvolvimento sustentável;

b) a premissa da sustentabilidade fortalece a economia local e auxilia na internacionalização pretendida para o Estado;

c) a ênfase nas potencialidades regionais pode dar sustentação à equivalência de forças entre elementos locais e globais, contribuindo, assim, para a inserção internacional;

d) o pressuposto da formação de sujeitos pode vir a intensificar o vínculo com a sociedade e o poder transformador da tecnologia, ao preparar indivíduos conscientes da necessidade de valer-se do conhecimento técnico-científico de maneira socialmente comprometida;

e) a interlocução com as comunidades, proposta nas ações referentes ao vínculo com a sociedade, pode auxiliar no constante ajuste dos demais fatores, uma vez que a manifestação da população representa os saberes locais das diferentes regiões que compõem o Estado.

O enfoque reunindo de forma articulada os fatores-chave é também oportuno para pensar as proposições conduzidas pela UERGS sob a perspectiva estratégica. Tomando como referência as conceituações referentes ao planejamento estratégico situacional, obra de Carlos Matus construída para orientar políticas públicas e estratégias na conjuntura latino-americana, nota-se que os atributos que permitem vislumbrar as contribuições da Universidade Estadual portam, igualmente, potencial estratégico, podendo vir a se mostrar essenciais dentro dos planos e deliberações político-econômicas para o Rio Grande do Sul.

Três dos principais conceitos do autor respaldam essa projeção. O primeiro deles (MATUS, 1996a), a interface entre o que é de domínio da política com os aspectos relacionados às decisões de ordem técnica, pode ser identificado em várias das propostas colocadas em ação pela UERGS.

Ao voltar-se às vocações regionais, a diretriz da Universidade caracteriza, de início, uma decisão política, a de investir nas cadeias produtivas locais no intuito de fortalecer fluxos econômicos e arranjos produtivos internos, buscando maior autonomia dos agentes. Ao mesmo tempo, a decisão se configura como técnica, em função de que o foco de cada inserção nas diferentes regiões é direcionado aos processos produtivos enraizados na tradição e cultura, quer dizer, já dotados de conhecimento e experiência acumulados historicamente, o que aumenta as chances de viabilidade dos empreendimentos.

Mais do que isso, a articulação defendida por Matus (1996a), concernente às implicações políticas dos pressupostos técnicos é uma das características emblemáticas

das atividades da UERGS: por exemplo, o aporte tecnológico é direcionado ao fomento das potencialidades locais e à busca de subsídios para a sustentabilidade, além de ser desenvolvido em um ambiente acadêmico que apresenta como premissa a atenção à responsabilidade e ao comprometimento social na produção de conhecimento.

Da mesma forma, o raciocínio em sentido inverso ressaltado por Matus (1996a), que se refere a dimensionar as repercussões técnicas das decisões políticas, também é possível de distinguir a partir das análises: a opção em conceber a UERGS como uma Universidade popular, com reserva de vagas e unidades em pequenos municípios é ilustrativa, uma vez que demonstra uma preocupação pragmática intrínseca a uma medida de âmbito político-ideológico, preocupação esta relacionada ao objetivo de promover a inclusão social, a geração de renda, e a inserção no mercado de trabalho.

A disposição em organizar a Universidade de modo a que seja possível contribuir para a inserção internacional do Estado evidencia uma ação alinhada ao segundo conceito na construção teórica de Matus (1996b), correspondente à capacidade de “jogar o jogo social”.

Conforme Matus (1996b) é preciso identificar as variáveis que compõem o dado jogo no qual se deseja adentrar, aí incluídos os agentes já participantes, os objetivos e expectativas que os movem, as alianças e rupturas que vão ocorrendo ao longo do processo, as forças que incidem nas “jogadas”, os fatores que influenciam o contexto em que estas ocorrem, além dos mecanismos necessários para aprimorar o desempenho a cada rodada que se joga.

Pode-se afirmar que as diretrizes colocadas para buscar a internacionalização através do trabalho acadêmico-científico, sugerem um movimento estratégico nesse sentido ressaltado por Matus (1996b), uma vez que, dentre as mobilizações conduzidas pela Universidade, estão incluídas a identificação da sustentabilidade e da tecnologia como elementos que pautam as discussões em perspectiva mundial; o reconhecimento das trajetórias e especificidades daquilo que é global e local, bem como os diferentes agentes que representam um e outro, com seus objetivos e percepções distintas; e a organização de uma estrutura que auxilie no desenvolvimento das potencialidades

regionais e no fomento de uma economia local autônoma, a fim de que a “capacidade de jogo” do Estado possa ser recorrentemente fortalecida.

Revedo os parâmetros que norteiam sua ação, infere-se que a UERGS conta ainda com mais um atributo estratégico, naquilo que se refere aos arranjos voltados ao fortalecimento “do poder de jogo” do Estado. Tal condição se deve ao fato de que é um de seus pressupostos formar sujeitos para a atuação protagonista. Segundo Matus (1996b) - e aqui se configura sua terceira conceituação essencial acerca da estratégia - é imprescindível a preparação dos “jogadores”, dos indivíduos imersos na perspectiva do jogo. Isso porque este apresenta, reitera o autor, uma complexidade e uma mutabilidade que exigem consciência crítica, conhecimento instrumental e criatividade, para que os sujeitos tenham condições de não somente acompanhar seu percurso, mas, principalmente, para que possam intervir em seu andamento.

Desse modo, os fatores-chave que acenam com o potencial de contribuição da UERGS para o desenvolvimento, da mesma maneira sugerem um trunfo estratégico desde um olhar vinculado à produção de Carlos Matus, uma vez que a Universidade se propõe a articular técnica e política, a auxiliar o Estado em seu posicionamento internacional, e a preparar profissionais aptos a tomar parte neste processo.

Cabe a ressalva de que, como alerta Matus (1996b), a formulação das estratégias deve ser constantemente revista e aprimorada, a fim de acompanhar a transitoriedade típica da realidade social. Por isso, o esforço que caracteriza a elaboração dos objetivos e das diretrizes para a prática acadêmica da Universidade Estadual, assim como estas práticas em si, não podem estagnar-se, sendo necessária a permanente mobilização de todos os sujeitos e organismos envolvidos com a UERGS para fazer com que seus planos, metas e atividades acompanhem a dinâmica da sociedade.

Há ainda uma última característica da Universidade que ilustra sua relevância, trata-se da possibilidade de promover a aproximação e a discussão entre as regiões que compõem o Estado, a fim de criar ou intensificar relações entre indivíduos, grupos, organizações e movimentos em geral que integram a sociedade gaúcha. É esta uma expectativa por excelência das universidades estaduais, a de viabilizar a constituição de redes dentro de seu território, de maneira que se estabeleça uma “consciência regional”,

fortalecendo estruturas e processos produtivos, e auxiliando na resolução de problemas sociais, mediante a interação e a troca de experiências entre atores identificados com as diferentes localidades (LINS, 2001).

A análise destes primeiros anos de atuação da UERGS demonstra que há elementos que podem vir a contribuir para a consolidação de canais de diálogo inter-regionais, disseminando, assim, a consciência regional a que se faz referência.

A capilarização da Universidade no espaço territorial do Rio Grande do Sul é o primeiro dos atributos que justificam tal prognóstico. Campanha e Fronteira Oeste, Região Central e Metropolitana, Serra e Litoral, Norte e Noroeste do Estado, a UERGS se faz presente em toda a geografia gaúcha, abrangendo as cidades que recebem suas unidades e diversos municípios das cercanias de cada *campus*.

A diversidade das atividades sendo desenvolvidas pela Instituição também favorece este enriquecimento nas dinâmicas e relações dentro dos domínios do Estado, uma vez que, a partir desta pluralidade de ações que contemplam o setor industrial e o agropecuário, a pedagogia e as artes, as engenharias e gestão, se configuram oportunidades de não somente construir os laços entre as localidades, mas de estabelecê-los em circunstâncias interdisciplinares, em que os sujeitos envolvidos são oriundos de diferentes regiões, e, da mesma forma, podem vir a se originar de distintas áreas do conhecimento.

Um terceiro fundamento que se coloca como potencializador da consecução de redes e articulações entre as regiões gaúchas, diz respeito a uma das idéias norteadoras da Universidade, a de estruturar meios de disseminação dos saberes acadêmicos para as comunidades. Os cursos de extensão, a proposta de formar egressos com conhecimento instrumental e consciência crítica, o preparo dos futuros professores nas licenciaturas para sejam agentes promotores do encontro escola-população, os próprios cursos de graduação voltados ao fomento das vocações locais e à resolução dos problemas sociais, evidenciam que a dinâmica de andamento da Universidade Estadual pressupõe interações aprofundadas com a sociedade, em várias frentes, em diferentes lugares, envolvendo diversos sujeitos e organizações. A UERGS demonstra, com isso, portar condições de fazer com que os agentes que atuam no Estado se encontrem, dialoguem,

sustentem uma aproximação, viabilizando, assim, as interfaces em âmbito macrorregional.

Um quarto elemento que sugere a possibilidade da UERGS de atuar em prol da “consciência regional”, e que de certa forma está vinculado aos atributos do parágrafo anterior, compreende a capacidade de mobilização dos atores sociais que a Instituição vem mostrando nestes seus primeiros anos, e mesmo antes de sua implantação. Trata-se, neste caso, da legitimidade que a Universidade adquiriu entre algumas comunidades e dentre parte da população gaúcha em geral, fato evidenciado em dezenas de atos, reuniões, fóruns, plenárias e seminários, conforme apresentado neste trabalho.

Tal posição atesta que a Universidade Estadual, ainda que em uma outra instância afora de suas ações acadêmicas, assume um papel agregador em si mesma, na medida em que sua própria existência (na verdade, como discutido na subcategoria A3, a luta por sua existência, antes e depois de sua constituição) vem sendo uma espécie de catalisador, que move indivíduos e entidades por todo o Rio Grande do Sul, colocando-os em contato e fazendo-os interagir em função de um objetivo em comum.

Encaminhando, então, um fechamento, depreende-se que, a partir do que foi pesquisado, as possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado abrangem:

- a) o fomento à vocação agrícola através do estímulo às potencialidades locais;
- b) a elaboração de um aporte tecnológico alinhado com os saberes advindos da história e da tradição das regiões;
- c) a ênfase na sustentabilidade como orientadora das ações da Universidade voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva;
- d) o foco das atividades acadêmicas no fortalecimento da economia interna e sua autonomia;
- e) o objetivo de auxiliar na inserção do Rio Grande do Sul no contexto internacional;
- f) a formação de sujeitos e o protagonismo como referências ao preparo dos futuros profissionais;

- g) a premissa da responsabilidade e das implicações sociais subjacentes ao conhecimento, a qual da mesma forma propõe guiar a trajetória discente;
- h) a disposição em vincular-se com as comunidades, direcionando as ações à inclusão social e ao atendimento das demandas da população;
- i) a constituição de redes de articulação inter-regionais, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre indivíduos e organizações atuantes nas diferentes localidades do Estado.

A sistematização desses pontos é apresentada no quadro 8.

Contribuição	Elementos envolvidos	Evidências empíricas
Fomento à vocação agrária	Estímulo às potencialidades regionais, valorizando o trabalhador rural e enfatizando, a partir do apoio acadêmico, o aprimoramento das cadeias produtivas relacionadas aos sistemas agrícolas do Estado.	Cursos de graduação voltados ao campo; atividades de extensão e projetos de pesquisa com o mesmo propósito; objetivos delineados para a Universidade quando de sua constituição; localização descentralizada de unidades, contemplando municípios e regiões que se caracterizam pela atividade rural.
Tecnologia alinhada aos saberes tradicionais das regiões	Inovações propostas nas iniciativas da UERGS preservam atributos tradicionais, como o arranjo familiar de produção e os processos e estruturas característicos das pequenas propriedades.	Cursos de extensão voltados ao pequeno agricultor e às comunidades rurais; organização das práticas extensionistas com base na participação, no debate e nas decisões coletivizadas mediante assembleias.
Ações da Universidade conduzidas desde o marco da sustentabilidade	Investimento na criação de “tecnologias limpas”, buscando auxiliar na otimização dos processos produtivos e na preservação dos ecossistemas locais. A atenção ao desenvolvimento sustentável contribui também para posicionar o Rio Grande do Sul em âmbito mundial, ao ser contemplado um dos desafios da sociedade contemporânea.	Graduações voltadas especificamente à gestão ambiental; projetos pedagógicos de outros cursos que prevêm a produção científica direcionada ao desenvolvimento sustentável.
Fortalecimento e autonomia dos agentes econômicos do Estado	O estímulo às potencialidades regionais, o investimento tecnológico e a preservação dos atributos históricos são medidas vinculadas à idéia de contribuir para a autonomia da economia local, através do aprimoramento dos processos produtivos, da consolidação das diversas áreas e culturas do Estado, buscando organizar um sistema que atenda as demandas internas e viabilize a inserção dentro do país e em mercados estrangeiros.	Objetivos delineados para a Universidade quando de sua constituição; ampla difusão de cursos voltados à vocação agrícola; diversidade de áreas do conhecimento contempladas nos cursos de graduação, mesclando formações técnicas, formações em gestão, e em engenharias; estrutura descentralizada e difusão da produção acadêmico-científica em boa parte do território gaúcho.
Inserção internacional	Propósito oriundo da percepção de que o desenvolvimento regional requer uma equivalência entre as forças locais e globais, o que demanda buscar um posicionamento protagonista no cenário mundial.	Princípios formulados para fundamentar a criação da Universidade; articulações institucionais com organismos e universidades estrangeiras; Cursos de graduação e projetos pedagógicos com foco na tecnologia, na inovação e no desenvolvimento sustentável. Estrutura universitária voltada ao fortalecimento das potencialidades regionais.
A formação de sujeitos e o protagonismo como referências ao preparo profissional	Ampliar a perspectiva técnica e instrumental da trajetória universitária, vinculando-a à dimensão humana, ao pensamento crítico, e à reflexão política e histórica. Criação de espaços de construção coletiva de conhecimento, em que há produção de saberes mediante a interação professor-aluno.	Projetos pedagógicos que contemplam estudos críticos durante o percurso discente em diferentes graduações; alteridade como referência para a relação entre docente e estudantes; pluralidade de idéias como fundamento da Universidade, formalizado em seu Plano de Desenvolvimento; constituição de assembleias e espaços coletivos de decisão em cursos de extensão.



Contribuição	Elementos envolvidos	Evidências empíricas
Pressuposto da responsabilidade e da repercussão social referentes ao conhecimento	Preocupação em posicionar a tecnologia e os saberes científicos em um plano ético, buscando enfatizar suas implicações e seu poder de transformação da sociedade. O aprendizado o qual se pretende levar adiante é um aprendizado situado, em que a responsabilidade daqueles que detém o conhecimento é constantemente reafirmada.	Estrutura pedagógica preliminar da Universidade, cuja proposta é articular enfoques técnicos com temas voltados a questões sociais; componentes curriculares de cursos de graduação, os quais prevêem trabalhos direcionados à inovação tecnológica ao mesmo tempo em que contempla estudos relacionados à ética, à história, e aos problemas enfrentados pela sociedade.
Vínculo com as comunidades	Estruturação da Universidade de modo a situá-la junto à população, a fim de que as atividades da Instituição possam efetivamente repercutir no cotidiano da sociedade a partir do direcionamento de suas ações à inclusão social e ao atendimento das demandas da população.	Reserva de vagas à população de baixa renda e aos portadores de necessidades especiais; previsão, no Plano de Desenvolvimento, de um acompanhamento aos discentes durante sua passagem pela Universidade e mesmo posteriormente, na condição de egressos; foco de alguns cursos em dificuldades pontuais, abrangendo os sistemas de saúde, o saneamento básico e o tratamento de resíduos; licenciaturas que propõem, dentre seus objetivos, formar professores que atuem como mediadores entre as escolas e a população.
Constituição de redes de articulação entre as regiões	Promover o diálogo e a troca de experiências entre indivíduos e organizações atuantes nas diferentes localidades do Estado. Auxílio na criação de uma “consciência regional”, em que é evidenciada a identidade em comum que caracteriza os atores sociais originários do território gaúcho.	O alcance da Universidade no espaço geográfico do Rio Grande do Sul; Interação com a sociedade difundida em várias frentes, envolvendo diversos sujeitos e organismos; capacidade de mobilizar organizações em todo o Estado, aí contemplados movimentos sociais, sindicatos, associações comerciais, órgãos públicos, prefeituras, secretarias, instituições de ensino, dentre outros.

Quadro 8: síntese das possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Estado.

Fonte: elaborado pelo autor.

Apresentadas as contribuições que podem ser vislumbradas a partir da atuação da UERGS, é preciso também identificar determinados limites com os quais a Universidade vem se deparando, e que se colocam como obstáculos a serem superados a fim de consolidar seu papel estratégico no desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Conforme assinalado no item 4.2 a Universidade Estadual ainda luta por sua institucionalização, e a comunidade acadêmica enfrenta uma série de dificuldades, como a falta de professores e funcionários, problemas de infra-estrutura, e inconstância de concursos vestibulares.

Tais limitações causam uma lacuna entre o que a UERGS se propõe a desenvolver – o que diz respeito às diretrizes formalizadas em sua Lei de Criação, aos projetos pedagógicos, aos objetivos dos cursos de graduação, aos parâmetros do Plano de Desenvolvimento Institucional - e o que de fato se consegue atualmente levar adiante. Apesar de a pesquisa ter evidenciado várias atividades relevantes, a verdade é que a Universidade, em função da pouca disposição dos últimos dois governos estaduais em investir em sua estruturação, vem atuando aquém daquilo que lhe foi sendo projetado ao longo dos anos que antecederam sua implantação.

No que se refere à atuação para fomentar o desenvolvimento do Estado, sua fragilidade institucional impede que a Universidade cumpra com expectativas essenciais, como a relação com outros órgãos públicos e com as três esferas de governo. Apesar de estar localizada em dezenas de municípios, são poucas as alianças formalizadas em nível institucional entre a UERGS e prefeituras municipais. E o potencial advindo de sua estrutura geograficamente ampliada, que permitiria estabelecer canais entre os órgãos públicos das diversas localidades gaúchas ainda é pouco explorado. O mesmo vale para as relações com outros estados e com organismos do governo federal. Institucionalmente, é raro o diálogo mantido entre a UERGS e organizações da União e dos demais entes da federação. Além disso, falta à Universidade um vínculo das suas atividades com o poder público estadual, no sentido de propiciar subsídios que fortaleçam a capacidade de governo no tocante à condução estratégica do Rio Grande do Sul. Não foram observadas iniciativas desta ordem, o que evidencia o distanciamento entre a Instituição e o governo do Estado.

Dada a inexistência de uma política de governo que se proponha a de fato consolidar a Universidade, pode-se dizer que a UERGS se mantém ativa quase que por iniciativa dos professores, dos funcionários e dos alunos, que se engajam no intuito de fazê-la cumprir com os objetivos que lhe foram designados. Sua sustentação passa também pelo apoio recebido por prefeituras e outras organizações, além de vereadores, deputados e senadores que reconhecem a importância de contar com uma Universidade Estadual.

Embora deva ser reconhecido o esforço do corpo técnico e docente, bem como a mobilização dos estudantes, é fundamental estabelecer a seguinte ressalva: políticas

públicas não podem ser substituídas pelo voluntarismo dos sujeitos. Tal situação vem sobrecarregando professores e funcionários, e disseminando a insegurança entre os acadêmicos com relação à manutenção da estrutura que lhes oferece uma formação profissional.

E é preciso da mesma forma salientar que a UERGS, ainda que originária da iniciativa de partidos políticos com uma linha ideológica específica, teve sua criação aprovada por unanimidade em plenária multipartidária conduzida na Assembléia Legislativa. Assim, é responsabilidade de todos os governos que venham a ocupar o Palácio do Piratini acolher esta que foi uma decisão democrática e plural, e que, além disso, espelhou a vontade da população que se fez representar durante o processo de constituição da Universidade.

Ademais, cabe sempre frisar que a UERGS é uma Instituição de Estado, não de governo, de modo que a omissão e a indiferença manifestadas nestes anos é, portanto, um desrespeito não somente com a comunidade acadêmica, mas sobretudo para com a sociedade gaúcha, além de se configurar em uma afronta ao marco legal e democrático erigido pelo Poder Legislativo. Deliberações do Ministério Público, denúncias do Sindicato dos Professores, a intervenção do Conselho de Educação, e os diagnósticos de comissões formadas pela Assembléia Legislativa atestam a gravidade desta situação, a qual impossibilita a Universidade de efetivamente colocar em ação todo seu potencial, e de contribuir para o andamento econômico, político, cultural e social do Estado.

Em uma reflexão sob outra perspectiva, a resistência para com a UERGS, ao mesmo tempo em que limita a amplitude de seu alcance, também assinala o quão significativas são suas premissas, na medida em que expõe o temor de determinados atores sociais em permitir que a Universidade tenha êxito em sua missão. Ao que parece, é provavelmente preocupante para certos grupos imaginar o que pode vir a ocorrer a partir da atuação de uma Instituição de caráter popular, voltada ao fomento das vocações locais e à autonomia, que reserva vagas à população de baixa renda, que propõe articulação entre tecnologia e pensamento crítico, e que busca assegurar uma formação humanista.

Fazendo uma análise desde o contexto brasileiro e latino-americano, nota-se que é este um exemplo daquilo que vem se repetindo na história do continente, o embate de forças no jogo social, a luta entre projetos ideológicos distintos. Cabe refletir sobre o que se pretende para o Rio Grande do Sul para, a partir daí, tomar uma posição nesta disputa.

Enfim, a UERGS detém referências pedagógicas, políticas e filosóficas consistentes, há sujeitos dispostos a colocá-las em ação, e, como se procurou demonstrar, movimentos neste sentido vêm sendo, aos poucos, efetuados. O caminho é longo, e a trilha se mostra sinuosa. As possibilidades, no entanto, são promissoras. Que esta tese de doutorado possa somar-se a outros trabalhos, auxiliando, de alguma forma, nesse percurso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar as possíveis contribuições da UERGS para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a partir da análise de suas atividades no Estado. Um mapeamento de sua estrutura atual e de projeções futuras, a descrição de experiências representativas de sua trajetória, bem como a recuperação dos antecedentes de sua criação integraram o conjunto de dados e informações a respeito da Instituição. Para as reflexões, recorreu-se à análise de conteúdo e à formulação de categorias orientadas pelo referencial teórico que fundamentou o trabalho.

Inferiu-se que o potencial de contribuição da Universidade advém das seguintes prerrogativas:

- a) o fomento à vocação agrícola através do estímulo às potencialidades locais;
- b) a elaboração de um aporte tecnológico alinhado com os saberes advindos da história e da tradição das regiões;
- c) a ênfase na sustentabilidade como orientadora das ações da Universidade voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva;
- d) o foco das atividades acadêmicas no fortalecimento da economia interna e sua autonomia;
- e) o objetivo de auxiliar na inserção do Rio Grande do Sul no contexto internacional;
- f) a formação de sujeitos e o protagonismo como referências ao preparo dos futuros profissionais;
- g) a premissa da responsabilidade e das implicações sociais subjacentes ao conhecimento, a qual da mesma forma propõe guiar a trajetória discente;
- h) a disposição em vincular-se com as comunidades, direcionando as ações à inclusão social e ao atendimento das demandas da população;

i) a constituição de redes de articulação inter-regionais, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre indivíduos e organizações atuantes nas diferentes localidades do Estado.

Além da identificação desses atributos, esta tese pode ainda vir a ser pertinente em função de ter apresentado um mapeamento que, embora não exaustivo, permite uma percepção da Universidade Estadual sob diferentes ângulos, uma vez que foram contempladas não somente as atividades conduzidas pela Instituição, como também os objetivos de seus cursos de graduação e das iniciativas em extensão, os projetos para seu futuro, além de ter sido abordado o processo que desencadeou sua fundação e o contexto atual em que vem ocorrendo seu andamento cotidiano.

A importância da cartografia elaborada no trabalho é também sugerida devido ao fato de oferecer uma visualização dos diversos atores que se envolveram com a Universidade, demonstrando seu poder de mobilização e a legitimidade adquirida junto a diferentes segmentos da sociedade.

Seguindo nas considerações com relação ao mapa, destaca-se o resgate dos fundamentos pedagógicos, políticos e filosóficos que inspiraram a criação da UERGS, e que se mostram presentes em suas ações e evidenciam a intenção de sustentar uma coerência entre concepções teóricas e prática propriamente dita.

Uma segunda perspectiva que suscita a pertinência da tese diz respeito às discussões acerca do perfil estratégico da Instituição. Este se mostrou na predisposição da Universidade em fundamentar suas diretrizes a partir de uma inter-relação de elementos técnicos e orientações políticas, valendo-se da aproximação entre objetivos pragmáticos e uma concepção específica do que seja o papel do Estado, primando, assim, pela busca de um equilíbrio, envolvendo fomento econômico e inclusão social, aporte tecnológico e preservação de ecossistemas, internacionalização e vínculo com as comunidades.

A identificação desta interação entre fatores econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais consiste em um dos principais achados da tese, podendo contribuir para a produção teórica acerca das universidades e seu papel no desenvolvimento, na medida em que expõe um enfoque estratégico constituído a partir de um olhar ampliado

dos aspectos a serem considerados desde a concepção das diretrizes norteadoras, até a implementação de uma determinada ação. A proposta estratégica formulada para a UERGS contempla diferentes elementos, alinhando-os em busca de uma soma de forças mediante o encontro entre seus respectivos atributos, os quais são percebidos, não obstante suas distintas naturezas, como complementares. A análise nesse sentido evidenciou as seguintes articulações:

a) o investimento em tecnologia adquire um caráter promissor ao se notar seu direcionamento às vocações locais e ao desenvolvimento sustentável;

b) a premissa da sustentabilidade fortalece a economia local, alinha-se de forma peculiar à estrutura e formação histórica da sociedade gaúcha, à sua identidade e opção de vida, ao mesmo tempo em que auxilia na internacionalização pretendida para o Estado;

c) a peculiar ênfase da UERGS nas potencialidades regionais, visando a desenvolver de forma articulada as vocações locais, tem ao mesmo tempo potencial para sustentar e aumentar as forças locais, diante do avanço inexorável das globais, contribuindo, assim, para uma maior inserção e participação internacional;

d) o pressuposto da formação de sujeitos críticos tende a intensificar tanto o vínculo da UERGS com a sociedade, como o poder transformador da tecnologia, ao preparar indivíduos conscientes da necessidade de valer-se do conhecimento técnico-científico de maneira socialmente comprometida;

e) o compromisso da interlocução com as comunidades, parte componente da sua proposta de vínculo com a sociedade, tende a auxiliar no constante ajuste dos demais fatores, uma vez que a manifestação da população representa os saberes locais das diferentes regiões que compõem o Estado.

A premissa estratégica subjacente às ações da UERGS foi ainda observada na sucessão de elementos encadeados a partir da proposta de auxiliar na inserção internacional do Rio Grande do Sul. A identificação de tais medidas é válida porque expõe características típicas da idéia de estratégia: o grau de planejamento que houve quando foram delineadas as diretrizes da Universidade; a preocupação em apreender as variáveis que influenciam o andamento do “jogo” (no caso, a dinâmica do mundo

globalizado); o reconhecimento dos atores imersos na conjuntura em questão; e o estudo a respeito de como aumentar a capacidade do Estado de jogar o jogo pretendido (o que culminou no direcionamento às vocações locais e à autonomia).

O potencial estratégico da Universidade Estadual se coloca também no preparo dos “jogadores” a atuar na complexidade típica da realidade social, premissa que orienta a disposição de incentivar a criatividade e a consciência crítica, ao mesmo tempo em que é produzido o conhecimento técnico-instrumental.

Uma outra construção presente na tese, que pode ser assinalada como relevante, compreende o posicionamento da UERGS na genealogia do pensamento latino-americano voltado à autonomia do continente.

Isso porque, ao ser recuperada a origem da CEPAL e seu intuito de fomentar o desenvolvimento da América Latina, passando pela obra de Celso Furtado até o enfoque em nível regional de Sérgio Boisier, foi possível situar as premissas que fundamentam a Universidade Estadual no plano teórico-conceitual da corrente histórico-estruturalista, cujo conteúdo vem há décadas orientando as experiências que visam à afirmação do continente latino-americano.

Detendo-se agora nas limitações do trabalho, ao menos três pontos cabem ser apontados. Primeiro, o estudo poderia ter dado uma ênfase maior à premissa da reserva de vagas à população de baixa renda. O assunto foi abordado em alguns trechos, mas era o caso de ter-lhe concedido uma análise em separado – como com as cotas para os portadores de necessidades especiais. Assim como no que se refere aos deficientes físicos, o acolhimento dos hipossuficientes é um atributo por excelência da UERGS, por isso, revisado o texto, se percebeu que o tema merecia um tratamento mais aprofundado.

Um segundo limite que deve ser ressaltado é concernente ao enfoque acerca das pesquisas que foram e vem sendo desenvolvidas pelo corpo docente da Instituição, em parcerias com outros órgãos e contando com a participação dos alunos em iniciação científica. No item 4.4.2 fez-se uma apresentação, em linhas gerais, de algumas dessas iniciativas, e tal descrição indicou que as atividades em pesquisa conduzidas na UERGS seguem as propostas reconhecidas nas demais ações, estimulando potencialidades



regionais, oferecendo aporte tecnológico para os sistemas produtivos locais, procurando prover recursos para um desenvolvimento sustentável, sempre sob a égide do preparo técnico-político, daí que teria sido um acréscimo para a tese uma atenção mais detida neste escopo de atuação da Universidade.

Outra lacuna notada após a leitura final é a ausência de uma reflexão sobre as Licenciaturas em Artes mantidas em convênio com a FUNDARTE, em Montenegro.

As graduações em Dança, Artes Visuais, Teatro e Música formam profissionais para o ensino, além de configurar um espaço para artistas que buscam aperfeiçoar seus conhecimentos teóricos e práticos. Sua importância foi destacada quando se tratou do propósito das Licenciaturas em preparar professores para articular mediações entre as escolas e a população, dentro da premissa da Universidade de estabelecer vínculos com a sociedade.

Ocorre que os elementos que estão presentes em um trabalho artístico são bastante enriquecedores em termos coletivos e individuais. A Arte está vinculada à expressão de um povo, é um meio propício à sua manifestação cultural e à preservação de sua história. Mais do que isso, o processo artístico se relaciona com a auto-estima, a imaginação e a criatividade, atributos que surgem ao serem visualizadas suas características em um âmbito individual.

Os cursos da UERGS direcionados às Artes guardam, portanto, possibilidades interessantes, e, no que se refere a pensar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento do Estado, as Licenciaturas em questão trariam subsídios distintos a esse respeito, subsídios oriundos de uma fonte singular e particularmente inspiradora. Fica, de qualquer forma, a sugestão para outros trabalhos que pretendam ter na Universidade Estadual seu objeto de investigação.

Do mesmo modo, o olhar acerca da reserva de vagas a candidatos oriundos de famílias de baixa renda, e o acompanhamento da produção em pesquisa da Universidade são assuntos que podem ser recomendados para estudos futuros.

De fato, durante o processo de elaboração da tese, diversos temas a respeito da UERGS foram surgindo, os quais também são colocados como sugestões para abordagens que venham a ser empreendidas com foco na Instituição:

- a) conhecer o paradeiro dos egressos e mensurar de que maneira a formação superior repercutiu na trajetória profissional e de vida dos ex-alunos, bem como junto às famílias;
- b) identificar, ainda no que se refere aos acadêmicos formados pela Universidade Estadual, como se deu sua inserção no mercado de trabalho, e se sua atividade repercute na comunidade, no município, na dada região;
- c) promover estudos específicos de cada unidade da UERGS, relacionando os cursos oferecidos com a história, as vocações e a economia local, dimensionando quais os possíveis benefícios às respectivas cidades e regiões, e quais os aspectos problemáticos que precisam ser superados para uma melhor adequação entre o que é proposto pela Universidade e o contexto de cada localidade;
- d) desenvolver trabalhos que se detenham em ouvir a população se manifestar a respeito das conquistas e dos limites que caracterizam o percurso da Universidade nestes anos;
- e) no campo dos estudos teóricos, seria interessante empreender outras reflexões sobre as diretrizes da UERGS a partir da obra de Paulo Freire, uma vez que a influência do educador na proposta pedagógica da Universidade é notória; assim, análises mais abrangentes articulando as idéias do autor com os fundamentos da Instituição permitiriam um entendimento das bases conceituais que a orientam, e evidenciaria sua coerência ao ser discutida mais a fundo a estrutura teórica *freireana* que vincula a mudança social à Educação;
- f) analisar as ações da Universidade com base na teoria de redes, uma concepção teórica bastante em voga na contemporaneidade, também poderia ser de grande valia, em função das diversas interações que a Instituição mantém com diferentes organismos em todo o Estado; um aporte sustentado pelo conhecimento teórico das articulações organizacionais ofereceria uma referência importante para fortalecer a capacidade da UERGS de estabelecer alianças, um processo essencial para sua consolidação.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. **UERGS: uma trajetória vitoriosa**. Santa Maria: Biblos, 2002.
- ALTOÉ, Neusa. **As Universidades estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia**. São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.
- AZEVEDO, José Clóvis de. A universidade dos gaúchos. In: ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. **UERGS: uma trajetória vitoriosa**. Santa Maria: Biblos, 2002. p. 15-26
- AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANGROSINO, Michael; MAYS de PÉREZ, Kimberly. Rethinking observation: from method to context. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. (Eds.) **Collecting and interpreting qualitative materials**. London: Sage, 2003. p. 107-154
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARNARD, Chester. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1979.
- BARNAT, Joanna. Oral history. In: SEALE, Clive et al. (Eds.) **Qualitative research practice**. London: SAGE, 2004. p. 34-47
- BAVA, Silvio Caccia. **A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003. v. 31
- BENETTI, Cláudia. Experiências de alunos e alunas no processo de formação num Curso de Pedagogia para educadores populares. In: CASTRO e SILVA, Denise; FISS, Dóris Maria; FONTEBASSO, Maria Rosa. **Formação de professores: histórias, memórias e educação popular**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 65-80
- BITTAR, Mariluce. UNIJUÍ: expressão do segmento comunitário. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, 2006, v. 01, p. 279-294.
- BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. **An introduction to the arts and narrative research: art as inquiry**. Qualitative Inquiry v. 9 n. 4. London: Sage, 2003.
- BOISIER, Sérgio. **Teorias y metáforas sobre desarrollo territorial**. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.
- BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1988. p. 589-694

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. In: PETRUCCI, Vera; SCHWARZ, Leticia. (Orgs.) **Administração Pública Gerencial: a reforma de 1995**. Brasília: UNB/ENAP, 1999. p. 17-61

CALIL, Lúcia Peixoto. **Projeto cuidar de gente e do meio ambiente: a produção de vassouras na comunidade de Barro Preto como alternativa**. Disponível em [http://www.alfasol.org.br/aapas\\_site/unisol/Projeto%20Uergs.pdf](http://www.alfasol.org.br/aapas_site/unisol/Projeto%20Uergs.pdf) Acesso em 13/11/2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO e SILVA, Denise Madeira de. Concepções de criança e de infância no Curso de Pedagogia Educação Infantil. In: CASTRO e SILVA, Denise; FISS, Dóris Maria; FONTEBASSO, Maria Rosa. **Formação de professores: histórias, memórias e educação popular**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 51-64

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DA SILVA, Gilberto Ferreira; FONTEBASSO, Maria Rosa. Pesquisa na formação de professores: o desafio docente de articular a prática com a produção de conhecimento. In: CASTRO e SILVA, Denise; FISS, Dóris Maria; FONTEBASSO, Maria Rosa. **Formação de professores: histórias, memórias e educação popular**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 81-94

DELEUZE, Gilles. **Difference and repetition**. Nova York: Columbia University Press, 1994.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 2005. p. 191-215

EMBRAPA, Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. **Projetos**. Disponível em <http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/projetos> Acesso em 17/10/2009.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: UNICAMP, 1986.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FARIA, José Henrique. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Curitiba: Juruá, 2004. vol. II.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FERLIE, Ewan; ASBURNER, Lynn; FITZGERALD, Louise; PETTIGREW, Andrew. **A nova administração pública em ação**. Brasília: UnB, 1999.

FOLEY, Douglas; VALENZUELA, Angela. Critical ethnography: the politics of collaboration. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (EDS.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, 2005. p. 217-234

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade. n. 1, p. 5-19, 1992.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Arilda. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, mar/abr 1995. p. 57-63
- GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Falcão; CARVALHO, Cristina. **Universidade e desenvolvimento local**: uma abordagem institucional. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005.
- GRACIARENA, Jorge. Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 685-714 v.II
- GRANDO, Francelino. Academia e setor produtivo. In: **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília. UNESCO Brasil, 2003. p. 101-107
- GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (EDS.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 2005. p. 191-215
- HAFFNER, Jacqueline. **CEPAL**: uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1996.
- HARDY, Cynthia; FACHIN, Roberto. **Gestão estratégica na universidade brasileira**: teoria e casos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- HEPBURN, Alexa; POTTER, Jonathan. Discourse analysis practice. In: SEALE, Clive et al. (Eds.) **Qualitative research practice**. London: SAGE, 2004. p. 180-196
- HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. USP e a formação de quadros de dirigentes. In: MOROSINI, Marília. (ORG.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2006. p. 295-312

- HUNT, E. K; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LINS, Ana Adelina de Moura e Silva. Universidades estaduais: justificativa e missão. **Educação brasileira**. v. 23, n. 46, jan/jun 2001. p. 95-98
- LIMA, Juvêncio Braga de. Pesquisa qualitativa e qualidade na produção científica em Administração de Empresas. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** [Rio de Janeiro]: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARQUES, Mario Osório. **Universidade emergente**: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983. Ijuí: Fidene, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1997.
- MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: governantes e governados. São Paulo: FUNDAP, 1996a.
- MATUS, Carlos. **Estratégias políticas**: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. São Paulo: FUNDAP, 1996b.
- MORAES, Reginaldo. **Celso Furtado**: o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL. São Paulo: Ática, 1995.
- NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. A formação de professores para o desenvolvimento local. In: CASTRO e SILVA, Denise; FISS, Dóris Maria; FONTEBASSO, Maria Rosa. **Formação de professores**: histórias, memórias e educação popular. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 19-28
- NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- OLIVEIRA, Celmar Corrêa de; MATOS, Jorge da Luz; SILVA, Sólon. Ações afirmativas em universidades públicas: o caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. In: GORCZEWSKI, Clovis (Org.) **Direito e Educação**: a questão da Educação com enfoque jurídico. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. p. 255-270
- PANIZZI, Wrana Maria. **Universidade pública, gratuita e de qualidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão e universidades**: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

- PINTO, Aníbal. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 609-650 v.II
- PORTELA, Eduardo. Universidades: qualidade e pensamento independente. In: **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília. UNESCO Brasil, 2003. p. 81-84
- POZZEBON, Adair; LENZ, Melissa. **Cartilha de soberania alimentar na agricultura familiar**. Santa Cruz do Sul: UERGS, 2009.
- PRESTES MOTTA, Fernando Carlos. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. **Ensaio insólitos**. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- RIO GRANDE DO SUL, Conselho Estadual de Educação do. **Protocolo de compromisso**. Disponível em <http://aduergs.blogspot.com/>. Acesso em 13/11/2009.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do. **UERGS: um patrimônio do povo gaúcho (relatório final da subcomissão da UERGS)**. Porto Alegre, 2008.
- RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado do. **Projeto de lei 001/01**. Porto Alegre, 2001a.
- RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa do Estado do. **Lei 11.646**. Porto Alegre, 2001b.
- RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa do Estado do. **Projeto UERGS: relatório do grupo de trabalho**. Porto Alegre, 2000.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do. **Relatório 9 da Subcomissão Para Estudar a Viabilidade da Criação da UERGS**. Porto Alegre, 1992.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do. **Relatório Final da Comissão Especial com a Finalidade de Analisar a Participação do Estado no Ensino Superior**. Porto Alegre, 1988.
- ROMERO, Carlos Cortez; CALDERANO, Maria da Assunção. Dimensões econômicas e políticas da relação educação e trabalho nos países da América Latina e Caribe. **Educação em foco**. vol. 12, n. 2, set/2007-fev/2008. p. 13-26
- SALES DE MELO, Adriana. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina**. Maceió: UFAL, 2004.
- SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia de la investigación**. México DF: McGraw-Hill, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidades**. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar em revista**. n. 31, 2008. p. 73-89

SILVA, Sueli Goulart. **Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local**: o caso da ciência da computação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005

SINPRO/RS, Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. **UERGS**: professores apóiam termo de compromisso. Disponível em <http://www.sinpro-rs.org.br/release.asp?cod=1383>. Acesso em 14/09/2009

SMITH, Robert. Notas sobre universidade e desenvolvimento. In: **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília. UNESCO Brasil, 2003. p. 95-100

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOBRINHO, José Dias. O sentido ético da avaliação. In: **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília. UNESCO Brasil, 2003. p. 109-120

SOLÉ, Andréu. L'entreprise: une invention latine? In: **IX Colóquio internacional sobre poder local**. 2003. Salvador. Anais do IX Colóquio internacional sobre poder local. 2003.

STAKE, Robert E. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (EDS.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**: Third Edition. London: Sage, 2005. p. 443-466

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 521-566 v.II

TAFFAREL, Celi. Mecanismos de privatização. In: **Atividades pagas em universidade gratuitas**: caminho para a privatização. Brasília: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, 2002. p. 23-32

TEDLOCK, Barbara. **Ethnography and ethnographic representation**. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (EDS.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**: Third Edition. London: Sage, 2005. p. 165-213



TEIXEIRA, Ciro. As fundações nas universidades públicas: o caso da Universidade de São Paulo. In: **Atividades pagas em universidade gratuitas**: caminho para a privatização. Brasília: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, 2002. p. 33-44

TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 5-15, jan./abr. 1999.

TRINDADE, Hélió. Universidades, ciência e Estado às vésperas do novo milênio. In: FRANCO, Maria Estela (Org.) **Universidades, pesquisa e inovação**: o Rio Grande do Sul em perspectiva. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: São Paulo: Atlas, 1987.

UEL, Universidade Estadual de Londrina. **UEL em dados**. Disponível em [http://www.uel.br/proplan/emdados/uel\\_dados\\_2009\\_juliano.pdf](http://www.uel.br/proplan/emdados/uel_dados_2009_juliano.pdf) Acesso em 19/11/2009.

UEM, Universidade Estadual de Maringá. **Perfil das universidades**. Disponível em [http://www.uem.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=32&Itemid=151](http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=151) Acesso em 20/11/2009.

UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Cursos de graduação**. Disponível em <http://www.uepg.br/propesp/> Acesso em 22/11/2009.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Relatório de atividades 2008**. Porto Alegre: UERGS, 2009a.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Estrutura física**. Disponível em <http://www.uergs.edu.br/index.php?action=estruturaFisica.php>. Acesso em 12/11/2009b.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Notícias**. Disponível em <http://www.uergs.edu.br/index.php?action=noticias&cod=489>. Acesso em 22/11/2009c.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Destaque**. Disponível em <http://www.uergs.edu.br/index.php?action=noticias>. Acesso em 23/11/2009d.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Plano de desenvolvimento institucional**. Disponível em <http://www1.uergs.rs.gov.br/pdi/MinutaPDI-UERGS-16nov.pdf>. Acesso em 30/11/2009e.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Considerações sobre o Relatório Final apresentado pela Comissão de Educação, Cultura, Desportos, Ciência e Tecnologia (Subcomissão UERGS)**. Porto Alegre: UERGS, 2008a.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Relatório da auto-avaliação institucional da UERGS**: período 2006-2008. Porto Alegre: UERGS, 2008b.

UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia**: projeto do curso. Porto Alegre: UERGS, 2002.

UNESP, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio Mesquita Filho”. **Um mundo de conhecimento ao alcance de todos**. Disponível em [http://www.unesp.br/apresentacao/perfil\\_2009.php](http://www.unesp.br/apresentacao/perfil_2009.php). Acesso em 13/11/2009.

UNICAMP, Universidade de Campinas. **Jovem, mas com tradição**. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia>. Acesso em 10/11/2009.

USP, Universidade de São Paulo. **USP em Números 2009**. Disponível em [http://sistemas.usp.br/anuario/usp\\_em\\_numeros.pdf](http://sistemas.usp.br/anuario/usp_em_numeros.pdf). Acesso em 08/11/2009.

VALE, Antônio Marques do; ROSSO, Ademir José. Globalização da pobreza: fissuras no discurso desenvolvimentista hegemônico dos intelectuais universitários. **Educação brasileira**. v. 25, n. 50 e 51, jan/dez 2003. p. 51-72

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Falcão. **Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

VOGT, Carlos. O conhecimento, as universidades e seus desafios. In: **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília. UNESCO Brasil, 2003. p. 85-94

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.